

CLARICE SABOIA DE MADUREIRA

O ATOR E O AUTOR

**FALA E ESCRITA EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE UM
INFORMANTE**


Tese apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Doutor.
Curso de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos, Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do
Paraná.
Orientadora: Profa. Dra. Iara B. Costa.


CURITIBA

2004





Dr.^a Iara Bemquerer Costa


Dr.ª Inês Signorini


Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon

Tânia Maria Alkmim
Dr.^a Tânia Maria Alkmim


Dr. José Luiz da Veiga Mercer

Clarice Saboia de Madureira
Clarice Saboia de Madureira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS



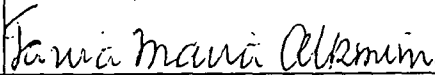
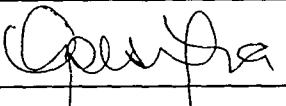
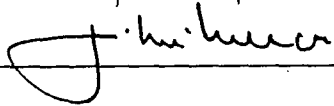
PARECER

Defesa de tese da doutoranda CLARICE SABOIA DE MADUREIRA para obtenção do título de **Doutora em Letras**.


Os abaixo assinados IARA BEMQUERER COSTA, INÊS SIGNORINI, TÂNIA MARIA ALKMIM, ODETE PEREIRA DA SILVA MENON e JOSÉ LUIZ DA VEIGA MERCER argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese:

“O ATOR E O AUTOR – FALA E ESCRITA EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE UM INFORMANTE”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Aprovado Não aprovado
IARA BEMQUERER COSTA		aprovada
INÊS SIGNORINI		aprovada
TÂNIA MARIA ALKMIM		aprovada
ODETE PEREIRA DA S. MENON		Aprovada
JOSÉ LUIZ DA VEIGA MERCER		Aprovada

Curitiba, 16 de julho de 2004.


Prof.^a Marilene Weinhardt
Coordenadora

...a escritura da linguagem, paralisada pela inércia da tradição alfabética, só pôde finalmente se impor às línguas modernas sufocando nelas os ecos da voz viva.

PAUL ZUMTHOR, *A letra e a voz*.

Para meu avô, Newton Ribeiro de Catta Preta, — que vive na minha lembrança — e para meu amigo Túlio José de Sousa, dois mestres na arte maior de ver e contar a vida com graça.

AGRADECIMENTOS

A Iara Bemquerer Costa, que tão bem sabe combinar competência com equilíbrio e tranquilidade.

A Odete Menon e Reny Gregolin, pela leitura paciente e pelas sugestões proveitosas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Aos colegas do Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, e a Delma Maskow, por um ambiente de trabalho e cordialidade.

A Tania Alkmim, por sugestões bibliográficas que me indicaram um caminho.

A Risolete, não só por cuidar da minha casa, de mim e dos meus filhos, mas também pela amizade já provada em horas difíceis.

A minha família — meu pai, que se foi há pouco, minha mãe, minhas irmãs e meus cunhados, os sobrinhos queridos e os dois filhos maravilhosos, Marco Antônio e Otávio — por tudo.

Ao mencionar aqui apenas algumas das pessoas que me permitiram concretizar este trabalho, certamente estou cometendo injustiça com tantas outras a quem deveria igualmente agradecer, se não fosse o inconveniente de aumentar esta seção muito além do que ditam as normas. A essas espero sinceramente ter conseguido demonstrar-lhes de alguma outra forma meu reconhecimento.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I	6
1. O PODER DA FALA E O PRESTÍGIO DA ESCRITA	7
1.1. Primazia do oral?	7
1.2. Os supostos efeitos cognitivos da escrita.....	11
1.3 A questão das artes verbais	12
1.4. A (ilusão da) vitória sobre o tempo	15
2. ORALIDADE E ESCRITA: UMA RELAÇÃO TÃO DELICADA	17
2.1. A perspectiva culturalista	17
2.2. Enquanto isso nas salas da Lingüística.....	20
2.2.1. O retorno da escrita reprimida.....	20
2.2.2. Tudo é uma questão de grau.....	23
2.2.2.1. A Teoria da Continuidade aplicada sincronicamente.....	23
2.2.2.2. A Teoria da Continuidade aplicada diacronicamente.....	28
2.2.2.3. O que se está comparando?.....	30
2.2.3. Uma perspectiva (não tão) nova: a etnografia da comunicação.....	35
2.2.3.1. Alguns precursores que é sempre bom lembrar.....	35
2.2.3.2. Propostas mais recentes.....	39
3. MONTANDO UM ROTEIRO PARA A ANÁLISE.....	45
3.1. Pressupostos gerais.....	45
3.2. <i>Performance</i> nas práticas comunicativas.....	46
3.2.1. A natureza performática da narrativa autobiográfica.....	52
3.2.2. <i>Performance</i> em narrativas autobiográfica orais e escritas.....	57
3.3. Elementos constitutivos e sinalizadores da <i>performance</i>	60
3.4. O roteiro da análise.....	63
3.5. A transcrição.....	65
PARTE II.....	71
1. APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	72
2. O NARRADOR.....	74

3. AS <i>PERFORMANCES</i>.....	83
3.1. Na oralidade.....	83
3.1.1. Situacionalidade e relação entre os participantes.....	83
3.1.2. Um longo monólogo em 1ª pessoas.....	85
3.2. Na escrita.....	91
3.2.1. Situacionalidade e relação com o público visado.....	91
3.2.2. Crônicas esparsas, sujeito que se oculta.....	96
4. SINALIZAÇÕES DE <i>PERFORMANCE</i>.....	104
4.1. A escrita da voz.....	104
4.1.1. Traços paralingüísticos.....	104
4.1.1.1. Como recursos demarcativos e expressivos.....	105
4.1.1.2. <i>Soundwords</i>.....	111
4.1.2. Discursos reportados.....	115
4.1.2.1. Diferentes vozes.....	117
4.1.2.2. Verbos <i>dicendi</i>.....	126
4.2. A voz da escrita.....	130
4.2.1. Aspectos gramaticais.....	134
4.2.1.1. O sistema pronominal: uma visão geral.....	134
4.2.1.1.1. Sujeitos de 1ª pessoa.....	138
4.2.1.1.2. Acusativos de 3ª pessoa.....	149
4.2.1.2. Relativização de sintagmas preposicionados.....	155
4.2.1.2. Balanço das diferenças observadas.....	159
4.2.2. O léxico.....	160
4.2.2.1. Seleções lexicais.....	164
4.2.2.2. Repetição X sinonímia.....	169
4.2.2.3. Outras palavras.....	176
5. UMA HISTÓRIA, DUAS VERSÕES.....	177
6. CONCLUSÕES.....	191
ANEXO 1.....	196
ANEXO 2.....	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

RESUMO

Neste trabalho comparam-se produções orais e escritas de um mesmo falante. As relações entre a fala e a escrita têm sido vistas de várias maneiras. Uma perspectiva tradicional sobre o tema ficou conhecida como Teoria da Grande Divisão, por considerar que diferenças fundamentais — de ordem cognitiva, inclusive — separam sociedades e indivíduos que dominam algum sistema de escrita dos que permanecem ágrafos. Várias pesquisas, no entanto, têm demonstrado que a aquisição de certas habilidades, atribuída ao uso da escrita, deve ser antes vista como resultante de processos sociais mais abrangentes — como a urbanização e a escolarização. O equivocado grafocentrismo da Teoria da Grande Divisão foi aparentemente contraditado pela Teoria da Continuidade, segundo a qual não há entre fala e escrita diferenças notáveis, se as comparações forem feitas entre gêneros discursivos equivalentes nas duas modalidades. A idéia de uma transição suave entre escrita e fala, contudo, incorre, por sua vez, em outro equívoco: o de considerar a escrita como uma possibilidade adicional de uso da linguagem, uma modalidade neutra que seria igualmente acessível a todos os falantes. Assim, tal como a Teoria da Grande Divisão — que atribui poderes exagerados à escrita em si —, a Teoria da Continuidade — que os minimiza — não é sensível às relações sociais e políticas que determinam as formas e funções da escrita em cada grupo social. Estudos feitos sob a ótica da Etnografia da Comunicação têm demonstrado que as práticas de uso da escrita — ou letramentos — variam consideravelmente de um grupo social para outro. Por essa razão, generalizações sobre as relações entre a fala e a escrita, feitas a partir da experiência de grupos específicos, inevitavelmente resultam em distorções etnocêntricas. As comparações entre os textos orais e escritos produzidos por um mesmo falante feitas aqui desenvolvem-se sob o enfoque etnográfico. Assume-se que tanto os textos da oralidade quanto os da escrita, por serem relatos espontâneos autobiográficos de pessoa idosa, são parte de eventos comunicativos performáticos. A partir dessa aproximação, analisam-se as sinalizações de *performance* numa e noutra modalidade, com ênfase nos traços paralingüísticos — que têm grande destaque nas *performances* orais —, e em aspectos gramaticais e lexicais — que configuram o uso de um código especial para a escrita. Os resultados dessa análise, argumenta-se, comprovam que esse código não mantém nenhuma relação previsível com a da oralidade, e sim com modelos da própria escrita. Portanto, suas determinações devem ser buscadas nos processos e nos modelos através dos quais se deu a inserção do produtor dos textos nos letramentos de sua comunidade. Através desse estudo de um caso único, mas certamente representativo de muitos outros, pretende-se demonstrar quão complexas podem ser as relações entre a escrita e a fala, e, principalmente, apontar as distorções a que podem estar sujeitas as pesquisas em que dados das duas modalidades são computados, sem um reconhecimento mais refinado de tais relações.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade e escrita; letramento; *performance*.

ABSTRACT

In this work, oral and written texts produced by the same person are compared. The relations between speaking and writing have been described in various ways. A traditional perspective about the subject became known as the Great Divide Theory, for asserting that fundamental differences—including cognitive ones—set apart societies and individuals that possess some writing system from those who do not. Several studies, however, have demonstrated that the acquisition of certain abilities ascribed to the use of writing should rather be seen as resulting from larger social processes — such as schooling and urbanization. The mistaken graphocentrism of the Great Divide Theory was apparently contradicted by the Continuum Theory, according to which there are no remarkable differences between speaking and writing when equivalent discourse genres, in each modality, are compared. The idea of a smooth transition between speaking and writing, however, entails another misconception: considering writing as just an additional possibility for the use of language, a neutral modality equally accessible to every speaker. Thus, just as the Great Divide Theory — which ascribes exaggerated powers to writing — the Continuum Theory — which minimizes them — is not sensitive to the social and political forces that determine the forms and functions of writing in each social group. Studies conducted in the perspective of Ethnography of Communication have demonstrated that practices involving use of writing—that is, literacies—do vary considerably among social groups. Thus, generalizations about the relations between speaking and writing, deriving from comparisons within specific groups, will inevitably entail ethnocentric distortions. The comparison — between oral and written texts produced by the same speaker — presented here is made from an ethnographic standpoint. It is assumed that both the oral and the written texts, being spontaneous autobiographic narratives of an elderly person, were part of performative communicative events. Thus, the analysis focuses on features that serve to key performance, emphasizing paralinguistic features — which are extremely relevant in the oral performances —, and grammatical and lexical aspects — which define a special code for writing. It is argued that the results of this analysis demonstrate that this code does not maintain any predictable relation with the language used in the oral texts. Rather, its determinations should be sought in the processes and models which shaped the writer's insertion in his community's literacies. This study of a singular case — which is certainly representative of many others — intends not only to demonstrate how intricate the relations between speaking and writing can be, but also to point out the distortions that can bear upon researches in which data from both modalities are mixed without a more refined analysis of such relations.

INTRODUÇÃO

Quando alguém conta histórias com graça e talento, logo um ouvinte sugere “Por que você não escreve? Você deveria escrever essas histórias!” Pode-se pensar que tal conselho decorra da vontade de ver uma boa história perpetuada no tempo e acessível a um público maior. Mas creio que não é apenas isso. Parece-me que opera também nessas sugestões o fato de que numa sociedade que — talvez por não sê-lo tanto quanto imagina — se pretende grafocêntrica, os letrados — e mesmo os não-letrados — olham para a escrita como se esta legitimasse o falado. Não há uma percepção de que as artes verbais sejam merecedoras de valorização, a menos que estejam vazadas em letras, impressas. No entanto, a despeito dessa imagem supervalorizada do escrito, nossa memória discursiva certamente se constrói muito mais pelo que ouvimos e dizemos do que pelo que lemos, ou escrevemos.

A escrita tem o poder de preservar a linguagem no tempo e no espaço. Mas que linguagem? Quanto das vozes que nos falam se transforma nos textos escritos? E por quê? Nas páginas que se seguem, estas são minhas indagações principais. Não se trata de um estudo abrangente sobre as relações entre a linguagem oral e a escrita, mas de um estudo de caso — um caso muito específico de um produtor de textos e suas realizações orais e escritas. Ao focalizar esse caso, é sobre a distância que pode ser verificada entre a fala e a escrita que se voltam minhas indagações. O *corpus* analisado aqui se constitui de textos orais e escritos produzidos espontaneamente por uma mesma pessoa. É verdade que no caso das gravações, o informante aquiesceu a um pedido para narrar episódios autobiográficos que constituíam seu “repertório”, mas o fez prazerosamente, seguindo basicamente suas próprias escolhas.

Reconhecido como um bom narrador oral, o informante era constantemente instado a escrever — até por desejo próprio. E assim fez, produzindo algumas dezenas de textos para jornais: são esses os textos escritos aqui em exame. Diversamente da acolhida que sempre tiveram as produções orais, os textos escritos nunca lhe granjearam a mesma aprovação.

Apesar do empenho do autor na sua produção, sempre foram recebidos sem muito entusiasmo — na verdade até com muitas críticas negativas — pelas pessoas de seu círculo mais próximo de relações, que tanto apreciavam suas *performances* orais. Ao comparar esses textos produzidos como orais uns, e escritos outros, meu objetivo principal é o de investigar que características de cada modalidade terão contribuído para que o narrador, que animava qualquer reunião com relatos de sua vida, não conseguisse seduzir igualmente os leitores com textos também autobiográficos.

Evidentemente várias dimensões podem ser invocadas para responder a tal questão, dimensões como domínio diferenciado das técnicas de cada modalidade e mesmo algo mais subjetivo como “talento”. Mas há um aspecto cuja contribuição me parece decisiva e é o que centraliza minha atenção: o da concepção do próprio informante sobre a linguagem adequada para a escrita, uma concepção determinada por suas experiências de letramento.

O conjunto de textos aqui em consideração fornece um cenário privilegiado para uma investigação sobre a relação oral/escrito, uma vez que contra o pano de fundo constante de discursos narrativos autobiográficos espontâneos de um mesmo produtor, pode-se observar melhor eventuais contrastes. Por certo, é preciso lembrar também que cada conjunto destinava-se a um tipo de público. Nada impede que a escrita seja pessoal, íntima até, dirigindo-se a um público próximo e restrito. Da mesma forma, inúmeras são as instâncias em que a fala é impessoal e pública, dirigida, portanto, a uma audiência mais ampla e distanciada. No caso dos textos em questão, aparecem combinados, de um lado, escrita para um público mais amplo e impessoal, e, de outro, fala — apesar do gravador — dirigida para um ouvinte próximo e individualizado, o documentador que fazia a gravação. De certa maneira, pode-se dizer que tais composições refletem as ocorrências mais representativas de cada modalidade. A escrita, por seu caráter de permanência, traz sempre embutida uma concepção de um público maior, mais distante e com mais tempo para avaliar o que lê. Mesmo ao escrever um diário, um registro muito pessoal, o autor produz para um outro mais afastado, mesmo que ele mesmo num futuro mais ou menos próximo. A fala na sua forma mais natural, que é a da conversação, realizando-se como interação no presente, volátil. Nas narrativas orais que compõem o *corpus*, embora estivesse ciente de estar sendo gravado, o narrador se dirige sempre ao ouvinte imediato — pessoa de quem ~~era próximo~~ — com muita

informalidade. Já as narrativas escritas foram produzidas para veiculação em jornais que, embora fossem de pequena circulação, visavam um público mais amplo e menos próximo.

Apesar dessas diferenças relativas ao público visado e à relação entre o produtor e esse público, há uma característica comum a ambos os casos: em cada um, o produtor dos textos investe seus melhores esforços no sentido de preservar sua imagem de bom narrador — o que, para o narrador autobiográfico, acaba por incluir também o esforço de validar sua própria experiência de vida. Assim, pode-se assumir que o produtor dos textos está certamente mobilizando para cada modalidade recursos diferentes, mas sempre aqueles que lhe pareciam os mais eficazes para cada situação.

A grande diferença nos resultados obtidos parece sugerir que as competências mobilizadas para um ou outro tipo de produção pertencem em grande parte a domínios diferentes. Se assim for, qual a natureza dessas competências? Desde que os métodos quantitativos da sociolinguística laboviana demonstraram que a variação linguística pode ser representada por curvas em que variantes se relacionam com fatores sociais tais como idade, escolaridade, classe social e situação dos interlocutores, instalou-se no cenário das discussões acadêmicas a percepção de que a competência linguística dos falantes tem a forma de um sistema mais flexível, não homogêneo, cujas produções são moduladas de acordo com tais fatores. Não houve mais — nessa concepção de linguagem — espaço para a clássica noção de diglossia, tal como apresentada em Ferguson (1959).

Pode-se dizer que a partir de então, juntando-se o conceito chomskyano de competência gramatical com o de variação intrínseca ao sistema, chegou-se à concepção de um sistema heterogêneo, mas único, administrado pela competência comunicativa — de modo pouco conhecido. Não houve mais lugar para a concepção de sistemas muito diferenciados mas ainda percebidos como a “mesma língua”, administrados pelo mesmo falante. Ao propor o conceito de diglossia — um helenismo equivalente termo a termo a bilingüismo — Ferguson afirmava que um falante pode ser bilíngüe em sua própria língua. Não parece viável tratar esse “bilingüismo” em termos quantitativos. Os modelos de análise que se impuseram a partir da matriz da sociolinguística variacionista, optaram por considerar que o conhecimento internalizado de uma língua constitui-se, de algum modo, de um conjunto de

variantes que se organizam num contínuo perfeitamente representável por curvas em gráficos. Mollica (2003), por exemplo, reafirma categoricamente essa concepção da variação como um fenômeno que só pode ser representado como continuidade:

Qualquer que seja o eixo, diatópico/geográfico, diastrático/social, ou de outra ordem, a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre. É preferível falar em tendências a empregos de formas alternantes motivadas simultaneamente por condicionamentos diversos. (p.13)

Mas podemos mesmo falar em graus de variabilidade nos discursos de um mesmo falante que, ao escrever, emprega formas verbais, sistema pronominal, construções sintáticas e itens lexicais que jamais aparecem em sua fala? Ou, em uma perspectiva mais ampla, podemos mesmo afirmar que toda a variação linguística encontrada em uma comunidade monolíngüe qualquer se reflete corretamente numa representação escalar? Podemos misturar dados da escrita e da fala e submetê-los conjuntamente a análises estatísticas?

Tais questões têm sido respondidas negativamente por estudos que focalizam os diferentes usos da linguagem em uma sociedade, sem uma concepção prévia de continuidade sistemática inescapável. Segundo esta visão, que se abre para a possibilidade de grandes variações de uso, a descrição das variedades linguística em uso pressupõe que se examinem os aspectos peculiares de cada comunidade — ou seja, a etnografia da comunicação. Nesta abordagem, a linguagem pode ser melhor examinada — ou até só pode ser examinada — se considerada em seus usos sociais autênticos, contingenciados por situações específicas de tempo e lugar, do que se tomada como um fenômeno essencialmente cognitivo ou como um conjunto de leis linguísticas.

É dentro dessa perspectiva que textos orais e escritos que compõem o *corpus* aqui em questão serão analisados. Considerando-se que nas duas modalidades os textos representam uma mesma prática comunicativa, a narrativa autobiográfica, e em ambas — por serem produções espontâneas — a intenção do autor é a mesma, estabelecem-se entre os dois conjuntos algumas relações constantes a partir das quais as seleções linguísticas em cada caso podem ser melhor comparadas: certamente o produtor dos textos pôs em cada modalidade seu melhor empenho no esforço de merecer a atenção do público — ouvinte/leitor. A análise a

que me proponho visa exatamente descrever alguns aspectos relevantes das linguagens mobilizadas em cada modalidade, compará-las e explicar suas possíveis determinações.

O texto a seguir está dividido em duas partes. Na primeira colocam-se as questões teóricas, começando por uma discussão sobre as imagens dominantes a respeito da escrita e da fala (Cap. 1). Segue-se um breve histórico dos estudos mais recentes (de século XX em diante) a respeito da relação entre as duas modalidades, para chegar à abordagem aqui assumida (Cap. 2). No capítulo seguinte (Cap. 3), os pressupostos fundamentais dessa abordagem são apresentados, de modo a montar um quadro teórico para a análise adiante desenvolvida. A análise dos textos aparece na segunda parte, começando (Cap. 1) por uma apresentação geral do conjunto de dados, à qual se seguem descrições dos eventos comunicativos em que os textos foram produzidos e dos próprios textos, com ênfase na identidade do produtor (Cap. 2), mas também incluindo descrições sobre as *performances* especificamente, com ênfase nos aspectos da situacionalidade e da relação entre os participantes (Cap. 3). No capítulo seguinte (Cap. 4) são feitas comparações entre alguns aspectos dos textos orais e suas contrapartidas em textos escritos. Diferenças entre um mesmo episódio autobiográfico narrado oralmente e por escrito constituem o capítulo seguinte (Cap. 5). No capítulo final (Cap.6) são apresentadas as conclusões.

PARTE I

1. O PODER DA FALA E O PRESTÍGIO DA ESCRITA

1.1. Primazia do oral?

Não há como negar que a fala é o meio mais poderoso e intenso de transmissão cultural, e, a partir de Saussure, todo lingüista afirma sua fé na “primazia do oral”. Mas a verdade é que para os letrados a consciência da linguagem agudizada pela experiência do letramento tende sempre a distorcer a percepção do falado, filtrando-a pelos prismas da escrita. É essa a distorção que levou Householder (1971:248) a apontar para o fato de que para os leigos a sequência normal da aquisição da fala e da escrita parece ilógica, já que *“aprendemos primeiro a falar, depois a ler e escrever, para em seguida termos de voltar e corrigir todos os erros que fizemos por termos aprendido a falar antes”*.¹ Indo contra a fé estabelecida, Householder sugeriu mesmo que a teoria lingüística incorporasse abertamente o fato de que para os letrados se deve falar em “primazia da escrita”. Tal provocação não despertou muito interesse e a verdade é que a infiltração da consciência letrada não só nos falantes, mas também na prática dos lingüistas continua carecendo da atenção merecida.

Observe-se, por exemplo, que os estudos sobre aquisição de linguagem sempre atestam que a criança adquire os contornos entonacionais de sua língua antes de dominar as articulações segmentais, antes de produzir quaisquer combinações sintáticas. Pela variação de contornos entonacionais, os bebês pedem, mostram, recusam, indagam. A entonação constitui, sem dúvida, um conhecimento lingüístico fundamental, através do qual diferentes atos de fala são executados. No entanto, quando se analisam produções lingüísticas, quase sempre a entonação é ignorada, até porque não existem parâmetros claros para registrá-la.

¹ ... we learn first to speak, and then to read and write, *after which we must go back... and correct all the errors we made by learning to speak first.*

Concordo aqui com a visão de Olson (1997), para quem os sistemas de escrita determinam em seus usuários diferentes concepções de linguagem: cremos que uma língua é aquilo que nosso sistema de escrita representa. Conseqüentemente, supervalorizamos todos os aspectos da linguagem que possam ser registrados pela escrita — e os registros selecionados para a escrita. Ao mesmo tempo, deixamos de atentar para tudo o que a escrita não representa. E não é pouco! Ainda segundo Olson,

Embora as características lingüísticas que a escrita deixa de captar já sejam razoavelmente bem conhecidas, sua contribuição para o sentido é bem mais complexa e bem menos conhecida. (p.109)

Quem quer que tenha se dedicado minimamente a transcrever registros de oralidade percebe de imediato a precariedade dos sistemas gráficos para exprimir a riqueza das inflexões de voz — aí compreendidos a entonação, a qualidade, o ritmo, a velocidade, as pausas e os sons paralingüísticos. Sem falar nos gestos e nas expressões faciais que emolduram o dizer e lhe conferem grande parte do significado. É verdade que a escrita, como também aponta Olson, tira dessa precariedade algumas de suas vantagens. Obrigada a suprir de alguma forma aquilo que não consegue representar, cria novos modelos de linguagem, em que uma maior rigidez sintática se soma à lexicalização para preencher o vazio do que não se pode grafar.

Por essa razão, textos produzidos primeiramente como escritos costumam parecer mais completos, menos truncados, mais regulares do que textos falados quando apresentados como transcrição. Esta impressão fica ainda mais forte pelo fato de se tomarem como parâmetros modelos de escrita que, no caso das sociedades com longa tradição de letramento, podem ter um grande distanciamento em relação à oralidade. Transportada para um meio que não é o seu, comparada a modelos artificiosos de linguagem, a fala parece ficar em desvantagem. O papel não é seu ambiente, a letra não lhe faz justiça, e os parâmetros pelos quais é avaliada foram elaborados especificamente para a escrita.

Mal começamos a vislumbrar taxionomias que nos permitam captar um pouco da organização dos discursos orais. Para começar, ao analisar a fala começamos por reduzi-la à transcrição. Já nesse primeiro passo, o material é distorcido inapelavelmente. Muitas vezes no

afã de registrar detalhes da produção oral com sinais especificamente criados para isso — indicando hesitações, mudanças de rumo, duração de pausas, por exemplo — as transcrições se tornam confusas, a leitura se torna difícil e aumenta a sensação de estranheza em relação ao discurso oral. A partir daí, qualquer cotejo entre escrita e fala está marcado pelo pecado original do orgulho que nos levou a querer que a fala — atributo natural humano — se meça pela imagem e semelhança de modelos de escrita — criações culturais, válidas apenas para determinadas épocas e sociedades.

O estudo da escrita, por outro lado, tem uma tradição tão longa quanto vasta. Na verdade, a escrita foi sempre — direta ou tortuosamente — tomada como a mais legítima, quando não a única, manifestação lingüística digna de interesse. Impulsionado pelo peso de uma longa tradição sacralizadora, muitas vezes, senão sempre, o domínio da escrita acarretou e acarreta um movimento para longe das “marcas de oralidade”, entendidas geralmente como “defeitos” nos textos escritos. Se atentarmos um pouco mais para essa concepção purista do escrito como algo que deve ser depurado de indesejáveis “marcas de oralidade”, percebemos que já entramos no território do absurdo. A escrita enquanto tecnologia de representação gráfica do falado é “marca de oralidade”: não deveria haver outra razão para sua existência. Mas há. Para começar, a escrita, desde suas origens esteve associada ao poder. E essa ligação — em grau talvez maior do que as exigências estabelecidas pela transposição de meio em si — determina substancialmente suas formas, que continuam sendo vistas como mais dignas de apreciação que as da oralidade.

Várias características formais da fala têm sido apontadas como inadequadas para a escrita. Urbano (2000b:118-22), por exemplo, lista vários aspectos sintáticos da língua falada — que, quando representados na escrita devem ser analisados como interferência da oralidade. Para ele, nesse caso estariam construções com **anacoluto** (“*Essas crianças de hoje, ninguém pode com elas.*”); certas **elipses** de elementos oracionais básicos (“*Acho que pelo litoral só dá até a Bahia.*”); **pleonasmos** e **repetições**; o uso do pronome-sujeito *eu*; a indeterminação do sujeito com *você*; e a alta frequência de coordenações sindéticas ou justapostas. Por que razão seriam tais usos inadequados para a escrita? Nenhuma outra me ocorre além da tradição normativa, que valoriza justamente torneios sintáticos menos comuns — ou completamente inexistentes na fala.

Observe-se que enquanto muito se analisam e discutem as tais “marcas de oralidade” na escrita, apontando-as como falhas de principiantes — ou, numa visão também tendenciosa, como ousadia permitida a escritores consagrados — não se encontram muitos trabalhos que comentem as “marcas da escrita” na oralidade. No entanto, não é difícil sustentar o argumento de que, tanto filogeneticamente quanto ontogeneticamente, faz mais sentido a noção de interferência da escrita na oralidade do que o inverso. Um exercício simples nessa direção seria o de supor que sentido teria a noção de “marca da oralidade” em relação aos primeiros textos escritos em uma língua até então ágrafa. Provavelmente nenhum. Já para as sociedades de longa tradição de letramento, onde práticas discursivas letradas estabeleceram modelos de textos escritos, o cenário é diferente. Abaurre (1988:136-7) relata que a análise de centenas de textos espontâneos de crianças brasileiras, de várias regiões e diferentes classes sociais, em fase de alfabetização, levou-a à conclusão de que não se pode aceitar a afirmação de que a criança “escreve como fala”. Para Abaurre,

...é possível identificar desde cedo a incorporação de aspectos convencionais, o que só pode ser explicado pelo forte apelo social das atividades de escrita e leitura. Em maior ou menor grau, a convencionalidade começa logo a ser incorporada pelas crianças, e é evidente que quanto maior for o seu contacto com essas atividades, no ambiente em que vive, mais atentas elas estarão para os aspectos convencionais da escrita. (127)

Os valores e as formas associados ao letramento, que —como verificou Abaurre— já são transmitidos no processo natural de socialização da criança, recebem atenção ainda maior no processo de escolarização. Como afirma Signorini (2001b: 115),

...como a escola trabalha tanto com a idéia do universo letrado se contrapondo a e excluindo o uso da oralidade, quanto com o ideal de pureza de uma escrita que não se confunde com a fala, todo o desafio de escrever adequadamente, corretamente, passa a ser o de limpar, extirpar da escrita o que é percebido como resíduo ou “interferência” da oralidade, e o de reproduzir uma dada “lógica” institucionalizada de composição de texto.

No entanto, é facilmente observável que textos falados de pessoas imersas no letramento são muitas vezes ineficazes por apresentarem tessitura incompatível com o processamento auditivo. A elaboração excessiva pode confundir o ouvinte com os longos encadeamentos e a densidade extravagante para os padrões da oralidade. Além disso, a

postura mais que monologal, solipsista mesmo, do escrito, muitas vezes adotada nas falas exageradamente formais, por exemplo, propicia o desligamento da atenção dos ouvintes, impedidos da interação engajada que caracteriza a comunicação oral. Contudo, tais produções são em geral valorizadas, talvez justamente por atestarem o alto grau de letramento de seus produtores, aquele grau de letramento que engendrou o “*academês*”, “*jargão solene, opaco como a linguagem do burocrata e automático como a frase batida do jornalista*” (NASH, 1990, *apud* SIGNORINI, 2001b: 113).

Pode-se observar, ainda, que dificilmente se ressalta que a escrita é precária para representar o falado, apesar dos muitos recursos gráficos que têm sido a ela incorporados ao longo do tempo. Ao contrário, o texto escrito tem sido percebido como um modelo de completude, autonomia e explicitação que deveria ser seguido pela fala, o que é certamente um equívoco — como tem sido demonstrado pela lingüística textual.

1.2. Os supostos efeitos cognitivos da escrita

Mais do que os efeitos gerais da escrita — em termos de progressos científicos ou sociais que porventura se possam a ela atribuir — para os grupos que dela se utilizam, é interessante observar a imagem que dela se constrói. A ela se atribuíram e atribuem, por exemplo, efeitos cognitivos que diferenciam seus usuários — individualmente ou como grupos sociais — dos que a desconhecem: para alguns, dela dependem desde a concepção dos sistemas jurídicos até a capacidade de raciocínio abstrato. Sociedades ágrafas foram descritas como incapazes de ultrapassar o nível (inferior) do pensamento mágico, incapazes de atingir os rigores de um pensamento científico; pessoas que não conhecem qualquer sistema de escrita foram e são consideradas mais limitadas cognitivamente do que as que escrevem. Os preconceitos contra elas chegam a produzir uma equivalência entre analfabeto e incapaz. Tais juízos vêm sendo abalados em várias áreas do conhecimento em que as distorções do etnocentrismo receberam algumas correções. Observou-se, por exemplo, que muitas das avaliações que têm sido feitas sobre a capacidade de raciocínio dos analfabetos partem de conceitos definidos para os escolarizados/letrados. Como afirma Ong (1998: 69),

Os promotores dos testes de inteligência devem convir que as perguntas de nossos testes comuns de inteligência são talhadas para um tipo especial de consciência, uma “consciência moderna”, profundamente condicionada pela cultura escrita e pela impressão.

Embora seja um dos pensadores associados à teoria de uma grande diferenciação entre as culturas letradas e orais, Ong é bastante crítico em relação às conclusões a que chegou Luria em seu estudo comparativo sobre camponeses analfabetos e alfabetizados — a partir dos quais o pesquisador russo concluiu que os analfabetos demonstravam dificuldades em lidar com abstrações, em refletir sobre problemas colocados de forma categorial, preferindo sempre voltar ao situacional, a suas experiências concretas de vida. Contrapondo-se à conclusão de Luria, Ong aponta para o fato elementar de que mesmo um termo com referência concreta como *árvore* não se refere a uma árvore específica, mas se constitui em abstração conceitual que pode ser aplicada a qualquer árvore. O desempenho dos analfabetos avaliados por Luria revela, afirma Ong, antes o desconhecimento por parte desses sujeitos das regras do discurso escolar (p.60-70).

Nenhuma grande diferença cognitiva foi efetivamente comprovada, por exemplo, entre usuários e não-usuários de sistemas de escrita testados na extensa investigação de Scribner e Cole (1981), com o grupo étnico Vai, da Libéria. Comprovou-se apenas a circularidade da pesquisa. Ou, como bem resumiu Gnerre (1985:74): *“A suspeita óbvia é de que estamos ainda dentro de um círculo fechado: achamos o que procuramos e procuramos o que consideramos relevante achar.”*

1.3. A questão das artes verbais

Na mesma tradição de valorização do escrito em detrimento do oral, há também um esforço intenso dos meios acadêmicos no sentido de levar os escolares a perceber a riqueza da criatividade nos textos escritos, a valorizar a palavra impressa e a exercitar-se nas habilidades do escrever. Pouca ou nenhuma atenção se dedica no ensino às habilidades orais.² Foi preciso que a investigação cuidadosa de Milman Parry³ demonstrasse a origem inegavelmente oral da

² V. a esse respeito Marcuschi, 1997b.

³ A tese original de Parry, que defendeu a teoria oralista da composição homérica, foi apresentada em Paris em 1928. A publicação incluída na bibliografia é PARRY, M. *The collected papers of Milman Parry*. (A. Parry, ed.) Oxford: Oxford University Press, 1971.

poesia homérica para que se pudesse conceber que a fruição estética da linguagem prescinde das letras: não é pela “literatura” que se criam os efeitos que consideramos esteticamente valiosos, é pela linguagem.

É bastante revelador o fato de que a expressão literatura oral seja empregada para a referência às produções verbais cuja forma é apreciada e valorizada por uma comunidade. No entanto, a própria escolarização se dá pelo contato em presença e jamais dispensa a fala do mestre (ainda que raramente se dê muito espaço para a fala dos aprendizes). É uma contradição na própria essência do ensino. Fosse a escrita um meio tão autônomo e completo, do qual se devem extirpar as marcas que lembrem a linguagem falada, para que o professor? O aprendiz leria e pronto. Mas o que se verifica é que, mesmo nos mais altos níveis de escolarização, a figura do professor e a presença dos interlocutores são indispensáveis. Para não mencionar o poder dos comunicadores cuja habilidade no uso da linguagem oral se constitui em instrumento fortíssimo de persuasão na mídia contemporânea. Na verdade, o escrito só vive no falado, que é o meio básico, vital, insubstituível. com suas exigências interativas e sua capacidade de envolvimento. Alertando para a necessidade de se atentar para o sentido próprio e os efeitos da voz humana, Zumthor (2000) afirma que

*Nessa tarefa de desalienação crítica, o que tenho de eliminar logo é o **preconceito literário**. A noção de “literatura” é historicamente demarcada, de pertinência limitada no espaço e no tempo: ela se refere à civilização européia, entre os séculos XVII ou XVIII e hoje. Eu a distingo claramente da idéia de **poesia**, que é para mim a de uma arte da linguagem humana, independentemente de seus modos de concretização e fundamentada nas estruturas antropológicas mais profundas. (p.15)*

O mérito maior da escrita — e não é pouco — é o de preservar no tempo e no espaço um registro das experiências humanas formuladas em linguagem. Registro que, um pouco por conta das exigências próprias do meio e muito por conta de sua associação com o poder e a tradição, adquiriu características próprias, mas ainda assim um registro. Sem dúvida, a escrita ampliou enormemente a capacidade da memória coletiva dos grupos humanos, e, com isso, trouxe conseqüências impactantes. Mas ainda assim a escrita é na origem uma técnica de registro, uma tecnologia — “a tecnologização da palavra”, a que se refere o subtítulo de Ong (1998). E um registro — apesar das vantagens que traz como forma de preservar a experiência

— não poderia ser mais do que aquilo que registra: seria, em princípio, um contra-senso. Entretanto, como bem coloca Marcuschi (2001a: 16-7),

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Nesse sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Um instrumento tão poderoso só poderia concentrar todas as atenções dos estudiosos. Como lembra Ong (1998: 17), o estudo da linguagem por um longo tempo concentrou-se mais nos textos escritos do que na oralidade por um motivo facilmente identificável: a relação do próprio estudo com a escrita. E esse

domínio inabalável da textualidade [escrita] sobre o pensamento erudito evidencia-se no fato de que até hoje não se formularam conceitos que permitam uma compreensão satisfatória — para não dizer menos desfavorável — da arte oral como tal, sem referência, consciente ou inconsciente, à escrita. (p.19)

Utiliza-se, por exemplo, como apontado acima, o termo — equivocado, segundo Ong — literatura oral para fazer referência a produções orais artísticas, até mesmo de comunidades ágrafas. Apesar de críticas como a de Ong quanto à incongruência entre os termos que compõem a designação literatura oral, a expressão se tornou corrente entre vários estudiosos da área. Bauman (1986) argumenta que a justificativa etimológica invocada por Ong não é suficientemente forte e, na verdade, apenas atesta a visão do autor, que é um classicista. Para Bauman, a consagração do uso é mais relevante. E o fato é que outras designações propostas como “arte verbal” e “arte oral” nunca tiveram muita aceitação. Ainda que se possa concordar com Bauman, não deixa de ser interessante observar a parcialidade expressa na formulação. Chamar a produção artística falada de “literatura oral” equivale — para usar uma comparação também feita por Ong — a chamar um cavalo de “automóvel sem rodas”. Mas ao adotar a expressão, Bauman propõe-se a demonstrar que a valorização estética da linguagem não é exclusividade e muito menos criação da escrita. Para Bauman, a noção de *performance* recobre a demonstração de habilidades comunicativas, um ato de expressão que

se oferece à avaliação por uma audiência, um ato poético, que merece — tanto quanto os textos literários — ser atribuído a um autor. Ele lamenta que ao analisar produções orais raramente se pense na autoria, como se esta fosse apenas referente à escrita.⁴

Num movimento semelhante ao que produziu a denominação literatura oral, trabalhos recentes chamam de letramento as práticas orais que apresentam “*um caráter de permanência no tempo semelhante ao que normalmente se atribui à escrita*” (CORRÊA 2001: 137). Ainda que a intenção nesses casos seja a de valorizar a oralidade como forma possível de registro duradouro da experiência humana, a escolha do termo ainda revela o poder da escrita no imaginário do letrado.

1.4. A (ilusão da) vitória sobre o tempo

A escrita é certamente uma tecnologia que exige conhecimentos específicos — já que o meio em que se realiza coloca exigências específicas — e que permitiu uma extensão ilimitada — em termos de grupo, é claro — da memória, da capacidade de registro das experiências humanas, se constituindo em instrumento poderoso para alavancar o conhecimento obtido através do acúmulo de registros dessas experiências. Mas por ter esses poderes, a escrita dá aos que a dominam a sensação de pertencer a um mundo superior, de vencer os limites espaciais e principalmente temporais da existência. Diz o brocardo que para viver uma vida plena um homem deve “*ter um filho, plantar uma árvore e... escrever um livro*”. Não são essas três imagens de imortalidade? Pela escrita se tem a sensação de vencer a morte — não são “*imortais*” os membros da Academia de Letras? A história da decifração de escritas antigas inclui inúmeros exemplos do enorme valor atribuído pelos poderosos à escrita como forma de se perpetuar na memória das gerações futuras.

Em 1836, o inglês Henry Cheswicke Rawlinson, dublê de consultor militar e pesquisador de inscrições antigas, descobriu e decifrou inscrições babilônicas de dois mil e

⁴ Na verdade, como aponta Zumthor (1993, sobretudo no capítulo 13, intitulado “E a literatura?”), o conceito de autoria está mesmo ligado à escrita. Mas não por ser a escrita o lugar onde o sujeito se manifesta como senhor de um discurso, e sim por ser ela o lugar onde se origina a ilusão do sujeito senhor exclusivo e origem de seu discurso, bem como a ilusão do texto autônomo. Não fosse por tais ilusões, não teriam razão de ser as tantas afirmações que a Análise do Discurso se vê obrigada a fazer a respeito da heterogeneidade do discurso, da polifonia, do dialogismo, da intertextualidade.

quinhentos anos antes que, juntamente com um conjunto de esculturas em baixo-relevo, adornam, a mais de cem metros de altura, as paredes lisas e íngremes dos rochedos de Behistun, no Irã. O próprio Rawlinson descreveu minuciosamente as agruras por que passou para chegar ao local onde se encontram as inscrições:

Mal conseguimos encostar-nos à parede da rocha, enquanto seguramos o caderno com a mão esquerda e o lápis com a direita. Foi em tal posição que copiei todos os textos da parte superior, e de tal modo me absorvi no trabalho que me esqueci inteiramente do perigo. É muito mais difícil chegar ao nicho que contém a parte crítica. (apud DOLBHOFFER, 1962: 116).

Imagine-se, então o esforço humano investido na gravação de tais inscrições dois e meio milênios antes! E tudo para “perpetuar” em pedra, em três línguas e três sistemas de escrita diferentes, que Dario, o Rei dos Persas informa ao futuro que é o Rei dos Reis, que é poderoso e que sua família é nobre desde sempre!

Tfouni (2002) aborda o tema da vertigem da imortalidade que acomete o escritor, evocando a lenda de Gilgamesh, um dos mais antigos documentos escritos. Segundo a lenda, Gilgamesh, o rei de Ururk, só encontra paz na sua angustiada busca pela imortalidade quando inscreve em pedra sua história, “a escrita simbolizando uma forma de vencer o medo da morte, porque garante a permanência, no tempo, daquele que escreve” (p. 87). E faz sentido supor que, até por isso, para viver “eternamente” pela escrita, a linguagem muitas vezes se envolve em tiras de algodão, usa máscaras fúnebres, se fecha em sarcófagos, guardados zelosamente em pirâmides monumentais. De tanto admirar a tecnologia da mumificação e riqueza de se cercam os corpos preservados, passamos a criticar a linguagem vivente por não se parecer com a escrita sacralizada. E tal como os mausoléus ricamente construídos, a escrita também não é um bem igualmente acessível a todos, uma tecnologia que qualquer um pode dominar facilmente, mas um instrumento de poder e distinção que se mantém muitas vezes intencionalmente distante do uso comum, demarcando a superioridade dos que a possuem, seja pela complexidade dos próprios símbolos gráficos — como foi o caso da escrita hierática egípcia — seja pela criação de variedades lingüísticas específicas que passam a ser tidas como únicas formas legítimas para a modalidade.

2. ORALIDADE E ESCRITA; UMA RELAÇÃO TÃO DELICADA...

As relações entre a oralidade e a escrita têm suscitado indagações e respostas variadas ao longo dos tempos e através dos espaços em que a escrita foi utilizada. Considerar exaustivamente as inúmeras teorias a respeito extrapolaria—em todos os sentidos—os limites deste trabalho. Considero aqui apenas algumas abordagens que o tema recebeu dentro dos quadros teóricos formulados pela Linguística contemporânea, isto é, a partir da afirmação saussureana a respeito da “primazia do oral”.⁵

2.1. A perspectiva culturalista⁶

Os estudos sobre a escrita não encontraram muito espaço na Linguística durante a maior parte do século XX. Definida como representação secundária da oralidade, a escrita foi posta na categoria dos assuntos de menor importância. Assim, é compreensível que as discussões mais relevantes sobre as relações entre a escrita e a fala tenham sido retomadas na década de 60, a partir de análises de antropólogos, como Claude Levi-Strauss, Jack Goody e Ian Watt, teóricos da comunicação, como Marshall McLuhan, classicistas como Eric Havelock e Walter Ong, e psicólogos cognitivistas como David Olson, Sylvia Scribner e Michael Cole — sem esquecer, é claro, da divulgação, já na década de 70, do trabalho pioneiro de Alexander Luria, que entre 1931 e 1932 realizara um estudo comparativo abrangente com indivíduos analfabetos e indivíduos com algum conhecimento da escrita, no Usbequistão e na Quirguízia, então remotas regiões da União Soviética.

De acordo com uma observação bem-humorada, o mundo se divide entre os que dividem as pessoas em dois tipos e os que não o fazem. Com efeito, uma das questões centrais levantadas por esses estudiosos — a dos efeitos da escrita nos indivíduos e sociedades que a

⁵ Uma excelente apresentação da mesma história aqui relatada é feita em Gee (1993), através de resenhas das obras mais significativas produzidas no período sobre o tema.

⁶ O termo *culturalista* no sentido aqui empregado, foi emprestado de MARCUSCHI, 2001a.

utilizam — teve duas repostas contrastantes: a Teoria da Grande Divisão, dominante até os anos 80, a Teoria da Continuidade, que ganhou força nas décadas seguintes.

Para os defensores da Teoria da Grande Divisão — como Jack Goody, Ian Watt e Walter Ong, para citar alguns — haveria diferenças radicais, profundas e essenciais entre os modos de pensar dos membros das sociedades letradas e não-letradas, diferenças que estabeleceriam modos de organização e conhecimento específicos de cada uma. O artigo clássico de Goody e Watt (1972), por exemplo, se propõe exatamente a descrever as consequências do letramento para as sociedades que dele dispõem. Mas, se para a concepção leiga a escrita traça uma divisória clássica entre povos que a têm e os que não a têm, para uma análise mais atenciosa os fatos se revelam mais problemáticos, mesmo quando a visão dos autores os encaminha para perceber diferenças definitivas.

Primeiramente, segundo Goody e Watt, é possível distinguir diferentes sistemas de escrita — logográficos, fonográficos — quanto à complexidade. Por esse critério, o alfabeto pode ser visto como um sistema mais funcional, de fácil aquisição, teoricamente acessível, portanto, a um maior número de pessoas. A simplicidade das formas seria condição, portanto, para a difusão do domínio da escrita, que, esta sim criaria a sociedade letrada propriamente dita. Condição necessária, mas não suficiente, segundo os mesmo autores, já que na Palestina e na Índia, a adoção de sistemas de escrita relativamente simples ainda no séc. VIII a.C. não surtiu os mesmos efeitos atribuídos à escrita na Grécia. Portanto, a importância da escrita alfabética nas raízes das configurações sociais e — se insistem — cognitivas ocidentais, precisam ser relativizadas.

Para explicar os casos em que escritas simples não realizaram o potencial transformador a elas atribuído, Goody e Watt introduziram a noção de letramento restrito (*restricted literacy*) e invocaram fatores como restrições religiosas e distanciamento entre a linguagem do letramento e o vernáculo. Mas a fé dos autores nos poderes transformadores da difusão do alfabeto acaba por atribuir a tais restrições um papel periférico, o que os impediu de fazer questionamentos mais aprofundados sobre as complexas relações entre oralidade e escrita que podem ocorrer e efetivamente ocorrem em todas as sociedades.

Referindo-se ao Egito Antigo, à Mesopotâmia e à China, por exemplo, Goody e Watt afirmam que as elites de religiosos/escritas dessas sociedades tinham interesse em manter um fosso (*gap*) entre a cultura letrada e a oral:

A existência de um grupo de elite, que derivava seu poder da dificuldade do sistema de escrita, e cuja influência continuada dependia da manutenção daquela ordem social, deve ter sido uma força conservadora poderosa, especialmente quanto consistia de especialistas em rituais; e tal —podemos supor— era a natureza do próprio sistema de escrita. ⁷ (p.323)

Apesar de tais constatações, permanecia válida para eles a crença em que os sistemas de escrita alfabéticos, por sua simplicidade, propiciam a laicização da escrita, tirando das esferas teocráticas, das elites sacerdotais, a exclusividade de seu domínio. A democratização da escrita teria sido em grande parte responsável pelo modo de organização social e cultural das cidades-estado gregas. Então como explicar que um sistema equivalente não tenha surtido efeitos semelhantes na sociedade hindu e na judaica? Embora se refiram ao emprego diferente que as sociedades podem dar à escrita, Goody e Watt não vêem centralidade na questão. Deixam assim de perceber que um sistema de escrita pode ser mais simples ou mais complexo, em termos da quantidade de símbolos que o constitui e da transparência da relação entre tais símbolos e elementos da linguagem que representam, mas não se podem considerar apenas essas dimensões para, a partir delas, avaliar o grau de democratização da cultura letrada em dada sociedade. E mesmo a suposta democratização do letramento na Grécia Antiga deve ser relativizada pelo conhecimento de que dela estavam excluídos mulheres, estrangeiros e escravos, por exemplo, o que já configurava um caso de letramento altamente restritivo.

Estudos recentes sobre a história da escrita nos têm revelado que a simplicidade de um sistema de símbolos mínimos pode ser neutralizada pela criação de uma variedade lingüística que se torna exclusividade dos escribas. As consequências da escrita, portanto, não podem ser avaliadas independentemente de outras considerações. Como aponta Barton (1994), a noção

⁷ *The existence of an elite group, which followed from the difficulty of the writing system, and whose continued influence depended on the maintenance of the present social order, must have been a powerfully conservative force, especially when it consisted of ritual specialists; and so it may be surmised was the nature of the writing system.*

de restrição ao letramento pode assumir várias formas e, pelo seu impacto na difusão da escrita, tem que ocupar um lugar central na descrição do uso da escrita em qualquer sociedade.

Na verdade, a Teoria da Grande Divisão apresenta um viés grafocêntrico e etnocêntrico que foi (e continua sendo) bastante criticado. A partir dos anos 80, estabeleceu-se entre alguns pesquisadores um consenso de que seria mais correto falar sobre o papel do letramento em relação ao grupo que o utiliza, do que investigar mudanças cognitivas possivelmente produzidas nos indivíduos. Como demonstrou a investigação de Scribner e Cole (1981) — a respeito das conseqüências da escrita sobre as capacidades cognitivas dos Vai, grupo étnico da Libéria —, mudanças sociais mais abrangentes como a urbanização e a escolarização seriam responsáveis por muitos efeitos atribuídos ao letramento em si por pesquisas anteriores. Essa investigação estabeleceu um marco, a partir do qual muitos estudiosos passaram a defender como uma visão que se apresentava como oposta à do grafocentrismo inerente à Grande Divisão: a Teoria da Continuidade. Segundo esta teoria, a escrita e a oralidade são usos lingüísticos essencialmente equivalentes, cujas diferenças se relacionam apenas com as diferentes exigências dos meios materiais em que se realizam. Para os defensores dessa posição, o domínio da escrita não acarreta nenhuma diferença lingüística ou cognitiva importante: a escrita passa a ser vista apenas como um instrumento neutro para a preservação da linguagem no tempo e no espaço, cujo impacto é mais social e institucional do que cognitivo. Foi em torno dessa idéia que a relação entre o falado e o escrito começou a ocupar um lugar mais visível no cenário da lingüística.

2.2. Enquanto isso, nas salas da Lingüística...

2.2.1. O retorno da escrita reprimida

Como se observa no percurso rapidamente descrito acima, a relação entre a escrita e a oralidade, então, vinha sendo já há algum tempo objeto de análise de estudiosos de áreas diversas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia e os estudos clássicos. Para a lingüística, entretanto, o assunto não teve por muito tempo maior interesse, já que, em conformidade com a posição tomada por Saussure e continuada pelas correntes teóricas que se

seguiram ao estruturalismo, a escrita foi considerada mera transcrição da fala, esta sim tida como único objeto a ser considerado.

A partir dessa afirmação categórica, os lingüistas decretaram a primazia do oral e baniram oficialmente a escrita do rol dos temas pertinentes para a área. Entretanto, ao fazê-lo, freqüentemente deixaram de ver que a percepção metalingüística criada pela experiência do letramento se infiltrava nas análises, tanto mais sub-repticiamente quanto mais a escrita era ignorada. Quando as descrições lingüísticas se pretenderam equivalentes à competência lingüística dos falantes, a fato de não se pensar em efeitos do letramento produziu muitas análises não de falantes, mas de leitores. Scholes e Willis (1995), por exemplo, demonstram não só que falantes letrados e não-letrados apresentam “intuições” distintas em relação a vários níveis de organização da linguagem, mas também que as “intuições” dos letrados coincidem regularmente com o modelo da escrita.⁸

Para dar apenas um exemplo de quanto o viés grafocêntrico invadiu a teoria lingüística, basta considerar a argumentação de Chomsky a favor da hipótese inatista, nos textos fundadores do gerativismo (por exemplo, CHOMSKY, 1957 e 1959). Nesses textos, Chomsky argumenta que o feito da criança ao adquirir a gramática de sua língua só pode ser explicado por uma disposição inata para tanto, já que os dados a que tem acesso seriam precários e fragmentados. Tal argumentação se baseia numa avaliação negativa da língua falada — descrita como incompleta e falha — e, conseqüentemente, numa valorização do processo de aquisição — que ocorre apesar da “pobreza do estímulo”.⁹ Mas em que parâmetros de abundância e completude se baseia a crítica aos dados da linguagem falada em torno da criança? Não seriam os parâmetros da escrita? Há uma circularidade estranha no

⁸ É interessante observar que a percepção desse “desvio de rota”, provocado pela visão estritamente formal da linguagem, vem recentemente ocupando espaço até nos manuais de iniciação à lingüística. É o que se verifica em Camacho (2000), que invoca Bakhtin ao explicar por que a variação lingüística, apesar de evidente a qualquer observador, permaneceu fora dos interesses da Lingüística, revela claramente esse processo de usurpação do lugar da fala pela escrita. Em suas palavras:

Uma premissa fundamental da Lingüística contemporânea é justamente o enfoque na modalidade oral da linguagem, sendo até comum vê-lo como princípio programático nos manuais correntes de divulgação, para opor a Lingüística à Filologia. Ainda assim, na interpretação de Bakhtin, o lingüista continua a aplicar às línguas vivas a metodologia e categorias analíticas adquiridas mediante o longo convívio com línguas mortas-escritas-estrangeiras. O resultado desse tratamento é a concepção de linguagem que o norteia, que é a de um objeto de estudos isolado-fechado-monológico, absolutamente desvinculado do contexto social. (p.65-6)

⁹ Como afirma Scarpa (2000: 207), essa argumentação, que se apresentava como essencial nos primeiros textos de Chomsky, manteve-se nas abordagens mais recentes, sobrevivendo às modificações sobre o aparato descritivo.

argumento: a criança, de modo surpreendente, adquire a gramática de uma língua a partir da exposição a dados precários e fragmentados produzidos pelos falantes — adultos, inclusive — que com ela convivem. Ora, essa mesma criança, mais tarde, será outro adulto a produzir novos dados igualmente precários e fragmentados, que serão *input* para outras crianças.

Onde, então, se encontra a linguagem em sua real completude e abundância? Provavelmente nos modelos da língua escrita, que insidiosamente deformam a percepção da oralidade, fazendo-nos ver nesta uma forma tosca e distorcida do modelo idealizado, criado pelas exigências específicas daquela. Ao retirar da linguagem o uso, transformando o falante num falante-ouvinte ideal solipsista, Chomsky se permite considerar sentenças isoladas de contexto e co-texto, como o são as sentenças modelares que constituem o foco da gramática clássica utilizada para o ensino da norma culta voltada para a escrita.

Como ressalta Barton (1994:82), a visão teórica do gerativismo implica tratar a linguagem como um sistema abstrato e independente de modalidade, desqualificando discussões sobre diferenças entre oralidade e escrita: falava-se de linguagem em geral. E hoje, em retrospecto, se pode dizer que as questões sobre a gramaticalidade de sentenças descontextualizadas visavam produtos da escrita.

No caso do gerativismo, é preciso apontar também que a metodologia de investigação preconizada, a da introspecção ou de testes abertamente direcionados que solicitam de falantes um julgamento sobre sentenças descontextualizadas, cria a situação ideal para a interferência do superego normatizado do falante letrado. Ou, como afirma Johnson-Laird (1987), em sua participação numa discussão interdisciplinar sobre a teoria de Chomsky:

*As teorias existentes sobre a competência têm sido amplamente desenvolvidas com base nas intuições de lingüistas, e, portanto, refletem um conhecimento gramatical sobre a língua escrita.*¹⁰

Não é por outra razão que a metodologia da pesquisa sociolingüística laboviana procura minimizar a presença do gravador para obter dados naturais. Imagine-se uma

¹⁰ Existing theories of competence have been largely developed on the basis of linguists' intuitions, and therefore inevitably reflect a grammatical knowledge of the written language.

pesquisa sociolinguística que se baseasse em testes de avaliação para obter amostras do vernáculo! Impensável, impossível. Aliás, no texto já mencionado (HOUSEHOLDER, 1971), Householder propõe mesmo que os gerativistas assumam abertamente a primazia da escrita na representação da competência dos letrados, já que — como demonstra — as representações subjacentes que estavam sendo então propostas para a fonologia do inglês coincidiam com as regularidades da escrita.

No mesmo sentido se colocam as ponderações de Marcuschi (2001a) ao estabelecer paralelos entre os princípios gerais da editoração da fala pelo gramático e os processos de compreensão do ouvinte. Justificando os procedimentos de editoração a partir de critérios comunicativos, Marcuschi aponta para “*a necessidade de repensar com mais clareza a noção de gramaticalidade*” (p.60). Para ele, os procedimentos do ouvinte na compreensão da fala levantam uma série de indagações mais complexas e suscitam uma discussão que — entre outras consequências —

...leva a rever a questão da aquisição linguística, ou seja, propõe que se reconsidere o papel da imitação na aquisição da fala. O que é mesmo que nós imitamos? Se a criança ouve os pais, irmãos, amigos etc. falando da forma como falam, como é que consegue organizar o sistema linguístico de sua língua materna sem que dele faça parte como fenômeno sistemático a hesitação, por exemplo? É porque a criança não ouve aquele tipo de produção ou por que os parâmetros linguísticos não são adquiridos empiricamente, mas por uma derivação teórica de princípios subjacentes mais poderosos e talvez até universais? Neste caso poderíamos indagar: o que é mesmo que alguém adquire quando adquire uma língua? (p.61)

2.2.2. Tudo é uma questão de grau

2.2.2.1. A Teoria da Continuidade aplicada sincronicamente

Enfim, a hegemonia do paradigma formalista — escondendo seu viés grafocêntrico sob a interdição às considerações dos usos da linguagem —barrou por algum tempo as comparações entre o oral e o escrito, e acabou muitas vezes por misturar dados da escrita e da oralidade, quando não por tomar a escrita como modelo para a oralidade. Mas por volta do final dos anos 70, o panorama da Linguística se modificava. Indagações surgidas de áreas

emergentes como a Análise da Conversação e a Linguística Textual, bem como as investigações sobre a Aquisição da Escrita, abriram o caminho para estudos comparativos entre as duas modalidades. Num primeiro momento as comparações se empenharam, sobretudo, em enfatizar as diferenças entre o escrito e o falado, caracterizando cada modalidade em termos de oposições dicotômicas. Foi nesse contexto que surgiram trabalhos pioneiros como os de Wallace Chafe (1982, 1985) e Elinor Ochs (1979), por exemplo. Para o primeiro, as diferenças entre a oralidade e a escrita decorreriam sobretudo da oposição *envolvimento/ distanciamento*, este próprio do texto escrito, aquele do falado. Para a segunda, uma questão determinante seria o tempo de planejamento: o texto escrito seria mais *planejado*, por oposição ao texto oral, que tenderia ao *não-planejado*. Deborah Tannen (1982: 3) assim resume as idéias dos estudos da época:

Duas hipóteses recorrentes são (1) a de que o discurso falado é altamente dependente de contexto, enquanto a escrita é descontextualizada [...]; e (2) a de que a coesão no discurso falado se estabelece através de canais paralingüísticos e não-verbais (tom de voz, entonação, prosódia, expressão facial e gesto), enquanto a coesão na escrita se estabelece através de lexicalização e de estruturas sintáticas complexas que explicitam a conexão e mostram as relações entre as proposições através da subordinação e de outros recursos de 'foregrounding' e 'backgrounding' [...].¹¹

Para ela, a primeira hipótese não se sustenta, uma vez que as diferenças de grau de contextualização observadas nas análises anteriores dependeriam dos gêneros selecionados — conversação casual, para a oralidade, e prosa acadêmica, para a escrita — e não da modalidade discursiva; ao passo que a segunda hipótese lhe parece válida, desde que, ressalta, o gênero discursivo seja sempre levado em conta.

Nesse mesmo artigo, Tannen afirma que recursos que têm sido considerados como essencialmente literários, tais como repetições de sons, palavras e estruturas sintáticas

¹¹ "Two recurrent hypotheses are (1) that spoken discourse is highly context-bound, while writing is decontextualized [...]; and (2) that cohesion is established in spoken discourse through paralinguistic and non-verbal channels (tone of voice, intonation, prosody, facial expression, and gesture), while cohesion is established in writing through lexicalization and complex syntactic structures which make connectives explicit and which show relationships between propositions through subordination and other foregrounding or backgrounding devices [...]." (Optei por não traduzir as expressões 'foregrounding' e 'backgrounding' — que correspondem aproximadamente a 'primeiro plano' e 'segundo plano' — porque seu emprego já está bastante difundido na Linguística Textual.)

(paralelismo formal) e ritmo, são também intrínsecos à conversação espontânea, porque ambas as formas discursivas se caracterizam pela intenção de criar envolvimento interpessoal — a proposta de distinguir escrita de fala pelo parâmetro envolvimento, defendida por Chafe, revelar-se-ia, então inoperante. Tannen (1989) demonstra que existem grandes semelhanças entre os efeitos de repetições, discursos referidos e detalhamento na conversa espontânea, de um lado, e em textos literários e peças de oratória, de outro. Observe-se que a ocorrência de muitas repetições na oralidade foi muitas vezes interpretada como resultante do pouco tempo de planejamento. Em certos gêneros discursivos escritos — e essa é a regra que a escolarização passa como geral — repetir formas ou estruturas é tido como falta grave. No entanto, como demonstrou Tannen, em outros gêneros — também escritos — o mesmo fenômeno é percebido de modo diferente. As dicotomias parecem decorrentes da seleção específica dos textos comparados. A noção de gênero se apresenta, então, como caminho promissor para a discussão para estabelecer parâmetros mais válidos para a seleção de textos orais e escritos a serem cotejados. A partir de percepções como essa, em lugar das dicotomias propõe-se uma gradação de diferenças sobre um contínuo de gêneros/estilos, uma visão paralela à concepção não-dicotômica das diferenças entre oralidade e letramento do ponto de vista cultural, cognitivo e social.

A idéia de um *continuum* — afinada com a Teoria da Continuidade defendida em outras áreas dos estudos humanísticos — apresenta-se então como uma oposição à idéia de uma grande divisão entre escrita e fala, e à idéia de uma polarização entre as duas modalidades, uma visão que de certa forma ecoava a teoria antropológico-cognitiva de uma Grande Divisão entre culturas letradas e culturas ágrafas. A polarização, alega-se, havia sido enfatizada por comparações feitas entre textos mais tipicamente escritos — digamos, um artigo científico — e textos orais de conversação informal. Para os proponentes da Teoria da Continuidade, com tal seleção de dados, as diferenças lingüístico-discursivas nas duas modalidades apareciam artificialmente ampliadas. Tal distorção seria eliminada se a comparação levasse em conta dados mais variados, isto é, de diferentes “gêneros”. Esse refinamento metodológico permitiria que se desfizessem algumas das distinções polarizadas opondo a fala à escrita — tais como *contextualização X descontextualização*, *implicitude X explicitude*, *envolvimento X distanciamento*, *simplicidade sintática X complexidade sintática*. Limitando-se as comparações a textos de gêneros equivalentes, tais dicotomias poderiam ser

representadas como variações graduais ao longo de uma escala, em cujas extremidades estariam, de um lado o texto tipicamente oral — a conversação informal espontânea — e de outro o texto mais tipicamente escrito — textos acadêmicos, artigos científicos, por exemplo.¹²

Representante dessa idéia de continuidade entre os textos das duas modalidades, Biber (1986) examina um conjunto muito amplo de textos escritos organizados num banco de dados computadorizados, o Lancaster-Oslo-Bergen *Corpus* of British Written English, que é constituído por 500 textos de cerca de 2.000 palavras cada, representativos de vários gêneros, todos publicados em 1961. Os textos orais pertencem a outro banco de dados, o *London-Lund Corpus of Spoken English*, uma coleção de 87 textos falados, com cerca de 5.000 palavras cada, representando diversas situações de fala, como conversação, transmissão radiofônica e discursos (*public speeches*). Segundo Biber, a extensão dos *corpora* garantiria a confiabilidade de uma análise quantitativa — como a que empreende — evitando possíveis distorções de amostras reduzidas e menos representativas.

Fazendo, sobre esses dados uma análise comparativa multi-dimensional, através da qual relaciona frequências de ocorrência de algumas estruturas lingüísticas a diferentes tipos de textos, Biber chega a três parâmetros básicos, a que chamou *texto interativo* X *texto editado*, *conteúdo abstrato* X *conteúdo situacional*, e *estilo imediato* X *estilo reportado*. Para ele, as variações textuais em relação aos parâmetros estabelecidos revelam uma interação complexa entre modalidades e gêneros, constituindo uma gradação sobre um *continuum* e não dicotomias radicais. A pesquisa de Biber, como se pode perceber, assume que as características distintivas dos textos escritos atestam apenas as exigências próprias da modalidade, do meio de atualização da linguagem.

Também na linha da Teoria da Continuidade vem sendo desenvolvido desde 1993 um projeto amplo de pesquisa pelo Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e Escrita-NELFE, da Universidade Federal de Pernambuco, cujos trabalhos são coordenados por Luiz Antônio Marcuschi. A hipótese fundamental das pesquisas durante as primeiras fases do

¹² Ver, por exemplo, gráfico em Marcuschi (1995:159).

desenvolvimento do projeto era, segundo seu coordenador (MARCUSCHI, 1997: 151-2), a de que

as diferenças entre a fala e a escrita se dão no contínuo tipológico da produção textual e não nas relações dicotômicas entre dois pólos opostos.

[...]

Esta hipótese sugere que (a) a fala se dá num contínuo de variações; (b) a escrita se dá num contínuo de variações; (c) na relação entre os dois contínuos (a) e (b) surgem semelhanças e diferenças devidas a características de cada modalidade e diferenças que se evidenciam em traços lingüísticos. Isto equivale a dizer que a fala varia, a escrita varia, e ambas variam numa relação mútua. (Destaques do autor.)

De certa forma essa idéia de um *continuum* aplicada às diferenças entre linguagem oral e linguagem escrita incorpora — na sua visão de uma variação gradativa e, em certo sentido paralela, da fala e da escrita — a perspectiva da sociolingüística laboviana, que tem tratado ambas as modalidades como usos em que as diferentes variedades sociais se manifestam, em nível mais ou menos formal, dependendo dos fatores sociais que regulam a produção. Assim, como escreve Marcuschi (2001a: 31),

neste paradigma não se fazem distinções dicotômicas ou caracterizações estanques, verifica-se a preocupação com regularidades e variações.

[...]

Notável nessa tendência é o fato de não se fazer uma distinção entre fala e escrita, mas sim uma observação de variedades lingüísticas diferentes.

Na verdade, com a sociolingüística laboviana a questão da relação entre a oralidade e a escrita é situada no quadro geral das relações entre variedades lingüísticas — sejam elas históricas, geográficas, sociais ou estilísticas. Como afirma Signorini (2001b: 106),

...em última análise, a perspectiva variacionista mantém a noção de escrita como concretização unificada e unificadora das formas canonizadas da língua e como parâmetro para a conceitualização da fala, vista como lugar da dispersão e da deriva.

Pode-se perceber nas posições que salientam as semelhanças, mais do que as diferenças, entre oralidade e escrita, a intenção de um movimento em sentido contrário à Teoria da Grande Divisão, por suas implicações de diferenças cognitivas entre culturas letradas e ágrafas, por extensão, entre falantes alfabetizados e analfabetos.

2.2.2.2. A Teoria da Continuidade aplicada diacronicamente

Ao tratar a relação entre a oralidade e a escrita como uma extensão das relações entre variedades lingüísticas, tratando a escrita como lugar em que se cristalizam as variantes orais de maior prestígio, a perspectiva variacionista atribui à escrita uma função de representação direta da oralidade. Foi essa a visão transposta para as aplicações da teoria à mudança diacrônica, em análises que misturam dados obtidos de textos escritos e orais. Este é o caso, por exemplo, das análises de cunho variacionista, apresentadas por diversos autores, que aparecem coligadas em Roberts e Kato (1993), em que dados obtidos de textos escritos e orais são submetidos ao mesmo tratamento. Mas algumas afirmações dos próprios autores fazem com que certas indagações fiquem mais evidentes que as respostas oferecidas em tabelas cuidadosamente elaboradas.

Por exemplo, Tarallo (1993b) — um dos trabalhos que compõem a referida coletânea — a partir de estatísticas feitas com dados obtidos de textos escritos mais antigos (dos séculos XVIII e XIX) e textos orais contemporâneos (de 1981) conclui que

Fica claro a partir do retrato oferecido que um novo sistema gramatical — chama-se de gramática brasileira ou de dialeto com sua própria configuração, uma vez tratar-se de uma questão meramente ideológica — emergiu ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática, radicalmente diferente da modalidade lusitana. (p.99)

Essas afirmações baseiam-se, evidentemente, na suposição de que os textos escritos — pelo menos em alguns gêneros — manteriam, nos tempos considerados, correspondência direta com a fala, o que não pode ser comprovado. Como garantir que tal afirmação não seja válida apenas se acrescentarmos “para a língua escrita” a “sistema gramatical”? Não parece razoável supor que uma gramática brasileira “emergisse” ao final do século XIX, até porque gramáticas não emergem, nesse sentido, repentinamente. Já uma concepção de modelo adequado para a escrita, essa sim pode apresentar uma eclosão mais rápida.

É certo que em alguns momentos Tarallo admite que as relações entre escrita e fala podem ser mais complexas do que fica implícito em suas comparações. Por exemplo, logo no início do mesmo trabalho, Tarallo afirma que

Apesar das diferenças estruturais a serem apresentadas neste trabalho, o perfil da nossa gramática brasileira (no sentido de gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal. (p.70, grifos meus)

Ou seja, o próprio pesquisador admite que o “vácuo”, a distância entre o escrito e o falado pode variar. Sendo assim, seria válido misturar num mesmo cálculo estatístico dados das duas modalidades e plotá-los em curvas que representam continuidade?

É bem verdade que numa nota, Tarallo invoca, como justificativa para a mistura de dados da escrita e da oralidade, uma citação de Ellegard (1953), na qual esse autor admite que textos em prosa podem não ser imagens exatas da fala natural, “*mas são a melhor amostra de que podemos dispor*” (p.102). E nos comentários finais, logo após a declaração enfática citada acima, de que “*um novo sistema gramatical emergiu ao final do século XIX*” separando o português brasileiro do lusitano, Tarallo atenua suas afirmações dizendo:

Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. E isso também não significa que nossa evidência se encontra enviesada pelos dados. Certamente que não! Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E nesse sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados lingüísticos à luz de evidências sociais. Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática. (p.99, grifos meus)

Se continua em aberto a questão a respeito de quando as mudanças teriam ocorrido e não se pode fazer uma afirmação mais forte do que a de que a partir do final do séc. XIX os brasileiros começaram a se sentir mais livres para usar na escrita um sistema um pouco mais próximo do que o que já era falado, então, obviamente as afirmações categóricas sobre as datas das mudanças se diluem, já que a questão da liberdade de escrever em “brasileiro” foi uma bandeira de muitos autores do período.¹³ Essa constatação, por si só, evidencia o quanto

¹³ V. os dois volumes de textos sobre o tema organizados por Edith Pimentel Pinto, sob o título *O Português do Brasil - Textos Críticos e Teóricos 1 e 2* (São Paulo: Edusp, 1978 e 1981, respectivamente).

é discutível a validade de misturar, nas mesmas tabelas estatísticas, resultados obtidos ora da escrita, ora da oralidade.

É interessante apontar que na apresentação do mesmo livro, Kato (1993:20) argumenta que conhecer as mudanças ocorridas no português do Brasil é necessário

...para entender por que os estudantes escrevem como escrevem e por que a língua dos textos escolares, para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha quanto a de um texto do século XVIII para o lingüista iniciando-se em estudos diacrônicos. O Brasil apresenta assim um caso extremo de “diglossia” entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve adquirir

Ora, como se sabe, a diglossia a que a autora se refere é resultado dos caminhos diferentes percorridos pela escrita — isto é, pela noção canônica de como deve ser um texto escrito — e pela fala, ao longo da história, caminhos que as distanciam a ponto de produzir um bilingüismo numa mesma língua. No entanto, o texto — bem como os trabalhos por ele introduzidos, que jamais levantam a questão da concepção de escrita nos tempos considerados — parece sugerir que a clivagem ocorreu no presente. Mas quais são as bases para tais suposições?

2.2.2.3. O que se está comparando?

Apesar do rigor metodológico das pesquisas quantitativas mencionadas, no que diz respeito à classificação e contagem dos dados, e a extensão dos *corpora* analisados, pode-se questionar o alcance das conclusões tiradas. Estariam sendo analisadas efetivamente as diferenças entre a fala e a escrita, ou entre a fala e os modelos de escrita vigentes para a mesma comunidade numa determinada época—no caso de Biber (1986) — e entre as concepções de escrita de algumas épocas com a fala de outras — nos estudos diacrônicos sobre o português brasileiro considerados acima?

Se as diferenças entre a fala e a escrita podem configurar uma situação de diglossia, como aventado por Kato (1993) no trabalho mencionado, então, ao compararmos textos escritos e orais, não só a questão de gênero ou os parâmetros sugeridos por Biber (1986) são relevantes, mas também — e principalmente — as diferentes concepções sobre o que é

adequado e usual numa determinada época para cada modalidade. Abundam as evidências de que em diferentes épocas e lugares, escrita e fala apresentam graus variados de proximidade e distância. No entanto, considerações desse tipo não têm sido colocadas com profundidade em pesquisas quantitativas que tratam as relações entre oralidade e escrita dentro da Teoria da Continuidade, assim como as questões relativas às restrições sobre o letramento não foram suficientemente exploradas dentro da Teoria da Grande Divisão.

Quando Tannen (1989), como foi mencionado acima, afirma que os textos literários utilizam recursos típicos da oralidade visando obter um efeito de envolvimento, é interessante observar que todos os exemplos apontados por ela vêm da literatura norte-americana contemporânea. Nem sempre foi esse o conceito de linguagem literária valorizada na própria sociedade americana e, certamente, não é esse necessariamente o caso em todas as literaturas. A questão que fica por levantar é: até que ponto os modelos de linguagem e os gêneros variam numa dada sociedade e, nos casos em que escrita é utilizada, quais as relações entre gêneros equivalentes na fala e na escrita em cada grupo específico?

Não considerar a história das diferentes concepções de gênero e escrita pode levar a análises equivocadas. Por exemplo, diálogos escritos para o teatro têm sido frequentemente tomados como representações realistas da fala, no entanto, uma observação mais cuidadosa verificará que também aí operam as convenções da própria escrita. Por exemplo, Duarte (1993) — que faz, a partir da comparação de textos teatrais de várias épocas, afirmações categóricas sobre mudanças no português do Brasil — registra, no entanto, ter verificado uma considerável variação no que diz respeito à ocorrência de sujeitos nulos, i. e., elípticos, na comparação entre as falas de um texto escrito em 1992 e as “mesmas” falas realizadas numa encenação teatral do mesmo texto. Ou seja, mesmo quando se enfraqueceram os impedimentos “*para que a pena brasileira começasse escorrer sua própria tinta*”, a escrita não representa diretamente a fala. Evidentemente a suposição de uma aproximação confiável entre as falas teatrais e as falas de determinadas épocas, lugares, ou classes sociais não se sustenta. Ou chegaríamos à conclusão inevitável, a partir do teatro elizabetano, de que os ingleses do século XVI falassem em versos! Da mesma forma, não se pode supor que os

diálogos, como discursos diretamente reportados em textos escritos, representem adequadamente as variantes correspondentes à origem e situação das personagens.¹⁴

Na verdade, a noção de gênero — que é básica para a Teoria da Continuidade — é problemática em si. Bronckart (2003: 73-4) aponta para o fato de que nenhuma das muitas classificações de gênero de texto que têm sido propostas pode ser tomada como modelo estável e coerente, sobretudo porque se baseiam em critérios diversos: tipo de atividade implicada (gênero literário, científico, jornalístico, etc.); efeito comunicativo visado (gênero épico, poético, lírico, etc.); tamanho e/ou natureza do suporte utilizado (romance, novela, reportagem, etc.); e conteúdo temático (ficção científica, romance policial, receita de cozinha, etc.). E mais: como as produções textuais têm um caráter fundamentalmente histórico, tais gêneros não só estão sempre em movimento — isto é, alguns desaparecem, outros novos surgem — como também suas fronteiras são indefinidas. Como afirma Bronckart,

a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, como uma nebulosa, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjuntos de textos com contornos vagos e em interseção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes). (p.74)

Soma-se a essa impossibilidade de estabelecer definições estáveis e coerentes, a heterogeneidade interna dos textos em que os gêneros se realizam: um romance, por exemplo, pode ser constituído por um segmento principal narrativo, no qual se intercalam diálogos de personagens ou comentários de autor; um artigo científico pode ter, além da exposição teórica, a narrativa cronológica da constituição de teorias concorrentes. Portanto, torna-se difícil ou mesmo impossível classificar gêneros através das regras linguísticas específicas que mobilizam.

Para deslindar a confusão estabelecida pela terminologia tradicional, Bronckart propõe como método de trabalho distinguir dois níveis de organização textual: o do **texto**, definido como “unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)”, reservando a expressão **gênero de texto** para cada conjunto de textos que realizam a mesma atividade comunicativa; e o do **tipo de discurso**,

¹⁴ Ver a esse respeito o estudo sobre a representação da oralidade no texto literário em PRETI, D. (1987).

definido como segmento lingüisticamente caracterizável que entra na composição de um texto. Enquanto os textos (ou gêneros de texto) são múltiplos, e até mesmo infinitos, já que histórica e culturalmente variáveis, os tipos de discurso (relato, argumentação, diálogo, etc.) são em número finito, em função de atualizarem subconjuntos de uma língua natural (p.75-6).¹⁵

Mesmo Marcuschi — cujas pesquisas se colocam na perspectiva da continuidade e tomam a noção de gênero como básica — admite que os “*gêneros não ‘existem’ objetivamente como um dado, mas se constroem na interação comunicativa e são fenômenos contextualmente situados*” (1997: 156). Obviamente, tal constatação torna no mínimo complexa a proposta não só de emparelhar gêneros nas duas faces do contínuo — a da escrita e a da fala —, mas também de dispô-los em uma escala classificatória que vai do tipicamente falado ao tipicamente escrito, tomados como termos absolutos. Evidentemente, sendo contextualmente situados, os gêneros precisariam ser definidos em cada contexto cultural.

Em trabalho mais recente, Marcuschi (2001b) se propõe a demonstrar que sua adesão à Continuidade não é incompatível com uma perspectiva visão etnográfica, e afirma:

...o que me interessa defender não é uma noção de contínuo como continuidade ou linearidade de características, mas como uma relação escalar ou gradual em que uma série de elementos se interpenetram, seja em termos de função social, potencial cognitivo, práticas comunicativas, contextos sociais, nível de organização, seleção de formas, estilos, estratégias de formulação, aspectos constitutivos, formas de manifestação e assim por diante. (p.35-6)

E continua, conceituando gêneros como “*formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas*” cuja definição é de “*natureza sociocomunicativa*” (p.43). A partir daí, estabelece um contínuo que tem num dos pólos **gêneros textuais tipicamente orais**, noutro **gêneros textuais tipicamente escritos** e entre eles **gêneros textuais produzidos na interface dos dois**. Para Marcuschi, então,

¹⁵ Há bastante semelhança entre os conceitos de **texto** e **gênero de texto** de Bronckart e, respectivamente os de **evento comunicativo** e **prática comunicativa**, empregados na descrição etnográfica, que serão apresentados adiante.

O resultado dessa qualificação é a constatação de que as relações entre oralidade e letramento são profundamente imbricadas em sociedades altamente penetradas pela escrita, ficando as diferenças por conta da natureza das práticas desenvolvidas que determinam os gêneros textuais como eventos sociocomunicativos situados, culturais e históricos. Não tenho certeza de que os gêneros sejam universais, pois parece que nem todos os que praticamos em nossa cultura são praticados em outras culturas. (p.45, grifos meus)

Apesar das qualificações, a proposta de Marcuschi ainda mantém a concepção original de diferenças que se apresentam num *continuum*, ou seja, ainda preserva a idéia de uma relação de certo modo paralela entre oralidade e escrita. Trata-se de uma hipótese difícil de contestar — e de comprovar — na medida em que os gêneros se apresentam com contornos difusos,

telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, índice remissivo, romance, cantiga de ninar, lista de compras, publicidade, cardápio, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, fofoca, confissão, entrevista televisiva, inquirição policial, e-mail, artigo científico, tirinha de jornal, piada, instruções de uso, outdoor etc. (p.43)

O *etc* evidencia a possibilidade inesgotável de classificações, uma abertura que permite a criação de novas categorias para preencher lacunas no contínuo. Mesmo assim, fica difícil imaginar como se disporiam de modo não arbitrário tais gêneros ao longo do eixo da continuidade e como se estabeleceriam as correspondências válidas entre gêneros orais e gêneros escritos. Ou seja, como se poderia sustentar a tese central de que “*a variação lingüístico-textual na relação fala-escrita tem seu correspondente na variação tipológica entre textos falados e textos escritos*” (MARCUSCHI, 1997:158), e de que esta correspondência se estabelece de modo gradual e escalar? Em todo caso, neste novo modelo, abre-se espaço para a questão das diferenças culturalmente definidas entre o escrito e o falado, as diferentes práticas comunicativas definidas em cada sociedade, cuja identificação requer um ponto de vista etnográfico. É o que se evidencia na passagem em que Marcuschi (2001b: 47) apresenta como uma de suas conclusões a constatação que “*letramento é uma prática social estreitamente relacionada a situações de poder social e etnograficamente situada*”.

Na prática, quando se tenta colocar textos orais e escritos ao longo de uma linha que se estende entre dois extremos, fica logo evidente que há várias dimensões a serem consideradas

Além disso, percebe-se facilmente que em muitos tipos de texto não há como separar estratégias apontadas como tipicamente orais de estratégias tidas como típicas da escrita — como foi verificado por Tannen (1985) em relação à textos literários norte-americanos contemporâneos. Besnier (1993), por exemplo, estudando os usos de um grupo polinésio, verificou que se encontrava maior grau de envolvimento na escrita de cartas pessoais do que nas interações orais. Pode-se dizer — com Barton (1994:90) — que quando a investigação de diferenças entre o falado e o escrito se desloca do eixo do “*eu*”, isto é, do etnocentrismo, verifica-se que a relação entre o escrito e o falado varia no espaço e no tempo, segundo uma dinâmica própria de cada sociedade.

Em suma, as críticas à Teoria da Continuidade têm apontado justamente para a falta de uma perspectiva etnográfica dos usos da fala e da escrita, falta que acarreta uma percepção etnocêntrica dos fatos. A mesma distorção, aliás, que se verificara na Teoria da Grande Divisão. Assim, embora se apresente como oposta às visões dicotômicas, que postulam diferenças profundas entre a escrita e a fala — atribuindo à escrita mudanças sociais e cognitivas — a teoria que assume uma continuidade entre as duas modalidades, ao conceber a escrita como uma tecnologia neutra, cujas relações com o falado se mantêm constantes em qualquer sociedade onde se encontrem, padece também de miopia etnocêntrica, ao considerar que as relações entre a escrita e a fala de uma dada sociedade — que geralmente coincide com a do pesquisador — são válidas para qualquer outra. A esse “*modelo autônomo*” da escrita — nas palavras de Street (1993) — se opõem as propostas mais recentes para a análise das relações entre escrita e oralidade: as que consideram que tais relações só podem ser examinadas a partir de estudos etnográficos, i. e., de um conhecimento sobre as regras de usos em comunidades específicas.

2.2.3. Uma perspectiva (não tão) nova: a etnografia da comunicação

2.2.3.1. Alguns precursores que é sempre bom lembrar

A defesa recente da necessidade de uma visão etnográfica sobre a análise da relação oralidade/escrita resgata, na verdade, as idéias de uma vertente do pensamento lingüístico cujas raízes remontam à tradição da Lingüística antropológica norte-americana inaugurada

por Franz Boas e Edward Sapir. Refiro-me a pesquisadores como Charles Fergusson — já mencionado pelo trabalho sobre diglossia (FERGUSON, 1959) — Joshua Fishman e Dell Hymes, entre outros, cujas vozes ficaram de certo modo abafadas pela retórica poderosa do gerativismo. Impõe-se aqui, sobretudo, a referência às propostas de Hymes, que já nos anos 70 apontava as limitações do recorte operado sobre a linguagem pela teoria gerativa. Para Hymes, ao decretar o banimento da *performance*, e propor a exclusividade da competência gramatical como área pertinente para os estudos lingüísticos, e, mais, ao propor como modelo de tal competência um conhecimento homogêneo de um falante-ouvinte idealizado, o gerativismo se tornou incapaz de explicar a diversidade lingüística administrada normalmente pelos membros de qualquer comunidade de fala. Além disso, estaria implícita no modelo chomskiano uma concepção negativa de *performance*, apresentada como o lugar dos erros e desvios que deformariam os produtos perfeitos gerados pela competência gramatical.

Contrapondo-se a esse modelo, Hymes (1972:281) afirma que, para dar conta do uso efetivo da linguagem, uma teoria deve examinar quatro questões:

1. *se (e até que ponto) algo é formalmente possível;*
2. *se (e até que ponto) algo é viável em termos dos recursos de implementação disponíveis;*
3. *se (e até que ponto) algo é apropriado (adequado, feliz, bem feito) em relação ao contexto em que é usado e avaliado;*
4. *se (e até que ponto) algo é realmente feito, realmente praticado, e o que sua execução acarreta.*¹⁶

Como aponta Hymes, a gramática gerativa considera a competência apenas em termos da primeira questão, isto é, a da gramaticalidade, deixando, portanto de abordar conhecimentos, isto é, competências, inquestionavelmente manifestados pelos usuários das línguas, exatamente os que são abordados pelas demais questões. Ao conjunto delas Hymes se refere como competência comunicativa. As críticas feitas por Hymes às limitações do gerativismo no que diz respeito aos usos observáveis da linguagem, se tornaram ponto de

¹⁶ 1 Whether (and to what degree) something is formally possible;
 2 Whether (and to what degree) something is *feasible* in virtue of the means of implementation available;
 3 Whether (and to what degree) something is *appropriate* (adequate, happy, successful) in relation to a context in which it is used and evaluated;
 4 Whether (and to what degree) something is in fact done, actually *performed*, and what its doing entails.

referência para novos rumos na pesquisa lingüística, sobretudo no mundo acadêmico norteamericano, onde o conceito de competência comunicativa passou a ser considerado inclusive pelos gerativistas. Mas a essa aceitação não correspondeu um estudo detalhado das implicações etnográficas do conceito.

Outro dos caminhos abertos a partir das colocações de Hymes — mas também pouco explorado até tempos mais recentes — foi o da comparação entre o escrito e o falado, manifestações diferentes de linguagem em que as questões 2, 3, e 4, acima, têm grande relevância. Observe-se, por exemplo, que uma construção lingüística possível, isto é, gramatical — digamos uma sentença com muitos encaixes, que seria intolerável para o processamento pela memória auditiva — pode não funcionar na fala e ser viável na escrita. Outra pode ser apropriada para a escrita — digamos, por um grau de explicitude ou complexidade sintática maior — e inadequada para uma conversa pessoal. E uma construção possível e viável, na fala ou na escrita, pode não ser empregada por não ser adequada ou usual. Aqui cabe apontar que, enquanto os conceitos de gramaticalidade e viabilidade podem ser ligados a determinações de bases biológicas, os conceitos de adequação e probabilidade de ocorrência têm bases culturais. Essa distinção é extremamente relevante para a investigação da relação oralidade/escrita, já que as regras seguidas na produção de textos orais e escritos são determinadas em grande parte por modelos culturais que definem para cada sociedade o que é adequado e usual nessa modalidade.

Cabe aqui apontar que, mais ainda do que a oralidade, todo uso da escrita envolve pressões culturais muito fortes e muito específicas, que devem ser levadas em consideração quando se cotejam produções nas duas modalidades. Dito de outra forma, por suas próprias condições de constituição, aprendizagem e uso — incluído aí o fato de ser mais permanente — a escrita é mais marcadamente sujeita a regulamentação explícita do que a fala. E num movimento circular, por sua vez as marcas da escrita acabam por alterar a produção oral, produzindo o que Ong (1998) chama de “*oralidade secundária*”, isto é, a oralidade dos letrados, contaminada pelos modelos da escrita. O fato mesmo de a escrita ser geralmente considerada como lugar da norma, enquanto a fala seria o lugar da deriva, da dispersão, já revela a força das imposições culturais sobre os usos letrados.

Torna-se obrigatório mencionar aqui também as propostas precursoras de Keith Basso, que — em Bauman e Sherzer (1974), uma coletânea de textos fundadores sobre a Etnografia da Comunicação — apontava justamente para a necessidade de uma etnografia da escrita. Basso (1974) afirmava que, para se tirar o estudo da escrita do estado de dormência em que se encontrava, era preciso abandonar as antigas posturas que se concentrava apenas na estrutura interna dos códigos escritos e adotar uma postura etnográfica. Assim, segundo ele, antes de considerar questões formais, a investigação sobre a escrita deveria examinar os condicionamentos sociais de seu uso, respondendo a questões tais como:

- como se distribui a habilidade de escrever entre os membros de uma comunidade?
- com que tipos de atividades está associada a escrita numa dada comunidade?
- que tipo de informações são consideradas apropriadas para a escrita?
- a habilidade de escrever é pré-requisito para atingir determinado status social?
- como e por que razões os indivíduos aprendem a escrever?
- bom domínio da escrita é considerado uma forma de arte?

Em resumo, Basso propunha que se investigasse para cada sociedade a posição ocupada pela escrita na economia comunicativa, bem como seus significados culturais. É o que vem sendo feito em trabalhos recentes, mas é preciso reconhecer que muitos anos se passaram para que essa linha fosse retomada.

A abordagem pioneira de Hymes inspirou trabalhos de pesquisadores norte-americanos, sobretudo na lingüística antropológica e no estudo do folclore — por exemplo, Bauman (1977, 1986), cujas idéias serão retomadas adiante — que a empregaram para análises de usos orais da linguagem. Como pressupostos comuns aos estudos que seguem esta linha podem-se citar —seguindo a apresentação que dela faz Finnegan (1992:42 *et passim*) — os seguintes:

1. a idéia de que a linguagem pode ser melhor estudada quando examinada em suas utilizações em situações sociais reais do que quando considerada como fenômeno essencialmente cognitivo;
2. enfoque dirigido às práticas e processos, e às especificidades do tempo e do espaço, mais do que em questões generalizadas sobre a forma, ou seja, enfoque nos eventos comunicativos,

que são, por definição, emergentes e determinados por suas condições únicas de ocorrência, e não em textos retirados de seus condicionamentos sociais;

3. interesse pelo aspecto artístico do uso da linguagem, encontrado seja na conversação espontânea ou nas obras “maiores”, de valor estético já tradicionalmente estabelecido; desse interesse decorre a promoção de uma interação entre estudos de literatura e de cultura popular, e a superação de hierarquias entre o oral e o escrito, ou entre arte popular ou “elevada”;
4. interesse por todas as formas de comunicação verbal—inclusive as menos visíveis para as ideologias culturais dominantes—especialmente pelos usos artísticos e de entretenimento, ou seja, interesse especial pelos usos performáticos da linguagem.

Esses mesmos pressupostos são assumidos pelas teorias mais recentes sobre as relações entre a oralidade e o letramento, como as apresentadas na seção seguinte.

2.2.3.2. Propostas mais recentes

A partir dos anos 80, então, estudos feitos com uma perspectiva etnográfica vêm demonstrando que as relações entre escrita e fala não são lineares, e sim variam de modos específicos em diferentes sociedades e diferentes épocas. Esta perspectiva reinscreve nos estudos lingüísticos os fatores culturais como determinantes importantes das formas de linguagem efetivamente usadas em diferentes comunidades. Entre os trabalhos mais influentes nessa nova direção retomo aqui, como representantes, os de Sylvia Scribner e Michael Cole, Shirley Brice Heath, Brian Street e David Barton.

A pesquisa de Scribner e Cole sobre os efeitos do domínio da escrita entre o grupo Vai, na Libéria, do ponto de vista da psicologia transcultural — relatada em Scribner e Cole (1981), já mencionado em referência à abordagem culturalista —, parte de uma visão ainda ligada à Grande Divisão, na medida em que atribui aos escolarizados modalidades específicas de raciocínio. No entanto, os resultados dos testes aplicados pelos pesquisadores, seguindo aproximadamente o modelo já empregado por Luria, levou-os à conclusão de que o letramento não deveria ser visto como um conjunto de habilidades que acarretam automaticamente determinadas conseqüências cognitivas — tal como sugerido pela Teoria da Grande Divisão — e sim como parte de um conjunto de práticas sociais que precisam ser

entendidas em seu próprio contexto. Tais constatações indicavam que as “*consequências do letramento*”, descritas por Goddy e Watt (1963) universais sociais, seriam na verdade dependentes das práticas letradas específicas definidas dentro de cada grupo social. Ou seja, partindo de um paradigma psicológico que buscava determinar o impacto cognitivo do letramento, Scribner e Cole passam para um paradigma sociológico em que a noção de práticas de letramento começa a ocupar lugar de destaque.

A pesquisa de Heath (1983), sobre os usos reais de linguagem oral e escrita em comunidades diferentes, partiu de uma preocupação pedagógica: a de investigar as razões dos desempenhos desiguais das crianças na escola. Desenvolvendo uma pesquisa que se tornou referência obrigatória para os novos estudos sobre o letramento, Heath, coletou suas observações ao longo de dez anos de convívio com as duas comunidades vizinhas — uma negra, Trackton, e outra branca, Roadville — do sudeste dos Estados Unidos, e descreveu minuciosamente usos reais de linguagem em cada comunidade, contrapondo-os no final às práticas valorizadas pelo sistema escolar. Nos capítulos em que descreve os rituais religiosos de cada comunidade, por exemplo, fica evidente que os usos da oralidade e da escrita em uma e outra não podem ser classificados numa mesma categoria de gênero. Um nítido contraste é também observado nas produções de narrativas pessoais pelas crianças dos dois grupos: na comunidade branca espera-se que as crianças contem a verdade, “*stick to the truth*”—se os fatos narrados por elas não parecerem verdadeiros aos adultos, são corrigidas; na comunidade negra espera-se que as crianças enfeitem criativamente as histórias, mesmo que os “adornos estilísticos” impliquem em fugir à representação mais verdadeira dos fatos. Até mesmo na questão da aquisição de linguagem, em que as abordagens teóricas predominantes enfatizavam universais comportamentais — como a adesão dos adultos ao *baby-talk* em seus contatos com bebês — Heath encontra práticas marcadamente distintas ou mesmo opostas, que são descritas em dois capítulos contrastantes desde os títulos: “*Ensinando a falar em Roadville*” e “*Aprendendo a falar em Trackton*”. Com suas detalhadas análises, a pesquisadora demonstra que a questão dos usos reais da escrita na vida diária das pessoas de cada comunidade, é central quando se pretendem examinar as relações entre oralidade e escrita. A investigação das funções diferentes que a escrita tem para cada grupo contribui para explicar porque, ao se depararem com as práticas discursivas escolares, padrão, urbanas e

ligadas às concepções tradicionais de escrita — i.e., da cultura dominante (*mainstream*) — tanto as crianças de Trackton quanto as de Roadville encontram dificuldades.

Brian Street não só aponta a variabilidade das relações entre as práticas letradas e as práticas orais na sociedade, mas considera que tais relações só podem ser analisadas sob a ótica das relações de poder, já que os domínios da escrita têm uma história de associação com a distribuição do poder nas sociedades. Por essa razão, defende —em oposição ao que chama de modelo autônomo — um modelo ideológico de descrição dos letramentos, baseado no papel fundamental que as práticas letradas têm na distribuição do (ou restrição ao) conhecimento. Para Street (1993) —como para todos os que adotam uma perspectiva etnográfica sobre os usos da linguagem escrita ou oral—, não se pode assumir a priori uma função universal para a escrita, seja ela a de um instrumento superior ou a de uma forma de comunicação superior à fala, como fizeram os defensores da divisão, ou de uma forma neutra, como fazem os defensores do contínuo. Por essa razão, Street considera que a mudança da idéia da divisão para a de contínuo foi mais retórica que real, na medida em que em ambas as teorias a escrita é vista como um instrumento neutro, autônomo, independente, portanto, das injunções específicas de cada sociedade, de suas estruturas de poder. Para ele, são estas estruturas os fatores mais importantes a serem considerados, e não apenas um conceito menos definido de cultura.

David Barton (1994) propõe a metáfora da ecologia como representação que capta de forma bastante adequada os interesses comuns dos estudos recentes sobre a escrita. Essa mesma metáfora — como lembra Barton — já vem sendo aplicada às atividades humanas, pelo menos desde que Gregory Bateson a empregou ao dar à coletânea de seus trabalhos, publicada em 1972, o título *Steps to an Ecology of Mind*. A idéia destacada pela metáfora é a de que tais atividades são situadas, isto é, determinam e são determinadas por sistemas sociais dinâmicos em que interagem diferentes aspectos. Aplicada ao estudo das relações entre os usos da escrita — os letramentos — e da oralidade, a visão ecológica implica em analisar os diversos usos de cada modalidade em diferentes *habitats*, ou seja, em diferentes grupos sociais.

Nas abordagens etnográficas de Heath, Street e Barton, da relação entre a fala e a escrita, são básicas as noções de *práticas* e *eventos comunicativos*, entendendo-se por práticas os modos culturais gerais de utilizar a fala ou a escrita, e por eventos as ocasiões específicas em que tais modelos gerais se realizam. As práticas são, então, modelos culturais, isto é, definidos em cada organização cultural, de usos que se instanciam em eventos específicos, individualizados e únicos, em que tais práticas podem ser reconhecidas. Pode-se falar assim em *práticas de letramento* e *eventos de letramento* — que são aliás os termos mais empregados — mas também em *práticas orais* e *eventos orais*, ou em práticas e eventos em que se manifestam mais de uma modalidade de uso da linguagem, com os termos mais gerais *práticas comunicativas* e *eventos comunicativos*.

No cenário brasileiro, vários estudos sobre o letramento têm adotado a perspectiva etnográfica. Pode-se começar a lista com as reflexões e propostas de Paulo Freire sobre a aquisição da escrita, cuja importância é, aliás, merecidamente reconhecida pelos proponentes de uma abordagem sociologicamente sensível da questão, como David Barton (por exemplo, em BARTON, 1994) e os educadores que defendem o *letramento crítico* (*critical literacy*) (ver MAYBIN, 1993, e FEHRING e GREEN, 2001).

Num trabalho instigante e pioneiro no cenário acadêmico, Gnerre (1985) já tratava das ligações entre escrita e poder, numa abordagem semelhante à do modelo ideológico de Brian Street. Discorrendo sobre os mecanismos de “*legitimação*” da linguagem, através dos quais se definem as normas do “*bom uso*”, válidas sobretudo para a escrita, Gnerre afirma que

A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas. (p.16)

São justamente essas diferentes exigências sobre o que é descrito como uma mesma língua que têm levado pesquisadores mais recentes a distinguir a aquisição do sistema de escrita, ou seja, no nosso caso, o processo de alfabetização, da aquisição do letramento — na

verdade letramentos — ou seja, das diferentes formas em que a língua é usada em diferentes domínios discursivos, como é o caso do discurso jurídico, mencionado por Gnerre.

Contribuições mais recentes dentro dessa visão apresentadas em Kleiman (1995), Signorini (1988, 2001c) e Tfouni (1992) — para citar apenas algumas — convergem na tese de que não se pode, em suma, pretender estudar a relação oral/escrito sem levar em consideração o caráter sócio-histórico de toda atividade de uso da escrita, bem como dos saberes, valores e das instituições por ela veiculados. Nas palavras de Signorini (2001b: 125), a partir das constatações feitas pela perspectiva etnográfica, coloca-se claramente a impossibilidade

de um descolamento do puramente lingüístico em relação às operações, recursos, suportes, normas e instituições que constituem e dão sentido às atividades de leitura/escrita dos sujeitos e das comunidades, tanto públicas quanto privadas.

Pesquisas feitas nessa perspectiva têm apontado para o fato de que a escrita, em cada comunidade em que seja utilizada, tem uma história e uma utilização próprias, cujos contornos precisam ser conhecidos e desvendados antes que se façam confrontos entre o escrito e o falado. O que se afirma é que o uso da escrita está, em cada sociedade em que ocorre, para cada usuário, submetido a regras específicas, vigentes para aquela sociedade, para aquela época e para o grupo a que pertence aquele usuário, e não apenas às exigências mais concretas da representação visual da linguagem.

A mirada etnográfica requer sempre atenção especial para os fatores situacionais, tais como as identidades e os papéis dos participantes, os recursos expressivos empregados, as regras de base das interações — incluindo-se aí as normas, estratégias e critérios de avaliação — e a sequência de ações que constituem o cenário da produção de um texto. E a escrita, por suas condições de aquisição, emprego e função social, se apresenta mais sujeita a regulamentações explícitas, variáveis e não necessariamente paralelas às que incidem sobre a oralidade. Basta ver como no cenário ocidental a produção literária tem estado sujeita a formulação explícita de modelos que são discutidos, valorizados ou desvalorizados. E ensinados formalmente. Neste sentido está — sobretudo após a industrialização da impressão

— inserida em um mercado cujas regras seguem às do consumo em geral: os textos escritos, mais do que os orais, seguem modas, cujas regras se tornam obrigatórias para os letrados, enquanto duram.¹⁷

Sem o respaldo de uma análise etnográfica, as teorias que concebem a relação entre a oralidade e a escrita em termos de uma gradação, acabam — como já apontado acima — por sustentar uma forma de etnocentrismo, na medida em que trabalham com um modelo de autonomia da escrita, ou seja, um modelo que trata a escrita como variável independente das configurações sociais, cujas características podem ser derivadas de fatores intrínsecos à modalidade. Ou seja, não se pode pretender distinguir oralidade de escrita a partir de uma comparação entre as formas recorrentes em uma ou outra modalidade sem uma reflexão sobre o contexto social que definiu para o informante os modelos aceitáveis de escrita, isto é, sem incorporar à análise linguística uma reflexão etnográfica.

¹⁷ É da crítica a essa volatilidade que se vale um episódio incluído por Gabriel García Márquez entre os muitos que compõem o romance *O amor nos tempos do cólera*: a história dos concursos de poemas—*Jogos Florais*—que ocorriam todo ano em Cartagena. Em uma das edições do concurso, ao ser anunciado o vencedor—até então desconhecido—o público chocou-se ao ver que se tratava de um imigrante chinês, dono de uma lavanderia. Houve suspeita de empulhação, de fraude, já que se tratava de “um soneto da mais pura estirpe parnasiana, perfeito, atravessado por uma brisa de inspiração que delatava a cumplicidade de alguma mão de mestre”. O chinês foi vaiado e sofreu humilhações, além do sentimento de injustiça. Pois bem, anos mais tarde, morre o malfadado poeta “numa idade oriental”, um jornal republica o soneto e, “os deuses custódios da poesia se valeram da ocasião para pôr as coisas em seu lugar: o soneto pareceu tão ruim à nova geração que já ninguém pôs em dúvida que na realidade fora escrito pelo chinês morto”. Nem vem ao caso se a anedota de García Márquez é fictícia ou não. O que importa é que calha bem para caracterizar o ponto em questão: a escrita tem seus próprios modelos, sua própria história e sua própria ontogenia. E isto deve ser levado em conta quando se procura cotejar textos escritos e falados.

3. MONTANDO UM ROTEIRO PARA A ANÁLISE

3.1. Pressupostos gerais

É a partir de uma perspectiva etnográfica que me proponho a comparar os aspectos mais estritamente lingüísticos dos textos orais e escritos aqui em consideração. Permito-me aqui citar o medievalista Paul Zumthor, tomando suas palavras para justificar a pretensão de atuar numa área que não me é familiar. Diz ele que seu trabalho sobre o caráter eminentemente oral da poesia medieval

...situa-se de fato num cruzamento interdisciplinar. Eu o compreendi desde o início e aceitei o risco que isto comporta: o de trabalhar em setores em que minha competência é limitada (como a etnologia) e de segunda mão. (2000:11)¹⁸

Comentando a posição de Street (1995:162), que considera que a união da análise do discurso com a investigação etnográfica pode fornecer um ponto de vista produtivo para a observação das relações entre oralidade e letramento, Marcuschi (2001a: 33) vê nesses modelos a possibilidade de se evitar alguns problemas ideológicos de modelos anteriores. Considera, no entanto, que lhes falta um maior potencial explicativo e descritivo dos fenômenos propriamente lingüísticos, que “*a rigor [...] fogem aos interesses de tais teorias*” (p.33). Sugere então que uma proposta geral, que integre a visão variacionista, a análise etnográfica da conversação e a lingüística textual, pode ser um caminho seguro para tratar do tema da relação entre oralidade e escrita:

¹⁸ A ousadia de enfrentar o risco decorre de sua visão sobre a linguagem, visão radical que a autoridade notória lhe permite, claramente expressa adiante, na mesma obra, ao explicar a orientação antropológica (etnográfica) de sua pesquisa:

‘Parece-me um efeito necessário —sobretudo hoje, contando com 20 anos de dissertações sobre uma Escrita hipostasiada— adotar um ponto de vista antropológico, no sentido amplo e quase filosófico que se dá a essa palavra em alemão. A bem dizer, nem sequer temos a escolha: haverá uma antropologia da palavra humana, ou nada, isto é, um jogo vazio de intelectuais.’ (p.20, grifos meus)

Talvez seja esse o caminho mais sensato no tratamento das correlações entre formas lingüísticas (dimensão lingüística), contextualidade (dimensão funcional), interação (dimensão interpessoal) e cognição no tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva. (p.33)

Após apontar que nos estudos sobre as relações entre as práticas sociais — oralidade/letramento — ou entre os fatos lingüísticos — fala/escrita — não há consenso nem mesmo quanto ao objeto de análise, Marcuschi destaca que, curiosamente, os que se debruçam sobre a relação entre a língua falada e a escrita sempre trabalham os textos falados e raramente analisam a língua escrita (p.34).

Proponho-me aqui a seguir, em parte, o “*caminho sensato*” sugerido por Marcuschi, integrando uma visão etnográfica a uma análise lingüística. Mas apenas em parte, porque diferentemente do preconizado por ele não me proponho a fazer uma abordagem variacionista — pelo menos não no sentido laboviano. Além disso, interessam-me tanto as características dos textos escritos quanto as dos falados. É para estabelecer um contraste mais claramente situado entre as seleções lingüísticas feitas nos textos escritos e as feitas nos textos falados, que procuro cotejá-los. A comparação se baseia na idéia de que as práticas de letramento e oralidade que representam são suficientemente convergentes, ou seja, os eventos comunicativos em que foram produzidos podem ser referidos a uma mesma prática comunicativa — a *performance* da narrativa autobiográfica. As seções seguintes justificam tais afirmações.

3.2. *Performance* nas práticas comunicativas

Apesar de Basso (1974) já apontar para a necessidade de se examinarem as práticas de letramento pela ótica etnográfica (ver seção 2.2.3.1, acima), a etnografia da comunicação construiu uma tradição sólida nos estudos da oralidade, antes de se voltar para a escrita. Dessa tradição fecunda que retomo aqui os trabalhos de Bauman (1977, 1986), que dão centralidade à noção de *performance*.

Performance, para Bauman, é o fator mais importante de toda manifestação daquilo que chama de literatura oral, a arte verbal oral. Para ele, a tradição letrada ocidental tem

subestimado o evento em si da produção de arte verbal oral, ao mesmo tempo em que supervaloriza a manipulação formal dos traços lingüísticos. Uma distorção obviamente provocada pelo fato de considerar-se a linguagem sempre pela ótica da escrita. Bauman propõe, então, que o estudo da arte verbal seja feito a partir da noção de *performance*, e não a partir do objeto texto, identificado em bases formais independentes da situação de produção. A *performance* é o elemento constitutivo do domínio da arte verbal enquanto comunicação oral, o fio que une os gêneros estéticos, marcados e outras esferas do comportamento verbal numa concepção geral unificada de arte verbal como um modo de falar. Em suas palavras:

[...] *performance, enquanto modo de comunicação verbal oral, consiste no ato de assumir perante uma audiência a responsabilidade por uma demonstração de competência comunicativa. Esta competência se baseia no conhecimento e na habilidade de falar de modo socialmente adequado. Performance envolve, da parte do “performer”, o ato de assumir a responsabilidade perante uma audiência pelo modo como a comunicação se desenvolve, acima e além de seu contexto referencial.*¹⁹ (BAUMAN, 1977: 11)

As ligações dessa definição com a função poética de Jakobson—ligação reconhecida por Bauman—é óbvia. Também reconhecida é a filiação direta de Hymes (1975), que classifica a atividade humana em três tipos: comportamento — tudo o que é produzido por uma ação qualquer; conduta — o comportamento relativo à normas socioculturais, seja aceitando-as ou rejeitando-as; e *performance* — conduta na qual o sujeito assume aberta e funcionalmente a responsabilidade.²⁰

Pode-se perceber também uma ligação entre essa noção de *performance* e o conceito de envolvimento, já mencionado, proposto por Chafe (1982, 1985) e elaborado por Tannen (sobretudo 1989). Chafe (1985) que — como já foi mencionado — vê na oposição *envolvimento X distanciamento* um dos parâmetros que distinguem a oralidade prototípica

¹⁹ [...] *performance as a mode of spoken verbal communication consists in the assumption of responsibility to an audience for a display of communicative competence. This competence rests on the knowledge and ability to speak in socially appropriate ways. Performance involves on the part of the performer an assumption of accountability to an audience for the way in which communication is carried out, above and beyond its referential context.*

²⁰ Tal como definida por Hymes, a noção de *performance* se aplica, sobretudo, à realização de materiais tradicionais, reconhecidos como tais, reiterados, mas ao mesmo tempo realização única, emergente, intrinsecamente ligada a seu contexto cultural e situacional.

(conversação informal) da escrita prototípica (trabalhos acadêmicos, por exemplo) reconhece três tipos de envolvimento na conversação: o envolvimento do falante consigo mesmo, o envolvimento entre o falante e o ouvinte, e o envolvimento do falante com o que está sendo falado. Esses três tipos de envolvimento — cada um a seu nível — relacionam-se ao “*o ato de assumir a responsabilidade perante uma audiência pelo modo como a comunicação se desenvolve, acima e além de seu contexto referencial*” (da definição de *performance* apresentada acima, grifo meu), já que levam a preocupação com o como a se sobrepor à preocupação com o contexto referencial.

Do ponto de vista da audiência, ainda segundo Bauman (1977:11), a *performance* é percebida como um ato de expressão sujeito a avaliação quanto ao modo como é executado, e à habilidade e eficácia do *performer*. Disso decorre uma característica fundamental da *performance*: o fato de ser emergente, ou seja, o fato de que cada *performance* é única por ser determinada pelas circunstâncias específicas de sua ocorrência. A natureza única de cada *performance* é, então, o resultado da combinação de recursos comunicativos, competência individual do realizador e objetivos dos participantes, dentro de um contexto situacional específico.

A obra clássica de Albert Lord, *The Singer of Tales*, de 1960, um estudo dos épicos orais servo-croatas, foi um trabalho pioneiro no sentido de demonstrar a natureza emergente na literatura oral. Em sua pesquisa Lord observou que os bardos produziam textos diferenciados — mais longos ou mais breves, por exemplo — em função de elementos ocasionais — como a atenção da audiência, por exemplo. Mas, como indicam vários estudos, há também evidências de que há *performances* orais em que a memorização e a insistência na fidelidade a um texto fixo tradicional desempenha papel fundamental. Assim, entre os textos mais fixos e os completamente novos se estabelece um contínuo que dá os limites das estruturas textuais emergentes encontradas empiricamente. Levando em conta esses fatos, Bauman conclui que a *performance* constitui um quadro de referência capaz de dar conta das ligações entre os itens e formas tradicionais (aquelas formas residuais que são o foco do interesse dos folcloristas), as práticas contemporâneas e as estruturas emergentes.

É preciso ressaltar ainda que, para Bauman, os contadores de história, apesar de afetados pelas poderosas forças culturais que os cercam, não são apenas instrumentos impessoais num processo anônimo de transmissão cultural, mas individualidades, sujeitos singulares, que produzem *performances* únicas. Diante de uma audiência específica, o *performer* da oralidade se coloca como um **ator** que em cena modula suas falas numa interação sensível às reações do público.

Esta valorização da criticidade do *performer* oral se contrapõe ao viés grafocêntrico da supervalorização do literário. Uma das consequências desse grafocentrismo tem sido a associação exclusiva do conceito de autoria à produção de textos escritos. Como bem argumenta Tfouni (2002), tal distorção atribui exclusivamente a quem escreve a capacidade de estruturar seu discurso, procurando construir um produto linear e coeso como começo meio e fim. Analisando as narrativas de uma mulher analfabeta, dona Madalena, Tfouni conclui que

A função-autor dessas narrativas está sendo preenchida pela própria dona Madalena. Ora, sendo ela analfabeta e, portanto, sem uma história interacional que inclua práticas de contato direto com textos escritos, pode-se concluir que seu discurso oral está atravessado por características que geralmente são atribuídas ao discurso escrito, sendo a função-autoria o critério central que define essa posição. (p.62)

Sem entrar mais profundamente nessa discussão, quero apenas apontar sua existência. E ressaltar que o simples fato de sua existência, o fato de que na imaginação letrada os não-letrados não sejam sujeitos de seus discursos, e os letrados o sejam totalmente, demonstra a força da ilusão de que a escrita nos torna de alguma forma mais únicos: a força da Teoria da Grande Divisão. É a esta ilusão que se refere o título deste trabalho: o **ator** das *performances* orais se transforma em **autor** — nesta concepção ilusória e grafocêntrica — ao produzir seus textos escritos.

Mas voltemos a Bauman. No estudo dedicado às *performances* de contadores de histórias do Texas (BAUMAN, 1986), a abrangência de seu conceito de arte verbal fica evidenciada pelo fato de que entre os produtores dos textos ali analisados estão não só os *performers* mais habilidosos — alguns até profissionais — mas também pessoas comuns que eventualmente tomam para si a responsabilidade de entreter uma audiência. Pode-se dizer — como o faz Rosen (1998: 80) — que nessa obra de Bauman não faz apenas um estudo sobre

narrativas orais, mas um verdadeiro manifesto em defesa das artes verbais orais. Para ele, a narrativa oral apresenta uma unidade indissolúvel entre o evento narrado, o evento narrativo (i.e., o evento de narrar em si) e o texto, constituindo-se um instrumento cognitivo fundamental para tornar compreensível a experiência. Em suas palavras (BAUMAN, 1986:113):

*Quando se examinam as práticas sociais através das quais a vida social se realiza, descobre-se — com frequência espantosa — que as pessoas contam histórias umas às outras como um modo de dar coerência cognitiva e emocional à experiência, construindo e negociando identidades sociais [...], investindo a paisagem experiencial com significação moral de um modo que pode vir a afetar o comportamento humano...*²¹

Bauman lamenta que os preconceitos arraigados de uma tradição elitista e etnocêntrica tenham privilegiado a literatura ocidental escrita em detrimento da literatura oral, sempre apresentada como simplista, sem-forma, e despida de qualidade artística, como uma expressão anônima e coletiva de uma tradição primitiva. Para ele, a arte verbal não só tem autores, tal como os textos escritos, como também está a requerer um estudo semelhante ao que é desenvolvido pelos que se dedicam à literatura escrita, já que envolve criações únicas, merecedoras da mesma atenção crítica devotada à escrita. Prevê, então, que seu trabalho possa dar uma contribuição à investigação das relações entre oralidade e escrita, uma vez que a perspectiva etnográfica exige que as formas de arte verbal de uma sociedade sejam compreendidas como parte de sistemas sociais e culturais mais abrangentes que organizam o uso social da linguagem (1986: p.8-9). Seria, então, viável partir do conceito de *performance* para buscar aquele fio que liga as produções orais e escritas de arte verbal. Poder-se-ia, segundo Bauman, considerar a produção de um texto escrito como uma *performance* peculiar em que a audiência imaginária está presente na consciência do autor, que idealiza as expectativas de seu público e, baseado nesta idealização, para ele constrói seu texto.

Num movimento semelhante, Zumthor (2000), estendendo ao texto escrito o conceito de *performance*, propõe que seja empregado para abordar a experiência da recepção da obra

²¹ *When one looks to the social practices by which social life is accomplished, one finds—with surprising frequency—people telling stories to each other, as a means of giving cognitive and emotional coherence to experience, constructing and negotiating social identity [...], investing the experiential landscape with moral significance in a way that can be brought to bear on human behaviour...*

escrita. Segundo ele, a diferença entre as *performances* orais e as escritas está em que na situação de oralidade pura, produção, transmissão e recepção constituem um ato único de participação, co-presença, ao passo que na situação de leitura, há dilações entre elas. Ainda assim insiste Zumthor, sempre focalizando o lado da recepção:

Na leitura, essa presença é por assim dizer colocada entre parênteses; mas subsiste uma presença invisível, que é a manifestação de um outro, muito forte para que minha adesão a essa voz, a mim assim dirigida por intermédio do escrito, comprometa o conjunto de minhas energias corporais. Entre o consumo, se posso empregar essa palavra, de um texto poético escrito e de um texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença. (p.80)

Assumo aqui, como Bauman e Zumthor, a possibilidade de identificar *performance* também na escrita. É bem verdade que enquanto Zumthor (2000) focaliza apenas a equação entre a participação do público e a do leitor, examinando a *performance* escrita pelo viés da recepção, o paralelo faço aqui se estabelece também no polo da produção: entre o *performer* da oralidade, o ator, e *performer* da escrita, o autor. Esta extensão do conceito decorre naturalmente do fato de que também para o autor da escrita se pode afirmar que seja determinante “a presença invisível, que é a manifestação de um outro” : é diante de um público leitor imaginado — “colocado entre parênteses” — que aquele que escreve assume a responsabilidade por seu desempenho. E é também a avaliação dessa audiência ausente, imaginada, que determina as escolhas do *performer*-escritor. Na separação que a escritura produziu entre produção, transmissão e recepção, partes integrantes da *performance* oral, ele está no pólo da produção. Combinadas, as condições de produção da escrita — que podem propiciar, por exemplo, um longo tempo de elaboração — e a concepção do *performer* a respeito do que seriam as formas adequadas, resultam numa manipulação consciente da linguagem no sentido de ajustá-la aos modelos que o autor considera adequados.

Juntando os pontos expostos acima, proponho, como base para a comparação entre os textos orais e escritos que compõem o *corpus* aqui em exame, a tese de que resultam de práticas comunicativas performáticas, ou seja, a tese de que em ambos os casos o produtor dos textos, o *performer*, assume a responsabilidade de conquistar a atenção do público e, para tanto, emprega o que considera serem os melhores recursos em cada modalidade. É sobre sua

concepção do que sejam esses recursos que se volta a análise. Mas ainda cabe explicar porque considero os textos em exame como produtos de *performances*.

3.2.1. A natureza performática da narrativa autobiográfica espontânea

Para a análise dos textos tanto orais quanto escritos que compõem o *corpus* deste trabalho tomo, então, como central a noção de *performance*, tal como definida por Bauman (1977, 1986), argumentando que nestes textos essa é a função dominante na hierarquia das múltiplas funções realizadas. Essa opção se justifica pelo fato de que os textos em questão, nas duas modalidades, foram produzidos espontaneamente — e até mais, desejosamente — por um narrador que se orgulhava de suas habilidades na arte verbal, sobretudo no gênero em que todos os textos se enquadram, um tipo de textos particular, especial e, como foi apontado acima, extremamente funcional em várias comunidades, senão universal: o da narrativa autobiográfica.

Relatos autobiográficos espontâneos tendem a ter — pelo menos em algumas formações culturais — realizações predominantemente performáticas. Labov (1972), que considera a narrativa da experiência pessoal como o *locus* privilegiado para a investigação do vernáculo, observa que as narrativas autobiográficas costumam não só apresentar um alto nível de competência por parte dos produtores, mas também conquistar uma atenção engajada dos ouvintes, “*um silêncio profundo e atento que nunca se observa numa discussão política ou acadêmica*” (p.396).²²

Autobiografias orais e escritas têm sido o tema privilegiado pelo pesquisador inglês Harold Rosen. Para ele, é através dos atos autobiográficos que se constroem as redes de relações significativas vitais que nos definem como seres sociais. Essa visão fica claramente expressa numa passagem em que relata como as histórias de família que sua mãe contava, enquanto remexia nas fotos e objetos de um velho baú carregado de lembranças, afetavam a ele e suas irmãs:

Cada foto, cada documento, cada objeto era inspecionado e para cada um havia uma história. Havia parentes in Durban e Joanesburgo, em Rochester e Filadélfia, in

²² ...a deep and attentive silence that is never found in academic and political discussion.

Estrasburgo e em Varsóvia e Viena. Como tinham se espalhado pela face da terra esses tios e tias?[...] O que aconteceu, o que aconteceu, o que aconteceu? Uma história para cada item. Nós sabíamos quando ela ia chorar e quando ele ia rir. Sentávamos por horas e descobríamos quem éramos, nosso modo de vida, nossos motivos, valores, começos e fins, um tipo de coesão, uma estabilidade suficiente em nosso mundo terrivelmente instável. (ROSEN, 1982, apud ROSEN, 1998:4) ²³

Para Rosen, se, por um lado, o do público (ouvinte ou leitor), a narrativa autobiográfica pode exercer uma atração poderosa, por outro, o do narrador, ela brota de um desejo profundo de granjear justamente essa adesão. Rosen (1988) discorre sobre a força do “*impulso autobiográfico*”, que faz com que, no processo de construção de muitos tipos de textos, falados e escritos, as memórias das experiências passadas estejam sempre tendendo a aflorar, sob a tensão superficial da impessoalidade socialmente imposta. Criado a partir desse impulso, cujo poder persuasivo vem de um desejo de sedução, do desejo de obter a validação da própria experiência, o texto autobiográfico comumente granjeia a atenção especial do público porque

1. *o poder da narrativa corresponde a um modo de pensar e imaginar;*
2. *a narrativa tem a voz do “senso comum”;*
3. *a narrativa nos leva a considerar não só o resultado de um processo de compreensão, mas também nos faz revivê-lo;*
4. *a narrativa nunca destrói idéias e sentimentos; ela nos move, permitindo que adentremos o espaço vital de outra pessoa: é percebida como um testemunho;*
5. *a narrativa fornece condições específicas para o engajamento cúmplice do ouvinte.*

Para resumir tudo em uma só palavra, eu sugiro autenticidade. (p.81) ²⁴

A realização desse desejo de sedução, essa conquista da adesão do público, que valida a experiência relatada e o próprio relato, passa certamente por uma *performance*, no sentido

²³ *Every photo, every document, every object was inspected and for each one there was a proper story. There were relatives in Durban and Johannesburg, in Rochester and Philadelphia, in Strasbourg and in Warsaw and Vienna. How did uncles, aunts, come to be scattered over the face of the earth? [...] What happened, what happened, what happened? A story for every item. We knew when she would cry and when she would laugh. We sat for hours and discovered who we were, the way of our world, motives, values, beginnings, endings, a kind of cohesion sufficient stability in our terrifyingly unstable world.*

²⁴ 1. *the power of narrative in general corresponds to a way of thinking and imagining*
 2. *it speaks with the voice of “common sense”*
 3. *it invites us to consider not only the results of understanding but to live through the processes of reaching it*
 4. *it never tears asunder ideas and feelings; it moves us by permitting us to enter the living space of another; it is perceived as testimony*
 5. *it specifically provides for the complicit engagement of the listener.*
To try to put all this in one word I suggest authenticity.

definido por Bauman. Mas é claro que nem toda a narrativa autobiográfica se produz a partir do impulso tematizado por Rosen (1988). Como ele mesmo lembra,

ao lado do impulso autobiográfico existe a autobiografia compulsória do tribunal, do inspetor governamental, dos testes de atitude, do curriculum vitae e das câmaras de tortura. Há algumas pessoas muito sinistras engajada em hermenêutica! [...] Há muitos modos pelos quais o poder tenta extrair de nós nosso passado e utilizá-lo para seus próprios fins (p.86).²⁵

Não é o caso dos dados em questão, em que as produções são espontâneas e se originam de um desejo de entreter. Aliás, para os dados aqui analisados, cabe ainda outro argumento em favor de considerá-los essencialmente como *performances*: não se trata simplesmente de narrativas autobiográficas espontâneas, mas de narrativas autobiográficas de uma pessoa idosa — que tinha entre 65 e 75 anos ao produzir os textos escritos, e 85 quando foram gravados os textos orais.

É fato conhecido que o impulso autobiográfico se torna mais forte no idoso, pois, como descreve Norberto Bobbio em texto autobiográfico que produziu aos 85 anos,

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria, somos aquilo que lembramos. [...] Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante os muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. Encontramos os anos que se perderam no tempo, as brincadeiras de rapaz, os vultos, as vozes, os gestos dos companheiros de escola, os lugares, sobretudo aqueles da infância, os mais distantes no tempo e, no entanto, os mais nítidos na memória. Eu poderia descrever passo a passo, pedra a pedra aquela estrada dos campos que percorríamos quando rapazes para chegar a uma herdade um pouco fora de mão. (BOBBIO, 1997: 30-31)

Para o idoso relembrar não basta. É preciso contar, repassar o vivido, partilhar a experiência vivida antes que se perca para sempre. Os velhos gostam de contar o que viram e viveram. Neles é sem dúvida mais intenso o impulso autobiográfico, aquele desejo não só de

²⁵ ... alongside the autobiographical impulse there is the autobiographical compulse of the courtroom, of the government inspector, of the attitude tests, of the curriculum vitae, of the torture chamber. There are some very sinister people engaged in hermeneutics! [...] There are many ways in which power attempts to wrest from us our past and use it for its own ends.

relatar a experiência de vida, mas também de moldá-la, dotando-a de um sentido que lhe dê validade. Se crianças ainda muito novas gostam de falar de “*quando eu era pequeno*”, mais ainda os idosos querem transmitir a ouvintes ou leitores os acontecimentos registrados em suas memórias, para que se salvem do esquecimento. Ainda uma vez nas palavras de Bobbio,

Quando percorremos uma vez mais os lugares da memória, os mortos perfilam-se em torno de nós em número cada vez maior. A maior parte dos que nos acompanharam já nos abandonou. Mas não podemos apagá-los como se nunca tivessem existido. No momento em que os trazemos à mente, os fazemos reviver e ao menos por um instante não estão de todo mortos, não desapareceram no nada... (p.30)

O impulso autobiográfico do idoso o leva além desse “*trazer à mente*”: é preciso também levar essa memória a outras mentes. Tal qual Sheerazade, é preciso contar as histórias para salvar a própria vida, ainda que seja apenas a vida das lembranças, passadas às gerações que se seguem. Por essa razão os discursos dos idosos se mostram tão carregados de explicações, detalhes, listas: as histórias procuram recriar o vivido. Mas os lugares, os costumes, a linguagem, o mundo, todo mudou. As personagens não existem mais. O narrador idoso precisa então reconstruir os cenários e os atores para dar sentido ao relato, para produzir um discurso coerente para o público, o que frequentemente resulta em efeito contrário ao da sedução visada. O texto muitas vezes se enrola em volteios, seguindo os apelos do próprio narrador, e se transforma num labirinto cansativo ou mesmo incompreensível para aqueles a quem se destina. Preti (1991: 61) observou que

As informações sobre o passado, que transparecem constantemente no discurso do idoso, muitas vezes são expressas por um léxico em que aparecem vocábulos, expressões, estruturas formulaicas, fórmulas de tratamento, relacionados com sua época. Esse vocabulário torna-se incompreensível à audiência mais jovem, ou porque seus vocábulos se arcaizaram ou porque emigraram para fora do ambiente urbano [...], ou ainda porque perderam seu referente. Pode ocorrer, então, (o que não é comum na conversação de outros falantes) um constante processo de explicação, de nível lexical intralingüístico. Essa estratégia presente na conversação dos idosos causa, às vezes, uma feição didática, com a ocorrência de parentéticas de natureza explicativa.

O discurso do idoso, com tantas digressões e paráfrases, acaba por perder frequentemente aquele fascínio — apontado nos textos de Labov e Rosen, citados acima — que a narrativa autobiográfica costuma exercer sobre o público. Talvez por isso seja tão

encontradiça a figura do velho solitário que não tem com quem partilhar suas memórias e fica feliz quando alguém—mesmo que com interesses muito específicos de pesquisa — se propõe a ouvi-lo. Foi assim com os idosos produtores dos textos analisados por Preti, que lamentaram que a entrevista durasse apenas 75 minutos!²⁶ Ou como revelam os comentários comoventes dos que narraram suas vidas para Ecléa Bosi, na pesquisa que lhe deu os dados de uma tese de livre-docência (BOSI, 1987: 3):

—*Eu ainda guardo isso para ter uma memória viva de alguma coisa que possa servir para alguém.*” (D. Brites)

—*Veja, hoje minha voz está mais forte que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo.* (Sr. Ariosto)

—*Agradeço por estar recordando e burilando meu espírito.* (D. Risoleta)

Mas é preciso salientar que a inserção de segmentos explicativos não parece visar apenas a audiência: na narrativa autobiográfica, o idoso, ao tecer sua história, constrói o sentido de sua própria vida para os outros e para si mesmo, e põe em teste constante sua memória. A combinação desses fatores — a necessidade de fazer sentido para o outro e para si mesmo, mais a de provar sua capacidade de rememoração — reflete-se num texto permeado de comprovações e detalhamentos. São estes também elementos importantes da *performance*, elementos que têm também uma força argumentativa: ao reconstituir personagens, cenários e diálogos em minúcias, o narrador busca um efeito de credibilidade da própria memória, numa fase em que ela está sob constante ameaça.

Chafe (1982) — como já foi mencionado acima — descreveu três tipos de envolvimento na relação entre o discurso, seu produtor e a audiência/público, cada um deles presente em diferentes graus nos eventos comunicativos: o do falante consigo mesmo, o que se estabelece entre o falante e o ouvinte, e o do falante com o próprio discurso. No caso do discurso rememorativo dos idosos, o último tipo de envolvimento se manifesta com força peculiar, sob a forma de envolvimento do produtor do texto com sua própria memória. O narrador precisa, para preservar sua própria imagem, provar que as lembranças se mantêm vivas, organizadas, fiéis ao acontecido: “*vim, vi... e me lembro*”. É sua vitória, ainda que fugaz, sobre a corrosão inevitável do tempo.

²⁶ As entrevistas analisadas forma feitas como parte da coleta de dados do Projeto NURC.

3.2.2. *Performance* em narrativas autobiográficas orais e escritas

Como afirmei em 3.2, acima, a perspectiva que adoto aqui é a de considerar tanto os textos orais quanto os escritos — por serem autobiográficos, espontâneos e produzidos por um idoso — como resultados de *performance*. E a proposta é examiná-los não pelo lado da recepção — como propõe Zumthor (2000) — mas, principalmente, pelo da produção — como Bauman (1986) faz em relação a *performances* orais, e sugere que se faça também em relação à escrita. Se a idéia de *performance* aplicada à oralidade tem já uma tradição sedimentada, aplicá-la à escrita requer mais explicações. Por isso me parecem necessárias algumas comparações entre autobiografias faladas e escritas.

Para Rosen (1988) o impulso autobiográfico, através do qual o indivíduo constrói sua identidade e seus referenciais cognitivos, está sujeito a um controle social autoritário. Tomando como ponto de partida as reflexões de Bakhtin²⁷ sobre as diferenças essenciais entre os discursos compulsórios, autoritários — religiosos, morais, políticos, institucionais etc. — e os discursos autênticos, internamente persuasivos aos quais se nega qualquer privilégio, Rosen coloca entre estes a narrativa da experiência pessoal. Segundo ele, o discurso autoritário domina a cena de alto a baixo de todo sistema educacional, cerceando as manifestações legítimas do impulso autobiográfico. As regras estilísticas de impessoalização do texto, tão recorrentes nas aulas de redação, são provas cabais da justeza das observações de Rosen. Sabendo-se que a escola é o lugar da aquisição do letramento, fica evidente que os efeitos mais vigorosos dessa ação cerceadora sobre o discurso autobiográfico se fazem sentir sobre a escrita. Para Rosen, dar aos alunos o direito de falar por si mesmos, o que equivaleria a abrir um espaço maior para a narrativa pessoal seria uma forma de liberação altamente positiva, já que “*histórias sobre o passado são também sobre o futuro*”.²⁸

Rosen (1998) — um estudo abrangente sobre narrativas autobiográficas — ressalta o desequilíbrio evidente entre a muita importância que tradicionalmente se dá aos textos

²⁷ O texto a que Rosen se refere é BAKHTIN, M. 1981. *The dialogic imagination*, organizado por Michael Holquist. Austin: University of Texas Press.

²⁸ “*stories about the past are also about the future.*” Mas é bom lembrar—como ele o faz—que a par do “*impulso autobiográfico*” existem as formas de autobiografia compulsória das investigações policiais, dos tribunais, dos exames, do *curriculum vitae*, que não satisfazem um desejo interno, mas da cautela, do medo de exposição indevida e até do terror. Evidentemente não é a estas manifestações que se dirigem as reflexões de Rosen...

literários, e a pouca atenção concedida a outras formas em que o discurso autobiográfico se apresenta, sobretudo as formas orais. Ressalta ainda a centralidade do discurso autobiográfico na construção das identidades individuais e sociais, afirmando que todos os seres humanos são incorrigivelmente autobiográficos e que cada pessoa tem dentro de si um rascunho, sempre em transformação, da história de sua vida (p.1). Para ele, autobiografias não são, então, apenas as realizações de autores destacados, mas uma arte comum que se encontra em toda parte, um tipo de discurso que aparece em grandes e reconhecidos livros, mas também em partes de textos, e ainda em falas individuais ou colaborativas, em que um escritor, um falante, ou mais colaboradores envolvem-se na representação de suas vidas através da reconstrução verbal das experiências passadas. É através dessa prática discursiva que cada ser humano procura, no turbilhão dos acontecimentos de sua vida, a coerência. É através dessa prática que se desenvolvem os grandes temas da memória, da identidade e da construção social da realidade. Nas palavras de Rosen (1998: 17),

*Podemos achar difícil responder “Quem sou eu? O que sou eu? Quantos eus eu sou?” Ainda assim, sempre confrontamos tais questões sabendo que tudo aquilo não é um caos. É a memória que repetidamente nos resgata e torna possível falarmos numa voz compreensível.*²⁹

É essa função psicológica/cognitiva das narrativas autobiográficas que ainda está, segundo o autor, a pedir maior atenção, uma atenção que tem sido concentrada nos grandes escritos autobiográficos, desde que sejam considerados obras literárias, “i.e., aprovadas num teste formulado pelos críticos” (p.15).³⁰ Rosen lamenta que a literatura sobre autobiografia seja dominada pela preocupação com trabalhos volumosos e ignore quase completamente as várias outras formas, sobretudo as orais em que o discurso autobiográfico se manifesta, e se empenha em demonstrar a importância e a ubiquidade dessa forma discursiva no quotidiano. Segundo ele,

O amor pelas bibliotecas, arquivos e manuscritos deixou muitos estudiosos surdos como pedras, pois não ouvem os atos autobiográficos que são um traço permanente de qualquer conversação em todo o mundo. Talvez eles ouçam, mas se o fazem, não conseguem acreditar que tenham alguma importância maior, pois nunca falam deles.

²⁹ We may find it difficult to answer, ‘Who am I? What am I? How many I’s am I?’ Yet again and again we confront those questions knowing that all is no chaos. It is memory which repeatedly rescues us and makes it possible to speak with a comprehensible voice.

³⁰ ...i.e. its passing a test designed by critics.

Essa é uma surdez infeliz, pois o nascimento da autobiografia certamente se deu no discurso conversacional. (p.49) ³¹

Ainda segundo Rosen, enquanto fenômeno psicológico, a autobiografia literária não é intrinsecamente diferente das formas mais comuns e espontâneas, em que o discurso autobiográfico se realiza. Em comum, todas as manifestações autobiográficas têm sua dependência em relação à memória autobiográfica, a construção de uma coerência sobre os eventos passados. E nem é importante distinguir na autobiografia o ficcional do não-ficcional, já que o que importa é o *pacto autobiográfico*, um acordo implícito entre o produtor do texto e seu público, através do qual ambas as partes assumem que o autor é sincero nos seus esforços para formatar discursivamente os eventos de sua vida.

Em geral, ambas as partes sabem que o pacto não é ingênuo, já que toda autobiografia se rege por controles muito específicos: a relutância em ofender pessoas vivas ou seus parentes, a omissão deliberada de temas sensíveis, o esforço para preservar a própria imagem do autor etc. O autobiógrafo, como afirma ainda Rosen, é sempre um autocensor — e precisa ser um autocensor muito habilidoso. Mais ainda no caso do texto escrito, já que por sua própria constituição, a escrita é mais facilmente patrulhada, policiada, controlada socialmente.

É na escolarização que as forças controladoras se manifestam de maneira mais óbvia. Falando sobre as regras de escrita transmitidas na escola inglesa, Rosen descreve uma situação que é muito familiar para nós. Na medida em que, segundo ele, o texto acadêmico passa a ser “o texto”, modelar para a escrita, a regra de impessoalização acaba se estendendo para toda a prática de escrita. Instados a seguir regras severas a respeito das fronteiras entre os gêneros, os alunos são obrigados a

censurar dos discursos sobre assuntos acadêmicos todas as marcas que sinalizem a presença de um escritor, das quais o pronome de primeira pessoa é apenas o exemplo mais óbvio. ³² (p.30)

³¹ *The love of libraries, archives and manuscripts has turned many scholars stone deaf, for they do not hear the autobiographical acts which are an abiding feature of everyone's conversation the world over. Perhaps they do hear but, if so, they cannot believe them to be of any great importance for they never speak of them. It is an unfortunate deafness, for the birth of autobiography must surely have been in the discourses of conversation.*

³² *...to censor from the discourses of academic subjects all markers which signal the presence of the writer, of which the first person pronoun is only the most obvious example.*

Levando em conta essas injunções, assumo aqui, com Rosen, que a narrativa autobiográfica produzida espontaneamente se realiza a partir de um impulso de sedução, de um desejo de conquistar a atenção e adesão do público, exige para sua realização uma *performance*. Como ocorre em todas as práticas comunicativas, no processo de execução desse tipo de *performance*, o narrador está submetido a restrições sociais específicas, determinadas em função de seu público e também da modalidade, que definem para ele o que pode ser dito e como pode/deve ser dito, atuando como autocensura. Esta autocensura tende a ser — como aponta Rosen — mais rigorosa no caso da escrita, tanto pelo alcance e permanência dos textos, quanto pelas regras de bom uso que são transmitidas no processo de inserção no letramento que se dá através da escolarização.

3.3. Elementos constitutivos e sinalizadores de *performances*

Seguindo o modelo proposto por Bauman (1977, 1986), para situar etnograficamente eventos comunicativos performáticos é necessário dar conta dos elementos constitutivos da *performance*, estabelecendo:

- as identidades dos participantes e seus papéis, i.e., a relação entre os membros da audiência entre si e com o narrador;
- as regras de base da interação social, normas, estratégias para *performance* manifestadas nas seleções do produtor—isto é, as sinalizações de *performance* (determinados para a arena social específica em que a comunicação se processa).

É a partir dos quadros descritivos correspondentes aos participantes e às situações de produção dos textos em cada modalidade, que se podem descrever e interpretar as formas lingüísticas empregadas nas *performances*. Em outras palavras, a partir de um conhecimento sobre os participantes de uma realização performática e das regras sociais que norteiam seus comportamentos é que se pode tentar estabelecer uma medida válida para distinguir as instâncias de arte verbal de outros modos de utilizar a linguagem: não há modelos absolutos, definidos de antemão. Os eventos comunicativos performáticos são demarcados por sinalizações (*keying*) específicas, identificadas como tal pelos participantes, que envolvem determinados comportamentos :

- da parte do *performer*, a assunção da responsabilidade pela modo como sua comunicação se desenvolve, acima e além do conteúdo referencial;
- da parte da audiência/público, a percepção de que a comunicação está sujeita a avaliação quanto à habilidade e eficácia do *performer*; de que se trata de uma comunicação que busca realçar a experiência através das qualidades intrínsecas da própria expressão; e de se trata de uma ato de expressão que requer atenção especial.

Evidentemente os termos *performance* e competência são empregados por Bauman de modo bem diferente do de Noam Chomsky. Competência tem para Bauman o sentido amplo de competência comunicativa (como o que lhe atribuiu Hymes), e *performance* equivale a um modo interpretativo específico, um enquadramento (*frame*) , tal como este termo foi empregado por Gregory Bateson e Erwin Goffman. As sinalizações (*keying*) que demarcam os limites de um enquadramento (ou *frame*) performático—ou de outra qualquer, na verdade—são elementos metacomunicativos culturalmente convencionados, cuja utilização é culturalmente determinada e reconhecida pelos membros de cada comunidade de fala.

Entre os meios metacomunicativos que têm sido observados como sinalizadores de *performances* orais Bauman aponta:

- códigos especiais (formas elaboradas ou arcaicas, por exemplo);
- linguagem figurativa (maior recurso a metáforas, simbolismo fonético etc.);
- paralelismo (em vários níveis: fonológico, morfológico, sintático, textual);
- traços paralingüísticos especiais (inflexões de voz, ritmo etc.)
- fórmulas especiais (frases típicas de iniciação ou finalização, como “era uma vez...”);
- apelo à tradição;
- alegação de falta de competência para a *performance* (*disclaimers*).

Tannen (1989) verificou — como já mencionei em 2.2.2.1 3 2.2.2.3 — que algumas estratégias de envolvimento recorrentes em conversações são também essenciais em textos literário norte-americanos contemporâneos. Tais estratégias, segundo Tannen, podem ser divididas em dois grupos: o das que operam principalmente (mas não exclusivamente) no nível da sonoridade, e o das que atuam principalmente (mas nunca exclusivamente) no nível da significação.. Entre as do primeiro tipo a autora coloca:

- ritmo;
- padrões de repetição e variação;
- figuras de linguagem (entendidas como elaboração sonora que torna certa construções esteticamente valorizadas)³³.

Entre as do segundo tipo,

- estilos oblíquos (*indirectness*),
- elipse,
- diálogo,
- detalhamento das imagens
- narrativa.

Embora a questão da relação entre oralidade e escrita não seja tratada por Tannen em uma perspectiva etnográfica — o que certamente a levou a fazer afirmações gerais que se aplicam apenas a um certo momento e a certos gêneros da literatura norte-americana — há em sua percepção sobre as estratégias de envolvimento algumas coincidências com as sinalizações de *performance* oral elencadas por Bauman. Por exemplo,

- ritmo pode ser interpretado como um traço paralingüístico;
- as repetições correspondem ao que Bauman chama de paralelismo;
- figuras de linguagem e estilos oblíquos recobrem de certa forma os sinais que Bauman chama de linguagem figurada.

Mas há também algumas diferenças. Entre elas, está a ausência na lista de Bauman de algo que corresponda especificamente à ocorrência de diálogos reportados, estratégia central na análise de Tannen.

Evidentemente os sinalizadores de *performance* não podem estar definidos *a priori*: a lista apresentada por Bauman ou as estratégias analisadas por Tannen indicam apenas algumas possibilidades. Cabe à pesquisa identificar os recursos que contribuem para a

³³ Tannen se refere aqui ao que a retórica chama de *figuras de construção*, por oposição às *figuras de pensamento*. Trata-se de figuras como *quiasmos* —em que dois segmento contêm as mesmas partes mas com ordem invertida, *isocolon* —seqüência de frases com o mesmo número de sílabas, e *assindetos* —combinação de sentenças sem conjunções, entre outros.

realização de diferentes tipos de *performances* em diferentes formações culturais. Também deve ser evidente que o tratamento discreto dos fenômenos sugerido pela classificação é um artifício da análise e não reflete adequadamente a imbricação das sinalizações: por exemplo, traços paralingüísticos, como inflexões de voz, ocorrem como marcas de diálogos reportados.

3.4. O roteiro da análise

Por considerar os textos em análise como produtos de eventos comunicativos performáticos, começo por descrever os **fatores constitutivos das *performances***, ou seja, a identificação dos participantes das relações entre eles e das situações de produção. Essa é a função da seção que apresenta a biografia do produtor e das seções que descrevem os eventos comunicativos que deram origem aos textos.

Prossigo com descrições gerais das *performances* orais e escritas, para então nelas examinar, entre as **sinalizações** formais listadas acima, duas que me parecem as mais salientes nas narrativas orais: **traços paralingüísticos especiais** e **diálogos reportados**. Tais sinalizações contribuem de modo essencial para que a *performance* oral se desenvolva como uma dramatização — donde a sugestão de que nelas o *performer* é o “ator” a que se refere o título.

Como foi apontado no final da seção anterior, separar as sinalizações em diferentes categorias é um artifício de análise. Entre os paralingüísticos estão, por exemplo, as inflexões de voz, que imprimem aos enunciados significados que não podem ser depreendidos das proposições que os constituem, e revelam a atitude do enunciador em relação ao que diz: tristeza, simpatia, ironia, admiração, e tantos outros. Entram também nessa classificação as onomatopéias que acompanham os eventos narrados contribuindo para presentificar na mente do interlocutor as cenas descritas. Em conjunto esses dois aspectos desempenham função comparável à das “trilhas sonoras” e dos “efeitos sonoros especiais” da linguagem cinematográfica, que é a de acentuar o narrado com recursos expressivos de áudio. Cabem ainda nessa classificação as mudanças na qualidade da voz que permitem ao narrador falar não só como narrador, mas também como diferentes personagens, a um só tempo criando e

representado os diferentes “atores”. É aí que os traços paralingüísticos se cruzam com os diálogos reportados, que têm nessa recriação dramática a função de por em cena personagens que “falam” as histórias com suas próprias vozes e linguagens. Na análise dos textos, apresento manifestações típicas de cada uma desses sinalizadores nas narrativas orais, procurando em seguida identificar suas contrapartidas na escrita, de modo a revelar semelhanças e diferenças.

Invertendo-se a ordem da lista de Bauman, o primeiro item ali apontado — a **utilização de códigos especiais** — é o último a ser considerado. Este tipo de sinalização parece-me a mais importante na escrita, que apresenta uma seleção de formas marcadamente diferentes das feitas na fala. Esta seleção constitui o principal foco de interesse da comparação aqui pretendida, uma vez que revela quanta distância pode haver entre usos semelhantes de linguagem nas duas modalidades. Trata-se de diferenças que se devem menos a exigências específicas de cada meio, e mais aos condicionamentos culturais impostos a eles. São esses condicionamentos que pesam sobre o **autor** — aqui tomado na acepção grafocêntrica, que é, aliás, dicionarizada, de “*escritor de obra literária*”³⁴. Escrever, a partir desse ponto de vista, envolve, enquanto *performance*, mais do que a habilidade de contar bem uma história: envolve também demonstrar habilidades de letramento, demonstrar conhecimento das normas que considera vigente sobre a escrita, demonstrar familiaridade com o vocabulário que se espera de um letrado. É ao conjunto dessas marcas de letramento que se refere a expressão **código especial**.

A análise dos fatores constitutivos e dos sinalizadores de *performance* selecionados acima constitui a parte central deste trabalho (Cap.4, Parte II). Além desses aspectos trato brevemente — ao comparar (no Cap. 5, Parte II) a versão oral e a escrita de um mesmo episódio do que Tannen (1989) classificou como **detalhamento**. Para Tannen, a particularização e o detalhamento têm um papel fundamental entre as estratégias através das quais se produz a conexão entre um narrador e sua audiência. Segundo a autora, “*detalhes criam imagens, imagens criam cenas, e cenas acendem emoções, tornando possíveis tanto a compreensão quanto o envolvimento*” (p. 135). Certamente os textos de N permitem uma

³⁴ Segundo o *Pequeno dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, 11^ª, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, SP: Cia. Editora Nacional, 1972.

ampla exploração sobre os efeitos dessa estratégia, mas no presente trabalho faço apenas algumas observações a respeito. Quase como efeito colateral, na comparação entre as duas versões de um mesmo episódio enseja algumas considerações superficiais sobre outros aspectos, que certamente mereceriam tratamento mais alongado: as diferenças entre os textos orais e escritos no que diz respeito à organização textual e às regras pragmático-discursivas.

3.5. A transcrição

Para fazer a comparação pretendida foi necessário estabelecer primeiramente um certo nivelamento entre os textos das duas modalidades, cujas naturezas são evidentemente diferentes. As decisões sobre os procedimentos de transcrição acarretam conseqüências relevantes para comparações entre fala e escrita. Frequentemente nas transcrições de fala registram-se detalhadamente algumas peculiaridades como hesitações, repetições, quebras sintáticas. O efeito de tal procedimento é acentuar a percepção de diferenças entre a oralidade e a escrita — o que pode ser efetivamente o interesse da transcrição mas nem sempre o é. Se a transcrição se baseia em outros critérios, as diferenças podem resultar bem menores. Na transcrição dos textos orais aqui considerados, a opção foi por procedimentos que minimizam as diferenças e evidenciam as semelhanças entre a fala e a escrita. Evidentemente tal opção envolve algum grau de editoração, o que demanda algumas justificativas

Primeiramente, é necessário distinguir entre as características da fala aquelas que lhe são intrínsecas das que lhe são atribuídas por um processo de definição do que é adequado para a escrita. Urbano (2000a: 160-1) observa que fenômenos de dois níveis distintos devem ser considerados na comparação entre textos falados e escritos:

1. *fenômenos que podemos classificar como típicos do textos conversacional, dificilmente registrados em qualquer textos escrito, sob a forma de monólogo. Referimo-nos às hesitações, pausas (preenchidas ou não), realizações próprias da cadeia linear sonora, gaguejamentos. Alongamentos, glotal stop, cortes de palavras, silabações, sobreposições de vozes; falsos começos, truncamentos frásicos e fragmentações etc. Alguns decorrem da própria natureza do veículo sonoro da fala e da materialidade mesma da cadeia falada, outros, das condições de produção específicas do texto falado; da falta de planejamento prévio, da co-presença dos interlocutores, do referente situacional comum, por exemplo;*

2. *fenômenos que manifestam uma frequência muito grande na fala, mas não lhe são exclusivos, podendo ocorrer, embora raramente, no texto escrito de modo geral. Referimo-nos aqui às repetições de palavras gramaticais, sobretudo do pronome eu, paráfrases; correções e incorreções gramaticais e lexicais; perguntas (retóricas ou não) vocativos, exclamações; vocábulos, expressões, torneios frásicos, frases feitas, metáforas, ditados, flags e construções populares; marcadores conversacionais, retomadas e recorrências semânticas, instabilidade tópica etc.*³⁵

Alguns fenômenos do primeiro nível, aqueles que têm efeitos significativos, como alongamentos enfáticos, entonações sugestivas, intensificações de realce etc., podem ter na escrita contrapartidas como sinais de pontuação e outros marcadores gráficos usados com função expressiva: sublinhas, maiúsculas, aspas etc, ou podem ser lexicalizados. Os que são determinados pelas urgências da produção *on-line* correspondem às hesitações também freqüentes na escrita, mas que nesta são apagadas durante o processo mais lento de produção. Já os fenômenos de segundo nível, os que não se ligam a nenhuma exigência “*da própria natureza do veículo sonoro*” e nem “*das condições de produção do texto falado*” revelam as injunções sociais operantes sobre o texto escrito, nada tendo a ver com diferenças intrínsecas entre as modalidades, embora freqüentemente sejam classificados como “*marcas de oralidade*”.

Olson (1997) argumenta que o emprego de um determinado tipo de sistema de escrita acarreta uma determinada percepção da linguagem, ou, em suas palavras, “*os sistemas de escrita proporcionam os conceitos e as categorias para pensar a estrutura da língua falada*” (p.84). Assim, o fato de utilizarmos um sistema alfabético que permite uma razoável representação dos segmentos fonológicos, das palavras e da sintaxe, teria feito com que esses elementos fossem tomados como essenciais nas nossas concepções de linguagem. Ainda mais, ao mesmo tempo em que percebemos o que nossos sistemas de escrita nos obrigam a considerar, deixamos de atentar para o que a escrita não representa —e, acrescento eu, passamos a considerar como intrínsecas à oralidade formas que não se escrevem apenas por exigências sociais sobre a escrita, como as do item 2, acima.. Como o sistema de escrita que

³⁵ Como define Urbano em nota, *flag* é “*expressão genérica que antecipa o tipo de função sintática e semântica que se vai realizar, pleonasticamente na expressão que se segue, do tipo: Lá em casa vai tudo bem.*” (p.161).

utilizamos não dispõe de recursos (ou dispõe de recursos precários, como os sinais de pontuação) para captar a prosódia da fala e os aspectos paralingüísticos, como qualidade da voz, volume, ritmo e tom, acaba representando apenas o que foi dito e não como foi dito. Ou, na terminologia da teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1962), a escrita nos permite representar claramente o ato locucionário, mas não a força ilocucionária. Na tentativa de compensar essa perda inevitável, a escrita exige mais lexicalização, i.e., explicitação lexicalizada das intenções do autor, resultando num texto aparentemente mais completo. Mas, afirma Olson, “o que a escrita ganha em permanência, perde em abrangência” (p.127), e ainda:

A escrita preserva as propriedades léxicas e sintáticas da fala, mas perde as qualidades de voz de quem fala, inclusive o acento frasal e a entonação, assim como a “linguagem silenciosa” que se revela em sinais de uma linguagem corporal manifestados pelos olhos, mãos e postura, e também o contexto compartilhado cognitivamente—elementos que, nos contextos orais, indicam como receber uma expressão. O problema da escrita se torna, portanto, o de inventar recursos, inclusive léxicos e sintáticos, que possam compensar o que se perdeu. E o problema da leitura consiste em dominar esses sinais e as técnicas hermenêuticas que dão algumas indicações de como o escritor desejava que o texto fosse interpretado. (p.127)

Na transcrição de produções orais, a questão que se coloca é, justamente, como transcrever os textos sem transformá-los em escrita, ou seja, como representar graficamente os efeitos paralingüísticos e transmitir ao leitor a organicidade do texto falado e de sua produção, sem recorrer a lexicalizações. O trabalho de fazer uma transcrição que capte as marcas da força ilocucionária, evidencia claramente a precariedade de recursos gráficos para representar os múltiplos níveis de expressão da fala. Tannen (1989: 202-3) assim descreve suas transcrições de textos orais:

Os exemplos são apresentados em linhas poéticas ao invés de blocos típicos da prosa. Acredito que esta forma de apresentação captura melhor o ritmo e torna os textos mais fáceis de ler. As linhas representam unidades entonacionais, de modo a capturar na escrita o recorte natural obtido na fala por uma combinação de entonação, prosódia, pausas e partículas verbais tais como marcadores de discurso e de hesitação. [...] Na transcrição, a pontuação representa entonação e não convenções gramaticais. Na maioria dos casos, abandonei minha prática anterior de representar algumas expressões em forma reduzida, tais como “gonna” [...], porque fui convencida [...] de que a transcrição de tais formas é sempre inconsistente e dá

*aos leitores uma impressão negativa do falante, uma impressão que não é causada pela pronúncia coloquial.*³⁶

As decisões a serem tomadas na transcrição envolvem, então, a representação gráfica das palavras, as variações entonacionais a serem indicadas, as pausas e as diferenças de duração das pausas, os tons de voz, o volume da voz etc. E por mais que se tente fornecer uma descrição detalhada do que o ouvido percebe, o resultado é sempre frustrante: a representação espacial da experiência da audição é sempre problemática.

Bauman (1986: ix) observa que na transcrição se pode sobrecarregar o texto de informações — tais como indicações sobre tom de voz, ritmo, gestos paralingüísticos — a ponto de torná-lo inacessível para o leitor; ou então fazer escolhas entre diferentes formatos para enfatizar aquilo que interessa à discussão em determinados momentos. Assim, um mesmo material textual pode ter diferentes transcrições que refletem o foco da atenção analítica em momentos específicos. O essencial, ainda segundo Bauman, é que a representação sempre reflita uma atenção consciente à forma.

Como minha atenção aqui está centrada na escrita, para o desenvolvimento da pesquisa em questão, minha opção — para os momentos em que escrita e fala são comparadas — foi a de aproximar a transcrição da escrita padrão, obedecendo de modo coerente aos seguintes princípios:

1. *Empregar os sinais de pontuação convencionais (inclusive travessões para inserções digressivas mais breves e aspas para falas reportadas), com valores convencionais, visando a legibilidade, ainda que sejam uma representação muito simplificada das variações de voz da fala.*

Como ressaltado acima, os sinais de pontuação são reconhecidamente precários para indicar as sutilezas entonacionais de que a fala tanto se utiliza. Mas essa precariedade não se faz sentir apenas da transcrição de textos falados, ela aflige também aquele que produz textos

³⁶ *Examples are presented in poetic lines rather than prosaic blocks. I believe that this better captures their rhythm and makes the text easier to read. Lines represent intonation units, to capture in print the natural chunking achieved in speaking by a combination of intonation, prosody, pausing and verbal particles such as discourse and hesitation markers. [...]. In transcription, punctuation represents intonation, not grammatical conventions. In most cases I depart from my previous practice, and I believe, the most common practice, of representing selected expressions in reduced form, such as "gonna" [...] because I have been convinced [...] that such nonstandard spelling is always inconsistently applied and has the effect of giving readers a negative impression of the speaker, an impression that does not follow from the casual pronunciation in speech.*

diretamente escritos. Algumas vezes os autores recorrem a lexicalizações, como apontou Olson, para suprir a força ilocucionária de determinados contornos entonacionais, mas nem sempre. Tanto o autor quanto o leitor sabem lidar com a polissemia inerente aos sinais de pontuação. (Se necessário, empregar parênteses duplos para comentários e explicações adicionais.)

2. Seguir as regras ortográficas oficiais, incluindo-se aí o uso de maiúsculas em início de período ou unidade enunciativa.

Algumas mudanças foram feitas no sentido de implementar a legibilidade. Por exemplo, acrescentei à representação escrita da oralidade vários morfemas de concordância nominal e verbal — que não aparecem na fala — mesmo que isso implicasse um certo grau de “enquadramento normativo” da fala, desde que se tratassem de formas que são omitidas em função de fatores fonológicos. Da mesma forma evitei representar algumas expressões em forma reduzida, tais como “co” (para *com o*), “ca” (para *com a*), ou fazer transcrições fonetizadas como “tar” (para *tal*). Aceitei, nessa opção a argumentação de Preston (1982, apud Tannen, 1989: 202) de que a transcrição de formas assim é sempre inconsistente e dá aos leitores uma impressão negativa do falante, impressão que não corresponde à causada pela pronúncia coloquial. Já no caso das formas reduzidas que já são comuns na escrita de registro informal — como “pra”, “tá” (e outras formas do verbo *estar*) e “né”, optei por transcrevê-las, pois acredito que a transcrição de tais formas pelas extensas, padrão, acarretaria o efeito inverso do previsto por Preston para usos menos corriqueiros: passaria aos leitores uma imagem de um falante excessivamente preocupado com a norma, hipercorreto e impostado — que não é o caso do produtor dos textos aqui considerados. As formas puramente onomatopaicas são transcritas em letras maiúsculas.

3. Eliminar as descontinuidades na estrutura lingüística que envolviam segmentos muito pequenos.

Rosen (1998) critica as atitudes paternalistas dos que ao transcreverem discursos orais acabam por “editar” drasticamente os textos, manipulando-os até que se tornem formas “aceitáveis” da prosa escrita. Os procedimentos que adoto aqui não são os procedimentos de edição criticados por Rosen. Não se trata de adaptar o material oral aos critérios da prosa literária, mas transcrever de modo a garantir uma legibilidade. Tomo como base neste

procedimento as regras de edição da fala propostas por de Taylor e Cameron (1987), tal como descritas em Marcuschi (2001a). Segundo Marcuschi, esse tipo de edição é um processo de idealização dos dados, que não acarreta mudanças estilísticas e se restringe a depurar os dados orais de elementos formalmente inanalísáveis. Foram suprimidas as hesitações—isto é, as repetições de segmentos que obviamente não eram intencionais e as mudanças abruptas de rumo corrigidas pelo próprio falante (*false starts*), ou seja, as inicializações abortadas de enunciados, mas apenas quando envolviam apenas fragmento. Tais modificações se justificam em função de corresponderem aparentemente a procedimentos normalmente seguidos pelos ouvintes na recepção e interpretação. Como afirma Marcuschi,

...tudo indica que se trata de um processo automatizado. Tanto assim que se alguém nos pedir detalhes a respeito de hesitações, repetições, marcadores etc., de nossos interlocutores em uma dada interação espontânea face a face, é provável que nos daremos conta de não tê-los registrado.(p.56)

4. *Nos casos em que há diálogo entre o narrador e o documentador, não indicar a superposições de vozes.*

Esta decisão se deve ao fato de que tais ocorrências não têm interesse para o presente trabalho. À guisa de informação, cabe observar que as superposições de vozes não são freqüentes, já que o documentador estava empenhado em dar o maior espaço possível para N — que se comprazia em ocupá-lo.

Basicamente, em relação aos textos orais, segui as idéias de Bauman (1986), mencionada acima, de não sobrecarregar o texto da transcrição com detalhes irrelevantes para os interesses da análise, mas também evitei incorrer na editoração drástica que deformaria a oralidade. Além disso, alguns nomes próprios mencionados foram omitidos, nos casos em que a identificação poderia ser comprometedora. Em relação aos textos escritos, apenas a acentuação gráfica é adaptada, para fins de legibilidade, aos ditames da reforma de 1972, que aboliu os acentos diferenciais.

PARTE II

1. APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Os textos aqui analisados, sobretudo os da oralidade, têm para mim um interesse muito especial. Foram transcritos de um conjunto de três fitas magnéticas, de uma hora de duração cada, gravadas com narrativas orais, informais, improvisadas (identificadas como F1a, F1b, F2a, F2b, F3a e F3b, em que ‘a’ e ‘b’ referem-se aos lados das fitas), registradas por um interlocutor/documentador (identificado nas transcrições como **doc**). E de outro conjunto de 29 textos escritos, mais formais, cuidadosamente planejados para publicação (identificados como E1, E2 e assim por diante). Ambos têm cunho autobiográfico e foram produzidos por meu avô, Newton Catta Preta — ou N, de Newton e de narrador. As seis primeiras páginas da transcrição de gravações estão reproduzidas no Anexo 1; no Anexo 2 encontram-se reproduções de três das 29 crônicas.

As histórias que meu avô contava divertiram gerações. Quanto tempo passei com outros netos e netas na casa dele, entretida com suas histórias — inclusive com algumas que compõem o *corpus* de textos orais — que eram entremeadas de adivinhações e problemas imaginários que tínhamos que resolver! No meio da noite um piquenique de doces — geralmente figos cristalizados — que ele tirava... do cofre!

Já octagenário, ainda fascinava os bisnetos com as histórias de caçadas de sua infância. Um deles, então com seus seis anos, andava tão fascinado com as histórias do bisavô que a mãe — com medo de que o menino começasse a achar sua própria vida meio sem-graça — resolveu intervir avisando: “*Olha, nem tudo que o vô conta aconteceu com ele mesmo. Tem coisas que ele inventa*”. O menino nem se perturbou. Na verdade se mostrou mais encantado e disse: “*Pois se ele inventa, daí que ele é gênio!*”

Como escritor N jamais conseguiu entre nós o mesmo reconhecimento. Já na casa dos 70 escreveu os textos que compõem o *corpus*. Gostava de escrevê-los — arrisco-me até a

afirmar que o fazia com o mesmo prazer que sentia nas *performances* orais — e mais ainda lhe agradava e envaidecia ver seus textos publicados, sempre em jornais ligados à cidade de Castro: o *Castro Jornal*, órgão de imprensa daquela cidade, e *A Voz do Iapó*, órgão de divulgação de uma sociedade que unia antigos moradores de Castro residentes em Curitiba.

Depois de mostrar a todos os familiares os números dos jornais com suas crônicas, recortava-as cuidadosamente e colecionava numa pasta de cartolina. Muitos anos depois de sua morte recebi essa pasta de uma tia, a filha mais velha de N. Ninguém mais na família tinha interesse por aqueles recortes de 29 textos produzidos entre de 1960 e 1975 — talvez nem mesmo lembrança deles. É fácil entender por quê. Para os mais próximos, ficava a impressão de que nos textos escritos as características mais vibrantes do narrador oral sucumbiam ao peso do anseio pela norma: o ator talentoso das *performances* orais dava lugar a um autor um tanto pomposo nas *performances* escritas. Nas seções seguintes procuro descrever como, e arrisco-me a explicar por quê. Começo por situá-lo em seu tempo e seu espaço, entremeando o breve relato de sua biografia com fragmentos de seus próprios textos — ora tirados do *corpus* oral, ora do escrito, donde a marcante diferença no estilo das citações.

2. O NARRADOR

Nascido em Curitiba, em 1895, N era o terceiro filho entre 15 irmãos, o mais velho dos meninos. A mãe era também de Curitiba, de família há muito radicada na região, muito conservadora e católica: queria que ele fosse padre:

- (1) *Naquele tempo de antes, a família tinha que ter um filho padre ou então uma tinha freira pra ser... Sabe como era, é povo carola, beato tudo, né? Minha mãe queria que eu fosse padre. Meu pai era um maçom, anti-clerical, não é? Metia o pau em padre e coisa e tal (F3a)*

O pai, “*maçom, anticlerical*”, era mineiro, da região de Diamantina, e se mudara para Curitiba, onde era dentista e dado a modernidades. A figura do pai, mineiro e contador de histórias, era muito forte na memória dos filhos que cheguei a conhecer. Talvez tivesse vindo dele o gosto pela conversa e pelos “causos” que os irmãos sempre demonstravam. Talvez fossem apenas pessoas de outros tempos, dos tempos em que contar histórias ocupava as horas que hoje se passam diante da televisão. De qualquer forma, a habilidade de contar “causos” era um traço que os caracterizava e de que se orgulhavam. E N era tido, inclusive pelos irmãos, como o melhor nessa arte. Constantemente lhe pediam que contasse essa ou aquela história — sempre (apresentada como) autobiográfica. Suas tantas histórias às vezes beiravam o exagero — ou mesmo afundavam nele. O que importava era que fossem bem contadas. E ele as narrava com grande animação, em seu sotaque típico do Paraná tropeiro, cujas características têm muito do português caipira descrito por Amadeu Amaral. Da primeira vez em que ouvi novamente as fitas, quase quinze anos depois de sua morte, me surpreendi com sua linguagem: eu não lembrava das marcas tão regionais de seu dialeto, das retroflexas, da ausência quase categórica da concordância de número nas frases nominais e do léxico, por exemplo.

Em conformidade com os preceitos da mãe, N estudou em colégios de orientação religiosa, em regime de internato —mas nunca para ser padre. Por essa altura tinha 10 anos.

E como ele mesmo explica nas gravações, a influência do pai sempre o fez revoltar-se contra as regras das instituições católicas. Era um aluno rebelde, expulso — segundo consta e segundo ele mesmo conta nas gravações — de pelo menos dois colégios. Mas há que lembrar o quanto era rígida a disciplina nas escolas. Havia mesmo no Internato Paranaense —o *Seminário*³⁷— um padre encarregado apenas de manter a disciplina — “e tinha o padre Godofredo, que era o chefe da disciplina” — e até a sala dos castigos:

- (2) *Então, no Seminário, o porão de chão, tinha um estaleiro cheio de quinto assim. Quinto de vinho. E aqui, aquele pilar, um pilar grande assim, desenhado um diabo de rabo assim, vermelho, pintado, pra cá uma caveira, e lá no fundo tinha um frade assim, roupa de frade com um capuz aqui, só aparecia a caveira assim lá. Aquilo era pra por de castigo, você veja, que barbaridade! (F3a)*

Castigo porque foi pego fumando. Castigo por roubar uva no parreiral dos padres. Mas havia também o castigo para os canhotos:

- (3) *Ah, você veja como era! Tinha um, chamado Azevedo, Joaquim Azevedo, João Azevedo. O pai dele era pagador da estrada de ferro, de Ponta Grossa. Morava em Ponta Grossa. Era canhoto. O padre dizia “O Canhoto é o diabo!” Canhoto tinha parte com o diabo. [?] Nós íamos pro recreio, mandavam ele fazer “O diabo é canhoto”, escrever com a mão direita, “O diabo é canhoto”, tantos! Não ia pro recreio porque tinha parte com o diabo. “Canhoto é diabo!” Punham de castigo, ele ficava assim, encostado na parede, não é? De castigo por ele ser canhoto! (F3a)*

A normatização sobre a escrita ia até o gesto!

Depois de uma sessão na sala de castigos, em que, para se livrar do medo das figuras assustadoras acabou por se embriagar com o vinho dos quintos, foi expulso. Outro internato, igualmente rígido e religioso, embora o proprietário/diretor fosse leigo: o colégio do Chico Guimarães, o *Santa Júlia*.

- (4) *Meu pai veio, tirou eu de lá e coisa, levou pra [?] e coisa. E me matriculou no Santa Júlia, na rua Carlos Cavalcanti. Hoje não tem aquela casa.[....] Vara barbaridade! Corria vara e palmatória. (F3a)*

³⁷ O Internato Paranaense ficou conhecido como Seminário, embora não fosse exclusivamente uma instituição de formação de padres. Até hoje é esse o nome do bairro onde a instituição se localiza.

O processo de escolarização — onde se dá a inserção formal no letramento — ocorre em íntima relação com o processo de inculcação de valores religiosos, morais e sociais — com recurso aos castigos físicos, então costumeiros. Aliás, a vinculação do ensino da escrita com a transmissão de regras morais e religiosas estava inscrita já na primeira gramática pedagógica do português: como parte do conjunto de textos pedagógicos que começavam com a *Cartinha* (cartilha, em termos mais modernos) de alfabetização, seguida pela *Gramática* (“preçeitiva”) *da Língua Portuguesa*, em que apresentava sua proposta de normatização da língua, João de Barros incluiu o *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* — de exaltação patriótica — e o *Diálogo da Viciosa Vergonha* — com ensinamentos morais e religiosos. O mesmo vínculo caracteriza a história do ensino no Brasil, desde os primeiros capítulos.

É interessante lembrar aqui o que diz Graff (1994) a respeito da relação entre o processo de alfabetização e a inculcação de regras morais, uma ligação que — segundo ele — se tornou ainda mais premente a partir do século XIX, à medida que a possibilidade de que as massas se alfabetizassem passou a ser vista como uma ameaça real para as classes dominantes. A cronologia estabelecida por Graff se refere às sociedades já então industrializadas, o que não era ainda o caso da nossa na época em que N era um dos internos do *Seminário*. Nas primeiras décadas do século XX poucos eram os brasileiros que tinham acesso à educação formal. Segundo Houaiss (1985) a taxa de letrados já em 1920 estaria entre 20 e 30%. Não se pode cogitar então de uma preocupação com a alfabetização das massas, como no caso dos países a que se refere Graff — Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

De qualquer modo, há nos relatos de N sobre alguns colegas indícios do valor atribuído à educação formal por famílias de trabalhadores. Como o menino Sigismundo, polonês da colônia Tomás Coelho, cujo pai pagava pelo internato “*trazendo feijão, milho, essas coisas, coitado!*”, e cujo sotaque o professor se propunha a “corrigir” com auxílio da vara e da palmatória:

- (5) *Bom, esse Sigismundo, o Chico Guimarães tinha uma escrivadinha de gradinha assim, com uma vara e a palmatória pendurada. Ele era polaco. “Capitais dos estados. Sigismundo! Vamos ver!”*

“Amazonas, capital Manaus. Pará, capital Belém. Góias capital Góias.”
“Goiás!” SCHLEP “Goiás, Goiás!”
 ((Imita os soluços de Sigismundo.)) (F3a)

Há também o Alfredo, filho de colonos alemães, que um dia deixou a escola porque a família não tinha mais condições de mantê-lo.

- (5) *Tinha um aluno chamado Alfredo Schroeder. Da cidade de Campo Alegre, pra lá de Rio Negro, Campo Alegre. Então o pai dele, ou tio, quando nós estudávamos, bom, bom, bom com esse Alfredo, esse Alfredo Schroeder. Recebeu uma carta o Chico Guimarães que tinha morrido fulano e coisa, e que não dava, que não podia continuar pagar, sabe? Então ele chorou e coisa e tal nas despedidas, nos despedimos dele, muito bom! (F3a)*

E o Pedro Nhá-Mãe, menino pobre, filho de uma das lavadeiras que lavavam roupas num riacho que passava *“onde tem aquela pracinha ali, onde tem a sinagoga”*.³⁸

- (7) *Chamavam Pedro Nhá-Mãe. A calça dele era meia-canela, sabe como é? Não era curta nem... meia-canela. Ele andava com uma coisa assim de pano, pra carregar livro e coisa, usava. Os ricos traziam mochuilinha e coisinha, mas ele, naquilo. (F3a)*

Não há nos relatos nenhuma menção específica ao ensino da escrita e da norma, mas o que se vislumbra nos episódios confirma as afirmações de Graff (1994) sobre o vínculo que tradicionalmente se estabeleceu nas instituições escolares entre a aprendizagem da escrita e a moral, o enquadramento social. Aprender a escrever nesse contexto é um processo que corre junto com o da submissão aos valores estabelecidos. A escrita, assim adquirida, passa a ser percebida como um instrumento de registrar apenas certas informações, ou melhor, as informações tidas como socialmente corretas e moralmente aceitáveis.

Essa ligação estreita entre o ensino e a imposição de uma moral rígida aparece na passagem em que o diretor, o Chico Guimarães, se encarrega de punir na escola Pedro Nhá-Mãe. Para comprar *“bolinhas de búrico”* — bolinhas de gude — o menino havia furtado

³⁸ Trata-se da Sinagoga Francisco Frischmann, à rua Saldanha Marinho, hoje parte da movimentada região central de Curitiba.

algum dinheiro da própria mãe. A mãe, uma pobre lavadeira, pediu ajuda ao diretor da escola.

- (8) *“Eu quero que o senhor chame a atenção dele e coisa e tal, pra ele não fazer isso e tal, e eu trabalho demais e isso e isso.”*
“Pode deixar.”
Quando chegou uma certa hora, três horas, que saía os externos—lá tinha semi-interno e externo—mandou sair os externos. Mandou sair os externos, os semi-internos tomavam chá, também iam—não me lembro se os semi-internos ficaram ou não. Chamou o Pedro Nhá-Mãe e coisa.
“Você fez isso!”
Levantou e metia a vara nele. SCHLEP! Ele pulava, metia nas pernas dele. TSCHLEP! Ele corria, a vara TAU! Vara e vara e vara! Sabe? (F3a)

(Para esse episódio não ficar sem um fim, conto que Pedro Nhá-Mãe, no dia seguinte ao da punição, enfiou *“uma faquinha assim, um pedacinho de arco de barrica”* no professor já cardíaco, que, ferido, foi parar no hospital. Pedro sumiu no mundo. Anos mais tarde N o encontra como carregador num dos portos que à época agitavam as margens do rio Iguaçu.)

O próprio N, sempre rebelde, acabou sendo expulso também do Santa Júlia, depois de jogar o conteúdo de um tinteiro no diretor. De escola em escola, N passou a infância em Curitiba, e na adolescência e na juventude sua vida se dividiu entre esta cidade e Porto União/União da Vitória, onde viveu aventuras mais pitorescas, que incluem :

— caçadas:

- (9) *Eu disse pro papai que nós ia caçar com o Inhozinho, tal, tal. Papai ia gostar que eu fosse de caçada, gostava muito. Eu tinha uma espingardinha de um cano, Flaubert, o Inhozinho tinha uma espingarda de socar pela boca, pica-pau, sabe como é?, e o Chico Bino só um facão. Então ele dizia assim, ó*
“Pra baixo de Deus, com este facão, pra baixo de Deus não tenho medo de nada com este facão!”
Era o nosso capanga. (F3b).

— festas populares:

- (10) *Então lá havia festa de São João. Vinha aqueles bandidos com a raia, sabe, raia e jogar cachola, e baile, aquela raparigada, aquela coisa de bagunça e tiroteio e coisa e tal. [...] Fui lá dancei e essas coisas. Tava muito frio resolvi*

vir embora. Era meia-noite, dancei com as raparigas, muitas vezes aquelas raparigonas, eu rapazinho... (F3a)

— amores proibidos:

- (11) *Tinha um bordel. O bordel chamava-se Nova Encrenca.. [...] E eu peguei uma paixão por essa [?] e ela também. [...] Eu fui ficando com ciúme também. Mas o que podia fazer? Pois ela era rapariga. Então ela me propôs depois. Ela tinha uma porção de casa. Naquele tempo não havia fortuna, não havia fortuna! O sujeito tinha cinqüenta contos era milionário, sabe? Entendeu? Ela me propôs pra nós dois se atirar no rio Iguaçu, na ponte de ferro do rio Iguaçu. Veja, veja só. Depois propôs sabe o quê? Pra ela vender tudo e nós fugir pra Goiás ou Mato Grosso e lá viver o resto da vida. Lá ninguém conhecia ela nem nada....(F3b)*

Adulto, seguiu carreira militar, sempre na Cavalaria—que naquele tempo andava mesmo a cavalo. Por muito tempo, a partir de 1917, esteve destacado na cidade de Castro.

- (12) *No ano de nossa apresentação no 2º R.C, então sediado nesta cidade, isso em 1917... (E26)*

Ali estava durante a epidemia de febre espanhola.

- (13) *Estávamos em 1918. [...] Durante esse período histórico para a humanidade, o vírus de há muito conhecido pelos cientistas, causador da “influenza” na Itália, deu o ar de sua graça neste continente, passando a ser o agente da doença agora rebatizada como o nome de gripe. [...] Apesar de seu clima invejável, da situação privilegiada, de suas águas e fontes medicinais, a Princesa do Iapó sentiu em cheio o impacto direto de seus terríveis efeitos. (E9)*

Ali se casou em 1921,

- (14) *Naquele tempo ele residia lá pras bandas do Bonsucesso, próximo ao campo do “Primavera”. Mantinha uma oficina de marcenaria, por sinal ótimo marceneiro. Pode-se dizer “era um artista”. [...] As camas ainda tinham na cabeceira bilros e balaústres que sustentavam um frontão. Esse estilo era o seu fraco, por isso se esmerava no capricho das encomendas, razão por que o procurei para confeccionar o mobiliário para o meu casamento... (E16)*

Ali nasceram suas filhas, nos primeiros anos da década de 20, e ali vivia uma vida calma.

- (15) *Morava eu, em 1923, na casa situada quase no fim da rua Dr. Jorge Xavier, em cujo jardim, na frente, existia exuberante pé de camélia. Sua proprietária não residia na cidade: era seu procurador Nhô Vespa. Alugar por 25\$000 mensais, preço razoável para a época. (E12)*
- (16) *Eta tempo bom aquele, de se viver em Castro! (E5)*

Nos primeiros tempos no Exército, participou de vários conflitos que marcaram as décadas de 20 e 30. Como a perseguição a remanescentes de maragatos que haviam se transformado em bandoleiros:

- (17) *Um Leonel Rocha, paisano, general Leonel Rocha, diziam. Que o irmão dele morava em Castro, chamava Tico Rocha, casado com...Tico Rocha. O irmão não lembro o nome dele. Era general, mas paisano. Que tinha o título de general honorário no Rio Grande do Sul, na Revolta de 93, do Gumerindo Saraiva, entendeu? [...] Então lá ele juntou uns trezentos bandoleiros. [...] Invadiram o Barracão, vieram a Clevelândia, de Clevelândia pegaram Santa Helena do rio Iguaçu. Atravessaram Santa Maria, o Pinhão e coisa e atacaram Guarapuava. (F1a)*

Esteve na Revolução de 24:

- (18) *Ah, isso foi na Revolução! Foi na Revolução de 24, no Roncador. O Cassiano. Isso é outra coisa. Isso era o Cassiano. Ói, aqui tem um coronel Massa, reformado. Que a irmã dele é casada com um sobrinho meu. Combatemos os revolucionários do Prestes e do Miguel Costa, paulistas, do Rangel, do Isidoro Lopes que fugiu de São Paulo. Isso é a Revolução, todo mundo sabe, é outra coisa. (F1a)*

— e também na perseguição à Coluna Prestes,

- (19) *Tive também atrás do Prestes. O primeiro que chegou em Santa Helena, Santa Helena perto de Foz do Iguaçu, pra baixo de Guaíra, o primeiro que cheguei fui eu lá. (F1a)*

— percorrendo então uma região que, de tão inacessível desde a capital, o governo do Estado do Paraná não conseguia ocupar efetivamente.

- (20) *Naquele tempo não tinha polícia, não tinha nada. No rio Paraná quem mandava eram os argentinos e paraguaios, sabe? O Paraná abandonou! Não tinha... O que era o regimento de segurança do Paraná? Quatrocentos e poucos homens, pra policiar o estado? Não tinha. Abandonaram na mão dos argentinos. E devastando o mato, tirando erva-mate, e barbaridade, sabe? Tinham cadeia! [...] Era um estado dentro do estado. (F1a)*

Na Revolução de 30, junto com o batalhão sediado em Castro, lutou contra as tropas leais a Vargas. Com a derrota sobrou-lhe um castigo: um período de “exílio” em Ponta-Porã, Mato Grosso, à época uma região longínqua e inóspita. De volta a Castro, estava em São Paulo temporariamente — fazendo um curso — quando eclodiu a Revolução de 32. Aderiu ao movimento paulista — como o batalhão de Castro — contra o governo da República. Com a derrota de São Paulo, viu-se obrigado a fugir da cidade de São Paulo até Castro, onde ficou escondido até a concessão da Anistia aos revoltosos pelo Governo Federal.

- (21) *Um dia te conto a fugida de São Paulo que eu tive, isso sim. Isso comi fogo barbaridade! [...] 32! Vim a pé de São Paulo.[...] Até o ramal de Jaguariaíva tem um ramal que vai pra Cachoeirinha que é Arapoti. Vai pra Apucarana, pra aquela zona lá. Vim de lá, de Jaguariaíva até Arapoti, onde é, onde é... Chamava-se Cachoeirinha. O tio da Arahya, seu Geniplo Pedroso tinha uma fazenda grande. E tinha seda da Cachoeirinha. A sede da fazenda, morava ali. De lá de São Paulo eu levei um mês e treze dias a pé. Sem mentira nenhuma! (F1b)*

Depois desse episódio — que lhe rendia as mais saborosas narrativas — passou ainda algum tempo em Castro, logo vindo para Curitiba para uma longa temporada em funções burocráticas do Exército — que incluiu rápida permanência em Paranaguá — e depois a vida pacata de reformado.

É a partir dessa época que tenho minhas primeiras lembranças dele. E de suas histórias. Em qualquer reunião as pessoas o cercavam e pediam que contasse histórias. Não pela novidade — pois as pessoas de seu grupo familiar e social geralmente conheciam muito do vasto repertório — mas pelo prazer da *performance*. E ele assumia sempre com prazer o

papel de animador, de *performer*. Buscava sempre o viés do humor: eram principalmente histórias para rir.

N faleceu em novembro de 1983, com 88 anos, portanto. Passados tantos anos, não há reunião familiar em que alguém não lembre alguma das histórias que ele contava. Inúmeras são as frases-bordões (na falta de uma tradução melhor para *punch line*, aquela frase específica que sintetiza uma boa história) do seu repertório que ainda empregamos para descrever pessoas e situações. N deixou uma verdadeira ‘biblioteca’ de literatura oral. Já dos escritos, ninguém fala, quase ninguém lembra. Os que lembram, têm dos textos a impressão de serem empolados, de não corresponderem ao talento do narrador oral.

Refletindo sobre as circunstâncias da existência de N, podemos perceber na sua vida a dualidade que os textos revelam: da infância num mundo intensamente oral, da rebeldia do menino nos internatos, das aventuras em rincões distantes da capital, de seu convívio intenso em comunidades não-letradas, N traz suas habilidades de narrador oral; da rigidez dos internatos, do valor dado ao letramento e à norma como fatores de distinção social, da linguagem burocrática do Exército, de seus modelos literários, da leitura de textos normativos, tira sua concepção de escrita — inclusive a de linguagem adequada para a escrita.

3. AS *PERFORMANCES*

3.1. Na oralidade

3.1.1. Situacionalidade e relação entre os participantes

A descrição das *performances* orais de N não pode — evidentemente — ir muito além do que se percebe pela audição das fitas: não há como recuperar os gestos, as expressões que acompanharam a produção sonora, de modo a apresentar um quadro mais completo das ações dos interlocutores. Mas o que há para observar na parte sonora é considerável. As fitas contêm cerca de três horas de gravação — com poucas intervenções do interlocutor, e uma predominância absoluta de monólogos narrativos de N — que, transcritas, resultaram em 57 laudas. Foram gravadas numa sessão contínua, numa única tarde em julho de 1980. Era uma tarde fria e chuvosa do inverno curitibano — como se ouve num comentário sobre o tempo — e os dois interlocutores parecem dispostos a gastá-la toda na interação: não há pressa.

N tinha então 85 anos e, em sua própria casa, com o marido de uma de suas netas — um homem bem mais jovem, na casa dos trinta — falava animadamente, encadeando uma história na outra, quase sem pausas ou hesitações. Essa disposição para falar mostra que a presença de um gravador não o inibia: pelo contrário, até o animava. Como os idosos entrevistados de Bosi (1987), N está perceptivelmente satisfeito em arrebatrar a atenção do interlocutor. E é a esse interlocutor que se dirige: é ele a “audiência” de sua *performance*. Os dois riem muito e numa pausa em que alguém entra na sala e oferece um café, recusam: não querem ser interrompidos.

Os “causos” relatados oralmente fazem parte do repertório que N se comprazia em apresentar para amigos e familiares. Pelo fato de estar diante de um interlocutor masculino, N se permite incluir certas passagens que provavelmente não apareceriam se estivesse falando

para mulheres. Podem-se atribuir à avaliação que faz sobre a receptividade de um interlocutor masculino os detalhes que dá sobre movimentos de tropas, armas e caçadas, como nos exemplos (22) e (23).

- (22) *O de Itu, Regimento de Itu de Artilharia, aderiu. E o 4º BC que tá em Santana, em São Paulo, aderiu. A Polícia de São Paulo naquele tempo era mais forte que o Exército. Polícia de São Paulo, levaram 40... 26 dias ali. E levaram 42 trens, levando material e coisa, combatendo, mas cercado não podia mais, né? E retiraram-se pra Alta Sorocabana ((corrigindo-se)) pra Baixa Sorocabana. Foram, foram, passando por Avaré, Campo e... Avaré, Assis, Pau d'Alho e... como é o outro? Me esqueci. (F1a)*
- (23) *Ele abandonou a máquina e veio. Deram um revólver pra ele, um bruto revólver! Um revólver que é usado na Argentina usam Schmit 44, não é 38, é 44 linha especial... (F1b)*

A mesma avaliação certamente o norteia quando descreve a dona de um bordel pela qual teve uma paixão juvenil que irritou seu pai, então delegado:

- (24) *Tinha um rapariga grande, um mulherão corada, bonita que era coisa de doido! Tinha um bordel. O bordel chamava-se Nova Encrenca. Com salão e coisa. E tinha umas seis mesinhas, num canto o gaiteiro, um [? pra tocar. E tudo cheio de quartinho, corredor de putas e coisa lá. Ela explorava aquelas putas, né? [...] E eu dormia com essa puta, era rapazinho novo, não é? Gigolô! Chegava domingo ela me dava cincão, folgado, não é? Ia posando lá. E isso contaram pro meu pai, ele ficou louco da vida mesmo, me prometeu de dar uma surra de cinta, pegou meteu ela na cadeia. (F3b)*

Mas o tom geral é recatado, pelo menos para os padrões contemporâneos. N era recatado, tímido até. Um dos últimos representantes daqueles curitibanos que sempre usavam chapéu para sair às ruas, e mesmo em casa estavam sempre de terno e gravata. Ao contar memórias de sua vida, N é o homem idoso, que apresenta pedaços de sua história a um interlocutor jovem, e reforça através desses relatos sua imagem de bom observador e melhor narrador. Não se apresenta jamais como herói, nem há heróis: simplesmente a vida cheia de peripécias, graças e surpresas.

3.1.2. Um longo monólogo em primeira pessoa

Nem toda a gravação registra momentos de *performance*. Logo no início, por exemplo, **doc** pergunta a N sobre sua participação na Revolta do Contestado. Mas N se esquivava de responder: é um assunto sobre o qual não gosta muito de falar. Às vezes ele nos contava como, ainda adolescente, depois de fugir da casa do pai em Porto União, juntou-se aos seguidores do monge João Maria, e acabou participando de eventos trágicos e presenciando a violência com que o governo atacou os grupos de camponeses quase desarmados. Como mais tarde veio a tornar-se militar, não gostava de falar sobre o assunto, pois — e isso ele afirma na própria gravação — temia que ao fazê-lo irritasse alguma autoridade militar e pusesse em risco até seu soldo de reformado. Por isso, foge do tema proposto, primeiramente desvia o assunto e fala sobre a compra de um imóvel que estava sendo feita por **doc**. Depois, diante de nova solicitação do interlocutor, argumenta que se trata de um assunto ainda sensível para ele, e fecha assunto:

- (25) **N** *Me desculpe. Não vale a pena. Eu já te contei lá na tua casa, você tava doente, eu fui lá, contei. Lembra-se?*
 doc *Mas é que eu tava doente. Não me lembro...*
 N *((risos)) Gravar não!*
 doc *Então quer dizer que o senhor se recusa a falar do Contestado.*
 N *É... recuso... recuso. (F1a)*

Segue-se uma longa pausa e uma argumentação em que relata outras situações em atender ao mesmo pedido o tinha deixado em situações complicadas e conclui:

- (26) **N** *Mas não do Contestado dizer aquelas coisas, contar das coisas, e o suplicio, e a mulher queimada. Inhana, Maria das Dores, Nhá Vicência, as orações e tal, e Canoinhas que ajudei a atacar, não, não vou. Não dá não. (F1a)*

Nessa passagem, a voz é “plana”, por vezes fraca demais. Ele não quer o tema. Ainda assim não resiste ao impulso de atestar seu conhecimento dos fatos, enumerando personagens e episódios. Segue-se uma negociação em que **doc** insiste no pedido e N persiste na recusa, até que se abre um portal permitido:

- (27) **doc** *E tem aquela história da “metraiadera, metraiadera. Mecê atira pra cá, nessa direção”.*
N *Ah, isso foi na Revolução, foi na Revolução de 24, no Roncador. O Cassiano. Isso é outra coisa. Isso era o Cassiano. (F1a)*

É nesse ponto — que ocorre cerca de dez minutos depois do início da gravação — que se pode localizar o início da *performance*. Não há diferença na linguagem utilizada: pode-se dizer que durante toda a gravação a variedade é a vernacular e o registro é informal, coloquial, não marcado por preocupação em relação à elegância das formas. A entonação e a inflexão na voz marca o início da *performance*. A partir daí, por quase três horas, N encadeia uma sucessão de narrativas, numa seqüência basicamente determinada por ele.

Os relatos se desenvolvem de modo contínuo, sem pausas muito longas e apenas uma interrupção, breve: uma terceira pessoa que entra, fala sobre o tempo chuvoso, oferece café que é recusado pelos dois, e sai. N, entusiasmado com a oportunidade de recontar episódios autobiográficos e demonstrar que conserva suas habilidades de narrador, encadeia os relatos fluentemente, seguindo os meandros de sua memória. Algumas vezes ocorrem solicitações específicas do interlocutor — que já conhecia muitas das histórias do repertório de N. Mas é N quem decide o rumo das narrativas.

Ele é o narrador — assumido formalmente na primeira pessoa do singular — e o protagonista. As histórias contadas **por ele** são **sobre ele**. Não que se apresente como autor de grandes feitos; até porque não há grandes feitos em seus relatos. São antes histórias de eventos pequenos, cuja importância decorre sobretudo do olhar que lhes dirigiu o narrador. São as histórias desse olhar, do que viu, de como viu, de suas vivências, portanto histórias de um **eu** que se assume e se apresenta.

A essa identidade claramente assumida pelo narrador/sujeito corresponde a explicitação da identidade do narrador enquanto personagem. Nas falas reportadas a ele dirigidas N é muitas vezes referido pelo próprio nome, como mostram os exemplo abaixo:

- (28) *“Ah, Catta, você conte aquilo e coisa e tal e isto e aquilo...” (F1a)*

- (29) *“Senhores oficiais, os senhores estão vendo o Tenente Catta Preta se propõe a ir na frente e coisa..”* (F1b)
- (30) *“Alziro [?], Alziro!
“Ah, ah, Catta Preta!, Você e coisa e tal.”* (F2b)
- (31) *Peguei um cavalo e coisa, quando cheguei lá, a Sinhana Bitá
“Ô! Nirto!”— ela dizia “Nirto”, me abraçou e coisa—“ocê sumiu.”* (F2b)
- (32) *Conversando, conversando, eu ouvi lá de fora
“Newton, Newton, Newton Catta Preta! “* (F3b)

A participação de **doc** é a de um ouvinte atento e colaborativo cujas interferências demonstram concordância e apreciação, ou são eventuais solicitações de esclarecimentos sobre datas, lugares, personagens ou itens lexicais, como nos exemplos abaixo:

- (33) **doc** *O senhor tava descendo em que rio?*
N *Hein?*
doc *Em que rio isso?*
N *Rio Apiaí.*
doc *Ah, rio Apiaí.* (F1b)
- (34) **N** *Eu levava revólver e uma clavinota armada.*
doc *Levava o quê?*
N *Clavinota armada.*
doc *É o quê? É uma espingardinha?*
N *É, é menor que um mosquetão, né?* (F1b)

Algumas explicações são inseridas sem solicitação verbal de **doc**, talvez a partir de alguma pista não-verbal fornecida ou, quem sabe, a partir de uma suposição de **N** de que sejam necessárias:

- (35) *Sabe o que é canela-de-ema? É um capim que dá assim, que tem uma coisa feito caragüatá assim, tem uma coisa assim, canela-de-ema que chama.* (F1b)

- (36) *Tinha um canto que ficou um telhadinho e tinha um catre. Catre é uma cama alta que caboclo faz de courinho assim. (F2a)*

Essas explicações que visam ajustar o quadro de referências nem sempre têm êxito. Às vezes, ou por não ocorrerem ao falante as expressões adequadas para as explicações, ou, quem sabe, por lhe parecerem subitamente desnecessárias, as tentativas são abandonadas. Como ocorre em (37):

- (37) *Tinha um cachorrão brasino. Sabe qual é a cor brasino? O brasino é...eu não posso te explicar como é. É riscado assim de... Brasino. (F3b)*

Em alguns pontos percebe-se que se trata de uma impossibilidade de acessar os dados da memória. O narrador procura resgatá-los em falas em que parece ter a si próprio como destinatário, mais do que o interlocutor presente, em uma espécie de monólogo interior que se externaliza, como em (38):

- (38) *Diz “Tem. Uma porção de canoa que eles atravessam pra ir pra Itapeva. Faxina.” Não, não era Faxina. Era parece que Faxina, é. Capão Bonito. Não me lembro se era Capão Bonito, se Faxina. O que é lá? É Faxina, chamava-se. Onde é Itapeva hoje. (F1b)*

A indecisão aflige o narrador. “Não me lembro”, concede N para si mesmo. Mas continua tentando encontrar nos meandros da própria memória o caminho certo, até se contentar com uma resposta talvez paliativa, mas que lhe permite dar seguimento à história.

O falante idoso, diante de uma audiência mais jovem, se vê compelido a fornecer explicações e detalhes que não são necessários nas interações entre faixas etárias mais aproximadas. Para explicar o processo de produção e recepção de textos, conceitos relacionados ao sistema de compreensão do mundo dos interlocutores — *frames*, *scripts*, *esquemas* — têm sido invocados. Tais conceitos se referem ao conhecimento de mundo adquirido através da experiência de vida e armazenado no cérebro em blocos que constituem modelos cognitivos, com os quais operamos na construção do sentido. Quando tais padrões são compartilhados por falante e ouvinte (ou escritor e leitor) a intercompreensão se processa mais facilmente. Mas o que fazer quando entre os eventos narrados e o momento da narração

se interpõe um intervalo de tempo de mais de cinco décadas, quando se fala de um mundo que não existe mais, mas ainda é vivo na memória do produtor de texto?

Pesquisas em psicolinguística experimental sobre os efeitos do envelhecimento têm concluído que as diferenças mais notáveis detectadas entre jovens e velhos no processamento de linguagem não se devem a problemas no conhecimento lingüístico, e sim a dificuldades na compreensão e na inferenciação. Tais resultados revelam que os maiores problemas de comunicabilidade intergeracional ocorrem devido a diferenças nos arquivos mentais utilizados para processar informações (COUPLAND, COUPLAND e GILLES, 1991:11). Um momento interessante em que a compreensão se quebra em função de incompatibilidade nos quadros de referências de N e **doc**, é o que se segue:

- (39) N *Sentou praça ali na Praça da República, onde era o 15 antigamente, mas primeiro era o 6º Corpo de Artilharia Montada, 6º Corpo/*
 doc *Isso em São Paulo?*
 N *Aqui! Campanha, 6º de Campanha. Ali onde é o 15 BC, sabe onde é? Na Praça da República que agora cortaram. Ali tinha o 15 BC. Primeiro tinha o/*
 doc *Praça da República?*
 N *É, ali. Praça da República onde chamam Rui Barbosa, antes chamavam da República. No hospital. Depois do 6º de Campanha, teve o 4º Regimento de Infantaria, depois o 15 de Caçadores. Ali era o 6º. O que que eu ia te contar dessa história? ((pausa longa)) Não me lembro o que que eu ia contar aquela coisa. (F3b)*

Como o episódio que está sendo narrado se passava em Curitiba, a menção à “*Praça da República*” não faz sentido para **doc**. Não há na Curitiba de 1980 uma praça com esse nome. Por isso a suposição de que se trate de conhecida praça da cidade de São Paulo. Tentando ajustar as referências, N se vê na situação de um arqueólogo que descreve as sucessivas camadas superpostas de uma cidade em transformação. Era o 6º de Campanha, depois o 4º Regimento de Infantaria, depois o 15 BC. Nenhum deles existe mais em 1980. N diz “*o hospital*”, se referindo à Santa Casa de Misericórdia, que era “a” instituição hospitalar, na Curitiba do início do século XX, mas é apenas uma entre tantas em 1980. É o nome “*Rui Barbosa*” que dá a localização precisa para **doc**, mas o esforço feito para resolver a incompreensão, N perde o fio da narrativa. Mas imediatamente lhe dá outro rumo,

enganchando uma descrição das paradas militares que ocorriam naquele espaço. Em seguida pede ajuda a **doc**:

- (40) **N** *Mas eu não me lembro como é que eu ia contar pra você. Era isso mesmo? Não?*
 doc *Não. De coincidência de encontrar pessoas, anos passados.*
 N *Ah, é! Isso mesmo! O Tatu, então sentou praça no 6º de Campanha.*
 (F3b)

E a história é retomada no ponto exato em que tinha sido interrompida.

Afora essas inserções explicativas — e as sinalizações de aprovação e interesse do ouvinte — as narrativas se sucedem num monólogo. Algumas vezes **doc** tenta direcionar a narração, mas é sempre **N** quem determina o que vai ser narrado:

- (41) **doc** *Mas afinal o senhor/que a história que a Clarice me contou foi que o senhor fugiu do colégio, quando foi pro Contestado lá, o senhor fugiu.*
 N *Pois não, pois eu fugi do colégio essa vez que dei o tinteiro, fugi. Ai fui pro Porto União.*
 doc *Ah, sim. Ah, daí voltou pra casa, né?*
 N *Voltei pra casa. De casa/*
 doc *De casa é que o senhor saiu pra ir por/*
 N *É. Só vou te contar isso. O resto não vou contar. Tinha uma rapariga grande, um mulherão corada, bonita que era coisa de doido! Tinha um bordel.*
 (F3b)

Essa nova tentativa de levar **N** a falar sobre sua participação nos conflitos do Contestado ocorre quase no final das gravações, quase três horas depois daquela ocorrida no início. É igualmente frustrada. **N** desvia o assunto para o episódio que o levou a fugir de casa em Porto União: seu envolvimento com a rapariga do bordel! Mas insiste “*só vou te contar isso*”. E continua a encadear os relatos segundo suas próprias motivações.

O monólogo determinado pelas seleções de **N** se desenvolve, então, pela quase-totalidade do tempo. Nas três horas gravadas ele narra episódios de sua vida, algumas passagens pitorescas de sua vida militar. São histórias de perseguições a grupos bandoleiros, remanescentes do exército maragato, cercos a bandidos que ameaçavam vilas na região de

Porto União, perseguição à coluna Prestes, e a fuga que empreendeu a pé, desde a cidade de São Paulo até Jaguariaíva, para não ser preso depois da derrota de São Paulo na Revolução de 32.

Os episódios que formam a narrativa desta fuga compõem uma pequena odisséia. Acompanhado de um soldado, N percorre um trajeto quase mítico, encontra personagens trágicos, que incluem morféuticos, moribundos, crianças deformadas, pobres e desvalidos habitantes de vilarejos e sítios isolados. É a parte mais longa do relato, talvez a experiência mais marcante de sua vida.

Quando conclui essa passagem, outros temas se encadeiam. Segue-se, por exemplo, um relato extenso de seus anos escolares, na Curitiba dos primeiros anos do século XX. De novo um capítulo revivido em narrativas detalhadas, em que descreve as regras dos internatos, as práticas religiosas, os castigos, sempre na sua ótica de aluno rebelde. No final das gravações, conta histórias de caçadas nas matas da região de Porto União e outros episódios de sua juventude lá.

3. 2. Na escrita

3.2.1. Situação de produção e relação com o público visado.

Os textos escritos têm o formato de pequenas crônicas de memórias, com mil palavras cada uma, em média. Neles, N conta histórias e descreve pessoas e lugares de Castro, cidade da região dos Campos Gerais, onde viveu por algum tempo, já adulto. Este recorte temático se explica pelo público visado. Embora não fosse natural da cidade e tivesse vivido lá apenas por alguns anos, N tinha com a comunidade vínculos afetivos muito fortes. Tanto que, morando em Curitiba, mantinha contato permanente com um grupo de cidadãos castrenses, numa sociedade por eles fundada justamente para manter os laços entre os antigos conterrâneos deslocados para a capital, o *Centro Castrense de Curitiba*. Era como colaborador do jornalzinho dessa sociedade que escrevia. Por intermédio de pessoas desse mesmo grupo alguns textos eram publicados em um jornal da própria cidade. Mas não há diferenças notáveis entre os textos destinados a uma ou outra publicação: pode-se dizer que se

dirigem a um mesmo público — o círculo de amigos e conhecidos, e seus familiares. É para esse público que rememora acontecimentos pitorescos, pessoas da comunidade e cenários, como o declara na passagem abaixo:

- (42) *Vou relatar aos leitores de a Voz do Iapó, órgão divulgador das coisas e fatos ocorridos em Castro, de acontecimentos relacionados com seu povo ou com aqueles que tiveram a sorte de com ele conviver e se identificar, um episódio vivido há mais de quarenta anos.* (E8)

As referências a lugares e pessoas, tomados como já conhecidos, evidenciam também a imagem do público que o autor tem em mente. Observem-se, por exemplo, que nas passagens abaixo, cada uma delas funcionando como abertura de uma crônica, os elementos sublinhados são construídos — pelos artigos definidos — como parte de um conhecimento compartilhado com os leitores.

- (43) *Naquele tempo ele residia lá pr'as bandas do Bonsucesso, próximo ao campo do "Primavera".* (E16)
- (44) *Quem não conheceu em Castro—Nhô Quim Pitão? Era acostado à fazenda do Maracanã. Ali chegara ainda rapazinho, e continuou até ficar espigado e talhado. Pode-se dizer que era cria da estância.* (E24)
- (45) *Quando entrei na barbearia, num sábado de manhã, lá se encontravam: fazendo a barba, o Juca Macedo, aguardando a vez o Dr. Souza Brasil e o meu velho companheiro Cipião Mello.* (E6)

É também porque se dirige a esse público que se empenha em enaltecer a cidade e os habitantes. O clássico estudo de Albert Lord demonstrou a flexibilidade dos bardos servo-croatas, cujas *performances* orais de épicos tradicionais se adaptavam aos interesses de audiências específicas. Da mesma forma, nas *performances* escritas de N percebe-se a intenção de ir ao encontro dos interesses de seu público, tal como o concebe, evidentemente. Os textos são pródigos em elogios derramados à cidade — referida pelo nome tradicional de Sant'Ana do Iapó, toponímico do século XVII que se refere à santa padroeira e ao rio que banha a cidade — e à região, como se observa nos exemplos abaixo:

- (46) *...de seu clima invejável, de situação geográfica privilegiada, de suas águas e fontes medicinais...* (E9)

- (47) *...hospitaleira terra de Sant'Ana do Iapó [...] encantadora cidade. (E15)*
- (48) *...poética cidade (E18)*
- (49) *..abençoada cidade de Sant'Ana do Iapó. (E19)*
- (50) *As paisagens, o vasto panorama que do Morro do Ferro se descortinavam, as verdejantes campinas que se divisavam além da Ronda... (E28)*

Freqüentes também são as referências elogiosas aos habitantes. Em conjunto, como nos exemplos que se seguem:

- (51) *...todas as respeitáveis damas da família castrense, cujos descendentes não lhes deslustraram os nomes, ao contrário, enobreceram-nos, constituindo a plêiade dos castrenses que tanto vêm elevando o nome de sua terra natal, seguindo o exemplo de honradez e dignidade de seus ancestrais que viveram à sombra e proteção de Sant'Ana do Iapó. (E17)*
- (52) *...o povo hospitaleiro dessa adorável terra sempre tem sido generoso e acolhedor, não só quanto aos desgraçados e os desajustados, como também aqueles que, por circunstâncias da vida, procuraram abrigo e proteção, confiando na caridade e benevolência do povo, virtudes essas que bem caracterizam os legítimos castrenses e os que se radicam nas terras de Sant'Ana do Iapó. (E26)*

— ou individualizados, como em :

- (53) *Assim é a nossa gente e assim era o feitio de Nhô Vespa. A generosidade de seu coração e a grandeza de sua alma eram ilimitadas.. (E1).*
- (54) *O Fígaro, meu estimado amigo e a quem muito prezo, é de uma delicadeza ímpar, psicólogo pela própria natureza da profissão e de muito senso no trato com o público. (E6)*
- (55) *Não há, certamente, uma família castrense que não guarde terna e saudosa recordação de D. Carula. Dessa veneranda senhora cuja vida dedicou*

inteiramente à prática do bem, levando o consolo e a esperança aos lares que exigiam sua presença. (E17)

- (56) *Pertencente a tradicional família, era o Lulo, verdadeiramente, um castrense da cepa. Esportista de escol, de fibra e de coração. (E20)*

Na produção dos textos escritos, N investia muitas horas de trabalho cuidadoso. Pedia opiniões aos familiares para as muitas versões que antecediavam a forma final, versões que iam sendo retocadas e exigiam-lhe consultas a dicionários e gramáticas. E mais ainda a manuais de auto-ajuda gramatical, daqueles que enumeram os milhares de “crimes” que escribas costumam cometer contra a pobre flor do Lácio que ousou vicejar na colônia americana.

Um de seus livros de consulta — todo anotado — me foi dado por ele: chama-se *Canhenhos de Português — Fatos avulsos de linguagem*. Escrito por um professor da Faculdade de Filosofia de Lorena, SP, Pe. José F Stingari, e publicado em 1961, apresenta “*questiúnculas de linguagem*” através das quais o autor se propõe a contrapor-se aos efeitos nefastos da “*gazeta mal impressa, pessimamente redigida, vazada nesse português mestiço de entre lobo e cão, no pinturesco, não menos que verdadeiro, falar ruibarboseano*” porque “*nosssa língua não merece ser tratada tão de resto*” (p.5). O texto é composto por uma lista de 140 dúvidas que assolam “o Aluno”, imaginário interlocutor do Pe. Stingari, seguida de um capítulo de comentários filológicos, outro sobre pesquisas dialetais, mais dois sobre “*graves erros do povo iletrado*” e um vocabulário de “*sons e vozes*”. Na primeira parte oferecem-se lições detalhistas como as que se seguem (pp.66-7), em que o argumento do uso por algum autor clássico resolve sumariamente quaisquer pendências, como mostra a citação abaixo:

De resto—Eis aí uma locução que se atirou para o muladar das coisas inúteis por cheirar a francês. Mas milheiros de exemplos clássicos há que a absolvem da pecha que lhe assacam. Vou citar dois apenas e de mestres de polpa, que valem por todos os demais: “*De resto, a agitação é sinal de vida*”. (Machado de Assis: *A Semana*, 181).—“*De resto, é uma circunstância esta pouco importante*”. (Castilho: *Obras*, 55, 130).

Ter de costume ou *ter em costume*—Podem-se usar ambas essas duas formas que são belas e bem aforadas: “*Havendo jejuado muitos dias como tinha de costume, ao trazer-lhe o ministro de jantar, caiu-lhe das mãos a panela*”. (Bernardes: *Nova Floresta*, V, 406).—“*Passava um dia pela sacra rua, /não sei que ninharia meditando,/ (como tenho em costume) e todo absorto*”. (Seabra: *Sátiras e Epístolas de Horácio*, I, 55).

Cabe lembrar que as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX instalaram sobre o português escrito no Brasil “o reinado dos puristas que **grosso modo** perduraria até o limiar do movimento modernista”, um reinado durante o qual “os críticos e os escritores em geral se apegam aos clássicos e às normas da língua, dando corpo ao movimento legitimista” (PINTO, 1978: xxxiv). Nesse “reinado” se formou o conceito de escrita de N. É esse “reinado” — já abalado por novas forças desde os anos 20 do séc. XX — que o Pe. Stingari, um entre tantos paladinos, tenta manter vivo, ainda nos anos 60, com seus preceitos sempre baseados nos “clássicos”. Para escrever era preciso usar outras formas, mais elaboradas, eivadas dos desvios da oralidade e sanadas da ousadia dialetologista do Romantismo. Aliás, como afirma Soares (2002), o ensino da *língua portuguesa* no Brasil manteve-se alheio à polêmica em torno da diferenciação da *língua brasileira*, tomando como objeto a norma lusitana — e nessa tradição persistiu até os anos 40 do séc. XX (p.164).

É especialmente interessante aqui a observação de Soares de que durante todo esse período,

Continuou-se a analisar textos de autores consagrados, ou seja: persistiu, na verdade, a disciplina gramática, para a aprendizagem sobre o sistema da língua, e persistiram a retórica e a poética, estar sim, sob nova roupagem, à medida que a oratória foi perdendo seu lugar de destaque tanto no contexto eclesiástico quanto no contexto social, a retórica e a poética foram assumindo o caráter de estudos estilísticos, tal como hoje os conhecemos, e foram-se afastando dos preceitos sobre o falar bem, que já não era uma exigência social, para substituí-los por preceitos sobre o escrever bem, já então exigência social. (p.165, grifos meus)

A focalização da atitude normativa sobre a escrita é, sem dúvida, um fator importante a ser considerado em qualquer comparação entre textos orais e escritos, pois dela decorrem também os diferentes graus de monitoramento do usuário sobre suas produções nas diferentes modalidades. Preso pela cronologia — ralentada no Paraná da primeira metade do séc. XX — entre o purismo e a novidade da literatura regionalista, que melhor casaria com a temática de suas histórias, ao escrever N se curvava respeitosamente à força das normas mais antigas, provavelmente juntando na sua concepção de linguagem adequada à escrita as lições do tempo escolar, as leituras que lhe agradavam e os modelos rigorosos de escrita adotados na burocracia militar. Já nas narrativas orais o monitoramento normativo não tem força. Os modelos são os da tradição oral e a variedade lingüística é a vernácula.

Mas como vaziar nos moldes dados para a escrita histórias e personagens que nele não caberiam? N adota a solução comum entre escritores das primeiras décadas do século XX: separa com usos diversos da língua o plano do autor e das personagens urbanas e letradas, do plano das personagens pertencentes a outros grupos sociais, cujas formas dialetais são diferenciadas como índice de origem. Essa diferenciação se apresenta nos textos escritos de forma muito marcada — como se verá em exemplos adiante. Como narrador e como personagem N se apresenta como “letrado”, conforme as convenções que segue: *“lembre-se o fato de que o ideal de fala era a língua escrita. Assim, os diálogos, onde poderiam ser recolhidos traços indicativos da oralidade de então, raramente os acusam”*, afirma Pinto (1986:32), a respeito das restrições à oralidade nos escritores do período purista.

Por tudo isso, para N a produção dos textos escritos exigia consultas a gramáticas e dicionários, inúmeras revisões, e apresentações prévias dos textos a quem se dispusesse a lê-los e criticá-los: um trabalho sempre pautado pelos rigores dos modelos de letramento que seguia.

3.2.2. Crônicas esparsas, sujeito que se oculta

Não é possível determinar as razões que levaram N a selecionar o tema de cada crônica. Não há indicações de que estivesse atendendo a sugestões ou pedido específicos. Aparentemente a escolha dos temas era sua e, pelo menos para algumas, N apresenta uma motivação pessoal como justificativa:

- (57) *Lendo uma crônica publicada na Voz do Iapó de março último, em que o autor faz referência ao velho Teatro Odeon, veio-me à lembrança um fato interessante nele ocorrido há muitíssimos anos... (E2)*
- (58) *Ao lembrar o tempo em que servi no 5º RCD, vem-me à memória, às vezes, fatos interessantes aí ocorridos. (E7)*
- (59) *Não pude deixar de atender à vontade que me veio de narrar um fato ocorrido na hospitaleira terra de Sant'Ana do Iapó... (E15)*

- (60) *Passados alguns anos, veio-nos à mente rememorar, em ligeiros traços, passagens que se prendem à vida de três amigos que já deixaram o nosso convívio.. (E28).*

Lembremos que Zumthor (2000: 30), referindo-se à semelhança entre a fruição de uma *performance* e a experiência do leitor, afirma que “*entre o consumo, se posso empregar essa palavra, de um texto poético escrito e de um texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença*”, intensidade que, para ele, seria menor na experiência do leitor que na do ouvinte. Lembremos também que para Bauman (1977) uma característica definidora da *performance* oral é a preocupação do *performer* com o modo como a comunicação se desenvolve se sobrepõe à que tem com o conteúdo referencial. A insistência de N em obsequiar nos textos escritos o público visado revela uma “presença” idealizada, é verdade, mas intensa o bastante para determinar fundamentalmente não só a seleção das formas, i.e., o modo como a comunicação se desenvolve, mas também a seleção dos temas, o conteúdo referencial de suas *performances* escritas. Mas lembremos mais: ainda segundo Bauman, outra característica da *performance* é a percepção por parte do público de que lhe cabe o direito de avaliar a habilidade e eficácia do *performer*. Por ser permanente e, ainda mais no caso em questão, por ser pública, a escrita intensifica o comprometimento das partes envolvidas: o *performer* se compromete mais com sua comunicação, da forma ao conteúdo referencial, na mesma medida em que dispõe de tempo para tanto e está consciente do tempo de que dispõem os leitores lhes permite afiar seus instrumentos de julgamento. A soma de todas essas pressões ativa os mecanismos de autocensura adquiridos formalmente no processo de escolarização, os quais incidem mais fortemente ainda sobre o discurso autobiográfico escrito — como apontado por Rosen (1998) e mencionado acima.

Uma das marcas mais evidentes desta autocensura se evidencia no ocultamento do sujeito-narrador. Diferentemente do já apontado para as narrativas orais, nos textos escritos vários procedimentos são utilizados visando a minimização do **eu** —como será mostrado adiante. As histórias escritas de N não são **sobre ele**. Ele é testemunha, observador, comentarista, mas não mais protagonista. Diferentemente das narrativas orais, em que é ao mesmo tempo narrador e protagonista, nas *performances* escritas N é mais um narrador-observador. Ainda que sejam textos autobiográficos, no sentido de serem relatos de experiência pessoal, não é mais em si que centra os relatos, mas em outros personagens,

certamente visando conquistar a adesão das pessoas que o leriam — seus amigos dos velhos tempos, que reconheceriam os eventos, os personagens e os cenários.

Várias estratégias usadas nos textos escritos contribuem para produzir uma atenuação ou mesmo o apagamento do sujeito/enunciador. Como observou Rosen (1988, 1998), os modelos de escrita impostos na escolarização têm tradicionalmente preconizado o ocultamento do *eu*. Estratégias de indeterminação e ocultamento do sujeito são consideradas fundamentais na prática de redação escolar. Ao escrever, mesmo sendo os textos autobiográficos, N recorre a várias dessas estratégias. Uma delas é a deliberada omissão do pronome *eu* quando a narrativa se faz em primeira pessoa do singular, fenômeno que será examinado em mais detalhe adiante. Além disso, em três das crônicas utilizar uso de *nós* como plural de modéstia — como no exemplo abaixo:

- (61) *O fato que passamos a narrar ocorreu, se não nos falha a memória, lá pelos idos de 193... e pouco.* (E20)

— e em outras cinco assume um ponto de vista de narrador-observador, narrando sempre em terceira pessoa do singular.

Pode-se incluir também como parte das estratégias de ocultamento, o fato de que em todas as crônicas N se apresenta sob o pseudônimo KTA, em que o emprego acrofônico da letra K produz uma versão fantasia de parte de seu sobrenome, Catta Preta. Um disfarce curioso, já que ele se orgulhava de ser o autor dos textos e de ser reconhecido como tal pelos amigos que os liam. É relevante ainda observar que, além de se apresentar sob pseudônimo, colocado logo abaixo dos títulos ou no final das crônicas, também no interior dos textos seu nome é omitido. Ai ele é K, como se pode ver nas passagens abaixo:

- (62) *“Tenente K. Esse clarim não é o ‘Pé de Navalha’?”* (E3)

- (63) *Naqueles dias o capitão D. X. S., Cmt. Do 4º Esquadrão, ordenou-me: — “Sargento K, amanhã o soldado clarim Machado, que está cumprindo castigo..”* (E8).

- (64) *Respondeu-lhe o sgt. Chaves: “Esse não é o Savedra, é o soldado K”.* (E10)

Produzidos como crônicas esparsas, os textos não têm entre si qualquer relação sequencial — nem mesmo um relacionamento cronológico exato pode ser estabelecido entre eles, já que nem todos os recortes apresentam as datas: ligam-se pelo fato de abordarem, sempre em tom de memória pessoal, histórias, personagens e cenários de Castro. Alguns, mais parecidos em sua temática com as narrativas orais, relatam acontecimentos — em geral cômicos. Outros misturam relatos de acontecimentos com a clara intenção de biografar pessoas e enaltecer algum cidadão por seus feitos, sua nobreza de alma, seu talento artístico ou capacidade profissional. Seis crônicas levam o título *Aconteceu*, cinco têm por título *Reminiscência*, e as demais têm nomes variados. Vejamos uma breve descrição de cada uma:

E1: *Aconteceu...* — Relata alguns episódios da fuga de N de São Paulo a Castro em 1932, para destacar a bondade de uma família — com ligações com Castro — que o socorreu;

E2: *Aconteceu...* — Narra uma apresentação teatral que devia ser trágica e se transformou em comédia quando o som de um tiro não foi produzido na hora certa;

E3: *Aconteceu...* — Como a anterior, um texto cômico sobre um domador que, nu, lavava o cavalo na beira do rio e acaba sendo levado pelo animal, sempre nu, a um passeio forçado pelo centro de Castro;

E4: *Aconteceu...* — Também cômica, conta o golpe aplicados por uma pessoa (não identificada) que inventava listas de contribuição para São Francisco e arrecadava dinheiro de vários homônimos do santo;

E5: *Aconteceu...* — Conta, com tom cômico, como o casamento de Rosa, empregada doméstica em sua casa, acabou lhe custando um bom dinheiro depois que o padrinho designado não compareceu e lhe deixou as contas da cerimônia e do presente.

E6: *Aconteceu...* — Narra como a chegada na barbearia de um andarilho, “*um desses vagabundos a que os franceses chamam clochard*”, cuja aparência repulsiva—que incluía uma coleção completa de parasitas “*da muquirana ao micuim e, para arrematar, sarna da braba*” — provocou um feriado inesperado;

E7: *Reminiscência* — Conta episódios relacionados com um grupo de soldados, jovens simples, ingênuos, que, vindos dos grotões, acabaram participando de combates dos quais nada entendiam;

E8: *Reminiscências* — Como o texto anterior, narra histórias da vida militar, focalizando os diferentes destinos de dois jovens soldados — Machadinho e Amâncio. O primeiro optou por continuar no exército depois de findo seu tempo de serviço e veio a morrer em combate. *“Passados alguns anos, em 1924, Machadinho vem a perecer como herói anônimo na tomada de Catanduvas, no lugar Roncador, como clarim do batalhão Paes Leme.”* Já Amâncio preferiu voltar para a vida de lavrador e morreu picado por uma cobra. *“Tombou como o jequitibá golpeado pelo machado do lenhador”*.

E9: *Reminiscência* — Relata os esforços de várias pessoas para ajudar os soldados tinham contraído a gripe espanhola em 1918, enaltecendo sobretudo a figura do cidadão Vespasiano de Mello, *“Nhô Vespa”*, *“esse homem caritativo e bom, que muito bem encarna o coração do povo castrense”*.

E10: *Reminiscência* — Também relato episódios de quartel envolvendo uma dupla de militares amigos, companheiros desde a Campanha de Canudos: um sargento que sofria uma grande mágoa pela *“extinção do poncho forrado de baeta vermelha, peça do fardamento que ele mais usava”*, e um capitão que em tudo o apoiava.

E11: *Reminiscência* — Ainda contando episódios da vida militar, neste caso os exames que se exigiam das praças “prontas”, que mesmo não estando tão “prontas” era aprovadas:

— *Sabe qual o nome do Presidente da república?*
 — *Sei, sim sinhô.*
 — *Qual é? Diga!*
 — *Afonso Pena.*
 — *Aprovado...”*

E12: *Plantando Dá* — Relato de uma experiência frustrada de N em sua horta doméstica: a produção de repolhos não encontra colocação no mercado... nem de graça, e se transforma em problema.

E13: *Quiproquo* (sic) — um grupo de senhores de Castro, em visita a Curitiba, fazendo confusão entre a Rua Cabral e o Alto do Cabral, chegam à casa de uma família supondo estarem num bordel.

E14: *Salva da Câmara da Morte* — história de uma cadelinha vira-lata que, condenada ao extermínio por decisão de um coronel—a quem irritavam os cães vadios freqüentadores do quartel—escapou de ser eletrocutada quando, por mero acaso, a geração de energia da cidade foi interrompida.

E15: *Tesouro da Cruz das Almas* — História de um mistério nunca resolvido em torno de uma caixinha contendo um mapa com “*impreciso roteiro de um tesouro enterrado*”, encontrada com um corpo afogado anos antes, que foi dada a N como agradecimento por um “*ex-praça do destacamento da policia*”.

E16: Texto cujo título foi cortado. Trata de um marceneiro que abandonou a profissão e se tornou banqueiro de ‘bicho’. Nesta atividade, simplesmente embolsava as apostas, esperando que nenhum de seus ‘cliente’ ganhasse.

E17: *D. Carula Marques* — Texto laudatório à parteira D. Carula, “*dessa venerando senhora cuja vida dedicou inteiramente à prática do bem*”.

E18: *Castrense da Gema* — Texto laudatório a um “*ferrenho defensor das coisas da terra de Sant’Ana do Iapó*”, “*apaixonado por tudo que se relacionava com sua terra e seu povo*”.

E19: *Fonte Santa Terezinha* — Texto laudatório ao cidadão que lutou para “*transformar Castro numa estação balneária e de turismo*”, aproveitando as supostas “*qualidades terapêuticas*” de uma fonte de água sulfurosa existente na cidade.

E20: *Lulu, o Grande* — Texto que enaltece a figura de um esportista castrense, lembrando “*episódios marcantes de sua vida como craque de futebol*”.

E21: *Marumbianos* — Relato simpático das peripécias juvenis de quatro irmãos, filhos de um rico industrial da cidade, na década de 20.

E22: *Médico Castrense* — Texto laudatório a um jovem médico, filho de um dos quatro irmãos focalizados na crônica anterior.

E23: *Pinheiro do Centenário* — Texto que rememora os festejos relativos ao Centenário da Independência. Das cerimônias constou o plantio de quatro pinheiros, dos quais, “agora, passados trinta anos” só sobrava um. “*Ignoro o tempo em que os três primeiros foram destruídos ou sacrificados. E por quem?! Talvez por incompreensão ou ignorância de um espírito retrógrado e tacanho.*”

E24: *Quim Pitão* — Texto que conta a história de um tipo popular — “*Quem não conheceu em Castro Nhô Quim Pitão?*” — supostamente enlouquecera com a visão de um fantasma, “*uma mulher vestida de branco, com véu tapando-lhe o rosto*”.

E25: *Tenente Damasceno* — Texto que rememora antigo companheiro de farda, “*grande coração, alma nobre e generosa, bom amigo e leal companheiro. Artista: músico, poeta, folião extremado*”.

E26: *Tipos populares* — Descrição de “*tipos populares*” viviam pelas ruas de Castro nos anos 20: um “*demente*”; outro, “*vítima de uma anomalia congênita*” que lhe deformava as feições e, talvez por isso, bêbado; outro ainda “*débil mental, esquizofrênico*”.

E27: *Os três Andrés* — Texto que conta as histórias de três homônimos e seus destinos — um “*pretinho tal qual o ‘Negrinho do Pastoreio’, esperto e cavador da vida*” era um benquisto vendedor ambulante; outro, “*polonês, intratável e irascível*”, foi morto por um desafeto; o terceiro, “*pintor de profissão e holandês de nascimento*”, suicidou-se.

E28: *Os três Beneditos* — Texto que rememora “*em ligeiros traços, passagens que se prendem à vida de três amigos que já deixaram o nosso convívio*”;

E29: *Os três Josés* — Outro texto com o tema da tríade, de três homônimos, suas diferentes personalidades e vidas.

4. SINALIZAÇÕES DE *PERFORMANCE*

Do conjunto de aspectos sinalizadores de *performance* sugeridos por Bauman (1977, 1986) e Tannen (1989), três são aqui focalizados: dois, os *traços paralingüísticos* e *diálogos reportados*, pela importância que têm nas narrativas orais de N; o outro, o emprego de um *código especial*, pela relevância que tem nas narrativas escritas. É, sobretudo, pela combinação de *traços paralingüísticos* e *diálogos reportados* que as narrativas orais se desenvolvem como uma encenação quase teatral, em que N monta o cenário, representa vários papéis, enfatiza os pontos principais das histórias, enriquece-as com “efeitos sonoros especiais”, e ainda representa vários personagens. Nos textos escritos, esses sinalizadores também ocorrem, mas se apresentam com características e intensidade diferentes. Por outro lado, na escrita, é a utilização de um *código especial*, entendido aqui como forma elaborada de linguagem que, mais do que outras marcas, sinaliza a *performance*.

4.1. A escrita da voz

4.1.1. Traços paralingüísticos

Como ressalta Olson (1997), ao contrário do que dizem as teorias evolucionistas sobre a escrita — aquelas que consideram o alfabeto o apanágio da civilização grega, a primeira a perceber a organização fonêmica das línguas — “a consciência da estrutura lingüística é produto do sistema de escrita, e não uma pré-condição para o seu desenvolvimento” (p.84). O fato de considerarmos *paralingüísticos*, ou seja, não propriamente lingüísticos, uma parte dos sons da fala efetivamente usados nas comunicações orais decorre exatamente dessa consciência retroativamente adquirida. É pelas limitações dos sistemas de escrita que somos levados a expulsar do território do propriamente lingüístico o que é sem dúvida uma parte da linguagem. E nem mesmo chegamos a entender o valor da parte extirpada, pois, ainda segundo Olson, “*embora as características lingüísticas que a escrita deixa de captar já sejam*

razoavelmente bem conhecidas, sua contribuição para o sentido é bem mais complexa e bem menos conhecida” (p.109).

Os traços paralingüísticos da oralidade aqui considerados são características desse tipo: inflexões de voz — através das quais se demarcam as *performances* e se expressam nuances de significação tais como sentimentos do falante em relação ao que é dito; e *soundwords* — termo tomado de Tannen (1989) para designar onomatopéias que não são propriamente palavras da língua, e sim seqüências articuladas que mimetizam ruídos. A descrição que se segue parte das ocorrências de tais traços na oralidade para em seguida buscar suas contrapartidas no escrito. (Um terceiro aspecto que poderia ser classificado como paralingüístico, variações na qualidade da voz — através das quais se representam as falas de diferentes personagens, será abordado como integrante dos diálogos reportados.)

4.1.1.1. Como recursos demarcativos e expressivos

Na oralidade - Como já foi observado antes, a gravação das narrativas orais começa com uma longa negociação entre os interlocutores: N, apesar dos apelos de **doc** se recusa a falar de sua participação na Revolução do Contestado. Enquanto foge ao tema proposta, a voz de N é uma “voz de conversa fiada”, sem maior animação, sem colorido, abafada até, em ritmo pouco cadenciado, quase amorfo. Mas a voz se transforma quando entra num relato, como na explicação que dá para a recusa, feita em seguida a uma pausa longa:

- (65) *Uma ocasião, ali onde é o... antes do Correio, fim da Rua XV, Rio Branco, onde tem uma farmácia. Estava num automóvel eu, esse general Higino, um que já morreu Viana, e o Osmário de Faria Monteiro. No automóvel. Entrei. “Ah, Catta, você conte aquilo e coisa e tal e isto e aquilo...”* (Fla)

A expressão “*uma ocasião*” demarca o início de uma *performance*, anunciando o monólogo narrativo que se estende por longo tempo. Mas o interlocutor insiste no tema da Revolta do Contestado, N insiste na recusa, e novamente ocorre um diálogo de negociação, até que um mote é aceito por N:

- (66) *Ah, isso foi na Revolução!. Foi na Revolução de 24, no Roncador. O Cassiano. Ói, aqui tem um coronel Massa, reformado. Que a irmã dele é*

casada com um sobrinho meu. Isso foi... Combatemos os revolucionários do Prestes e do Miguel coisa, paulistas, do Rangel, do Isidoro Lopes que fugiu de São Paulo. Isso é a Revolução, todo mundo sabe, é outra coisa. De forma que... (F1a)

Segue-se a narrativa de um episódio, anunciada pela expressão “*de forma que*”. E a voz retoma o tom e a cadência de narração, que mantém — com poucas interrupções — até o final das gravações.

Mas não é só nesse tom quase solene e no ritmo mais animado de “contar histórias” que estão as marcas paralingüísticas da *performance*. São muitos os diferentes sentimentos expressos nas inflexões de voz, de uma forma que escapa às possibilidades da grafia. Essa variação sonora modula toda a produção e contribui essencialmente para a construção do sentido. Seria impossível detalhá-la em todas suas manifestações: vejamos, apenas como mera ilustração, alguns poucos mas expressivos casos:

—nos exemplos (67) e (68), abaixo, o aumento do volume da voz —nos segmentos sublinhados— e da duração do núcleo vocálico das sílabas —indicado pelos dois pontos— é utilizada para expressar ênfase, juntamente com a repetição:

(67) *Polaquinha lin: da, lin: da! (F2b)*

(68) *A estrada de ferro subia três por cento ali, uma barbaridade! Fri:o, fri:o, fri:o, fri:o! São João, calcule na noite de São João, com o inverno. (F3b)*

— em (69), abaixo, mais do que a repetição de “*saquearam*”, mais do que a caracterização dos atacantes como “*bandoleiros*” que “*não tinham ideal*”, é a inflexão da voz que transmite a atitude de N em relação ao narrado: é por essa inflexão com um tom de tristeza e um alongamento de algumas sílabas tônicas (indicados pelos dois-pontos) que se percebe o quanto ele lamenta o ataque à cidade de Guarapuava, na passagem sublinhada em que relata o ataque de *bandoleiros* à cidade de Guarapuava:

(69) *Invadiram o Barracão, vieram a Clevelândia, de Clevelândia pegaram Santa Maria do Rio Iguçu, Atravessaram Santa Maria, o Pinhão e coisa e atacaram Guarapuava. Saquea:ram, saquea:ram Guarapuava. Saqueado:res.*

Bandoleiros, não tinham objetivo de revolução porque não tinham ideal!
Bandoleiros. (F1b)

— em (70), as aspas na palavra *carniá*, (de *carnear*, um gauchismo que significa “abater o gado e preparar as carnes para secar”³⁹) representam discurso reportado e a sub-linha o tom de ironia através do qual N sugere que o comando do destacamento do Exército que dava perseguição aos tais *bandoleiros* referidos em (69), não estava muito empenhado na missão: Ao mesmo tempo, então, em que enuncia o discurso do outro, N o reveste com sua própria avaliação: critica a decisão do comandante, que, ao invés de dar prioridade à perseguição aos bandoleiros que saqueavam os lugarejos, optou por uma longa parada para cuidar de reforçar a própria alimentação.

- (70) *Primeiro que antes de chegar em Paulo Frontin parou num tal de [Ji?] Grande pra “carniá”, mataram um boi lá, uma vaca. O Frutuoso, tenente. Ele era paraguaio, mas na fronteira de Ponta-Porã era a mesma coisa. Entrou no Exército, era tenente como eu. Gordo. A mulher dele tá viva até agora. “Carniá”.* (F1b)

O que se observa nesses exemplos é a força ilocucionária modulando a significação de uma forma que é fundamental para o funcionamento da oralidade, mas que não tem representação direta na escrita. Essa expressividade da voz é parte de qualquer produção oral, mas certamente tem papel ainda mais relevante em produções performáticas.

Na escrita - A escrita, como já foi insistentemente apontado, dispõe de meios insuficientes para representar “como” um enunciado deve ser entendido. É justamente por não podermos bem representar na escrita alguns aspectos fundamentais da oralidade como as sutilezas dos contornos entonacionais, do ritmo, das inflexões de voz, da distribuição de força, que passamos a chamá-los de paralingüísticos, excluindo das considerações propriamente lingüísticas o que é reconhecidamente parte essencial da significação. Recuperar de algum modo, e pelo menos em parte, essa perda, passa a ser um problema central na atividade de escrever.

³⁹ Segundo o *Pequeno Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa*, 11^a ed., de Aurélio BUARQUE DE HOLLANDA Ferreira, SP: Cia. Editora Nacional, 1972.

Há alguns aspectos da composição gráfica que desempenham papel semelhante ao de alguns dos traços paralingüísticos na oralidade. A demarcação do espaço em que o texto é publicado, por exemplo, delimita o turno do narrador/autor, equivalendo ao tempo de duração de sua *performance* na oralidade. Da mesma forma, o título — sempre em letras grandes e destacadas — anuncia sua *performance* e o nome/pseudônimo, logo após o título ou no final do texto — em caixa alta, com letras um pouco menores, que o título e maiores que as do texto — o identifica, ou seja, dá ao autor do texto “uma voz”. Como no exemplo abaixo:

(71) **ACONTECEU...**
 KTA

Mesmo sendo, como nos textos de N, pseudônimo, a assinatura em um artigo jornalístico significa a personalização do texto e se opõe à idéia de objetividade que as matérias não assinadas pretendem passar para o leitor. Nesse sentido, pode-se dizer que o produtor de um texto assinado sempre se coloca como *performer*, segundo a definição de Bauman, já que assume pessoalmente diante do público a responsabilidade por sua competência comunicativa. Essa pode ser uma das razões pelas quais, na imprensa contemporânea, é usual que a fotografia do autor de textos assinados seja também colocada — e no caso de colaboradores especiais, uma nota biográfica — como forma de pessoalizar ainda mais a comunicação.

Outra característica do *layout* de alguns dos textos escritos de N, que pode ser analisada como contrapartida dos traços paralingüísticos que anunciam um evento performático, manifesta-se nas epígrafes com citações literárias ou provérbios — que aparecem em 12 das crônicas — em negrito e entre aspas:

(72) **“Faze o benefício, e não esperes a recompensa: ela virá a seu tempo.” (E6)**

(73) **“As recordações são os únicos astros que adornam a noite da vida.”**

A. Feliciano de Castilho (E11)

(74) **“Case-se o mar, o mar ficará manso.” (E21)**

Em dois dos textos ocorrem na mesma posição indicações do tempo e do lugar em que se passaram os eventos narrados, como no exemplo (75):

(75) *Em Castro, na década de 20.* (E6)

As epígrafes e as informações de tempo e lugar, combinadas a recursos gráficos que as põem em destaque, contribuem — assim como o título e assinatura — para marcar a realização performática para o público familiarizado com as regras do letramento. São sinais que dão ao público leitor indicações sobre o tipo de evento comunicativo diante do qual está.

Em nosso sistema de escrita, alguns recursos gráficos sistematizados — e insistentemente ensinados nas escolas — servem especificamente para representar o paralingüístico: sinais de pontuação representam, de um modo muito parcial, é verdade, as ligações sintáticas que na fala se manifestam pelos contornos entonacionais, pelas pausas e pelas ligaduras; maiúsculas no início de um enunciado representam o impulso inicial, *onset*, que identifica esse momento na fala. (Pode-se acrescentar à lista também a paragrafação que relaciona a organização textual a aspectos gráficos.)

Enquanto narrador, N utiliza a pontuação num estilo comedido, usando apenas **ponto**, **vírgula**, **ponto-e-vírgula** e **dois pontos** — sinais que sugerem uma entonação mais neutra, menos expressiva — como nos exemplos abaixo:

(76) *Naqueles tempos, nas principais cidades do Paraná, sempre havia um grupo de artistas amadores: o teatro e o circo de cavaleiros eram quase os únicos divertimentos populares. O cinema ainda não tinha suplantado completamente tais diversões.* (E2)

(77) *Atendendo ao chamamento da Pátria, apresentou-se a essa unidade um magote de circunscritos procedente de Tibagi. Um deles portava um ofício de apresentação da Junta de Alistamento Militar desse município, porém não eram mencionados os nomes dos apresentados, apenas o seu número—catorze ao todo.* (E7)

— permitindo-se apenas, em algumas poucas passagens narrativas, sinais mais expressivos, como em:

- (78) *Ato contínuo, Nhô Pedro aponta a garrucha na direção do insolente hóspede, e bate fogo... té... té: estalaram as espoletas, mas tiros?! Quem disse: falharam completamente. Pausa... (E2)*

Nos discursos reportados, recorre mais freqüentemente à pontuação expressiva, usando pontos de exclamação, reticências, ponto de exclamação combinado com ponto de interrogação, procurando caracterizar na escrita a emotividade das falas, como se pode observar nos exemplos abaixo:

- (79) *— Que má lhe pergunte! Que vem vancêis fazê pra estas bandas?! Procurá serviço?! (E1)*
- (80) *— Que houve? Não conseguiu vender os outros?! (E12)*
- (81) *— Os senhores querem que eu traga minhas filhas e cerveja?!... Pois esperem um pouco, um instante que meu marido já chega; telefonei-lhe agora mesmo; não deve tardar; dentro em pouco estará ele aqui, seus atrevidos! (E13)*

Além dos sinais de pontuação já mencionados, emprega ora travessão e ora aspas para discursos diretos, aspas para citações e algumas palavras e expressões para marcá-las como fragmentos de discursos de outros, gírias ou estrangeirismos.

A possibilidade de emprego de outros recursos gráficos expressivos é pouco explorada. Uma única vez aparecem letras em caixa alta para indicar voz forte:

- (82) *— DONANA! Gritou para dentro da casa... (E1)*

E também uma única vez a grafia—na repetição das letras e nas reticências—expressa o alongamento de vogais:

- (83) *—Me acuuu...da, me acuuu;;;da, por amor de Deus. (E24)*

Cabe observar que essas representações não fazem parte do sistema de escrita efetivamente “ensinado” e têm um *status* diferente, digamos, marginal, em relação ao sistema oficial de grafia.

4.1.1.2. *Soundwords*

Na oralidade - Não é apenas nos recursos supra-segmentais, como as diferentes inflexões de voz, a variação na intensidade que dá ou tira ênfase, as melodias entonacionais, que se faz a dramatização se realiza nas narrativas orais. A reprodução vocal de vários sons articulados acompanha os relatos com efeitos especiais, contribuindo para criar o envolvimento do ouvinte com a história, intensificando o efeito teatral observado por Rosen. Essas formas onomatopaicas não estabilizadas, que chamo aqui de *soundwords*, são abundantes em toda a extensão da *performance* oral de N. À falta de uma tradição de representação ortográfica para representá-las, a transcrição de algumas delas demandou decisões arbitrárias e produziu representações distantes da riqueza sonora que realmente se manifesta.

O patear dos cavalos e os estampidos das armas são os ruídos mais recorrentemente imitados:

- (84) ...vi um sujeito com um cavalo PARARÁ- PARARÁ [?] chapéu com aba... (F1b)
- (85) ...pra trás a artilharia e BUM e BUM e BUM [?], tiro de artilharia lá. (F1A)
- (86) Pegaram tudo com metralhadora de longe PAPAPAPA (F1a)

Mas há muitos outros, como:

- (87) E tinha tanto morcego que nós ouviamos eles tavam de dia TISC-TISC. (F1b)
- (88) E a coruja lá UOUOUOUOUOUOUOOOO.. (F1b)

- (89) *Raimundo, sentou na cama do lado assim, aquele catre, “AHNAHN,UMMM”. E pegou e chorava, abraçava e chorava. (F1b)*
- (90) *Tava BUM! Aquela [barbaração?] de trovoada... (F1b)*
- (91) *Daqui a pouco ouvimos o barulhinho duma égua madrinha DRIM-DRIM... (F1b)*
- (92) *...uns dois ou três trens que vieram TCHCO-TCHCO-TCHCO, tração dupla, TUCUTUCUTUM-TUCUTUCUTUM-TCHHHHH! Parou pra tomar água ali. (F2a)*

E mais: ouvem-se latidos de cães, miados de onças, disparos de canhão, estalos de palmatórias... As onomatopéias se sucedem em profusão, animando os relatos, como bem ilustra a passagem em que N descreve os barcos que, nas primeiras décadas do século XX, transportavam cargas — principalmente erva-mate — pelo rio Iguaçu:

- (93) *É, vapor. E ali onde punham lenha, lenha, lenha. Duas rodas. Duas rodas, não. Uma roda grande assim. Aquela TCHECOTCHE, sabe/ Só o que não tinha roda era o ... a roda era do lado...era um que chama-se Cruzeiro. Então, a roda do lado. Fazia HUÁ HUAHUÁ HUÁ HUAHUÁ, quase não rendia. Só tinha esse Cruzeiro. E tinha um que tinha hélice. Era dos americanos da Lumber. Era o Eureka, tá? É. Bom, passados muitos anos e coisa, eu ia de Porto União a São Mateus naqueles vaporezinhos. E os marinheiros de lá, tudo pra pôr fogo, pra carregar lenha. Apitava UUUUUU! E um monte de lenha empilhada.*

Durante toda a narração, tais *soundwords* intensificam a recriação dos eventos, arrastando o ouvinte — mesmo o ouvinte das gravações — para as cenas. Certamente esses efeitos sonoros especiais têm papel fundamental na *performance* oral, contribuindo decisivamente para o envolvimento do ouvinte. Como não se envolver quando a narrativa inclui, num momento inesperado, a imitação do canto de um pássaro?

- (94) *Sai do lado no mato e ficamos ali. Ai quando foi clareando o dia e tinha um chupim até. TCHUPIM-TCHUPIM! Esquentando ali. Foi clareando o dia, cê veja... veja como é. (F2b)*

Esta passagem faz parte do relato da fuga penosa, a pé, de São Paulo até Castro, ao final da Revolução de 32. Exausto, faminto, N adormecera no meio do trilho da estrada de Santos. O soldado que o acompanhava pede-lhe que saia dos trilhos, para não ser atropelado por um trem que porventura passasse por ali. Adormecem no mato e acordam no dia seguinte com a luz do sol. Ao colocar no relato destas cenas a lembrança do canto do chupim, N se apresenta não só como um bom observador, dono de uma memória prodigiosa, mas sobretudo como um homem capaz de estar atento à vida que corre em volta mesmo nas circunstâncias mais difíceis.

Na escrita - A falta de uma estabilização ortográfica para as *soundwords* revela a própria instabilidade de tais formas — que na oralidade têm realizações diversas e talvez pessoais. É verdade que alguns gêneros escritos — como as histórias em quadrinho, ou HQ — empregam-nas abundantemente e com certa sistematização, na maioria das vezes por um processo de empréstimo direto de usos consagrados na tradição dos HQ's americanos. Refiro-me a formas como POW, SOCK e outras tantas em cuja grafia se percebe o emprego de letras com valores que têm na escrita do inglês.

Na escrita de N, apenas em dois textos encontram-se representações de *soundwords*, num total de sete ocorrências de apenas cinco formas. Dessas poucas formas pode-se dizer que — com exclusão das que aparecem em (86) e (90) — têm grafia razoavelmente estabilizada em português. Reproduzidas aqui no formato em que se apresentam no texto impresso, são elas:

— em E2:

- (95) *Hum! Hum! já le entendo...* (seqüência que reproduz a fala de uma ator em peça de teatro e aparece duas vezes no texto)
- (96) *...aponta a garrucha em direção ao insolente hóspede e té... té... estalaram as espoletas, mas tiros?!'*
- (97) *...tomou a iniciativa -- -com as mãos em porta-voz, lá da platéia berra: Pum!... Pum!... (um espectador imita o som de um tiro de garrucha)*

— em E14:

- (98) *...sem outro raciocínio, investiu e zás ..* (um soldado laça um cachorro).
- (99) *O eletricista virou o rosto, fechou os olhos e zás ...* (o eletricista aciona o comutador da energia elétrica)
- (100) *... dirigiu-se ao refeitório das praças e NHOC...* (um soldado laça um cachorro)

Comparado às *performances* orais, o emprego de *soundwords* na escrita — restrito a esses poucos casos registrados em dois únicos textos — pode ser descrito como praticamente nulo e certamente inócuo. As poucas ocorrências não só repetem formas, limitando ainda mais a variedade, como também carecem da expressividade das formas usadas na oralidade. A forma ZÁS, por exemplo, indica mais um ato rápido do que um som efetivamente produzido.

Como mostram esses dados, na escrita de N desaparecem os efeitos sonoros adicionais que nas narrativas orais contribuem de modo essencial para criar uma atmosfera quase teatral. Poder-se-ia supor que, para contornar a interdição imposta à grafia de tais formas no tipo de texto que escreve, N representasse a sonoridade das *soundwords* em enunciados descritivos, mas isso não ocorre. As descrições de tal tipo são raras e pouco expressivas, se comparadas à exuberância sonora das narrativas orais. Vejamos algumas:

- (101) *...logo ouvimos o ladrar de cães...* (E1)
- (102) *...fortes latidos dos guapecas...* (E1)
- (103) *...levava a mão ao pescoço e apanhava muquiranas, que esmagava entre as unhas dos polegares com estalidos.* (E6)
- (104) *...estendidos no assoalho numa torcida braba, estalando os dedos, numa ansiedade tremenda.* (E13)

Pode parecer trivial a observação de que grande parte da sonoridade envolvente da fala desaparece na escrita, mas talvez não o seja, dada a pouca importância que se dá a essa perda e a grande valorização que se atribui ao poder das letras. Zumthor (2000: 32) relata a frustrante experiência de tentar recriar a emoção de ouvir um cantor de rua através da leitura das letras das canções: não havia como recuperar a emoção da *performance* viva.

Ocorreu-me comprar o texto. Lê-lo não ressuscitava nada. Aconteceu-me cantar de memória a melodia. A ilusão era um pouco mais forte mas não bastava, verdadeiramente.

O contraste entre a riqueza sonora das histórias contadas oralmente por N e o silêncio das letras cuidadosamente arrumadas provocam sensação semelhante à registrada por Zumthor: a de uma grande perda.

4.1.2. Discursos reportados

A essência dialógica da linguagem — tal como revelada pelas obras fundadoras de Bakhtin/Voloshinov — tem sido objeto de reflexão de vários estudos contemporâneos. Não é nesse sentido que interessam aqui o recurso a outras vozes, mas sim no do uso do discurso reportado como sinalizador de *performance*, i.e., como recurso intensificador dos efeitos pretendidos pelo *performer* sobre a audiência. Ao “dar a palavra” às personagens de um evento narrado, o narrador infunde-lhes vida e alma, e busca com esse recurso envolver ouvintes e leitores.

A atribuição de falas aos personagens pode realizar-se como *discurso direto* — recurso através do qual as cenas são presentificadas e os personagens ganham “voz” —, ou como *discurso indireto* — através do qual o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo apenas sua essência. Uma “terceira via” é o chamado *discurso indireto livre*, em que sob a forma do discurso indireto se apresentam vestígios do que deveria ser a fala direta do personagem. São os discursos diretos — e seus vestígios, no indireto livre — que considero aqui como sinalizadores de *performance*, pois através dele o *performer* intensifica a narrativa, trazendo para o presente o que aconteceu no passado.

Discursos diretamente reportados ocorrem tanto nas narrativas orais quanto nas escritas de N, mas em cada modalidade apresentam-se com características diferentes. Uma das diferenças mais evidentes está na alta frequência que têm nas narrativas orais, contrastante com um uso bem mais restrito na escrita. Em todos os episódios que compõem a *performance* oral há personagens que “falam” diretamente, ao passo que dentre os 29 textos escritos há nove sem nenhuma instância de discurso diretamente reportado. Além disso, nos textos da oralidade há mais “falas” diretamente reportadas do que nos textos escritos, ao passo que nos textos escritos há mais uso de discurso indireto, em que o narrador se coloca como mediador das vozes dos actantes, apresentando-as como evento narrado e não como ações.

Os discursos diretos podem vir acompanhados de verbos que indicam o personagem que detém a palavra. Tais verbos geralmente se referem a atos de fala (*dizer, falar, responder, perguntar*) e são chamados tradicionalmente de verbos “de elocução”, ou *dicendi*. Podem ocorrer, também, outros verbos cuja relação com atos de fala é, no mínimo, mais indireta, mas que funcionam como verbos *dicendi* vicários (Garcia, *idem, ibidem*). Tannen (1989:22) menciona um estudo anterior sobre a frequência de ocorrência de verbos *dicendi* em narrativas orais e escritas. A hipótese inicial da pesquisa era a de que os recursos gráficos oferecidos pela escrita, tais como aspas, travessões e recuos, permitiriam que tais verbos fossem mais frequentemente omitidos nos textos escritos do que nas narrativas orais. Os resultados obtidos na comparação entre histórias orais e romances — em inglês e em grego moderno — revelaram, no entanto, índices equivalentes em ambas as modalidades. Tannen afirma que variantes do verbo *dizer* (*to say*) foram usadas com a mesma frequência nos textos em inglês. Nas palavras da autora:

*Enquanto os escritores usam as convenções gráficas para identificar diálogos, os falantes contam com meios não explícitos ainda mais eficazes para fazer o mesmo: mudanças na qualidade de voz e na prosódia, que marcam enunciados inteiros como representações de, literalmente, uma voz diferente.*⁴⁰

⁴⁰ *Whereas the writers used print conventions to identify dialogues, speakers had even more effective inexplicit means to do so: changes in voice quality and prosody, which marked entire utterances as representing, literally, a different voice.*

Não vou me deter na crítica ao viés grafocêntrico da hipótese inicial de Tannen ao atribuir aos recursos da escrita possibilidades maiores que as da fala, mas é interessante observar que considerar os recursos da fala como “*meios não explícitos*”, só faz sentido se estabelecermos um equação entre *explícito* e *representado pela escrita*. Evidentemente as “*mudanças na qualidade de voz*” a que se refere a autora são explicitadas pelos falantes e percebidas pelos ouvintes.

Em relação às ocorrências de discursos reportados de N, apresento a seguir observações a respeito das diferentes vozes e dialetos marcados na oralidade e de seus indicadores na escrita, e em seguida considerações a respeito do uso, em cada modalidade, de verbos *dicendi* com discursos diretamente reportados.

4.1.2.1. Diferentes vozes

Na oralidade - Hymes (1973), relatando vividamente a experiência de ouvir a narrativa de uma lenda contada por uma indígena, assim descreve a *performance*:

*Tudo isso em detalhes, com vozes dos diferentes atores, gestos para as ações e, sempre, animação. Pois é isso, como qualquer pessoa pode lhe confirmar, que faz um bom narrador: a habilidade de dar vida à história, de envolver você como uma peça teatral.*⁴¹

Assim são as narrativas orais de N: cheias de diferentes personagens cujas vozes, com seus próprios timbres, intensidades, ritmos, sotaques, variedades lingüísticas e marcas pessoais, nos envolvem como uma representação teatral. São personagens como:

— o paraguaio, Dom Contrera, de voz grave e pausada, que avisa em “portunhol”:

(105) “Pera, pera, pera! Este es un cretino, um maluco e coisa. Na arma dele no tiene ferrolho!” (F1a)

⁴¹ *All this in detail, with voices for different actors, gestures for the actions, and always, animation. For that, as people will be glad to tell you, is what makes a good narrator: the ability to make the story come alive, to involve you as in a play...*

— o louco que dentro de uma cela da narra uma imaginária corrida de cavalos fala com voz esganiçada:

- (106) *“Solta a cola do Graxaim, na cola do Lagartim, é luz de contar boiada! Hip, hip!”* (F1a)

— o Capitão que além da inflexão própria ainda passa para um tom e ritmo de leitura, no trecho indicado por aspas simples, em

- (107) *“Bom”—leu uma ordem, um memorando—“a minha missão é muito clara: ‘Cooperar com o Capitão Torres Alves que vem pelo eixo da estrada de ferro de Ponta Grossa’.”* (F1b)

— o sitiante polonês, seu André, cuja jovem filha estava sendo cortejada por um sargento Bueno, homem casado, companheiro de N em uma missão em Porto União:

- (108) *“Ele diz que pai dele tá no Arocária, no Arocária, perto de Curitiba. Ele é polaca, mas mãe brasileira. Nome dele disse que é Boleslau, mas que tudo diz Boles. Boles Buenowski.”* (F3a)

— o antigo companheiro de farda que, sendo tesoureiro da Brigada, tinha desertado depois de dar um desfalque no dinheiro da guarnição, e N reencontra por acaso numa rua de São Paulo, disfarçado de comerciante português, em voz grave e sotaque lusitano:

- (109) *“Ah!”—como é que disse? Deu um nome lá—“eu sou lusitano da Quinta do Carrascal, de Trás-os-Montes...Lusitano, português e me honro muito com a terra de Camões! Tá!”* (F2b)

— ou mesmo o próprio N como personagem, com voz diferente da voz do eu-narrador, numa mudança de tom e inflexão que se percebe claramente em passagens como:

- (110) *Digo “Mas então o senhor quer que o capitão venha no meio do leito, dos trilhos?”* (F1b)

— ou quando se atribui um tom de oratória solene para reportar o discurso que fez a seus comandado da Legião Negra, Batalhão Henrique Dias, na Revolução de 32:

- (111) *“Meus irmãos de raça! É o vosso líder que vos fala! Soldados da lei, soldados da Constituição!” sabe? E comecei. No fim eu disse que desejava que quando eles “regressassem a seus lares pela vitória, trouxessem cada um para símbolo orelha de gaúcho!” (F1b)*

O disparate de incitar os comandados a cortarem orelhas dos inimigos fica ainda mais evidenciado pela incongruência do que é dito com a voz impostada de orador. O discurso provocador custou-lhe uma reprimenda de um superior, que lhe recriminou a atitude barbarizante. Desta vez com voz desafiante N devolve:

- (112) *“Mas é revolução ou não é?” eu disse pra ele. Digo “Qual é melhor/ Dizer isso ou o padre na Igreja de Santa Cecília estar distribuindo santinho e coisa e benzendo ele?” (F1b)*

A expressividade das falas reportadas é nelas diretamente marcada pelos traços paralingüísticos, com exceção de apenas quatro ocorrências em que aparecem acompanhadas de um mesmo verbo descritivo, *gritar*, como no exemplo abaixo:

- (113) *Uma mulher grita : “Ladrão! Ladrão! Ladrão!” (F2a)*

Como bem observa Tannen (1989:99), o esquema amplamente aceito, que separa o discurso direto do indireto nitidamente, só funciona em teoria. Na realidade muitos casos complexos aparecem, como as mudanças na voz que demarcam as falas reportadas às vezes até dentro de uma frase narrativa, como em (114):

- (114) *Ai ele pediu “pelo amor de Deus” se não tinha alguma coisa pra dar pra comer. (F1b)*

Cabe observar também que a expressão *discurso reportado* sugere enganosamente uma identidade entre uma enunciação primeira e aquela que a retoma. Seja na forma direta ou indireta, o discurso reportado é — até pelo simples fato de estar colocado em outro contexto — um ato de criação comparável ao da criação de diálogos em obras de ficção.⁴² Assim é nos

⁴² Um provérbio da etnia senegalesa *wolof*, citado por Tannen (1989:101), expressa perfeitamente essa observação: “*Tudo pode ser movido de um lugar para outro sem mudar, exceto a fala*”.

relatos de N, em passagens em que as falas das personagens se fundem com suas próprias expressões, embaladas na mesma inflexão de voz atribuída ao suposto falante, como é o caso das fórmulas sublinhadas nas passagens abaixo:

- (115) *“Alziro, Alziro!”*
 “Ah, Catta Preta! Você e coisa e tal.” (F2b)
- (116) *“Ah, feitiço não há nada porque isso e aquilo.”* (F2b)

Inversamente, inflexões de voz que remetem a uma personagem penetram os discursos indiretos, do narrador portanto, em formas que não poderiam ter sido as efetivamente enunciadas, como na passagem em que uma mãe se queixa ao diretor da escola do mau comportamento do filho:

- (117) *Ela veio contou pro Chico Guimarães durante a aula, Foi lá, disse:*
 “Sofrendo, trabalhando, passando, engomando, lavando roupa e coisa, que ele
 foi lá, tirou o dinheiro dela, dinheiro pra comprar pão, não-sei-quê e coisa e
 tal.”
 “Pode deixar, pode deixar.” (F3a)

Ou na passagem já apresentada em (91), acima, em que N exorta seus comandados à luta na Revolução de 32:

- (118) *“Meus irmão de raça! É o vosso líder que vos fala! Soldados da lei, soldados da Constituição!” sabe? E comecei. No fim eu disse que desejava que quando eles “regressassem a seus lares pela vitória, trouxessem cada um para símbolo orelha de gaúcho!”* (F1a)

Nessas duas passagens, os trechos sublinhados são ditos nas vozes dos personagens, isto é, são, pela qualidade da voz discursos diretamente reportados — como indicado pelas aspas — mas ao mesmo tempo se apresentam enquanto formas sintáticas e na morfologia verbal como discursos indiretos: é o que se tem chamado em teoria literário de *discurso indireto livre* ou *semi-indireto*.

É interessante observar que tal tipo de expressão de diálogos reportados é comumente considerada criação literária recente. Garcia (1988), por exemplo, estabelece a seguinte cronologia:

Se os discursos direto e indireto, como formas de expressão peculiares ao gênero narrativo, são tão antigos quanto a própria linguagem, o chamado discurso ou estilo indireto livre é relativamente recente. O latim e o grego desconheciam-no. Charles Bally encontrou traços dele no francês antigo, mas não no período do renascimento. [...]

*O que é certo, porém, é que, a partir dos meados do século XIX, o estilo indireto livre começou a generalizar-se, por influência de Flaubert e Zola. No entanto, somente em 1912 foi que Charles Bally chamou a atenção para a nova técnica, até então ignorada pelas gramáticas, à qual deu o nome por que é mais conhecida: **estilo indireto livre**. (p.146)*

Parece-me razoável ver nessa cronologia mais um efeito do grafocentrismo. Esse tipo de imbricação de vozes a que se refere a expressão “*discurso indireto livre*”, deve ser também “*tão antiga quanto a própria linguagem*”. A possibilidade de demarcar as palavras supostamente reportadas com mudanças na qualidade da voz dá à fala tal possibilidade. É com naturalidade que dela se utiliza N muitas vezes. Muito provavelmente a cronologia traçada por Garcia indica apenas a aceitação de tais construções em obras literárias. E é muito revelador que sua ocorrência seja descrita como “*nova técnica*” quando verificada em textos escritos valorizados socialmente como literários.

As diferentes vozes que se atualizam nas falas reportadas se caracterizam, sobretudo, por traços paralingüísticos. São poucas as marcas propriamente lingüísticas utilizadas para distingui-las. Em geral, não há diferenciação formal entre a linguagem do narrador e a dos personagens. Além dos casos, já exemplificados acima, em que se trata de representar um sotaque estrangeiro, são raras as representações de diferenças dialetais. Sejam os personagens urbanos ou rurais, escolarizados ou analfabetos, pobres ou ricos, as falas a eles atribuídas raramente têm marcas indicadoras de sua condição social, e, tampouco se distinguem pela forma da linguagem do narrador. Ocorrem apenas umas poucas exceções a essa uniformidade dominante: duas falas entremeadas de expressões cultas e formais, e cinco falas em que se observam marcas de dialetos rurais, de português *caipira*. Nesses casos, aparecem formas que não pertencem à linguagem de N, enquanto narrador, e são por ele colocadas como marcadores que identificam a situação ou a origem dos falantes

Os dois exemplos de uso culto e formal da linguagem são: o de N ao fazer um discurso de exortação aos comandados que partiam para o combate na Revolução de 32 (exemplo (110), acima, repetido em (118)), e o de um capitão que assim se dirige aos demais oficiais:

- (119) *Senhores oficiais, os senhores estão vendo o Tenente Catta Preta se propõe a ir na frente, e coisa, acontece isso, e aquilo e tal, e nós vamos apoiá-lo todos.* (F1b)

As cinco falas com marcas acentuadas de dialetos rural são atribuídas a:

— um caboclo do Contestado:

- (120) *Pincha, pincha bala, minha gente! Corre em coluna. Pincha bala, siô!* (F1a)

— o guia nativo da região de Catanduva, contratado como guia pelos militares:

- (121) *Mecê tá errado, mecê vira a boca desse jeito aqui.* (F1a)

— o companheiro de fuga, soldado-clarim Raimundo:

- (122) *Mecê pensa que me empua. Mecê tá pensando que me empua.* (F1b)

— um mulher que morava num ranchinho a beira da linha férrea e propõe a N que se case com ela para viver ali:

- (123) *Mecê não se apincha mar...* (equivalente a *mal*, pronunciado com retroflexão exagerada) (F2a)

— a dona de um bordel de estrada entre Porto União e palmas, *Sinhana Bitá*:

- (124) *Ô, Nirto — ela dizia “Nirto”, me abraçou e coisa — ocê sumiu [?] e foi sê sordado e coisa...*
[...]
Você escuite meu conselho, escuite meu conselho... (F2b)

Os exemplos acima demonstram que as características dialetais mimetizadas se enquadram em três tipos apenas: a forma pronominal *mecê*, itens lexicais (os verbos *empuiá*, *pinchá*, *apinchá* e *escuitá*) e a pronúncia exagerada de *r*'s retroflexo (nos exemplos 123 e 124), que se distingue dos retroflexos do próprio N. Considerando-se o grande número de personagens de origem rural, não-escolarizados, que povoam as histórias, pode-se concluir que as peculiaridades de tais falas não são — nas narrativas orais de N — objeto de maior interesse. Em suma, excluindo-se os poucos casos apontados acima e a imitação de sotaques de estrangeiros, não se observa nas histórias orais a estratificação em planos de narrador e personagens que aparece nitidamente nos textos escritos, como se verá na seção seguinte.

Na escrita - No caso da indicação de variação de vozes, ocorre, às vezes, o previsto por Olson (1997:127): como o sistema de escrita não oferece recursos para representar certos aspectos da sonoridade da fala, outros níveis de linguagem passam a significá-los.

O problema da escrita se torna, portanto, o de inventar recursos, inclusive léxicos e sintáticos, que possam compensar o que se perdeu. E o problema da leitura consiste em dominar esses sinais e as técnicas hermenêuticas que dão algumas indicações de como o escritor desejava que o texto fosse interpretado.

Esse processo é evidente no caso das indicações sobre as variações de voz feitas por sinais de pontuação, nos textos de N basicamente travessões e aspas, nem sempre empregados com muita coerência (exemplos 125 e 126, abaixo) — e às vezes redundantemente (exemplo 127) — para os discursos diretos; e aspas para as poucas ocorrências de discurso indireto livre (exemplo 128):

(125) *...disse-lhe: —Nhô Quim, o senhor trabalhou com capricho e a meu contento, por isso vou pagar-lhe 10\$000. (E24)*

(126) *Respondeu-me: “Posso começar amanhã, a 2\$000 por dia, nada mais nada menos (E24)*

(127) *— “Me acuuu...da, me acuuu...da, por amor de Deus”, ... (E24)*

(128) *Dizia que a domesticação de animais era seu fraco, pois que era “agarradô, consertadô de animal redomão e bardoso; que animal que deixasse ele botá o ‘socado’ e jogar o traseiro em riba, não lhe fazia beijar a poeira. Capais!*

Estava pra nascê esse um. Isso era tão certo como as andorinhas estarem no céu.”

Além desses sinais as inflexões de voz, as intenções reveladas no “como se diz”, as variações de intensidade e as pausas aparecem lexicalizadas algumas poucas vezes, como nos exemplos abaixo:

- (129) *Eram mais ou menos dez horas da manhã quando gritamos: “Ó de casa!”*
(E1)
- (130) *Aquelas palavras sarcásticas e amargas feriram-nos bastante. (E1)*
(Comentário sobre uma resposta negativa—apresentada como discurso direto—a um pedido de ajuda.) (E1)
- (131) *“Nada”, respondeu rispidamente. (E1)*
- (132) *Então Nhô Pedro, bufando e espumando de raiva, gaguejando, troveja:
— Miserável! (E2)*
- (133) *Em seguida rosna o capitão:
— Chaves, faça esse trapalhão dobrar no serviço... (E10)*

No conjunto dos textos há apenas dezoito ocorrências desse tipo:

— em sete delas, a qualidade da voz é descrita por um verbo; *gritar* (E1), *berrar* (E3) e *rosnar* (E10, E21), aparecem duas vezes cada, e *trovejar* (E2), um;

— em nove, a descrição é feita por uma forma adverbial, seja ela uma só palavra, como *rispidamente* (E1), *gentilmente* (E13), ou um sintagma como “*escandindo bem as palavras*” (E1), “*bufando e espumando de raiva*” (E2), “*numa voz pausada*”(E13), “*com voz gutural, num sotaque confuso de francês e alemão*” (E6);

— duas vezes por expressão nominal, como “*sua voz rouca, quase imperceptível mais parecia um rosnar*” (E11), “*se ouvia, vindo do centro da mata, grito aflitivo, gemente e soturno: “Me acuuu...da...”* (E24)

No que diz respeito à representação de variantes dialetais e “sotaques” — entendidos como característica sonora de variantes lingüísticas — N segue a regra vigente para a língua literária das primeiras décadas do século XX (PINTO, 1986: 33-4): separação entre o plano do autor e o das personagens, admitindo-se apenas neste as “marcas de oralidade” (isto é, a ocorrência de formas não endossadas pelos padrões ortográficos e gramaticais). Mas há ainda a separação entre os planos dos personagens: é sobretudo na representação de usos regionais e da fala de certos grupos sociais que as marcas aparecem; as falas dos personagens letrados segue as normas da escrita. Tome-se como exemplo a representação da fala um sitiante caipira que N encontra na rota de fuga de São Paulo para o Paraná:

- (134) — *Que má lhe pergunte! Que vem vanceis fazê p'ra estas bandas?! Procurá serviço?! Pois tô percisando de gente que trabaie, gente boa na inchada; quero acabá com o guanxumá e desafogá as prantas. Sô bão pagadô. Pago 45\$000 moiado.* (E1)

Observe-se que nela, N indica na grafia algumas características fonético-fonológicas do dialeto caipira:

- vocalização da lateral palatal—*trabaie* por *trabalhe*, *moiado* por *molhado*;
- apagamento de todos os *r*'s finais—*fazê*, *procurá*, *acabá*, *desafogá*, *pagadô* por *fazer*, *procurar*, *acabar*, *desafogar* e *pagador*, e ainda *má*, de *mar*, correspondendo a *mal*;
- centralização da vogal do ditongo nasal /õw/, de *bom*, que aparece como /ãw/ em *bão*;
- a ocorrência exclusiva de /r/ como segundo elemento num grupo consonantal em início de sílaba—em *prantas* por *plantas*.

Mas, como acontece freqüentemente na escrita foneticizada de falas, várias incoerências distorcem a representação:

- a grafia do pronome *lhe*, que provavelmente seria pronunciado como *le*;
- os *s*'s finais em *bandas* e *prantas*, que não parece coerente com as demais características do dialeto representado;
- e, sobretudo o fato de representar exclusivamente na fala de certos personagens características gerais do dialeto regional que não distinguem grupos sociais—como a não ocorrência de *r*'s finais em infinitivo; a simplificação do ditongo /ow/ em *sô*; a ditongação

na sílaba tônica travada por /s/ em *vancêis*; e a síncope do primeiro *a*, marcada pelo apóstrofo na grafia *p'ra*.

Observe-se como N representa sua própria fala, em resposta ao mesmo sitiante, na sequência de (135):

- (135) —*Então poderá o senhor providenciar um café com mistura, ou nos vender uma galinha ou um leitãozinho?* (E1)

É bastante óbvio que se apresentam aí características que na verdade não correspondem aos dados da oralidade: formalidade na forma do pedido, com o futuro sintético, inversão Verbo-Sujeito na pergunta, *r*'s finais nos infinitivos.

Em outro texto, aparece o seguinte diálogo entre N e duas meninas que tinham ido buscar umas batatas de sua horta:

- (136) *“Podem apanhá-las à vontade ali; é só suspenderem as ramas e escolher as maiores; a terra é fofa e não é preciso enxada para arrancá-las.” Retrucara: “Se é para nós arrancarmos, então não queremos. Por que não dá você destas que já estão colhidas?”*

Como veremos adiante, pronomes oblíquos de terceira pessoa —como os que aparecem em (136), não ocorrem na fala de N. O mesmo se pode dizer para o infinito flexionado. É pouco provável que ocorressem na fala das meninas. O mesmo vale para a inversão Verbo-Sujeito na pergunta final.

Em todos os textos escritos o padrão de representação de variedades lingüísticas é esse: transcrição foneticizada e representação de algumas construções e itens lexicais não-padrão para as falas socialmente estigmatizadas, representação ortográfica e gramaticalmente padronizada para os falantes escolarizados e urbanos. Parece-me razoável supor que, tanto num caso como no outro, trata-se de estilização, mais do que de representação da realidade. Assim como os falantes urbanos/escolarizados são representados pela língua padrão, os falantes de variedades socialmente estigmatizadas são representados por certos traços tomados como estereotípicos: o que determina a representação é o modelo que N adquiriu

para tanto através de suas práticas de letramento. É através destes modelos que N filtra e reproduz sua percepção da realidade.

4.1.2.2. Verbos *dicendi*

Na oralidade - Tal como observado por Tannen, na pesquisa mencionada acima, não se observa grande diferença entre os textos orais e os escritos no que diz respeito à presença de verbos *dicendi*. Às vezes diálogos são reportados sem que nenhum verbo indique a alternância de falantes. A percepção da troca de turnos depende de pistas paralingüísticas — como inflexão de voz — e da própria forma dos enunciados. Como no exemplo abaixo, em que, durante a Revolução de 24, um “nativo” da região de Catanduva, “o Cassiano”, que atuava como guia dos militares em terreno desconhecido por eles, indica o equívoco do alvo visado pelas armas da Artilharia:

- (137) *Daqui a pouco vem o Cassiano.*
“Onde é que estão atirando?”
“Ah, nós estamos atirando ali no Roncador, no... Catanduva.”
“Mecê tá errado, mecê vira a boca, deste jeito aqui.” (F1a)

Outras vezes, as trocas de turno marcadas por verbos *dicendi* ou apenas indicada por um pronome se alternam com as não marcadas, como no diálogo abaixo, entre N — que, depois da Revolução de 32, escondido tropas gaúchas na propriedade de um parente, disfarça-se sob o nome de Juca — e um paraguaio que trabalhava na fazenda e não sabia da troca de identidade:

- (138) *Eu disse que me chamava Juca. Meu nome era Juca. Esse paraguaio foi de disse assim:*
” Seu Juca, a gente quando tem delito na vida, deve trocar o nome.”
“Não, mas Juca tá bom e coisa e tal”
Diz: “Eu já troquei o meu nome. Meu nome era Eduardo Ramirez, mas agora me chamo Artur Pedroso,” sabe?
“Mas por quê?”
“Porque eu sou de um lugar que mecê nem por cálculo, mecê nem sonha de ir lá”.
E eu: “De que lado?”
“Pro lado do Barracão, da Serra do Campo Erê.”

Digo: “Carapitinga, das Flores e coisa?”

“É, mecê já andou por lá?”

Digo: “Andei.”

Nos textos orais, o verbo *dicendi* quase que categorial é *dizer*, que ocorre sempre anteposto à fala reportada. Às vezes no passado, mas também freqüentemente num presente histórico. Em geral, o sujeito não é explicitado — infere-se da flexão, no presente (*digo, diz*), e do contexto, no passado (*disse, dizia*). As formas de *dizer* introduzem qualquer ato de fala: declarações, perguntas, respostas, pedidos, súplicas, expressões de espanto etc. Até mesmo linguagem internalizada de N enquanto personagem. Para este último caso, ocorre às vezes uma construção composta *pensar-dizer*:

(139) *Eu pensei disse*:
“Ficou louco e agora? Como é que nós vamos me arranjar?” (F1b)

(140) *Eu peguei pensar digo*:
“Ele vai me deixar dormir aqui.” (F3a)

Afora *dizer*, poucos verbos na função *dicendi*. São eles:

- *gritar* (já mencionado como marcador adicional de intensidade da voz) que ocorre quatro vezes;
- *contar*, indicando o ato de fala de reportar, que ocorre duas vezes;
- *recomendar, perguntar*, indicadores de atos de fala, que ocorrem uma vez cada um;
- *ler e dar* (no jornal), descritivos da ação que gerou os atos de fala, que ocorrem uma vez cada um;
- *fazer*, para sons paralingüísticos, que ocorre três vezes.

Com exceção de *contar*, que aparece posposto em suas duas ocorrências, e de uma ocorrência posposta de *gritar*, os demais são sempre antepostos às falas reportadas, tal como se verifica sempre com *dizer*.

Considerando-se a pequena extensão do grupo de verbos listados acima, e a quase-categórica posição de todos os *dicendi*, pode-se afirmar que o emprego de *dizer* anteposto à fala reportada é a regra geral para tais verbos nos textos orais de N.

Na escrita - Além da sinalização gráfica, por aspas e travessões, as falas diretamente reportadas na escrita se fazem acompanhar muitas vezes de verbos *dicendi*. Mas, diversamente do que se observa na oralidade, ocorre na escrita uma variedade lexical muito maior desta categoria.

O verbo *dizer* não tem a mesma frequência nem as formas que apresenta nas narrativas orais: das dez ocorrências, só três têm formas simples, elíptica, (*disse*) como as que se verificam na oralidade; nas demais está acompanhado de sujeito, complementos — geralmente clíticos (*disse-lhe, lhe diz, dizendo-me*) — e/ou em construções perifrástica (*fui logo dizendo, disse mais ou menos isto, disse a Nhô Jove simplesmente isso*). Além de *dizer*, diversos outros verbos aparecem como *dicendi*. Na seção anterior já foram apontados os verbos que fazem referência à qualidade da voz — *gritar, berrar, rosnar, trovejar e bufar*. Além desses, ocorre mais uma variedade de formas, com uma ou duas ocorrências cada, que podem ser divididos entre:

— os que descrevem atos de fala:

- *responder* (o mais freqüente, com 23 ocorrências contra as 10 de *dizer*), *falar, exclamar, indagar, perguntar, chamar, ordenar, retrucar, interpelar, propor, fazer uma pergunta*.

— os que se referem ao andamento da interação:

- *manifestar-se, atalhar, soltar, prosseguir, começar, completar, terminar, sair-se com esta, dirigir-se a*.

Mas não é apenas na variedade de verbos *dicendi* que a escrita se afasta das regras da oralidade, é também na sua colocação. Das 72 ocorrências de tais verbos nos textos escritos, 25 (ou, em percentuais, 34,7%) se apresentam em posição não-inicial. A maior parte delas, 21, está posposta à fala reportada — como em (141), (142) e (143), abaixo — e quatro estão em posição medial — como em (144):

- (141) “Sim”, respondeu-lhe o Major. (E3)
- (142) “Que aconteceu afinal?” atalhei. (E13)
- (143) “As cartas não mentem jamais”, disse a cigana. (E28)
- (144) “Olhe”, respondeu-me, “ofereça pro Murilo, do Curralinho, que vem vindo ali de carroça.” (E12)

A relevância de tais fatos aqui está na indicação clara que fornecem sobre a distância que pode haver entre dados da oralidade e da escrita. As regras seguidas por N na utilização de verbos *dicendi* ao escrever não são as mesmas verificadas na sua fala. Garcia (1988) assim descreve os usos literários do discurso direto:

*No discurso direto nos moldes tradicionais, vale dizer, vigorantes até os primórdios da escola realista, o verbo **dicendi** vem em geral no meio ou no fim da fala, e excepcionalmente antes. [...]*
*Muitos escritores contemporâneos, principalmente a partir do modernismo, preferem antepor o verbo **dicendi** ou um *vicário* seu, o que nos parece ser mais comum.*
 (pp.140-1)

Pelo contraste que estabelecem com os usos da oralidade, pode-se perceber que, também em relação ao uso de verbos *dicendi*, as escolhas de N na escrita decorrem de sua percepção do que seria adequado literariamente — os “*moldes tradicionais*” a que se refere Garcia — e não de sua própria oralidade.

4.2. A voz da escrita

A comparação entre o uso de **traços paralingüísticos** e **discursos reportados** nos textos orais e escritos já fornece indicações fortes de uma grande diferenciação nas linguagens usadas por N em suas *performances* em cada modalidade. Este afastamento faz, certamente, parte da elaboração dos “códigos” distintos que se manifestam na oralidade e na escrita. Na *performance* oral, enquanto a expressividade dos efeitos paralingüísticos aparece como recurso fundamental, não se percebe que N invista no rebuscamento de formas, podendo-se

afirmar que a variedade de que se utiliza — com as poucas exceções apontadas na seção sobre diálogos reportados — é seu vernáculo. De modo contrastante, na escrita, onde os recursos da sonoridade expressiva se apresentam palidamente registrados — como se viu nas seções anteriores — observa-se o emprego de um sistema lingüístico diferenciado, de uma outra variedade lingüística em que, mesmo num contato superficial, se percebem características muito diversas da variedade usada nas narrativas orais.⁴³

Nesta seção, para demonstrar o contraste entre as duas variedades, focalizo apenas alguns pontos específicos em que se distinguem os textos orais e escritos de N: alguns aspectos gramaticais referentes ao **sistema pronominal** e à **construção de sentenças relativas**, e algumas características do **léxico**.

Evidentemente poderiam ser examinados outros aspectos, igualmente — ou até mais — representativos. A escolha desses aspectos gramaticais se deve a dois fatores: de um lado, ao fato de que sobre eles tem incidido há muito tempo a ação normativa da escola em sua tarefa de implementar o letramento; de outro, à importância que lhes tem sido conferida em análises diacrônicas de cunho variacionista, cujos *corpora* misturam dados de escrita e oralidade organizados sobretudo por critério cronológico.

Muita atenção tem sido dada pela pesquisa lingüística contemporânea à questão da marcação do sujeito no português do Brasil (PB). Desenvolveu-se, a partir de estudos quantitativos sobre dados de várias épocas, a hipótese de que, comparado ao português europeu (PE), o PB mudou tipologicamente (ou “parametricamente”, segundo a terminologia mais recente), deixando de ser uma língua de sujeito nulo (ou, na terminologia gerativa, língua ‘*pro-drop*’) para ter como regra a explicitação obrigatória do sujeito.⁴⁴ Esta transformação estaria associada às mudanças ocorridas no sistema pronominal, que teriam introduzido — com a entrada dos pronomes *você* e *a gente*, que combinam com as formas verbais antes exclusivas de 3ª pessoa do singular — um grau de ambigüidade inexistente no

⁴³ Nas vezes em que apresentei alguns fragmentos de textos orais e escritos de N em aula, os alunos invariavelmente se espantavam ao saber que eram produções de um mesmo informante. Quando os apresentei num conjunto em que apareciam também transcrições de narrativas orais de não-lettrados, viam mais semelhança entre todas narrativas orais do que entre as orais e escritas do próprio N.

⁴⁴ Ver, por exemplo, os trabalhos citados por Menon, (2000).

sistema de seis formas flexionais diferenciadas. Em outras palavras, isto equivale a afirmar que o empobrecimento da morfologia flexional da concordância sujeito-verbo teria acarretado a obrigatoriedade de explicitação dos pronomes sujeito. Para Duarte (1993:107), por exemplo,

a mudança que se observa no português do Brasil, que parece estar evoluindo de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro 'pro-drop', coincide com significativa redução ou simplificação nos paradigmas flexionais.

Menon (2000) observa que afirmações como essa podem ser questionadas por duas razões: primeiro porque a morfologia “rica” não impede o uso obrigatório do pronome, como comprovam o holandês e o alemão; segundo porque as análises referentes ao PB têm se baseado em fontes escrita e não em fontes orais e, portanto, podem estar verificando diferenças entre as práticas nas duas modalidades e não mudanças diacrônicas. É conhecida de qualquer falante brasileiro com certa escolaridade a insistência com que os professores ensinam que os pronomes devem ser omitidos, por já estarem as pessoas marcadas nas desinências verbais. São essas as normas que se aprendem em relação à explicitação do sujeito no processo de inserção institucional no letramento.

Outro aspecto que tem sido apontado como indicador de uma mudança “paramétrica” no PB é o da marcação de objetos. Trata-se aqui do desaparecimento dos clíticos e da ocorrência crescente de objetos nulos, dois fenômenos apontados como relacionados (TARALLO 1983, CYRINO, 1993), ou independentes (CYRINO, 2003). Cyrino (1993:175, 2003:32) pondera que, embora muitos estudos apontem para o desaparecimento dos clíticos no PB oral, não se pode afirmar que essa mudança tenha atingido igualmente todo o sistema: os de 1ª e 2ª pessoas ocorrem no PB falado, mas, segundo a pesquisadora, a afirmação continua válida para os de 3ª pessoa. É fartamente conhecida a importância atribuída pelos puristas ao uso dos pronomes oblíquos, sobretudo os de 3ª pessoa, que, diferentemente dos demais, envolvem distinção de caso. O emprego “correto” de tais formas se tornou mesmo uma “pedra de toque” para a identificação dos verdadeiramente letrados. Investindo contra o conservadorismo gramatical da época, Monteiro Lobato, em 1922, em seus escritos em defesa dos “direitos” do PB ao estatuto de língua escrita, assim se expressa a respeito do pronome acusativo:

O fato é que no país todo, na linguagem falada, o ele e o ela desbancaram o o e o a; apesar da resistência dos letrados e da resistência da língua escrita. Não nos consta que algum escritor de mérito usasse, na prosa ou no verso, essa forma, embora falando familiarmente incidia nela. Mas dia virá em que se romperá essa barreira, porque as correntes glóssicas são irresistíveis, os gramáticos não são donos da língua, e esta não é uma criação lógica. (apud PINTO, 1981:59)⁴⁵

É bastante revelador da força dos preconceitos sobre tais formas o fato de que, na defesa da expressão brasileira, Monteiro Lobato empregue o verbo *incidir*, que comumente se associa a “cometer ato ilícito”, para descrever seu uso pelos letrados.

Para Tarallo (1993b: 85), além das mudanças acima apontadas, que teriam transformado o PB em língua parametricamente diferenciada do PE quanto à explicitação de sujeito e objeto pronominal, também teriam sofrido alteração as regras de construção de relativas. Somadas, essas mudanças teriam resultado em uma diferenciação fortemente marcada entre os dois dialetos: enquanto o PE pode ser descrito como uma língua marcada por regras de movimento, o PB apresenta regras derivadas por apagamento de constituintes. A preocupação normativa também tem se ocupado de tais construções — que envolvem também outro ponto focalizado insistentemente no ensino: o conhecimento das normas referentes às regências verbais. Atestam-no os fenômenos conhecidos de hipercorreção, como: a extensão do uso dos pronomes relativos como *o qual* e o locativo *onde* — que vêm sendo empregado como uma variante mais elegante de *que*; *o dequeísmo* (“*afirmou de que...*”, “*declarou de que...*”); e o uso inadequado de *cujo*, forma genitiva que teria desaparecido se não fosse preservada pelo letramento institucionalizado.

Assim como no caso das questões gramaticais, a decisão de focalizar o léxico tem uma dupla motivação. A primeira é o grande contraste entre o léxico singelo das narrativas orais e a exibição de virtuosismo lexical nos textos escritos é talvez a diferença mais notável entre os textos das duas modalidades. A segunda decorre do fato de que, junto com a normatização gramatical, a tradição do letramento em nossa sociedade valoriza o domínio de um grande vocabulário — evidentemente do vocabulário legitimado pela dicionarização, cujas regras

⁴⁵ A excessiva preocupação normativa dos gramáticos com os pronomes oblíquos foi satirizada por Monteiro Lobato no conto *O colocador de pronomes*, de 1924, (também reproduzido em PINTO, 1981:62-72).

determinam que só alguns textos escritos servem como fonte de dados. A escolarização e os textos modelares incutem nos aprendizes a valorização variedade lexical. A repetição de itens lexicais num texto escrito tem sido apontada como defeito, sinal de limitação na expressividade e imprecisão. Se essa percepção é vigente hoje, mais intensa era nas primeiras décadas do século XX, em que o preciosismo de formadores de opinião lingüística, como Rui Barbosa, Olavo Bilac, Euclides da Cunha — para citar alguns nomes de relevo — era apresentado como exemplo a ser imitado. Certamente modelos como esses contribuíram para formar em N a concepção de léxico adequado para a escrita.

4.2.1. Aspectos gramaticais

A análise comparativa dos aspectos gramaticais selecionados desenvolve-se em duas partes distintas: na primeira, as principais características suas manifestações em cada modalidade são descritas globalmente. Na segunda, os pontos focalizados são submetidos a (breves) tratamentos quantitativos. Não se trata — nem poderia se tratar, com os poucos dados de um único informante — de uma análise cujos resultados expressem maiores generalizações ou tenham valor preditivo. Essas incursões modestas no território da quantificação não têm outro propósito senão o de fornecer uma representação mais precisa das diferenças entre os sistemas empregados por N na fala e na escrita.

4.2.1.1. O sistema pronominal: uma visão geral

Na oralidade - O sistema pronominal empregado por N na oralidade tem no caso sujeito as formas:

	Singular	Plural
1ª pessoa	<i>eu</i>	<i>nós</i>
2ª pessoa	<i>você</i>	<i>vocês</i>
3ª pessoa	<i>ele(-a)</i>	<i>eles(-as)</i>

A essas formas, na fala de N, corresponde como regra geral o sistema flexional padrão, ou seja, um sistema com quatro flexões distintas, para os tempos em que a 1ª pessoa do singular tem forma própria, ou três, quando isso não ocorre.

A forma *a gente* — que muitos estudos têm apontado como “novo” pronome de 1ª pessoa do plural (MENON, 1995; BRAGA e OMENA, 1996, entre outros)—não é quase empregada. Ocorre apenas cinco vezes: em três destas marca indeterminação, como no exemplo (145):

(145) “Seu Juca, a gente quando tem delito na vida, deve trocar o nome.” (F2a)

— e só duas vezes como equivalente a *nós*, como em (146):

(146) *Porque se ele saísse, não é?, a gente metia fogo.* (F2b)

Em conformidade com a observação de Cyrino (1993, 2003) acerca da assimetria do sistema pronominal em relação à suposta mudança de objeto preenchido para objeto nulo, nos textos falados de N, ocorrem clíticos de 1ª e 2ª pessoas — mas estes apenas no singular: *me*, para a 1ª pessoa, e *te* correspondendo a *você*. Além desses só aparece regularmente o clítico *se*, como reflexivo ou em verbos inerentemente pronominais, correspondendo às 3as. pessoas. Uma única vez aparece como anafórico de 1ª pessoa do plural:

(147) *Me propôs pra nós dois se atirar no rio Iguaçu.* (F3b)

As demais formas clíticas que aparecem têm função marcadamente estilística. Como é o caso da única ocorrência do arcaico *vos*, que N emprega — em tom de paródia às peças de oratória bombástica — na fala de exortação que teria proferido a seus comandados da Legião Negra, já apresentada no exemplo (91) e repetida também em (118).

O clítico *lhe* também ocorre apenas uma vez, num diálogo diretamente reportado, como dativo de 2ª pessoa representada pela expressão de tratamento *o senhor*.

- (148) *“O senhor faça o favor de me informar se [?] , quer dizer, a estrada vai pra seu Geniplo Pedroso?”*
“O que é que você quer com o Geniplo Pedroso?”
Digo:
“Isso só a mim me interessa! Não tenho que lhe dar satisfação!”

A intenção de dar à interação re-encenada um tom misto de formalidade e imposição é evidente nas expressões *“faça o favor de me informar”*, *“isso só a mim me interessa”*. Fica claro que o clítico inusitado é um marcador adicional dessa intenção.

As três únicas ocorrências de clíticos de 3^a pessoa estão associadas a enunciações intencionalmente marcadas como formais. Nas duas primeiras percebe-se que N assume os rigores da norma da linguagem militar—exemplos (149) e (150), este último representando a fala de um capitão aos demais oficiais. Na terceira — exemplo (151) — N faz uma pausa longa na narrativa e, em seguida, assume um tom dramático, no sentido de “teatral” mesmo, ao contar o pacto de morte que *lhe* fora proposto pela amante proibida.

- (149) *“Senhores oficiais, os senhores estão vendo o Tenente Catta Preta se propõe a ir na frente, e coisa, acontece isso, e aquilo e tal, e nós vamos apoiá-lo todos.”*
 (F1b)
- (150) *Mas ele era paulista, propôs decerto pra se organizar a Legião Negra. Então para auxiliá-lo tinha um tenente da Polícia, um tenente negro da Polícia, Arlindo. Ele e eu fomos os organizadores.* (F1b)
- (151) *Depois ela propôs pra mim ((pausa longa)) matá-la e me suicidar.* (F3b)

Quanto à colocação em relação ao verbo, na fala os clíticos *me* e *te* são sempre antepostos ao verbo principal. Já o *se*, que várias vezes ocorre em posposição ao verbo principal: das 39 ocorrências desse clítico, 22 são enclíticas. Essa colocação é quase categórica no caso do verbo *chamar*. Das 39 ocorrências de *se*, 19 estão associadas a esse verbo, e 15 são enclíticas. Tanto a ênclise quanto a próclise podem ocorrer em sentenças independentes, como mostram os exemplos abaixo:

- (152) *Ele chama-se Arlindo.* (F1b)

(153) “O senhor se propõe?” (F1b)

— mas também em subordinadas:

(154) ...*tinha um que chamava-se* Joãozinho. (F3b)

(155) ...*um bruto de um chicotão que se* chama jibóia. (F2a)

— ou em predicados com negação:

(156) *Naquele tempo não usava-se* uísque. (F3a)

(157) “*Mecê não se* apincha mal.” (F2a)

Na escrita - Em relação aos pronomes sujeito, o sistema usado por N na escrita não diverge do da oralidade no que diz respeito às formas, mas sim quanto às funções e à explicitação. No que diz respeito às funções, tanto a 1ª pessoa do plural é empregada como recurso de ocultamento do *eu* do narrador — no plural de “modéstia” — quanto as 3ª ‘s., singular e plural, como recurso de indeterminação. Nenhum desses usos faz parte dos textos orais. Em relação à explicitação, N segue ao máximo a regra que manda evitar os pronomes. A língua escrita de N poderia ser descrita como *pro-drop*, como veremos adiante.

Em relação ao uso de clíticos dá-se o inverso. Em contraste com o uso limitado na oralidade, a abundância de clíticos — isto é, o preenchimento pronominal das funções não-sujeito — é uma das características mais saliente na escrita de N. Como na fala, ocorrem os de 1ª. e 2ª. pessoas, mas na escrita tanto os de singular, quanto os de plural. O clítico *se* aparece com maior frequência, em razão da seleção de vários verbos inerentemente pronominais, sempre correspondendo às 3ª.s pessoas, e também como apassivador, indeterminador de sujeito e reflexivo. Enfim, há uma profusão formas clíticas correspondentes a todas as pessoas, singular e plural, em várias funções: como acusativos, dativos e genitivos. Nestas duas últimas funções, por exemplo, o clítico *lhe(s)*, de 3ª pessoa, que jamais ocorre na

fala de N, aparece num total de 60 vezes, 55 como dativo — como em (158), abaixo — e em cinco como genitivo — como no exemplo (159).

(158) ...*Propus-lhe o seguinte.* (E12)

(159) ...*conturbando-lhe o psíquico doentio.* (E24)

Observa-se também a variedade na colocação, provavelmente determinada pela preocupação de seguir as normas ditadas pelas autoridades gramaticais. Tal como preconizado pelos guardiães da pureza do idioma — que tanto se empenharam em sua luta nas últimas décadas do séc. XIX e nas primeiras do séc. XX — a ênclise é considerada a regra geral. Para N, a próclise tipicamente brasileira é inaceitável na escrita, a menos que o suposto magnetismo de alguns advérbios e conjunções anteriores ao verbo “atraia” o clítico para junto de si. Há até colocações enclíticas duplas, como em:

(160) *Atribuíam-se-lhes, sem razão, muitas ocorrências noturnas...* (E21)

4.2.1.1.1. Sujeitos de primeira pessoa

Um exame mais detalhado de como se apresentam os textos orais e escritos de N em relação à 1ª pessoa do singular, *eu*, e à 1ª pessoa do plural — que tanto na fala como na escrita de N é *nós* (descontadas as raras ocorrências de *a gente*, mencionadas anteriormente) — permite que se tenha uma visão mais clara das diferenças verificadas. A 1ª pessoa do plural constitui um caso relevante: por ser sempre marcada de forma unívoca na morfologia verbal, deveria, pela teoria da “morfologia rica”, ser dispensável. Já a 1ª pessoa do singular é de especial interessante porque, além de ser marcada na maioria dos tempos verbais, sobre ela recai uma interdição normativa ainda maior do que a que se exerce sobre as demais pessoas. Tal interdição tem uma longa tradição no ensino e ainda se mantém em gramáticas contemporâneas, como Cunha e Cintra (1985), onde se lê:

Convém usar com extrema parcimônia as formas pronominais de 1ª pessoa do singular, especialmente a forma reta eu. O seu emprego imoderado deixa-nos sempre uma penosa impressão de imodéstia de quem o pratica.

Não devemos esquecer de que as palavras que designam sentimento exagerados da própria personalidade começam sempre por eu, que era a forma latina do pronome eu. Assim: egoísmo, egocêntrico, ególatra, egotismo.

Menon (2000:166), num levantamento feito com dados da oralidade — mais especificamente do Projeto NURC/SP—, encontra índices bastante altos de empregos dos pronomes de primeira pessoa junto a verbos flexionados: 67% para *eu* e 61% para *nós*. Índices semelhantes foram registrados em dados do Projeto VARSUL: 61% para *eu* e 57% para *nós* (BOTASSINI, 1998, *apud* MENON, 2000: 166-7). No processo escolar de aquisição da escrita, falantes que usariam pronomes sujeito na oralidade aprendem a evitá-lo na escrita. Mais do que quaisquer outros pronomes, aprende-se a não escrever *eu*.⁴⁶

Duarte (1993) apresenta uma comparação diacrônica da ocorrência de sujeito nulo, com dados obtidos de “*peças de teatro de cunho eminentemente popular, escritas nos séculos XIX e XX*” (p. 106). Ao todo foram consideradas sete peças de sete autores diferentes —que “*desenvolveram suas atividades literárias no Rio de Janeiro*” (p.106), representando cada um um período. Segundo Duarte, na seleção de dados, foram excluídas as coordenações com sujeitos correferentes, por ser a coordenação um contexto favorável ao uso do sujeito nulo. A contabilização dos dados referentes à 1ª pessoa (singular e plural reunidas) mostrou uma acentuada queda entre o primeiro momento considerado —uma peça de 1845— e o último— uma peça de 1992: de um índice de 70% de sujeitos nulos para 15%. No entanto, não se trata de uma diminuição gradual: as peças de 1882 e 1918 apresentam índices mais elevados do que os da primeira (aproximadamente 80 e 82% respectivamente). Essa variação, no entanto, não merece qualquer comentário da pesquisadora. Uma hipótese plausível para explicar essa oscilação — que aparentemente contraria as leis das mudanças históricas — deveria levar em consideração o recrudescimento do movimento purista sobre a escrita nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX (PINTO, 1978). Obviamente as representações escritas de falas teatrais se submetem a convenções de época.

⁴⁶ Para ilustrar a força dessa interdição, permito-me relatar aqui um episódio de que fui testemunha—e que aliás é também contado por Menon (2000: 158, nota 1). No vestibular da UFPR em 1994, a prova de redação propunha aos candidatos que respondessem a seguinte questão: *Você adotaria uma criança?* Diante da solicitação de um texto de opinião, diferente dos textos impessoais para os quais os cursinhos os preparavam, os candidatos usaram as mais inesperadas estratégias para evitar escrever *eu*. Entre as curiosas soluções—“*o autor destas linhas*”, “*este que escreve*”, “*todas as pessoas*”— a mais curiosa foi a de um candidato que escreveu que “*todos deveriam adotar crianças, inclusive a primeira pessoa do singular.*”

(Como já mencionei acima — na seção 2.2.2.3, Parte I —, no mesmo trabalho, Duarte relata os resultados da análise da gravação de uma encenação da peça de 1992: em média, a encenação apresentava 10% a mais de sujeitos plenos do que os previstos no texto escrito. Considerando-se que se tratava de uma peça escrita por Miguel Falabella, autor e ator habituado às convenções da dramaturgia televisiva brasileira — a qual procura representar com realismo o coloquial —, fica evidente o peso das normas do letramento sobre a mão do escriba, ainda que sua intenção seja a de representar a oralidade.)

Observações sobre características gerais dos usos de pronomes sujeitos de 1ª pessoa, e um balanço quantitativo das ocorrências em cada modalidade, apresentados a seguir, demonstram as diferenças entre os textos orais e escritos de N a esse respeito.

Na oralidade - Nos textos orais, N é assumidamente o narrador e o protagonista. É sua vida que é contada, são seus os comentários. As narrativas se desenvolvem todas na 1ª pessoa do singular, que aparece:

— marcada apenas no sufixo verbal:

- (161) *Voltei outra vez, cansado! E peguei aquela estradinha, isso já era noite já. Oito horas! Não, talvez sete, sete horas. Acertei a estradinha, ó. Quando chegou numa luz, vi uma luz pra baixo assim.* (F2a)

— explícita no pronome:

- (162) *Agora eu vou te contar porquê. Eu ficava naquele valo velho lá, ficava abaixado, chegava gente e coisa. E um dia eu fui olhar, bem perto assim estava uma cascavel enrolada!* (F2b)

— espaiada em verbos que nem pediriam a concordância:

- (163) *O primeiro que chegou em Santa Helena, Santa Helena perto de Foz do Iguaçu, pra baixo de Guaira, o primeiro que cheguei fui eu lá.* (F1a)

— como primeiro elemento de um sujeito composto:

(164) *Então fomos eu, o Boamorte—ele já morreu, sabe?—uns três.. (F1b).*

(165) *Eu com o Sargento Efraim.. (F1a)*

— dominando a concordância verbal, mesmo com sujeito plural:

(166) *Fui eu, o sargento Rangel, eram oito com todos. (F1a)*

No caso do plural, como já foi apontado acima, na fala de N a forma da 1ª pessoa plural é *nós*: as ocorrências de *a gente* são numericamente irrelevantes. Além disso, nas narrativas orais, *nós* significa “eu mais uma(s) pessoa(s)”. Não é nunca uma forma de dissimulação estilística de *eu*, um falso plural, de modéstia ou majestático, e sim um plural genuíno, descritivo. No exemplo (167) a referência está claramente explicitada; no exemplo (168), *nós* retoma N e o soldado-clarim Raimundo:

(167) *De forma que fomos indo nós três, o sargento Efraim, eu, mais [?] da Cruz Machado, o Francisco. (F1a)*

(168) *Então nós sentamos num banquinho que tinha ali. (F2a)*

Na escrita - Diferentemente do que ocorre nas narrativas orais, nos textos escritos N raras vezes aparece o pronome sujeito de 1ª pessoa do singular, *eu*. N respeita a interdição: o *eu* sujeito se oculta na desinência verbal e muitas vezes, não sendo nem por ela marcado, deduz-se de pistas contextuais, como o pronome-complemento em

(169) *Com a derrota da Revolução Constitucionalista de 32, estando à frente da Legião Negra de S. Paulo, sabia perfeitamente o que me aguardava. Seria um insensato se viesse a permanecer nessa Capital. (E1)*

— onde se infere do oblíquo *me* o sujeito da reduzida de gerúndio — “estado à frente da Legião Negra de S, Paulo” — e das formas verbais “sabia”, “seria”, “viesse a permanecer”.

São raras as vezes em que N emprega a forma *eu* em referência a si mesmo como enunciador. Quase todas se justificam como recurso para contornar a ambigüidade da forma verbal, que poderia corresponder também à terceira pessoa, singular, como nos exemplos abaixo

- (170) *O portador trazia o recado do dito cujo: que ele não poderia comparecer ao casório na igreja porque tinha um serviço urgente para fazer; que eu o substituísse. (E5)*
- (171) *Certa feita, resolvi despedir-me de Nhô Dito, pois estava eu de pé no estribo para seguir com destino a Mato Grosso. (E28)*
- (172) *Não é ser saudosista; desejo apenas ilustrar, de maneira concreta, esse juízo, trazendo ao conhecimento do leitor um fato passado com este escriba, em Castro, pelo qual se poderá melhor aquilatar aquele conceito. Morava eu, em 1923, na casa situada quase no fim da rua... (E12)*
- (173) *Resolvi, por isso, ceder diariamente, a Nhá Alzira, nossa vizinha e que tinha pensão, as maiores cabeças de repolho, que eu mesmo lhe entregava em mão. (E12)*

Outras, em menor número ainda, podem ser explicadas como enfáticas:

- (173) *E com isso, esqueceu o projeto sinistro de eliminar o Chiquinho, e eu senti o maior alívio. (E24)*
- (174) *Agora, passados tantos anos, eu faço esta pergunta:
—Quem teria sido o autor dessa estúpida brincadeira? (E27)*
- (175) *—É o que dizem as cartas, respondeu.
—Continue, atalhei eu. (E28)*
- (176) *Teriam falhado as cartas de Nhô Dito? Eu que o diga. (E28)*

Algumas expressões descritivas são também usadas como recursos para evitar escrever o pronome interditado (como as apontadas na nota 45). Estas, além de funcionarem como alternativas ao *eu*, proibido, atuam como *disclaimers*, i.e., alegação de incompetência para a *performance*, uma das sinalizações de *performance* identificadas no modelo de Bauman.

- (177) *Na ocasião em que o Major L. R. A ., comandante do Regimento, conversava com o rabiscador deste artigete... (E3)*
- (178) *Era então o rabiscador destas linhas o Brigada do Regimento... (E7)*
- (179) *Muitas vezes o rabiscador destas linhas, um dos poucos soldados imunes à doença... (E9)*
- (180) *Mais um oficial, cujo nome não me recordo, e rabiscador destas linhas... (E13)*

Também nos diálogos reportados, que seriam supostamente representações de falas e, portanto, estariam mais livres das imposições normativas que pesam sobre a escrita, a regra mais geral é evitar o pronome. Isto ocorre tanto nas falas dos personagens urbanos e letrados — como é o caso do próprio N — como nas falas dos não-escolarizados. Em (181), por exemplo, no meio do relato de sua fuga de São Paulo a Castro em 1932, N apresenta a fala de “*um velho de uns sessenta anos mais ou menos*”, que vivia em “*uma choupana fora da estrada*”, na região de Itapeva, “*perto do rio Taquari*”: o pronome sujeito não aparece; só a morfologia verbal indica a pessoa.

- (181) *“Sô também daquela zona. Tenho parentes por lá. Já morei em Itaiacoca, em Catanduvas de Dentro, no Lago e na cidade de Castro.” (E1)*

O mesmo se verifica em (182), em que fala o soldado Amâncio, “*da zona rural de Paranapanema, do lugar denominado Cerradinho*”, “*tipo indiático, talvez descendente de xavantes*”:

- (182) *—Nem se descote. O senhor pode dizê ao capitão D. que prefiro levantar urutu na ponta da foice a ficar aqui nesta desgraça. No mais, o senhor me dá licença que vou tratar dos burros. (E8)*

É verdade que em alguns — poucos — casos, a explicitação de *eu* funciona como indicador de variantes não-padrão. Em (183), por exemplo, N a inclui na representação da fala de um soldado, “*um caboclinho*” “*procedente de Tibagi*”:

- (183) *—Ué, mecê não sabe que eu me chamo Lupercindo?*

[...]

—*Mecêis quiseram me impuiá e eu é que impuiei mecêis. Agora, quando o Governo percisá chamá os reservista, quero dizê, o José da Luz, eu fico só dando risada...* (E7)

Mas não há regularidade nessa representação, como mostrará o levantamento quantitativo.

O pronome *nós*, tal como na oralidade ocorre como referência a “eu mais alguma(s) pessoa(s)”. Mas na escrita, ainda como instância específica do processo de ocultamento do *eu*, há ainda o uso argumentativo da primeira pessoa do plural, dito “de modéstia”, também recomendado pela normatização.

Para evitar o tom impositivo ou muito pessoal de suas opiniões...[...]... procuram dar a impressão de que as idéias que expõem são compartilhadas por seus leitores ou ouvintes, pois que se expressam como porta-vozes do pensamento coletivo (CUNHA e CINTRA, 1988:276).

Esse *nós* ocorre sistematicamente nos textos em que o tom é essencialmente laudatório, como aqueles aos quais pertencem os excertos abaixo:

- (184) *Podemos dizer, francamente, que o Dr. Souza Brasil muito cooperou para tornar bem conhecida a terra que o acolheu carinhosamente. Pois quando no auge da propaganda que então se fazia da “Água Paraná”, tivemos muitas vezes ocasião de saboreá-la...* (E19)
- (185) *Não vamos traçar aqui sua biografia, pois faltar-nos-ia espaço para tanto. Desejamos unicamente lembrar episódios marcantes de sua vida como craque de futebol* (E20).

Breve levantamento quantitativo

1ª pessoa do singular— Para uma breve comparação quantificada entre os textos orais e escritos quanto à questão da presença X ausência de pronome da 1ª pessoa do singular, fiz um levantamento, em cada conjunto, das primeiras 100 ocorrências de formas verbais flexionadas com a primeira pessoa do singular como sujeito, assumindo, para a ordenação dos textos

escritos, a sequência numérica (E1., E2, ...etc) que já havia estabelecido para eles.⁴⁷ Cada uma das 200 formas foi classificada segundo quatro fatores:

1. modalidade (*oralidade X escrita*);
2. presença do pronome sujeito (PRO X Ø), em que PRO corresponde à explicitação do pronome e Ø à ausência ;
3. especificidade morfológica (*marcadas X não-marcadas*), em que as formas que denotam unicamente a 1ª pessoa do singular—como *digo, vi*—são *marcadas*, e as que podem denotar também a terceira pessoa do singular—como *disse, via*—são *não-marcadas*;
4. tipo de discurso em que ocorre (*diretamente reportado X narrativo*).

A tabela 1, abaixo, mostra como a distribuição das formas segundo os três primeiros fatores.⁴⁸

Tabela 1
Ocorrências de sujeito de 1ª p. singular distribuídas segundo a morfologia verbal

1. p. sing.	Oralidade			Escrita		
	Não-marc.	Marcada	Total	Não-marc.	Marcada	Total
PRO	9 (64%)	32 (37%)	41	5 (28%)	0 (0%)	5
Ø	5 (36%)	54 (63%)	59	13 (72%)	82 (100%)	95
Total	14 (100 %)	86 (100%)	100	18 (100%)	82 (100%)	100

Na última linha da tabela, pode-se observar que os totais de formas verbais *marcadas* e *não-marcadas* não se apresentam com grande variação entre as duas modalidades: os dados são bastante homogêneos a esse respeito. Ou seja, as grandes diferenças entre os índices totais de ocorrências de PRO — 41% na fala e 5% na escrita — e Ø — 59% na fala e 95% na escrita — não podem ser atribuídas a características morfológicas distintas das formas

⁴⁷ Nesta contagem, bem como nas demais, não foram consideradas duas falas atribuídas a um estrangeiro, intencionalmente representadas como agramaticais

verbaís empregadas por N num caso e no outro. O que se verifica é que enquanto para a escrita o índice de ocorrências de PRO é de apenas 5%, na oralidade essas ocorrências chegaram a 41%.

Observa-se também, nesta tabela, que o fator *marca morfológica* é condição necessária, mas não suficiente para a ocorrência de PRO na escrita: as cinco ocorrências de PRO acompanham formas verbais potencialmente ambíguas, mas nem todas as formas potencialmente ambíguas se fazem acompanhar de PRO: 13% delas ocorrem sem PRO. Nesses casos a recuperabilidade da informação sobre o sujeito fica na dependência de outras pistas contextuais. Pode-se concluir também que, na escrita, a marca morfológica de 1ª pessoa sing. determina que o sujeito seja nulo: todas as ocorrências *marcadas* têm sujeito nulo. Em suma, os dados indicam que a regra seguida na escrita é a de evitar a explicitação do sujeito de primeira pessoa, restringindo seu uso ao máximo.

Já na oralidade, verifica-se que a ocorrência de PRO não é determinada pela informação da morfologia verbal. A “morfologia rica” não determina o sujeito nulo: na verdade há mais ocorrências de PRO em verbos marcados (32%) do que em não marcados (9%). Pode-se afirmar que a forma verbal *marcada* favorece a ocorrência de Ø — já que das 86 ocorrências de formas marcadas, 54 (que corresponde a 63% delas) têm sujeito nulo — assim como a forma verbal *não-marcada* favorece a ocorrência de PRO — que aparece com 9 (isto é, 64% das ocorrências) das 14 formas não-marcadas. Mas os dados demonstram que, na oralidade, PRO ocorre com outras funções além da única que lhe é permitida na escrita: a de evitar ambigüidades.

Poder-se-ia supor que as grande diferenças entre os índices de PRO e Ø verificadas na comparação de textos escritos e orais se devesse a diferenças na distribuição de tipos de discurso em cada modalidade. Nesse caso, seria plausível a hipótese de que as diferenças fossem devidas ao fato de que os dados considerados não se distribuíssem homogeneamente entre discursos diretamente reportados e discurso narrativo. Uma distorção desse tipo—por exemplo, muitos dados provenientes de discursos reportados na oralidade e poucos na

⁴⁸ Nas tabelas que se referem aos textos de N, quando o total de dados considerados para cada conjunto é 100, os resultados da distribuição segundo os fatores definidos são tratados como percentuais. Quando os cálculos não envolvem a base 100, os percentuais foram aproximados para números inteiros.

escrita—poderia determinar as diferenças observadas. Por esse razão, os dados foram também classificados e computados quanto ao fator *tipo de discurso*. A tabelas 2, abaixo, mostra como se distribuem os dados em cada modalidade, em relação a esse fator.

Tabela 2
Ocorrências de sujeito de 1ª p. singular distribuídas segundo tipos de discurso

1ª p. sing.	Narrativo			Reportado		
	PRO	Ø	Total	PRO	Ø	Total
Oralidade	38 (41%)	55 (59%)	93 (100%)	3 (43%)	4 (57%)	7 (100%)
Escrita	4 (5%)	81 (95%)	85 (100%)	1 (7%)	14 (93%)	15 (100%)

Como se pode observar, os dados das duas modalidades não se apresentam com distribuição muito diversa em termos de tipos discursivos. Tanto na oralidade como na escrita, predomina o discurso narrativo. E tanto num tipo discursivo quanto no outro, mantém-se a relação observada para o conjunto dos dados: índices significativos de PRO na oralidade contra índices muito baixos na escrita — onde aliás se verifica sempre uma forte tendência ao sujeito nulo.

1ª pessoa do plural—Também para a 1ª pessoa do plural fiz um levantamento das primeiras 100 ocorrências de formas verbais finitas em que o pronome poderia aparecer. A tabela 3, abaixo, apresenta a distribuição dos dados, classificados segundo os mesmos critérios definidos para a 1ª pessoa do singular. O critério relativo à marca morfológica não deveria, em princípio, ser considerado, já que na variedade vernacular de N, a marca flexional de 1ª pessoa do plural aparece quase categoricamente. Entretanto, o critério foi mantido para evidenciar o fato de que uma mesma forma verbal não-marcada ocorre duas vezes nas entre os dados computados das narrativas orais⁴⁹:

⁴⁹ É interessante observar que, no total, há quatro ocorrências desse tipo nos textos da oralidade. São todas com formas do imperfeito do indicativo, em que o morfema de pessoa/número, *-mos*, produziria uma forma vocabular proparoxítona.

(186) ...*nós tava longe* (F1a)

(187) ...*depois que nós tava com a roupa seca*

Os resultados obtidos na contagem foram os seguintes:

Tabela 3
Ocorrências de sujeito de 1ª p. plural distribuídas segundo a morfologia verbal

1ª p. plural.	Oralidade			Escrita		
	Total	Marcada	Não-marc.	Total	Marcada	Não-marc.
PRO	26	24	2	3	3	0
Ø	74	74	0	97	97	0
Total	100	98	2	100	100	0

Como mostra a tabela, o índice de realização de PRO na fala (26%) é expressivamente maior do que o da escrita (3%). Trata-se de um índice menor do que o verificado para a 1ª pessoa do singular, um fato que pode estar relacionado com a saliência do morfema flexional de 1ª pessoa do plural, *-mos*. Mas pode-se afirmar que também neste caso a “morfologia rica” não impede a realização de PRO na oralidade. Ou seja, na fala outros fatores, que não os morfológicos, determinam a ocorrência de *nós*, ao passo que na escrita vigora a regra de omissão de pronomes sujeito.

Incluindo-se o fator *tipo discursivo*, a distribuição absoluta e relativa desses dados resulta no seguinte quadro:

Tabela 4
Ocorrências de sujeito de 1ª p. plural distribuídas segundo tipos de discurso

1ª p. plural	Narrativo			Reportado		
	PRO	Ø	Total	PRO	Ø	Total
Oralidade	17 (22 %)	60 (88%)	77 (100 %)	9 (39%)	14 (61%)	23 (100%)
Escrita	0 (0%)	89 (100%)	89 (100%)	3 (27%)	8 (72%)	11 (100%)

Pode-se observar aqui que tanto num como noutro tipo discursivo se mantêm na oralidade os índices significativos de PRO observados para o conjunto dos dados. Observa-se também que o discurso reportado favorece a ocorrência de PRO na oralidade e também é nesse tipo discursivo que aparecem as três únicas ocorrências de PRO na escrita. Estes resultados parecem indicar a intenção de N conferir um certo grau de realismo às falas reportadas, uma intenção que sempre sofre as deformações do prisma do letramento através do qual ele concebe as formas de representação.

4.2.1.1.2. Acusativos de 3ª pessoa

Pelas regras da gramática normativa, as retomadas pronominais em função de objeto direto, ou acusativo, no português têm para a 3ª pessoa um conjunto de formas específicas com marca de gênero e número. São os clíticos *o(s)* e *a(s)*. Segundo vários estudos sobre a questão (TARALLO, 1983; GALVEZ, 1989; CYRINO, 1993, 2003), este sistema, que vigora no português europeu (PE), está praticamente extinto no PB oral. Duas opções se apresentariam para o falante brasileiro em seu lugar: a de empregar como acusativo o pronome pleno, o mesmo da função sujeito, *ele(s)* e *ela(s)*, e a de deixar vazia a posição. A primeira possibilidade — *eu vi ele*, *eu vi ela* — é socialmente estigmatizada e recebe atenção corretiva na escolarização. A segunda, a do objeto nulo, não está sujeita a avaliação tão rigorosa. É como se a invisibilidade do pronome “que não está lá” configurasse uma estratégia segura para o falante que quer evitar a recriminação dos escolarizados.

Juntamente com a marcação obrigatória do sujeito —tratada acima— entre outras variações sistemáticas observadas entre essas duas vertentes da língua, essa mudança resultaria numa alteração “paramétrica” do PB. Cyrino (1993) observa que os clíticos de 3ª pessoa são os primeiros e os mais fortemente atingidos por esse processo diacrônico. Trabalhando com dados obtidos de peças teatrais de diversas épocas — da primeira metade do século XVI à segunda do século XX — a pesquisadora verifica uma queda considerável na ocorrência desses clíticos em relação às ocorrências de toso os demais tipos de pronome complemento. Tomando-se apenas os percentuais relativos aos clíticos não-proposicionais — isto é, apenas os que retomam objetos referenciais — observa-se que o índice de preenchimento cai de 34,8% no primeiro momento considerado, para apenas 4%, no último, conforme tabela apresentada em Cyrino (1993:175), reproduzida parcialmente abaixo.

Tabela 5

Ocorrências de clíticos de 3ª p. através do tempo, relativas, em percentuais, à ocorrências dos demais pronomes complemento (adaptada de Cyrino, 1993:175)

Período	Clítico de 3ª p (Nominal)
1ª XVI	34,8
2ª XVI	43,3
XVII	52,3
1ª XVIII	37,8
2ª XVIII	37,0
1838-44	51,2
1857	57,9
1891	48,1
1940	26,7
1960	16,3
1973	4,0

Observe-se que, diferentemente do que se poderia esperar de uma mudança lingüística, a seqüência cronológica dos índices não mostra uma progressão linear desse desaparecimento. Os índices apresentados mostram uma evolução, digamos, curiosa. Entre os 34,8% de preenchimento do objeto de 3ª pessoa com clíticos, verificados no período inicial, e os 4% do último período considerado, há duas “ondas” de recrudescimento do uso dos clíticos: chegam a 52,% no século XVII, baixam para 35% na segunda metade do século XVIII, sobem novamente até atingir 57% em meados do século XIX, para então descer aceleradamente, sobretudo no século XX. É razoável supor que essa rota tortuosa — assim como a que Duarte (1993) traçou para o caso do sujeito de 1ª pessoa, como se viu acima — só possa ser explicada

se forem considerados os modelos de letramento válidos para cada autor em cada período. Afinal, o “empobrecimento” da morfologia tem sido considerado sinal de uma crioulização que gramáticos puristas se empenharam em exorcizar. Os dados dos textos de N, por exemplo, certamente evidenciam a forte influência das posições puristas que dominaram o letramento nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

Na oralidade - São apenas três as ocorrências de clíticos acusativos de 3ª pessoa nas narrativas orais de N, e todas — como se viu acima — se explicam como seleções estilisticamente determinadas, ou seja, como marcadores de um estilo extremamente formal. No mais, as retomadas em função de objeto direto se realizam por pronomes plenos ou por Ø, isto é, por objeto nulo, como no exemplo (188), em que N reproduz um diálogo entre ele e seu comandante:

- (188) *“Ói, Catta, quando o esquadrão tiver lá, você fica com o pelotãozinho aí, deixa uma patrulha, e solta o ... Abre a cadeia e solta ele. Eles que façam o que quiserem. Senão ele morre de fome. Não vão dar comida pra ele, um louco, né? E o outro deixe por lá.”*
Mais tarde:
“Mas Capitão, e se eles pegam esse miserável e jogam Ø no rio?” (F1a)

É interessante observar que esse é o mesmo Capitão que, em situação caracterizada como formal, produz um dos três únicos clíticos acusativos de 3ª pessoa, reportado no exemplo (149), acima, parcialmente repetido abaixo:

- (189) *“...e nós vamos apoiá-lo todos.” (F1b)*

Todas as ocorrências de acusativo pronominal — clíticos ou plenos — têm como referentes pessoas, isto é, são semanticamente marcados como [+humano], como nos exemplos seguintes:

- (190) *O comandante da Legião Negra, Capitão Goulart₁. Veterinário. Servido comigo ali em Castro. Mas ele era paulista, propôs decerto pra se organizar a Legião negra. Então, para auxiliá-lo₁ tinha um tenente da Polícia, um tenente negro da Polícia, Arlindo. (F1b)*

- (191) *“Olhe, Newton, hoje vem um fazendeiro de Palmas₁, o Juca Ferreira, você não apareça hoje de noite aqui. Você sabe, né?”
Queria dizer que esfolava ele₁. (F3b)*

Esta especialização é compatível com as conclusões de Costa (2000), a respeito da referenciação no PB falado. Costa verificou que a ocorrência de anáforas pronominais é favorecida quando os referentes são marcados com o traço semântico [+animado].

Diversamente da especialização semântica manifestada pelas anáforas pronominais, o objeto nulo tem como referentes tanto objetos, que teriam os traços [-animado, -humano], quanto animais [+animado, -humano] e pessoas [+animado, +humano]. É o que se observa nos exemplos abaixo:

- (192) *...pegava um pedaço de torrão₁ e jogava Ø₁ pra cima... (F1a)*
- (193) *“Eu vou pôr o cabresto na mula₁ e soltar Ø₁.” (F3b)*
- (194) *Tava um caboclão morenã₁, quase não Ø₁ conhecia mais. (F3a)*

Na escrita - O objeto direto pronominal na escrita é quase sempre clítico. Só há duas ocorrências de pronomes plenos de 3ª pessoa como acusativo. Ambas estão em discurso reportado, funcionando — juntamente com outras marcas — como índice de português *caipira*. Uma ocorre no discurso — reportado como indireto-livre — do soldado *Dico Querubino*, “*cria de uma fazenda da zona do Tamanduá*”:

- (195) *Dizia que a domesticação de animais era se fraco, pois que era agarradô, consertadô de animal redomão e bardoso; que animal que deixasse ele botá o ‘socado’ e jogar o traseiro em riba não *lhe* fazia beijar a poeira. (E3)*

Observe-se nesta passagem, a incoerência da representação da fala de Querubino fica patente tanto na oscilação na grafia — junto com as grafias *agarradô*, *consertadô* e *botá*, aparece a forma *jogar*, com *r* final — como no uso do clítico *lhe* em “*não lhe fazia beijar a poeira*”, e do *ele* em “*que deixasse ele botá o ‘socado’*”, duas construções em que o pronome é também sujeito do infinitivo.

A segunda ocorrência de pronome pleno como acusativo está também numa fala reportada, atribuída a *Nhô Quim Pitão*, “*cria da estância*” de uma fazenda. Nesta, diferentemente do que se observou nos textos da oralidade, o pronome *ela*, contrariando o que se sabe sobre o português falado, retoma um antecedente [-animado]:

- (196) “*Mas quedele a garrucha ?*”
 “*Tenho uma de dois canos, calibre 450, não nega fogo.*”
 “*Então me empreste ela , ...*” (E24)

Parece-me razoável supor que tal uso decorra mais do fato de que N se preocupa em estilizar as falas não letradas. Construídas segundo critério próprios da escrita, tais falas representadas como discursos diretamente reportados não são fiéis à realidade lingüística dos falantes. Assim, tanto as características das variedades estigmatizadas — o caipira, por exemplo — quanto as da variedade atribuída aos falantes escolarizados aparecem exageradas. Considerem-se os exemplos seguintes. Em (197), N se dirige ao soldado-clarim Raimundo, seu companheiro na fuga de São Paulo após a derrota da Revolução Constitucionalista; em (198), um sargento, amigo de N, tenta vender-lhe umas pedras mágicas, enquanto conversam num banco de praça; em (199), N fala com duas meninas, filhas de uma amiga. Os clíticos que aí aparecem são no mínimo improváveis.

- (197) *Apanhei o clavinote e dei ao Raimundo meu revólver, dizendo-lhe: “Enquanto eu controlo o caboclo, você prega chumbo numa galinha ou num leitãozinho. Isso caso ele se recuse a vendê-los.”* (E!)
- (198) “*Ora esta! Elas já estão batizadas; consegui-as com muito custo com a Loana, que é mãe-de-santo, das sete linhas de umbanda, num candomblé de Oxu, lá no Capão Raso...*” (E4)
- (199) “*Vimos buscar as batatinhas que você ofereceu à Mamãe.*”
 “*Perfeitamente*”, respondi-lhes. “*Podem apanhá-las à vontade ali; é só suspenderem as ramas e escolher as maiores; a terra é foja e não é preciso enxada para arrancá-las.*” (E12)

Breve levantamento quantitativo

Para fazer uma comparação quantitativa foram levantadas as 100 primeiras realizações seguidas de objetos diretos co-referenciais pronominais ou nulos, tanto nos textos orais quanto nos escritos, na mesma ordem em que foram computados os pronomes de primeira pessoa. Cada uma das 200 ocorrências foi classificada segundo três fatores:

1. modalidade (*oralidade X escrita*);
2. forma: cada ocorrência poderia ser classificada como pronome pleno, ou PRO — *ele(s)*, *ela(s)*; clítico — *o(s)*, *a(s)*; ou objeto nulo, \emptyset ;
3. tipo de discurso em que ocorre (*narrativo X diretamente reportado*).

A tabela 6, abaixo, mostra a distribuição dos dados obtidos a partir desse levantamento, de acordo com os fatores considerados:

Tabela 6
Realizações de complementos co-referenciais de 3ª p. distribuídas por modalidade e tipo discursivo

3ª.p. acus.	Narrativo				Reportado			
	PRO	Clít.	\emptyset	Total	PRO	Clít.	\emptyset	Total
Oral.	3 (4%)	1 (1%)	74 (95%)	78 (100%)	5 (23%)	1 (4%)	16 (73%)	22 (100%)
Escrita	0 (0%)	72 (99%)	1 (1%)	73 (100%)	2 (7%)	16 (60%)	9 (33%)	27 (100%)

A tabela mostra uma distribuição bastante semelhante das 100 ocorrências de cada modalidade entre os discursos narrativos e os diálogos reportados: respectivamente, 78% e 22% na oralidade, e 73% e 27% na escrita. Mostra também que a ocorrência de PRO como acusativos co-referenciais é baixa, tanto na escrita — 0% para o discurso narrativo e 7% para diálogos reportados — quanto na oralidade — 3% para o discurso narrativo e 5 % para diálogos reportados. Verifica-se ainda que tanto numa modalidade como na outra a ocorrência de PRO é favorecida pelo discurso reportado. (Aliás, as duas únicas ocorrências na escrita aparecem como marcas de falas estigmatizadas.) Já nas duas outras formas de acusativos co-referenciais, *clíticos* e *objetos nulos*, há uma nítida polarização entre as

estratégias: ocorrem preferencialmente *clíticos* para a escrita — em que correspondem a 99% das ocorrências no discurso narrativo, e a 60%, nos diálogos reportados — enquanto na oralidade há nítida preferência por *objetos nulos* — que respondem por 95% das ocorrências no discurso narrativo, e por 73% das ocorrências em diálogos reportados. Pode-se observar também que o *objeto nulo* na escrita está associado ao discurso reportado: 9, das 10 ocorrências estão em falas reportadas. Percebe-se, assim, que N pretende dar algum grau de realismo à representação da oralidade. Mas se considerarmos que em discursos reportados na escrita, apenas 33% das ocorrências de acusativos co-referenciais apresentam *objeto nulo*, enquanto 60%, apresentam *clíticos*, ao passo que na oralidade as frequências que correspondem a essa estratégia em discursos reportados são, respectivamente, 73% e 4%, fica evidente que o prisma do letramento provoca a distância entre a intenção e o gesto. A conclusão geral que se pode tirar desses resultados é a de que N, como falante, é usuário de uma gramática de *objetos nulos*; já quando escreve, preenche preferencialmente a posição objeto direto com clíticos.

4.2.1.2. Relativização de sintagmas preposicionados

Tarallo (1985, 1993b) afirma que no PB falado contemporâneo⁵⁰ as construções relativas com deslocamento do sintagma relativizado — regra geral no PE — estariam sendo substituídas por relativização sem movimento — em que o elemento relativizado é apagado ou marcado por um pronome-cópia. As relativizações que envolvem sintagmas preposicionados permitiriam uma observação privilegiada da mudança, já que a regra do PE exige para esses casos o deslocamento da preposição para a posição anterior ao pronome relativo, ou “*pied-piping*” (como “*A mulher de quem falei está aí*”). Este tipo de construção é que estaria sendo substituído no PB por relativas com apagamento ou “*cortadoras*” (como em “*A mulher que eu falei Ø está aí*”), ou manutenção do sintagma relativizado num pronome cópia ou “*pronome lembrete*” (como “*A mulher que eu falei com ela está aí*”). Numa comparação de índices de uso das diferentes estratégias ao longo do tempo, Tarallo obteve os seguintes resultados:

⁵⁰ Os dados utilizados na análise eram de 1981.

Tabela 7⁵¹

Percentagem de uso de estratégias de relativização através do tempo (adaptada de Tarallo, 1992, pp.88-9)

	I	II	III	IV	V
	1725	1775	1825	1880	1980
<i>Piedpiping</i>	99	89	73	63	21
%	89,2%	83,1%	91,3%	35,4%	6,4%
<i>Pronome lembrete</i>	13	8	1	9	49
%	9,9%	7,9%	1,3%	5,1%	15,1%
<i>Cortadora</i>	1	4	6	106	254
%	0,9%	4,0%	7,5%	59,5%	78,4%

Esses resultados demonstrariam, segundo o pesquisador, as mudanças ocorridas ao longo do período considerado. Verifica-se aí o declínio da estratégia *piedpiping*, dominante nos primeiros períodos considerados, e o crescimento da estratégia *cortadora*, que vem a ser dominante no último período considerado. Vejamos os dados relativos a N, nas duas modalidades consideradas.

Na oralidade - Nas narrativas orais de N, as construções relativas de sintagmas que seriam preposicionados são poucas e se valem majoritariamente da estratégia *cortadora*, como nos exemplos (200) e (201), abaixo:

(200) *Uma porção de canoas que eles atravessam para ir pra Itapeva, (F1a)*

(201) *Perdi esse rapazinho que eu gostava tanto. (F3b)*

O *pronome lembrete* é usado em relativização de genitivo, ou seja, nos casos em que a norma prescreveria o pronome relativo *cujo*, como no exemplo (202):

⁵¹ Os dados apresentados nesta tabela correspondem aos apresentados nas tabelas 4 e 5 de Tarallo (1993:87-8)

- (202) *Aqui tem um Coronel Massa, reformado, que a irmã dele é casada com um sobrinho meu.* (F1a)

Já a construção com deslocamento, *piedpiping*, aparece uma única vez, em um discurso reportado de um personagem que quer se passar por português:

- (203) *...do heráldico pinheiro de que tanto falam.* (F2b)

Na escrita - A relativização envolvendo sintagmas preposicionados tem na escrita de N um número maior de ocorrências do que o verificado na oralidade. São majoritariamente construções na estratégia *piedpiping*. Não há uma ocorrência sequer de *pronomes lembrete*: o relativo *cujo* é usado nas relativizações de genitivo, como a do exemplo (204):

- (204) *Dessa veneranda senhora cuja vida dedicou inteira à prática do bem...* (E17)

Quanto à estratégia *cortadora*, pode-se dizer também que sua ocorrência é irrelevante: foram apenas duas as ocorrências computadas, ambas encontradas em discursos reportados. Mas até esse baixo número de ocorrências em contextos específicos — os discursos reportados — é discutível, já que uma das ocorrências pode ter outra interpretação. A primeira (exemplo 205) é claramente intencional: a construção aparece como parte de uma carta escrita por uma pessoa quase iletrada, junto com vários outros índices de uso inadequado da escrita — como, por exemplo, vários erros ortográficos. A segunda (exemplo 206), também em discurso reportado, pode ser analisada como *cortadora*, se considerarmos que para o verbo *falar* se tem a regência *falar sobre algo a alguém*, ou não, se considerarmos para que o mesmo verbo se pode ter a regência *falar algo a alguém*.⁵²

- (205) *A Durcelina sempre me perguntava que tesoro era esse que eu vivia falando...* (E15)

- (206) *... o assunto que desejávamos falar à dona da casa.* (E13)

⁵² Agradeço a Odete Menon por essa observação.

(Curiosamente, no texto em que ocorre o exemplo (205), o mesmo personagem semi-letrado emprega, na escrita da carta, uma construção que pode ser classificada como *piedpiping* (exemplo 207):

(207) “...*aginei de quem ia robar...*” (E15)

— cabe observar, no entanto, que tal construção tanto pode ser analisada como uma relativa sem antecedente, correspondendo a um encaixe de duas proposições — *imaginei uma pessoa* e *eu ia roubar dessa pessoa* — quanto como uma instância de discurso indireto que corresponde a uma formulação em discurso direto como *Eu imaginei: “De quem vou roubar?”*, caso em que não se trataria de uma relativização de sintagma preposicionado.⁵³)

Breve levantamento quantitativo

Construções com relativização de sintagmas preposicionados não ocorrem tão abundantemente nos textos como os sujeitos e os objetos diretos, que foram focalizados nas seções anteriores. Por essa razão, no levantamento considereirei todas as ocorrências, tanto nos textos orais — um total de 23 —, quanto nos escritos — um total de 43. Cada uma foi classificada segundo a estratégia utilizada, dentre as três possíveis: *piedpiping*, *pronome lembrete* e *cortadora*. A distribuição dos dados em cada modalidade resultou na tabela abaixo.

I

⁵³ Agradeço a José Luiz Mercer por essa observação.

Tabela 8
Percentagem de uso de estratégias de relativização na escrita e na fala

	Oralidade	Escrita
<i>Piedpiping</i>	1	41
%	4%	95%
<i>Pronome lembrete</i>	2	0
%	9%	0%
<i>Cortadora</i>	20	2
%	87%	5%
Total	23 (100%)	42 (100%)

Os percentuais obtidos revelam uma total oposição entre as duas modalidades no que diz respeito às estratégias de relativização de sintagmas preposicionados: enquanto na escrita, 95% das ocorrências se apresentam como *piedpiping*, na oralidade 96% (9% de *pronome lembrete* + 87% de *cortadora*) se distribuem entre as duas outras estratégias. É preciso lembrar as observações feitas acima acerca das duas ocorrências de relativas *cortadoras* na escrita (exemplos 205 e 206), e lembrar também que a única ocorrência de *piedpiping* na oralidade está num discurso diretamente reportado, em que a personagem se faz passar por português (exemplo 203). Se tais exemplos fossem excluídos, em função de suas peculiaridades, teríamos 100% de relativização com *piedpiping* na escrita, e 0% na oralidade. A distribuição das ocorrências da oralidade entre duas estratégias se explica pela especialização da construção com *pronome lembrete*, para relativização de genitivo, à qual correspondem as duas ocorrências verificadas.

4.2.1.3. Balanço das diferenças observadas

Os dados descritos e contabilizados nas seções acima revelam um pouco das grandes diferenças verificadas entre as variedades lingüísticas usadas por N na fala e na escrita. Em relação aos aspectos gramaticais considerados, os seguintes contrastes podem ser estabelecidos:

1. É possível descrever a variedade usada na escrita como *pro-drop*. Já da variedade empregada na fala não se pode afirmar que seja *pro-drop*, isto é, que não marque com pronome a função sujeito, em função da “morfologia rica”, pois mesmo com as formas verbais marcadas flexionalmente para pessoa, os pronomes de 1ª pessoa —que foram os únicos aqui examinados— têm ocorrência significativa, com índices mais elevados para a 1ª pessoa do singular e um pouco menos para a do plural. .
2. Também no caso do acusativo de 3ª pessoa, a variedade da fala e a da escrita parecem atender a parâmetros diversos: enquanto na fala a regra geral é a do *objeto nulo*, na escrita domina categoricamente o preenchimento da função por *clíticos*.
3. Seguindo o mesmo padrão dos casos anteriores, as regras de relativização de sintagmas preposicionados da oralidade e da escrita se opõem: nesta, impõe-se a construção com deslocamento, o *piedpiping*, enquanto naquela a construção dominante é a *cortadora*, com o emprego da construção com *pronome lembrete* marcando o genitivo.

4.2.2. O léxico

O léxico não tem merecido nos estudos lingüísticos mais recentes — digamos de meados século XX para cá — a mesma atenção devotada aos aspectos estruturais das línguas humanas. O psicólogo cognitivista Steven Pinker, ao tratar do componente lexical da linguagem em *The Language Instinct* (PINKER, 1994: 126), lembra que a palavra *glamour* vem da palavra *grammar*, “gramática” e afirma que essa filiação etimologia nunca foi tão apropriada quanto se tornou a partir da “revolução chomskiana”, que conferiu uma aura de prestígio sem precedentes ao conceito de “gramática”, eclipsando o interesse pelo léxico. Em suas palavras:

Diferentemente da gramática mental, o dicionário mental não tem tido nenhum destaque. Parece ser nada mais do que uma lista monótona de palavras, cada uma delas gravada dentro da cabeça por uma processo sem-graça de memorização. (p.126) ⁵⁴

⁵⁴ *Unlike the mental grammar, the mental dictionary has had no cachet. It seems like nothing more than a humdrum list of words, each transcribed into the head by dull-witted rote memorization.*

Essa observação funciona, no livro, como introdução a um capítulo que trata principalmente dos poderosos mecanismos de ampliação do léxico que são a derivação e a composição. Já aqui o que me interessa é um aspecto que Pinker trata apenas tangencialmente: a relação entre a extensão do léxico e o letramento.

Levantando a questão da dificuldade de mensurar a extensão do vocabulário de um falante, Pinker começa por distinguir os itens gerados por processos morfológicos produtivos de itens que podem ser considerados entidades isoladas no repertório lexical—os *listemas*, i. e., unidades de uma *lista* de elementos arbitrários memorizados. Através de testes de reconhecimento de itens selecionados por amostragem controlada retirada de dicionários abrangentes, e cálculos de projeção do valor real representado pela amostragem, psicólogos concluíram que um estudante americano ao concluir o ciclo médio domina aproximadamente 45.000 listemas dicionarizados. Somados a estes os nomes próprios, os estrangeirismos, as siglas e outros itens não dicionarizados, o número chega a 60.000. Para os graduados de terceiro grau, “*because they read more*”, a estimativa chega a 120.000 (p.150).

A ampliação do léxico é apresentada por Pinker como decorrência natural da maior participação em eventos de letramento, um fato que se pode aceitar pacificamente. E é, certamente, compreensível que a maior variedade e quantidade de informação propiciada pelas práticas comunicativas letradas favoreçam a ampliação do repertório cultural manifestado no léxico.

Uma afirmação semelhante é feita em relação às comunidades lusófonas em Houaiss (1985), que propõe para o português uma representação das diferenças quantitativas entre os vocabulários de falantes não-letrados e falantes letrados na forma de uma pirâmide, na qual aqueles —“*os de baixo*”— têm um léxico que não vai a mais de 3.000 palavras e em cada nível superior o número vai aumentado, até chegar no topo a um

...usuário ideal, pois dispõe de, digamos, 400 mil palavras, cujo domínio é um fato de dependência da escrita e de instrumentos lingüísticos chamados dicionários, vocabulários, glossários, terminologias etc. Com as 3000 palavras dos usuários menos culturalizados é possível, por combinações de unidades, chegar a um número dez vezes superior de termos ou noções compostas ou compósitas; com as 400 mil, é possível chegar a 7 milhões de termos (ou mais). (p.16-7)

Relevante aqui não é a quantificação em si, mas a percepção de um vocabulário extenso como atributo do letrado. Da possibilidade de ampliação do léxico criada pela escrita e pelos “*instrumentos lingüísticos*” da lexicografia, citados por Houaiss, origina-se a obrigatoriedade de demonstrar um vocabulário extenso como prova de inserção nos letramentos mais “elevados”. Para os letramentos institucionalizados e valorizados na nossa sociedade, a riqueza vocabular é regra. No seu formato mais simplório a regra é transmitida na escola como uma proibição: é proibido repetir palavras. Valorizam-se na prática escolar de letramento o emprego de sinônimos, metáforas, expressões descritivas parciais (metonímicas), enfim, quaisquer recursos que contribuam para evitar a repetição de uma forma lexical e promovam uma exibição de virtuosismo vocabular, num movimento que vai em direção às concepções valorizadas de letramento e em direção contrária às regras da oralidade — paralelamente ao que ocorre em relação às estruturas gramaticais.

Esse afastamento da oralidade manifestado na seleção lexical, fomentado nas práticas letradas mais prestigiadas, fica claramente evidenciado no contraponto entre as análises de processos de retomadas referenciais de Possenti (1988), sobre um texto jornalístico, e Costa (2000), sobre narrativas orais. Enquanto Possenti verifica que a repetição e o uso de pronomes anafóricos são raros e as retomadas lexicais variadas — por sinônimos, hiperônimos ou grupos definidos que têm com o referente as mais diversas relações semânticas — são as mais usadas no texto escrito, Costa conclui que na oralidade os recursos mais frequentes são justamente as retomadas pronominais — para referentes animados/humanos — e as repetições — para referentes não-animados.

Para escrever, então, além da gramática especial, impõem-se um léxico especial e uma variação vocabular não registrada na oralidade. Como descreve Pinto (1986), nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, essas imposições aparecem mais rigorosas nos letramentos mais prestigiosos no cenário brasileiro. O movimento anterior, marcado pelo nacionalismo romântico, caracterizado pela penetração da oralidade nos textos literários, foi interrompido. A tendência entre muitos brasileiros letrados passa a ser a preocupação em afirmar sua independência lingüística em relação aos escritores portugueses, através do empenho em demonstrar conhecimento do idioma e da tradição escrita lusitana.

Um dos resultados desse esforço manifesta-se no fato de que, no período mencionado, “*a riqueza do vocabulário é o índice mais evidente do distanciamento entre a língua literária e a língua falada*” (p.27). Quase paralelamente, ao final do século XIX, começa a se afirmar uma literatura regionalista, na qual, ainda segundo Pinto, encontramos diferentes graus de “*compromisso com a oralidade*” — e oralidade aqui se traduz por “a forma da língua que é falada, mas cuja representação na escrita é barrada pelas normas do letramento mais prestigiado”. Segundo a análise de Pinto, num primeiro grau estão os escritores que se mantêm fiéis ao purismo vigente, introduzindo formas das falas regionais apenas no plano dos personagens; num segundo, os que admitem pinceladas de regionalismos e adotam um tom mais coloquial também no plano narrativo/expositivo, i.e., na “voz” do autor; no terceiro grau, a “fala regional” —que deve ser sempre entendida como conjunto de formas até então barradas na escrita literária— é adotada pelo próprio autor, “*que acolhe, através do discurso indireto livre, a fala regional da personagem*”; por fim, no quarto e último grau, “*instala-se, nos vários tipos de discurso que compõem o texto, uma nova língua literária, baseada na oralidade*” (p. 35-37).

Embora Pinto não estabeleça uma sucessão cronológica nítida para esses diferentes tratamentos dados às variedades brasileiras na literatura — o que seria, por certo, um procedimento por demais arbitrário —, fica implícita a idéia de uma trajetória em direção a uma maior afirmação da brasilidade. Se assim é, pode-se afirmar que N, escrevendo nas décadas de 60 e 70 — portanto já distante dos precursores do regionalismo — adota um modelo anacrônico, em relação aos movimentos literários hegemônicos na época. Evidentemente, os diferentes graus de aproximação da escrita literária com as variedades dialetais brasileiras não se apresentam nitidamente diferenciados em todos os textos e todos os escritores. O tratamento da linguagem nos textos escritos de N, por exemplo, permitem situá-lo, em uma posição entre o primeiro e o segundo grau de “*compromisso com a oralidade*”, uma vez que, no plano narrativo, mantém um rígido compromisso com a gramática padrão — conforme evidenciado nas seções anteriores —, sem adotar o tom coloquial associado ao que Pinto chamou de segundo grau, permitindo-se apenas o uso esporádico de palavras e expressões mais informais. Em algumas raras passagens encontram-se também representações do coloquial/popular em discurso indireto livre, característica que Pinto atribui ao terceiro grau de aproximação.

Descontadas as eventuais pinceladas de coloquialidade lexical, apontadas acima, as seleções lexicais da escrita pertencem a um domínio diverso do da fala. Como evidência para estas afirmações, seguem-se, como ilustrações, alguns (poucos) exemplos de descrições de personagens e cenários na oralidade e na escrita, todas tiradas do plano do narrador, seguidos de alguns comentários relativos às seleções lexicais realizadas em cada um.

4.2.2.1. Seleções lexicais

Nos fragmentos extraídos das narrativas orais, as repetições dos mesmos itens lexicais dão clareza e contribuem para um efeito enfático, juntamente com recursos específicos da emissão de voz—como os traços expressivos paralingüísticos abordados acima (4.1, Parte II)—e outros previstos na gramática —como o aumentativo, o diminutivo, as listas, e intensificadores/modificadores do léxico vernacular, como *muito, bem, meio* etc. O léxico é o do registro coloquial — sem variações a não ser as necessárias para efetuar distinções pertinentes para o relato— e as repetições são constantes. Se alguns termos provocam alguma estranheza no ouvinte/documentador — o que se percebe ou por perguntas deste ou por informações fornecidas por N, provavelmente a partir da percepção de alguma incompreensão por parte do interlocutor — é porque caíram em desuso ou porque as coisas a que se referem são dele desconhecidas. Já na escrita, percebe-se que o léxico foi selecionado cuidadosamente, muitas vezes com ajuda dos “*instrumentos lingüísticos*” onde as formas lexicais referendadas pelos estudiosos jazem à disposição dos letrados. As repetições são evitadas e o vocabulário é variado, num esforço claramente perceptível em direção ao preciosismo. Para facilitar a comparação, os exemplos estão reunidos em quatro blocos (a, b, c e d, abaixo), organizados por temas, ou “motivos”, descritos nos subtítulos.

a. Os “destituídos da sorte”:

Na oralidade -

- (208) *No dia seguinte, como se fosse saindo num caminhinho assim, vi uma coisa que nunca vi na vida, nem você queira ver! Um mulatão, morfético, já tinha comido os rostos, os maxilares dele, sem nariz, dois buracos, sem sobrancelha, coisa, roxo os olhos dele, tudo caindo aos pedaços, as mãos dele, tudo. Morfético! (F1b)*

- (209) *...ele prenderam, então o sujeito tava nu lá, sabe? E dizia assim... E tinha decerto mordida, alguma coisa, sabe?, assim. Então ele arrodiava lá, sabe?, arrodiava, pegava um pedaço de terra, jogava pra cima e aparava com a cabeça, coitado! E corria nu, nu em pelo. (F1a)*
- (210) *Não levou nem meia hora vem vindo uma mulher. Uma mulher vinha vindo. Com uma bacia na cabeça, aquelas coisas que amarra assim, sabe? , e com duas crianças, você veja! A mulher com os peitos caídos assim, sem nada, trapo só, os peitos pra fora, caídos, dois. (F2a)*

Em (208) N relata o encontro numa estrada — “*um caminhinho*” — com um homem — “*um mulatão*” — acometido de hanseníase, doença que à época ainda carregava o estigma que a acompanhou por milênios. A seleção da palavra “*morfético*”, que aparece repetida, contrasta com o coloquialismo das outras formas. Trata-se de um termo mais dramático que outros sinônimos mais populares — e mais ofensivos, talvez — como *leproso* e *lazarento*. Essa escolha realça o horror à moléstia, cujos efeitos nefastos são enfatizados pela listagem das partes do corpo por ela afetados — “*rostos*”, “*maxilares*”, “*nariz*”, “*sobrancelhas*”, “*olhos*”, “*mãos*”. “*Tudo caindo aos pedaços*”. Em (209), o “*sujeito*” se refere a um homem, aparentemente doente mental, que tinha sido preso numa cela pelas autoridades de um vilarejo. Na breve descrição, a repetição é empregada como recurso: a estranheza causada pela nudez do “*sujeito*” é marcada em três ocorrências da palavra “*nu*”, os gestos repetitivos se refletem na repetição da palavra “*arrodiava*”. Também no exemplo (210) a repetição aparece como ênfase: ao descrever a pobreza da dona de uma tapera onde, fugindo de São Paulo, pediu abrigo, N se refere a ela por três vezes seguidas como “*mulher*”, e duas vezes seguidas fala nos “*peitos caídos*” — curiosamente sublinhando o fato de serem “*dois*” — que a roupa andrajosa não ocultava, como ressalta em expressões parafrásticas: “*sem nada*”, “*trapo só*”, “*pra fora*”.

Na escrita -

- (211) *Estávamos a comentar os acontecimentos locais e assuntos domésticos, quando ali se adentrou, repentinamente, um tipo ruivo, de alpercatas, andrajoso e repelente, coberto de poeira, cabelos compridos, untuosos e empastados de sujeira, de barbas hirsutas, espessos e crescidos bigodes, tudo avermelhado. A camisa aberta deixava ver o peito cabeludo e tatuado, os tornozelos e o dorso das mãos estavam cobertos de perebas purulentas, o*

paletó, seboso e encardido, tinha as mangas cobertas de ranho e pó, misturados, formando uma crosta nojenta porque delas se utilizava à guisa de lenço. (E6)

- (212) *Benedito Aço, alma boa, pacato, incapaz de ofender alguém. Seu semblante tristonho, seu olhar cismarento denunciavam grande amargura, grande sentimento oculto de dor, de tristeza, de profunda mágoa. Notava-se que alguma coisa lhe feira o coração; certamente pela sua constituição física, de animal antropóide, grotesca mesmo. (E26)*

Diferentemente dos exemplos anteriores, da oralidade, em (211) e (212) quase não se repetem itens lexicais: a única exceção é “grande”—em “grande amargura”, parafraseado em seguida como “grande sentimento oculto de dor, em (212). As descrições são mais prolixas, e nelas sucedem-se expressões variadas, muitas das quais podemos supor pertencerem exclusivamente ao “léxico escrito” de N. Estão sublinhadas as que mais provavelmente se enquadrariam nessa categoria, com destaque especial para “adentrou”, “untuosos”, “hirsutas”, “à guisa de”, “antropóide”.

b. Moças bonitas:

Na oralidade -

- (213) *Luba, a menina de dezesseis, uma polaca linda, linda, linda, uma menina linda, com uma cor natural de viva, sabe? Coradura, bonitinha a menina! Vestido simples, mas arrumadinha. Muito bonita a menina. Se fosse em Porto União participar de concurso de beleza, matava tudo na cabeça, que a menina era bonita. (F3a)*

A série de atributos que descrevem a beleza da “menina” se ligam diretamente a seu nome, “Luba”, por simples justaposição de predicativos, dispensando as formas verbais. Na breve passagem, além dos detalhes singelos que vão sendo apresentados como *flashes* caleidoscópicos—a juventude em “dezesseis”, o viço em “cor natural de viva” e “coradura”, a elegância em “simples, mas arrumadinha”—, a beleza aparece enfatizada nas quatro ocorrências da palavra “linda” (três em seqüência), e três de “bonit(inh)a”. A afirmação final, bem ajustada ao ideário da época, coloca Luba, a “polaca”, filha de um sitiante, em patamar superior ao das maiores beldades urbanas: as vencedoras dos “concursos de beleza.”

Na escrita -

- (214) *...o V., rapaz de feitio imaginativo e sonhador, encontra o seu primeiro amos, apaixonou-se por uma garota atraente e de um sorriso encantador, que o enfeitiçou... (E21)*

Em comparação com a descrição entusiasmada da beleza de Luba, na oralidade, a apresentação do “*Primeiro amor*” do jovem “V” impressiona pela impessoalidade. As expressões “*garota atraente*” e “*sorriso encantador*” parecem recortadas dos textos jornalísticos que se caracterizam por distribuir elogios a figuras importantes: as colunas sociais. Observe-se ainda a seleção da palavra “*garota*” — uma forma que não faz parte do léxico da variedade dialetal tipicamente curitibana — ao invés de “*menina*”, ou “*moça*” — que estavam a sua disposição no léxico vernacular.

c. Peões, soldados, “homens do povo”:

Na oralidade -

- (215) *Um légua, Freguesia Velha. Você sabe, fazenda que chamavam. E tinha um bruto de um homem, um grandão, meio aço, meio mulatão. Meio mulatão, mas o cabelo não era... era meio louro, sabe. Andava de espora. Sem... Descalço até. Um bruto, chamava-se Alfredão. (F3b)*
- (216) *...ele tava com um bigodão! Naquele tempo [num tempo anterior] não tinha bigode. Um bigodão, um bruto coletão marrom, uma corrente assim e um bigode torcido assim. (F2b)*

Os dois exemplos ilustram como N, ao falar, emprega repetidamente às formas de aumentativo em — *ão* — “*grandão*”, “*mulatão*”, “*bigodão*”, “*coletão*” — e aos intensificadores *bruto* e *meio* — inclusive combinando os dois recursos, como em “*meio mulatão*”, “*bruto coletão*”.

Na escrita -

- (217) *Recostado à parede, numa atitude acurvada e displicente, ficara um dos componentes do grupo — um caboclinho meio atarracado, de estatura média, cabelos pretos lisos, de lábios grossos, olhos amendoados, enfim, de feição acentuadamente indiática.* (E7)
- (218) *Clarim de fôlego era ele e disso muito se orgulhava. Impecável no uniforme, sempre limpo, lustroso e bem engomado. É de se notar que ao tempo se usava o câqui. Era de ver-se suas botinas reluzentes de salto carrapeta e calça balão. Seu clarim rebrilhava ao sol, bem assim os metais do cinturão. Pretinho retinto, dentes alvos e bonitos. Vivia sorrindo, atencioso, obediente e ligeiro como só ele. Seu andar era pouco gingado, de malandro principiante..* (E8)

Em (217), o tom coloquial de “*caboclinho meio atarracado*”— indicadora de um certo grau de *compromisso com a oralidade*, nos termos de Pinto (1986) — contrasta fortemente com outras como “*estatura média*”, “*olhos amendoados*” e “*feição acentuadamente indiática*”. Em (218), novamente se verifica o contraste: as expressões “*pretinho retinto*”, “*ligeiro como só ele*”, “*gingado*” e “*malandro*” dão um toque coloquial, mas dominam as formas do léxico refletido, mais marcado ainda em itens como “*impecável*”, “*alvo*”, “*reluzentes*” e “*rebrilhava*”.

d. Paisagens

Na oralidade -

- (219) *Antes de chegar lá era um chatão que não tinha água, não tinha água, nem nada, nem nada. Demos num lugar que tinha sido uma tapera. Tinha um monjolo. Naquela coisa do monjolo que cai água, uma água verde! Tinha até uns matinhos.* (F1b)

Nesta descrição de cenário, os mesmos recursos já apontados nas passagens extraídas dos textos da oralidade: aumentativo em “*chatão*” (com o sentido de “*planície*”); diminutivo em “*matinhos*”; e repetições — a palavra “*água*”, por exemplo, é dita quatro vezes na curta sequência.

Na escrita -

- (220) *À margem da estrada ligando Castro à Fazenda Maracanã, existia—não sei se ainda existe—vasta e belíssima ilha de frondosa vegetação—o Capão do Cipó. Os moradores de S. Sebastião e redondezas, gente rude, de alma simples e supersticiosos, diziam, com cega convicção da existência nesse aprazível capão de assombração que aparecia às pessoas... (E24)*

Neste último exemplo de fragmento narrativo de texto escrito, basta atentar para a seleção de adjetivos para deduzir a preocupação de N em utilizar formas lexicais “apropriadas para a escrita”. Qualificativos como “vasta”, “frondosa”, “aprazível” e a forma do superlativo “belíssima” certamente pertencem a uma seção especial do “dicionário mental” de N. Embora aqui a sintaxe esteja fora do foco das considerações, é interessante observar a colocação dos adjetivos, como um índice adicional da vigência de regras específicas do letramento sobre a produção de N. Além da seleção de adjetivos inusitados na fala, N os coloca freqüentemente antepostos aos substantivos (*Adj + Subst*), numa ordem também diversa da construção dos sintagmas nominais na fala, em que os adjetivos via de regra seguem-se aos substantivos que modificam (*Subst + Adj*): “vasta e belíssima ilha”, “frondosa vegetação”, “cega convicção”, “aprazível capão”.

4.2.2.2. Repetição X sinonímia

Uma coincidência temática entre dois textos, um oral e outro escrito, propicia uma apreciação mais ampla dos efeitos provocados pelas diferentes regras de seleção lexical a que N recorre em cada modalidade. Trata-se de duas histórias envolvendo cachorros. A narrativa oral, mais curta, está reproduzida integralmente a seguir. Do texto escrito, omiti uma passagem inicial, em que não há referência a cães. Em cada uma estão destacados com sublinha formas lexicais dos quais se pode dizer que, em “estado de dicionário”, têm o traço semântico [+canino], sejam eles referentes a indivíduos ou coletivos, para uma comparação entre as seleções de cada texto.⁵⁵

(230) Narrativa oral

1. *Agora vou te contar uma caçada, duas caçadas de tigre que eu fiz. Você vai dizer*
2. *É mentira!”, mas não é.*

⁵⁵ Nos comentários que se seguem aos textos, utilizo, como fonte de referência para as definições e classificações das palavras, o *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, organizado sob a supervisão de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, na sua décima primeira edição, de 1972.

3. *Eu tinha um amigo chamado Inhozinho. Virgílio o nome dele, Correia. Inhozinho.*
4. *Companheiro de caçada, de pescar, por espinhel. E tinha um amigo nosso, que*
5. *sempre nós levava, Chico Bino. Era um negro, moço, mas os lábios assim*
6. *salientes, os dentes salientes, sabe? Maior do que nós, moço, se fosse tinha a*
7. *nossa idade. Um gorila. Muito bom, meio bobalhão e coisa Chico Bino.*
8. *Inventamos pra ir no Rio do Jacu. De Porto União pra baixo tem umas [?]*
9. *chamado Rio do Jacu. Ali tinha um homem chamado Antônio Palmito, entendeu?*
10. *O filho dele quando eu ia lá, ia pescar, caçar, por espinhel... Tinha um filho que*
11. *chamava-se Tonico também. E o pai dele chamava-se Antônio Palmito.*
12. *Digo:*
13. *“Vamos fazer uma caçada, levamos o espinhel, vamos fazer uma caçada, mas*
14. *vamos levar cachorro. A gente não tem, tem uns guapequinhas lá.”*
15. *E no Inocência, na casa do Inocência, uma casa de [?], tinha um cachorrão*
16. *brasino. Sabe qual é a cor brasino? O brasino, não posso te explicar como é. É*
17. *meio riscado assim, brasino. Deitado no cimento. Só faltava pisar, ele não*
18. *levantava, sabe? Um cachorro castrado, bruto cachorrão, sabe? Molengo que*
19. *era!*
20. *“Mas onde é que vamos arranjar cachorro?”*
21. *Eu digo:*
22. *“Não é nada, eu pego”—chamava-se Vesúvio o cachorro—“eu pego o Vesúvio,*
23. *amarro lá em casa, amanhã cedo...”*
24. *Eu disse pro papai que nós ia caçar [com o Inhozinho], tal, tal. Papai ia gostar*
25. *que eu fosse de caçada, gostava muito. Eu tinha uma espingardinha de um cano,*
26. *Flaubert, o Inhozinho tinha uma espingarda de socar pela boca, pica-pau, sabe*
27. *como é?, e o Chico Bino só um facão. Então ele dizia*
28. *assim, ó:*
29. *“Pra baixo de Deus, com este facão, pra baixo de Deus não tenho medo de nada*
30. *com este facão!”*
31. *Era o nosso capanga.*
32. *Peguei o brasino, o Vesúvio, amarrei no fundo do quintal. O cachorro uivava a*
33. *noite inteira e meu pai ficou louco [?] que o cachorro uivava. Inclusive levantei,*
34. *fui lá, dei um pão, preendi, levei.*
35. *Fomos na casa do [homem]: estava esperando. Chegamos lá no Antônio Palmito,*
36. *inda tomamos café, com pipoca, o Tonico, esse filho dele foi, e o Antônio Palmito*
37. *disse:*
38. *“É preciso muito cuidado, que tem uma onça pintada aí, onça do lombo preto,*
39. *sussuarana, perigosa! Aquele é um animal perigoso! Sussuarana. Cuidado!”*
40. *E fomos caçar. Mas eu achei que tava falando aquilo por brincar, decerto por*
41. *brinquedo, não sei. Saímos, tinha roça de milho, ó. Bom, quando chegamos*
42. *naquela roça, soltamos os cachorrinhos dele, uns guapequinhas, e o Vesúvio. ali*
43. *mais ou menos uns cem metros tinha uma sanga. Sabe o que é sanga? Feito um*
44. *barrão grande assim, tem agüinha no fundo. Tinha uma sanga, uma sanga, e*
45. *tinha uma árvore assim. Pegou aquele AUAUAUAU-UAAA. Aquele barulho.*
46. *Digo:*
47. *“Ói, o tigre pegou o tigre, pegou, o tigre pegou! Os cachorros tão [?]”*
48. *Mas não tive coragem de ir lá. Digo:*
49. *“Chico, você que é nosso capanga, meta-se em brios, vá lá ver e coisa! Você tem*
50. *coragem e tal!”*

51. *Ele foi com o facão na mão. De lá ele gritava: “Dêem um tiro!” Mas eu ouvia*
 52. *dizer: “Tem um tigre!” sabe? Quando ele disse “Tem um tigre!”, nós trepamos na*
 53. *árvore. ((gargalhadas)) Flaubert nove milímetros, aquele que tem no sítio, lá,*
 54. *nove milímetros! E outro de socar pela boca, o pica-pau, trepamos numa árvore*
 55. *que tava lá.*
 56. *“Tem um tigre!”*
 57. *Digo:*
 58. *“Meu Deus, esse burro tá dizendo que tem um tigre. Nós sabemos.”*
 59. *“Dêem um tiro!” ele dizia. “Dêem um tiro!”*
 60. *Mas nós entendia “tem um tigre”, não é? E gritava, gritava lá, e nós nem...*
 61. *trepado na árvore. Ele veio com o facão na mão. Descemos.*
 62. *“Mas o que é, você, você tem o facão!”*
 63. *Diz:*
 64. *“Eu tô gritando ‘Dêem um tiro! Dêem um tiro!’”*
 65. *“Pra que o tiro?”*
 66. *“Porque os cachorrinhos tão lanhando a orelha do Vesúvio. ((riso)) Tão*
 67. *lanhando, tão matando quase o Vesúvio. Mecês dando um tiro, os cachorrinhos*
 68. *vêm embora.”*
 69. *Ai descemos ligeiro, TCHEBÉM! TCHEBÉM! Os cachorrinhos vieram embora.*
 70. *E o Vesúvio vinha assim, ó, tudo comido! A orelha tudo morderam e coisa.*
 71. *Coitado, não podia nem se mexer. Era um cachorrão assim.*
72. *doc Os outros atacaram ele, é?*
73. *E ele, com aquele corpo mole, grosso, mole, judiaram dele e coisa, entendeu?*
 (F3b)

Das 17 ocorrências destacadas no texto acima, 13 são formadas a partir do morfema lexical *cachorr-*, distribuindo-se da seguinte forma:

- a palavra *cachorro* é a mais freqüente, aparecendo seis vezes (linhas 14, 18, 20, 22, 32 e 33); é o termo que designa a espécie (como se constata na frase “*vamos levar cachorro*” na linha 14), e também o indivíduo (como em “*chamava-se Vesúvio o cachorro*”, linha 22);
- *cachorrinho*, forma derivada do mesmo radical de *cachorro*, com morfema sufixal de diminutivo, aparece quatro vezes (linhas 42, 66, 67 e 69), como referência específica aos animais menores, os “*guapequinhas*” de “*Antonio Palmito*”;
- *cachorrão*, forma derivada da mesmo radical de *cachorro*, com sufixo de aumentativo, ocorre três vezes (linhas 15, 18 e 71), como referência específica ao animal maior, “*o Vesúvio*”.

Além desses, dois outros itens lexicais ocorrem para marcar a diferença entre dois tipos de cachorros envolvidos no relato:

- *guapequinhas*, termo de subclassificação da espécie (designando “cachorros de raça não definida”), ocorre duas vezes (nas linhas 14 e 42), como equivalente a *cachorrinhos*;
- *brasino*, termo que subclassifica a espécie (se refere a animais de pelagem avermelhada, com riscas pretas, talvez um cão fila), aparece 3 vezes (duas vezes na linhas 16 — uma como modificador de *cachorro*, na linha 15 — e na linha 32); no texto, aplica-se a *Vesúvio*, ou seja, equivale a *cachorrão*;

A lista acima mostra que, pela frequência e produtividade do morfema lexical *cachorr-*, pode-se afirmar que a designação dos caninos se faz basicamente por formas que o contêm. Não ocorrem formas específicas de coletivo: grupos de animais são referidos por formas no plural, como em “*guapequinhas*” (linhas 15 e 42) e “*cachorrinhos*” (linhas 66, 67 e 69). Os dois termos de subespecificação de cor/raça, *brasino* e *guapequinhas*, aparecem para estabelecer diferenças relevantes para a narrativa do conflito entre o cachorro grande e “de raça”, mas incompetente — o “*brasino*”, criado “*na casa do Inocência*”, “*bruto cachorrão*” e “*molengo*” — e os cachorros pequenos, sem raça definida, mas valentes e brigões—os “*guapequinhas*” do sítio de “*Antônio Palmito*”. O contraste entre a incompetência do “*brasino*” e valentia ousada dos “*guapequinhas*” tem uma contrapartida no plano dos personagens humanos na oposição entre a covardia de N e seu amigo “*Inhozinho*”, que, mesmo armados de espingardas, sobem numa árvore com medo de uma suposta onça, atribuindo ao “*Chico Bino*”, que só carregava um facão, a tarefa de defendê-los.

(231) Narrativa escrita

Salva da Câmara da Morte

[...]

1. *Certa ocasião, indo a passeio à Fonte Sulfurosa, deu de encontro com o Bagunça,*
2. *cão vadio, veterano arranchado no quartel. O rafeiro farejou-lhe, sentiu que isso*
3. *era camuflagem no duro, indício de ruins propósitos; sem outro raciocínio,*
4. *investiu, e zás ..., chegando a rasgar a aba do respeitável e folgado jaquetão do*
5. *coronel, ameaçando mesmo sua integridade física. Desenvencilhado, a custo, do*
6. *mastim, e voltando à calma, veio-lhe a reação, arquitetando terrível vingança, não*
7. *só quanto ao Bagunça como a todos os de sua espécie. Daí nasceu a ojeriza aos*
8. *pobres “vira-latas”, coisa que conservou pelo resto de sua vida arregimentada.*
9. *Ao chegar ao quartel, na manhã seguinte, mandou chamar o cabo Batista,*

10. encarregado da faxina, dando-lhe ordem severa para empreender verdadeira
 11. “blitz” contra a cainçalha vadia, mal acostumada, sem a menor contemplação. A
 12. ordem contra a matilha arranchada era rigorosíssima, para valer mesmo: o seu
 13. não cumprimento implicava em prisão e rebaixamento do posto por desobediência
 14. à ordem do comando, coisa que o Batista desejava evitar a todo transe. Por isso,
 15. acompanhado de seus beleguins, munidos de corda com laços corredeiros, dirigiu-
 16. se ao refeitório das praças, e NHOC ...
 17. Nesse primeiro dia de perseguição à cainçalha, seis guaiepas, cujo crime era ser
 18. esfaimados, foram arrastados, sem perda de tempo, à câmara da morte.
 19. Protestaram com fortes latidos, tentaram fugir, lançando-se em todas as direções
 20. com ímpetos violentos e fortes impulsos, que quase lhes asfixiava, quando as
 21. cordas retesavam.
 22. A câmara da morte era na ferraria, ao lado da Enfermaria Veterinária, ou,
 23. acertadamente, a câmara da vida. Havia ali grande capacho de ferro, servindo de
 24. tampa ao depósito subterrâneo de carvão. Nele, o cabo Adão Tibugeski,
 25. eletricista da unidade, ligara o cabo de alta tensão para eletrocutar os rafeiros
 26. condenados a esse humano suplício. Fora, por ordem superior, designado o
 27. carrasco oficial para desempenhar a penosa missão. Os cães apanhados foram,
 28. um a um, colocados sobre o capacho umedecido. Em seguida, Adão ligou o
 29. comutador da corrente elétrica e os eletrocutou sumariamente, por dever de
 30. ofício.
 31. Assim que Adão ligava o comutador, os condenados estrebuchavam, revirando os
 32. olhos, contorcendo-se no estertor da morte, retesando as pernas numa expressão
 33. de dor. Assistindo a esse lúgubre espetáculo, dezenas de praças de folga.
 34. Os cães malandros perceberam logo que algo de grave vinha acontecendo com
 35. seus companheiros arranchados, cujo desaparecimento continuava dia a dia.
 36. Quando ouviam o habitual toque de rancho, não mais penetravam na área,
 38. ladrando furiosamente, como veemente protesto à “nova ordem” estabelecida.
 39. O número de vítimas já ultrapassava a duas dezenas. Houve, por isso, pequena
 40. trégua. Como a fome é má conselheira, o Bagunça e o Turco, esquecendo o perigo
 41. que os ameaçava, penetraram pelos fundos do quartel, e encaminharam-se
 42. sorrateiramente para o refeitório das praças, ocultando-se sob as mesas,
 43. convencidos de que ali estavam abrigados do olhar do Sherlock Batista. Puro
 44. engano. Esvaziara-se o salão, fecharam-se as portas e adeus liberdade...
 45. Eram os últimos abencerragens; procuraram defender-se com unhar e dentes
 46. para recuperá-la. Tudo em vão. Findara-se tão doce e fagueiro sonho...
 47. Nenê, cadelinha minúscula e delicada, lamudinha, inofensiva, era um nadinha
 48. entre os gigantes de sua espécie. Não se precisou aprisioná-la: foi levada de
 49. cambulhada como os valentões, acudindo ao chamamento do Batista. Seguiu-o
 50. prazerosamente, lambendo-lhe os pés quando ele parava momentaneamente. Ela
 51. confiava em sua debilidade e no coração de seus algozes. Julgava, no seu sentido
 52. de animal inofensivo, que sendo o homem animal superior, de natureza divina,
 53. não cometeria tão ignóbil atentado, tanta vilania, contra a vida de um
 54. animalzinho fraco e indefeso tamanha barbaridade.
 55. Aqueles ousados “vira-latas” defenderam-se como puderam: reagiram,
 56. enfurecidos, contra seus verdugos, que os conduziam à câmara da morte. Nenê,
 57. ao contrário, acompanhava, espantada, a luta titânica que os últimos defensores
 58. da liberdade ofereciam, sem esmorecimento. Seguia docilmente o Batista,

59. *abanando o rabo em sinal de alegria, ignorando o que o destino lhe reservava.*
 60. *Os criminosos foram logo executados por eletrocução. Chegara a vez de nenê.*
 61. *Houve protesto da soldadesca, algazarra: todos pediam indulto para a cadelinha;*
 62. *que o Batista soltasse a Nenê, a coitadinha. Ela mesma veio colocar-se*
 63. *voluntariamente sobre o capacho de ferro; sentou-se apoiando-se nas perninhas*
 64. *traseiras, cruzando os bracinhos sobre o peito como a implorar misericórdia ao*
 65. *Criador. Assistindo o cruel assassinio de seus iguais, descrera na bondade dos*
 66. *homens. Seus olhinhos umedeceram, contemplando os corpos retesados do*
 67. *Bagunça e do Turco: compreendeu também que havia chegado sua hora. Batista*
 68. *dizia que nada podia fazer: que ordem era ordem, que só um milagre poderia*
 69. *salvar a Nenê da eletrocução. O cabo Adão comoveu-se, vendo a atitude*
 70. *imperturbável e quase humana da cadelinha; hesitou por momentos, prolongando,*
 71. *sem o desejar, a agonia da mimosa Nenê. Já sentia remorsos de ser o carrasco da*
 72. *indefesa criaturinha. Entretanto, a algazarra aumentava: “solta, solta a Nenê,*
 73. *bandidos e covardes, malvados”. O Batista, pensando nas conseqüências que*
 74. *adviriam pelo não cumprimento da ordem recebida, teve um ímpeto de coragem e*
 75. *disse: “Adão, ligue já a manivela”. O eletricista virou o rosto, fechou os olhos e*
 76. *zás... Nenê, porém, continuava tranqüila na mesma posição, sentadinha com os*
 77. *bracinhos cruzados ao peito, como se nada estivesse acontecendo. Fora, muito a*
 78. *tempo, interrompida a corrente de alta tensão que vinha da usina do sr. Bernardo*
 79. *Pusch. Era o costumeiro descanso dos operários para o café. Diante desse*
 80. *inesperado acontecimento, a soldadesca invadiu a câmara da morte, e Nenê foi*
 81. *salva. Realizara-se o milagre. (F14)*

No texto acima, as 15 ocorrências, sublinhadas, de itens lexicais que contêm, em “estado de dicionário”, o traço semântico [+canino] se apresentam em oito formas diferentes — das quais duas têm significado específico de coletivo.⁵⁶ As formas são as seguintes:

- *cão (cães)*, em três ocorrências (linhas 2, 27 e 34);
- *cadelinha*, também em três ocorrências (linhas 46, 61 e 70), especifica sexo e tamanho de um animal;
- *rafeiro*, definido em dicionário como “cão de guardar o gado” — uma classificação que evidentemente não se aplica ao animal assim referido — ocorre duas vezes (linhas 2 e 25);
- *vira-latas*, significando “cão que se alimenta de restos em latas de lixo” — uma expressão que tende a cair em desuso com as mudanças no sistema de coleta do lixo urbano — ocorre duas vezes (linhas 8 e 55), grafado entre aspas como indicação de seu *status* de

⁵⁶ Como a proposta aqui é a de destacar apenas o conjunto das palavras com o traço [+canino], os circunlóquios (como “*de sua espécie*”, nas linhas 7 e 48) e os hiperônimos (como “*animalzinho*”, nas linhas 52 e 54, e “*criaturinha*”, na linha 72) que se refiram lexicalmente aos cães, não são considerados, mas vale ressaltar, como uma primeira observação, que sua ocorrência se deva também à exigência de variabilidade do léxico na escrita.

forma gíria, não dicionarizada; observe-se, também, o uso das expressões sinônimas de “*vira-latas*”, “*cão vadio*” (linha 2) e “*cães malandros*” (linha 34)

- *mastim*, que ocorre uma vez (linha 6), como *rafeiro*, é definido em dicionário como “cão para guardar o gado”, uma classificação inadequada para os animais em questão;
- *guaiecas*, que é definido em dicionário como “cão pequeno de raça ordinária” e classificado como regionalismo gaúcho; a respeito dessa forma, é de notar a preocupação de N em escrevê-la como aparece em dicionário, isto é, na forma gaúcha, com um ditongo representado na primeira sílaba, quando a grafia *guapeca* — que, aliás, é adotada em outro texto (E1)—seria mais adequada para representar seu próprio dialeto;
- *cainçalha*, que significa “ajuntamento de cães”, forma não comum no dialeto de N, que na fala provavelmente produziria o significado de coletivo com o acréscimo do sufixo *-ada* ao morfema lexical, por exemplo, *cachorrada*, *guapecada*, ocorre duas vezes (linhas 11 e 17);
- *matilha*, também de significado coletivo — sendo inclusive a forma tradicionalmente apresentada nas gramáticas como “coletivo de cães de caça” (por exemplo, em CUNHA e CINTRA, 1985:173) — ocorre uma vez (linha 12).

A extensão da lista já atesta a força das prescrições do modelo de letramento visado por N. É evidente a intenção de empregar termos não só variados, mas inusitados na oralidade. Com exceção da palavra *cadelinha*, que por seus traços semânticos [+feminino, +diminutivo] estabelece uma distinção apropriada entre *Nenê*, fêmea de pequeno porte, e de *vira-latas*, cuidadosamente grafados entre aspas, as demais variantes não decorrem de nenhuma necessidade de distinguir tipos de cachorros. Na verdade, empenhado em demonstrar um vocabulário de “letrado”, N prefere recorrer a formas de significado até incompatível com o efeito pretendido, como *mastim* e *rafeiro*, que designam “cães de guardar o gado”, coisa que os cachorros-personagens não são. A única coincidência entre as duas listas é o uso, na escrita, de *guaiecas*, variante gaúcha da forma *guapeca*, esta sim natural ao dialeto regional de N — que aparece na oralidade com sufixo de diminutivo, *guapequinhas*. A opção pela forma exógena se explica pela preocupação em “escrever corretamente”, i.e., com respaldo da autoridade dos “*instrumentos lingüísticos*” a que se refere Houaiss (1985: 15, ver 4.2.2, acima). A marca mais evidente da diferença entre o léxico da oralidade e o da escrita é, talvez, o fato de que na escrita nenhuma das palavras da lista é formada a partir do radical

cachorr-, que na oralidade se apresentou como o mais produtivo. Em seu lugar aparece na escrita, como termo geral, a palavra *cão* (*cães*), que, por sua vez, não ocorre na oralidade.

4.2.1.3. Outras palavras

Os dados examinados acima mostram a importância do léxico como um dos aspectos constitutivos do **código especial** que N emprega em suas *performances* escritas. Demonstrar o domínio de um vocabulário “letrado” é, sem dúvida, para N uma exigência da escrita. A seleção de palavras inusitadas na oralidade não se justifica por necessidade de maior clareza ou definição. Como se pode notar pelo emprego de formas raras — como *mastim* e *rafeiro* em lugar de *cachorro*, no texto (231) — a intenção de impressionar os leitores pela exibição de um vocabulário extenso se sobrepõe ao desejo de ser mais facilmente compreendido.

N não chega a ser um representante do virtuosismo lexical exacerbado do início do século, como um autor de relatos militares sobre a Campanha do Contestado em 1917-1918, o Tenente Assumpção, cujo vocabulário elaborado é assim descrito por Weinhardt (1995: 58):

O virtuosismo vocabular é uma constante na narrativa, mas há momentos em que o tenente se supera. Então, a impressão do leitor é a de que o narrador faz um jogo com a língua, tomando uma construção, substituindo algumas palavras por outras buscadas num dicionário de sinônimos, optando sempre pelas mais estranhas.

Entretanto, escrevendo na segunda metade do século XX, N ainda se espelha nos modelos literários que tiveram seu apogeu nos círculos literário mais prestigiosos do país no início do século. Por isso, embora não chegue aos exageros dos textos do tenente Assumpção, a descrição acima lhe serve. Para escrever, além de outro sistema gramatical, N precisa de outras palavras.

5. UMA HISTÓRIA, DUAS VERSÕES

As mais de duas centenas de exemplos apresentados até aqui, sobretudo os textos mais longos de (230) e (231), formam uma amostragem ampla das diferenças entre as realizações de N nas duas modalidades, diferenças que, certamente, vão muito além das consideradas nesta análise. Para concluir as comparações a que me propus, permito-me focalizar mais um par de fragmentos de textos mais extensos e fazer, a partir deles, algumas considerações sobre os efeitos das estratégias de sinalização de *performance* adotadas por N em uma e outra modalidade, suas imbricações com a organização textual — como as relativas à seleção e à apresentação e a ordenação das partes que compõem o texto narrativo, isto é, considerações a respeito de **como** N escreve. A estas considerações acrescento — apenas como comentários adicionais — outras sobre uma questão que foi tocada anteriormente: **sobre o quê** N escreve.

Os textos focalizados nesta última comparação são os únicos em que um mesmo episódio é narrado por N nas duas modalidades. Em si, o fato de N selecionar para a escrita episódios que não entraram na narração oral, se explica pelos fatores de situacionalidade específicos das *performances*: os textos escritos visavam um público específico, os “velhos amigos” do Centro Castrense. Por essa razão, como já foi apontado em 3.2.1, todos os episódios autobiográficos escritos envolvem a cidade de Castro. Nas narrativas orais, Castro é uma dos cenários e seus moradores são personagens eventuais. Livre da imposição de agradar ao público leitor dos jornais castrenses, N conta histórias de outros tempos, lugares e pessoas, visando obter de **doc** a admiração por suas habilidades de narrador e a validação de suas experiências de vida. Entre as três horas de gravação e os 29 textos escritos, há apenas um episódio contado nas duas modalidades: o início da fuga após a Revolução de 1932. Os textos considerados em seguida são as narrativas desse episódio.

Para segmentar os textos, assumo aqui a clássica proposta apresentada em Labov (1972) segundo a qual as narrativas se estruturam pela combinação de partes que desempenham funções específicas: **resumo**, isto é, a apresentação sumária do fato a ser narrado; **orientação**, o fornecimento das informações necessárias para situar a ação; **complicação** (da ação); **resolução** (da ação); **coda**, o fechamento da narrativa; e **avaliação**, que se compõe de todos os recursos empregados para valorizar o fato narrado e conquistar a audiência. Embora não precisem ocorrer necessariamente todas e muito menos nitidamente separadas e numa ordem fixa, pode-se dizer que entre as cinco primeiras partes exista pelos menos uma certa relação de ordenação, já que: o resumo e a orientação apresentam as linhas gerais da ação e os elementos envolvidos, situando a complicação que se resolve em seguida, e a coda sinaliza o fechamento do relato. Já a avaliação é por natureza descontínua — e muitas vezes supra-segmental — podendo manifestando-se de diversas formas ao longo da narrativa. Deve ser entendida como o conjunto de várias estratégias que contribuem para que uma história seja “bem contada”. As estratégias de avaliação correspondem exatamente aos recursos que Bauman classificou como *sinalizações de performance*.

Analisados pelo modelo laboviano de segmentação de narrativas, os textos em questão são apenas fragmentos iniciais de narrativas, compostos de resumo, orientação e avaliação — que se realizam e se dispõem de formas muito diferentes em cada modalidade, como veremos a seguir. No texto da oralidade, transcrito abaixo, ocorrem várias intervenções de **doc**, que procura se situar no novo quadro de referências colocado pelo narrador. Intervenções assim são poucas: estabelecidos os fatos que situam os eventos narrados, a *performance* de N se desenvolve como um (quase) monólogo. A narrativa dessa fuga se constitui numa porção considerável dos relatos orais, cerca de trinta minutos de gravação. Como apresentada por N, parece ser a experiência mais notável dentre todas as que narra. Na transcrição, os números indicam os turnos sucessivos de N e **doc**. O fragmento de texto da escrita, apresentado em seguida à transcrição do oral, se compõe dos três parágrafos (numerados) iniciais de uma das crônicas jornalísticas de N. As diferentes direções tomadas pelas narrativas na sequência dos textos aqui apresentados e suas implicações para a discussão da relação entre a oralidade e a escrita são também objeto de uma reflexão que se segue à análise do material textual apresentado.

Na oralidade -

(232)

1. **N** *Um dia te conto a fuga de São Paulo que eu tive, isso sim. Isso comi fogo, barbaridade!*
2. **doc** *Ah, em 32, né?*
3. **N** *32! Vim a pé de São Paulo,*
4. **doc.** *Até Castro.*
5. **N** *Até o ramal de Castro... de Jaguariaíva tem um ramal que vai pra Cachoeirinha, que é Arapoti. Vai pra Apucarana, pra aquela zona lá pra/ Vim de lá, de Jaguariaíva até Arapoti, onde é... Chamava-se Cachoerinha. O tio da Arahy, seu Geniplo Pedroso tinha uma fazenda, uma fazenda grande. E tinha sede na Cachoeirinha. A sede da fazenda, morava ali. De lá de São Paulo eu levei um mês e treze dias a pé. Sem mentira nenhuma. No fim fugi com este Coronel A. Coronel A. No segundo dia resolveu se entregar. Vim eu com o soldado. Vinha com o soldado clarim, a paisano. Peguei uma roupas dum judeu, peguei umas roupas lá vagabundas e coisa, e viemos. E esse soldado aí chamava-se Jerônimo de Quadros, sabe, porque era de um lugar chamado São Jerônimo. Clarim do Regimento. E o A. O A resolveu se entregar. Passou de Castro com o esquadrão pra São Paulo. Aderiu à Revolução. São Paulo. No fim deixou o esquadrão na mão de um tenente, Condocera Lopes, que chegou a general, já falecido, que era casado com uma comadre nossa, Lola, deixou o esquadrão, abandonou os companheiros, fugiu comigo, se entregou. Hoje tem uma rua como o nome dele. Rua Coronel A. Que barbaridade! Isso é o cúmulo da...*
6. **doc** *O senhor veio de São Paulo quando a Revolução perdeu lá, é?*
7. **N** *É, quando a Revolução perdeu. 32. Eu era subcomandante da Legião Negra de São Paulo. Te mostro fotografias que eu tenho aí... Ah, então tinha um batalhão de negros. O quartel-general da Legião Negra era na Barra Funda. Conhece onde é a Barra Funda em São Paulo?*
8. **doc** *ahan*
9. **N** *E tinha um palacete, Governador Antônio Prado. Tinha uma escada de mármore e dois leões assim. Então, então tomaram conta daquilo lá, organizamos a Legião Negra. O comandante da Legião Negra, Capitão Goulart. Veterinário. Servido comigo ali em Castro. Mas ele era paulista, propôs decerto pra se organizar a Legião Negra. Então para auxiliá-lo tinha um tenente da Polícia, um tenente negro da Polícia, Arlindo. Ele e eu fomos os organizadores. Ficamos encarregados do pessoal, e coisa e tal, aquela coisa e isto e aquilo, entendeu? Afinal, veio um dia pra sair uma companhia de*

negros. Batalhão Henrique Dias. Tenho fotografia deles aí. E Pedro Toledo era o interventor de São Paulo. E o chefe da Revolução, General Klinger, sabe? Que veio de Mato Grosso com onze guarnição de Mato Grosso. Então todo cheio de gente naquela escadaria e coisa, a companhia formada, aquela negrada, então ele pediu pra mim fazer [?], fazer uma saudação pros soldados que iam e coisa. Pedi licença e coisa, falei daquela escada. “Meus irmãos de raça! É vosso líder que vos fala! Soldados da lei, soldados da Constituição!”, sabe? E comecei. No fim eu disse/desejava que quando eles “regressassem a seus lares pela vitória, trouxesse cada um para símbolo, orelha de gaúcho!” ((risos do narrador)) Deus do céu!

10. **doc** ((risos)) *De um soldado gaúcho?*
11. **N** *De um soldado. Trouxesse a orelha de gaúcho.*
12. **doc** ((risos))
13. **N** *Aí tal [?] “Você escolhambou. Você [?]”E o Pedro de Toledo interventor, Né? “Você [?] barbaridade! Você começou bem. Incitando esses homens, são criminosos a maior parte e coisa e tal isto.” Eu disse “Não gostou, o general não gostou disso. Mas é revolução ou não é?” eu disse pra ele. Digo “Qual é melhor? Dizer isso ou o padre na Igreja de Santa Cecília estar distribuindo santinho e coisa e benzendo eles? Então, qual é que...?”*
14. **doc** *Pois é, pois é, eles tão saindo pra matar os gaúchos mesmo, não é? Que diferença faz tirar a orelha mesmo, não é?*
15. **N** *O general não gostou muito disso nem nada.*
16. **doc** ((risos))
17. **N** *Cê veja! Quer ver? Quando eu fugi, fomos chegando num lugar chamado Rio Apiaí. A pé. Chegamos lá, de longe no alto assim lá, um soldado numa ponte. Já São Paulo tinha perdido. Encheu de barraca, barraca, barraca. Tavam acampado lá. Naquele tempo tudo era [?]. Eu só passar o soldado ali [já ia no rumo da estrada]. Eu fui levava revólver e uma clavininha da armada. Que isso foi um compadre que trouxe. Veio em Guaratinguetá, do lado de Guaratinguetá, no Mundo Novo.*
18. **doc** *O senhor levava o quê?*
19. **N** *Hein?*
20. **doc** *Levava... o quê que levava?*
21. **N** *Clavinota armada.*

22. **doc** *O que que é? Uma espingardinha?*
23. **N** *É, é. É menor que mosquetão, Né?*
24. **doc** *Ahn, tá.*
25. **N** *Então peguei aquela... Levava num saco.*
26. **doc** *Ah, o senhor tava saindo. Do acampamento.*
27. **N** *Fugindo.*
28. **doc** *Fugindo do acampamento.*
29. **N** *Fugindo de São Paulo!*
30. **doc** *Esse acampamento era em São Paulo? Na cidade?*
31. **N** *O quartel-general São Paulo. Na cidade. Em Barra Funda. Bom. Aí quando vi lá, digo “Se sabe, quer ver o que tem no saco,” Não é? Bastava eu estar ali me prendiam, eu, um soldado. Prendiam, tal. “E agora como é que fazemos? Vamos voltar, cansado e coisa.” Levava salchicho. Só andava por uma parte de noite... Bom, vou te contar. Digo “Sabe de uma coisa? Vamos voltar.” Fomos voltando. Aí vimos um trilhozinho, um quilômetro atrás um trilhozinho assim, batido, eu pensei digo: “Olhe aqui, quem sabe algum morador pode ter uma canoa lá, o rio quem sabe pode dar vau e coisa, ou um caboclo [?], vamos ver onde é que vai.” (F1b)*

A narrativa se abre com um resumo (turno 1) — “Um dia te conto a fugida de São Paulo que eu tive...” — em que N promete um relato para outro dia, mas envereda por ele em seguida. “A fugida de São Paulo” é sua odisséia, sua vida — a experiência “que eu tive” — e para os que conviviam com N, como era o caso de **doc**, era um número conhecido e apreciado de seu repertório.

É possível que N conte com esse conhecimento compartilhado ao fornecer orientação tão insatisfatória para **doc** a ponto de levá-lo muitas vezes a solicitar esclarecimentos. Mas a despreocupação de N com a exatidão das informações é evidente também em seus outros relatos orais: dados exatos relativos a datas e lugares não parecem tão relevantes quanto os enredos e os personagens. É o que N revela ao responder ao esforço de **doc** (turno 2) para precisar a data, definir o **quando**, oferecendo rapidamente a confirmação solicitada, mas dando ênfase ao feito, à longa caminhada (turno3) : “32! Vim de São Paulo a pé!”

Novamente **doc** quer mais orientação, agora sobre **onde**: “*Até Castro.*” (turno 4). Então N dá detalhes sobre o destino da fuga, até definir o ponto de chegada, “*a fazenda*” de “*seu Geniplo Pedroso*” “*na Cachoerinha*” (turno 5). No mesmo turno, informa ainda **com quem**. Cabe observar que, ao fornecer essa informação, primeiramente, N se confunde ao dar o nome do soldado, afirmando ser Jerônimo —era Raimundo— “*porque era de um lugar chamado São Jerônimo*”; depois, insere uma digressão a respeito do outro companheiro que desiste da fuga logo no início, o “*coronel A*”. Ainda nesse turno, junto com as demais orientações, algumas informações sobre o **como**: “*...a paisano. Peguei umas roupas dum judeu, peguei umas roupas lá, vagabundas e coisa, e viemos*”. Mas para **doc** a orientação ainda é insuficiente, falta o **por quê** (turno 6): “*O senhor veio de São Paulo quando a Revolução perdeu lá?*” No turno seguinte, N fornece sucintamente a informação solicitada — “*É, quando a Revolução perdeu. 32*” — e imediatamente insere mais uma digressão, contando um episódio ocorrido durante a Revolução. Essa narrativa dentro da narrativa se desenvolve completamente, com riqueza de detalhes e dramatizações, até se fechar com sua própria **coda**: “*O general não gostou muito disso nem nada*” (turno 15), “*Cê veja!*” (turno 16). A partir daí a narrativa maior é retomada: “*Quando eu fugi, fomos chegando num lugar chamado Rio Apiaí*” (turno 16). E prossegue, culminando — no fragmento em questão — na decisão de seguir por “*um trilhozinho*” (turno 31). Por duas vezes ainda **doc** pede esclarecimentos (turno 18 e turno 26), mas estas intervenções se devem a problemas de ajuste das referências e não mais a imprecisões na orientação.

Se no fornecimento das informações que constituem a orientação N mostra pouco empenho, na avaliação — que como apontado acima, se realiza nas sinalizações de *performance* — investe seus melhores recursos. Os traços paralingüísticos expressivos modulam toda a narrativa, infundindo-a de emotividade. Quando diz, por exemplo, “*Isso comi fogo, barbaridade!*” (turno 1), a força e a duração das sílabas tônicas de “*fogo*” e, mais ainda “*barbaridade*”, intensificam notavelmente o valor das palavras, anunciando ao interlocutor uma história que vale a pena ouvir. Não ocorrem nesse fragmento as *soundwords* — que em outras passagens são tão freqüentes, mas em várias passagens a impositação de diferentes vozes dá vida aos diálogos reportados, inclusive representado a voz do próprio N, que como personagem profere em tom solene um discurso para seus comandados — “*Meus irmão de raça! É o vosso líder que vos fala!...*” (turno 9); ou fala para si mesmo — “*eu pensei digo:*

‘*Olhe aqui, quem sabe...*’ (turno 31). Outros recursos que contribuem para o mesmo efeito são as expressões de comprovação — como “...*isso sim. Isso comi fogo, barbaridade*” (turno 1) e “*Sem mentira nenhuma*” (turno 5); as repetições enfáticas — “*Vim a pé de São Paulo.*” (turno 3) e, logo adiante, “*de lá de São Paulo eu levei um mês e treze dias a pé*”; “*soldados da lei, soldados da Constituição*” (turno 9); e “*encheu de barraca, barraca, barraca*” (turno 17) — e o detalhamento das cenas. Pertencem a esta última categoria as muitas referências a minúcias que não têm relação com os acontecimentos narrados como “*peguei uma roupas dum judeu*” (turno 5), “*Condocera Lopes, que chegou a general, já falecido, que era casado com uma comadre nossa, Lola*” (turno 5), “*tinha uma escada de mármore e dois leões assim*” (turno 9), “*que isso foi um compadre que trouxe*” (turno 17), “*levava salchicho*” (turno 31), e, inclusive, as alongadas digressões. Esse detalhamento tem nas narrativas orais de N uma dupla função: por um lado, conferem à narrativa o colorido e a emotividade que promovendo a compreensão e o envolvimento, como observou Tannen (1989), por outro, atestam a capacidade e a confiabilidade da memória, o que para narrador idoso tem importância especial.

A narrativa — como a *Odisséia*, a história do retorno de um soldado — que se segue à introdução apresentada acima, entre a entrada no “*trilhozinho*” e o reencontro com a família em Castro, pode ser recortada em uma vintena de episódios — dada a complexidade de alguns, recortá-los implica em algumas arbitrariedades. Nessa trajetória, por duas vezes N e Raimundo são ajudados por leprosos que, como eles, evitavam os caminhos mais trilhados. De um, recebem comida. Em outra passagem, dormem sobre um túmulo, despertando a ira de um cavaleiro que os ameaça com um chicote. Adiante, uma mulher tenta seduzi-lo com o que considerava grande bem: a posse de um ranchinho construído numa curva da estrada de ferro: “*Mecê não quer ficar morando comigo? Mecê não se apincha mar*”, diz ela, insistindo que seria vantajoso para ele ficar ali. Numa tapera abandonada, N e Raimundo assistem a morte sofrida de um doente e depois ajudam a mulher a fazer o enterro. Em outro enterro, N segura a alça de um caixão para passar por um soldado inimigo. Os familiares do morto se espantam: “*O senhor fez promessa?*”. Em outro episódio, uma mãe pede dinheiro para exhibir-lhes o filho deformado que N e Raimundo não querem ver. E ainda há os touros que investem contra N e Raimundo num campo aberto, a tentativa frustrada de tomar um trem, o tifo que acomete Raimundo na chegada em Cachoeirinha, onde os dois se separam para

sempre. Sozinho, N, desfigurado pelas privações da caminhada — “*e eu com o cabelo grande assim, feito um mendigo, aquilo, maltrapilho...*”, — é perseguido por populares que o tomam por ladrão: “*Cê veja, até por ladrão eu passei!*” Aproxima-se sem se identificar da casa de um primo, que, assustado com a figura ameaçadora espanta-o com tiros de espingarda. Chega disfarçado na fazenda dos parentes: o tio estava jogando baralho com oficiais gaúchos. Com as tropas inimigas por perto, precisa ficar mais um tempo escondido numa fazenda mais distante. Aí, o capataz, um paraguaio que se gaba de ter matado muita gente — “*Ali na Conceição, naquele fundo, tem uma cruz também. Eu esterquei um ali.*” — se embebedou com vinho de laranja e começa a cortar os móveis da casa com um facão. Assustado, N pede ajuda ao tio novamente e parte, no meio da noite, na companhia de um peão da fazenda. Mais uma parada na cidade de Pirai do Sul, mais um amigo que o abriga, e finalmente faz o caminho até Castro, onde reencontra a família.

Esses episódios — e ainda outros não mencionados aqui — são narrados por N como acontecimentos marcantes na sua biografia. Não se percebe, na apresentação deles, a intenção de julgar, seja para enaltecer ou condenar, pessoas e atos. N faz críticas — como a que dirige ao Coronel A, no texto acima —, elogios e agradecimentos — como o que faz a Raimundo por salvá-lo de morrer na linha do trem : “*Deus que ponha a alma dele no céu, já morreu*” — mas não são esses o pontos centrais dos relatos. As narrativas não embutem lições moralizantes ou edificantes: são histórias de pessoas na luta pela vida., contadas com um viés que seria melhor definido como tragicômico. Enquanto os episódios se sucedem, as intervenções de **doc** são poucas. Com suas habilidades de narrador oral, N consegue realizar o objetivo maior de todo *performer*: seduzir a audiência.

Na escrita -

(233)

Aconteceu

1. *Com a derrota da Revolução Constitucionalista de 32, estando a frente da Legião Negra de S. Paulo, sabia perfeitamente o que me aguardava. Seria um insensato se viesse permanecer nessa Capital.*
2. *Tomei a única resolução aconselhável no momento: fincar o pé na estrada. Dispôs-se a acompanhar-me nessa empreitada, o soldado do 5º RCD, Raimundo de Quadros, de S. Jerônimo. Metemo-nos à paisana e no dia*

aprazado, levando um saco com farnel, uma pelerine de borracha, um clavinote e farta munição, encetamos nossa jornada. Essa caminhada, bem a contragosto, foi facilitada pelos distúrbios surgidos em vários pontos da paulicéia. Isso ensinou-nos ganhar a estrada em demanda do Paraná. Procurávamos os caminhos menos movimentados: mesmo assim caminhávamos quase que à noite, contornando povoados e cidades. Deixando S. Miguel Arcanjo de lado, enveredamos por um caminho pouco transitável que ia encontrar a estrada Itapetininga – Capão Bonito, seguindo por esta alcançamos essa localidade. Daí, rumamos em direção ao Sul pela estrada que margeia a linha férrea até Itararé.

3. *Faço este relato unicamente para patentear a nobreza de alma de humilde família castrense, que por circunstâncias da vida foi bater com os costados no interior do Estado de S. Paulo [...] (E1)*

Freqüentemente os títulos de textos escritos funcionam como o resumo do modelo de narrativa laboviano. Não se pode classificar assim o título do texto parcialmente reproduzido acima. “Aconteceu” é uma palavra vaga demais para que se possa considerá-lo como síntese da narrativa que se segue, tanto que é o título de seis dos 29 textos escritos. Não há aí outra indicação a não ser a de que a história que se segue deve ser tomada como não-ficcional. Assim sendo, pode-se dizer que, diferentemente da versão oral, o texto acima não começa pelo resumo, e sim pela orientação. Também diferentemente da versão oral, é evidente a preocupação de N com a completude e a exatidão das informações fornecidas. Já no primeiro parágrafo N informa **por que** — “Com a derrota da Revolução Constitucionalista...” — e **quando** — “de 32”. No segundo, fica-se sabendo com precisão: **o que** — “Tomei a única resolução aconselhável no momento: fincar o pé na estrada”; **com quem** — “Dispôs-se a acompanhar-me nessa empreitada o soldado do 5º RCD Raimundo de Quadros, de S. Jerônimo”; **como** — “à paisana”, “levando um saco com farnel, uma pelerine de borracha, um clavinote e farta munição”, pelo “caminhos menos movimentados”, “quase que à noite”; e **para onde** — “Deixando S. Miguel Arcanjo de lado, enveredamos por um caminho pouco transitável que ia encontrar a estrada Itapetininga-Capão Bonito, seguindo por esta alcançamos essa localidade. Daí rumamos em direção ao Sul pela estrada que margeia a linha férrea até Itararé.” Só então, no terceiro parágrafo, aparece um **resumo** que informa ao leitor tratar-se o texto de “um relato para patentear a nobreza de alma de humilde família castrense...”

Neste resumo define-se para a narrativa da fuga um objetivo totalmente diverso do apresentado para a narrativa oral. Em lugar de narrar sua experiência de vida — “... *a fugida de São Paulo que eu tive, isso sim. Isso comi fogo, barbaridade!*” —, na escrita, o propósito declarado de N é evidenciar a bondade de uma família de Castro. Que motivações teriam produzido tal deslocamento? Em parte, a explicação está na identidade do público visado, mas certamente há também a considerar a censura que costuma valer para as narrativas de experiência pessoal nas práticas de letramento. Cabe retomar aqui as reflexões de Rosen (1988, 1998) — apresentadas em 3.2.2, Parte I, acima — para lembrar quão vigorosas são as ações da escola contra as manifestações legítimas do texto do *eu*. Tais ações se realizam através de interdições que afetam as manifestações subjetivas em vários níveis: da proibição ao uso do pronome de primeira pessoa aos temas sobre os quais se pode escrever. As interdições sobre a escrita, cristalizadas como autocensura, explicam, por exemplo, a omissão de temas sensíveis como a crítica ao comportamento do Coronel A. Explicam também os esforços para evitar o pronome sujeito de primeira pessoa do singular. Assim como não pode escrever “*eu*” — e uma prova disso é o primeiro parágrafo do texto acima, onde nem mesmo com a ambigüidade das formas verbais “*sabia*”, “*seria*” e “*viesse*” o pronome sujeito é utilizado — N também não se permite ressaltar sua experiência de vida. Não é mais o relato de sua fuga sofrida — valorizado na oralidade em “*isso sim. Isso comi fogo, barbaridade!*” — mas um testemunho sobre “*a nobreza de alma de humilde família castrense*”.

A avaliação neste fragmento de texto se realiza de formas muito diferentes das encontradas na oralidade. Nos dois primeiros parágrafos, o tom comedido da linguagem, reforçado pela ausência de qualquer sinal de pontuação expressivo, é quase o de um relatório, como se percebe na identificação precisa sobre “*o soldado do 5º RCD, Raimundo de Quadros, de S. Jerônimo*”, não fosse por algumas expressões menos “burocráticas” como “*fincar o pé na estrada*” — concessão à linguagem mais coloquial — e “*bem a contragosto*” — discreta exposição de estado emocional. É no terceiro parágrafo que se encontram marcas mais expressivas em “*nobreza de alma*” e “*humilde família*”, além do toque coloquial da expressão “*bater com os costados*”. Não há digressões, nem diálogos reportados. A sinalização de *performance* fica a cargo do “estilo letrado”, que inclui tanto as peculiaridades da organização textual quanto o uso de um **código especial**, isto é, uma variedade lingüística

vinculada à tradição letrada e aos modelos de letramento válidos para N. Evidentemente, esse código especial se manifesta em todos os níveis da estrutura linguística, mas considerando-se apenas os aspectos gramaticais desse código que foram examinados nas seções anteriores, podemos apontar no texto em questão:

- omissão dos pronomes sujeito de 1ª pessoa, singular e plural — “*sabia perfeitamente o que me aguardava*”, “*metemo-nos à paisana*” etc.;
- emprego de pronomes oblíquos que não ocorrem na oralidade — “*metemo-nos à paisana*”, “*isso ensejou-nos ganhar a estrada*”;
- emprego de pronomes oblíquos em posição diferente da que têm na oralidade — “*a acompanhar-me*”;
- emprego de palavras e expressões que não ocorrem na oralidade.

O cotejo entre as expressões de um mesmo fato na narrativa escrita com outras da narrativa oral dá evidências mais detalhadas das diferenças entre as linguagens empregadas em cada modalidade:

- o que na escrita aparece como “*Dispôs-se a acompanhar-me nessa empreitada o soldado...*”, na oralidade é “*Vim eu com o soldado*”;
- à expressão escrita “*Metemo-nos à paisana*” corresponde na oralidade “*Vinha com o soldado clarim, a paisano. Peguei umas roupas dum judeu, peguei umas roupas lá vagabundas e coisa, e viemos*”;
- a informação que na escrita se concentra na frase “*levando um saco com farnel, uma pelerine de borracha, um clavinote e farta munição*”, na oralidade se distribui em fragmentos descontínuos: primeiro, “*eu fui levava revólver e uma clavininha da armada*”, e bem adiante, “*levava salchicho*”;
- para a expressão escrita “*Procurávamos os caminhos menos movimentados, mesmo assim caminhávamos quase que à noite, contornando povoados e cidades*” a correspondente mais próxima da oralidade é “*Só andava por uma parte de noite*”;

Se são grandes as diferenças entre as narrativas do início da fuga de N, maiores se mostram nas seqüências do relato. Enquanto a narrativa oral da “volta para casa” se desenvolve em muitos episódios, tecendo-se como uma pequena odisséia, na seqüência escrita, os dois episódios relatados servem apenas para compor uma espécie de parábola, por

suas pretensões moralistas e edificantes. No primeiro episódio, N e Raimundo, depois de dois dias de caminhada sem se alimentar, chegam a uma casa, *“uma velha morada”*, com pomar e curral. Pedem ajuda, mas o sitiante — *“Cinquentão, tronchudo, cor de cobre, cabelos pretos e barbicha rala, de feições mongólicas, olhos piscos; à cintura, um facão”* —, um homem desprovido de generosidade, *“duro de coração”*, não só se recusa até mesmo a vender-lhes a comida de que necessitam, mas também ofende os pobres fugitivos, sugerindo que lhes falta vontade de trabalhar: *“Ah! Então vanceis não querem é pegá no rabo do gutambu”*.⁵⁷ Famintos, N e Raimundo decidem intimidá-lo com as armas, mas ainda assim propõem negociação: *“...nós não somos assaltantes nem ladrões; estamos é com fome...[] Viemos dispostos a levar um leitãozinho, caso o senhor persista em não vendê-los”*. Só diante da ameaça o homem lhes dá de comer. Continuando a rota de fuga, chegam a uma habitação muito mais simples do que a primeira — *“uma choupana fora da estrada”*—onde são bem recebidos por *“um velho de uns sessenta anos mais ou menos. Fisionomia agradável, de homem bom e franco.”* Pedem-lhe *“um café com mistura”*: *“Já dou jeito; esperem um pouco; se abanquem”*. Na conversa que se segue, o “homem bom” fica sabendo que os fugitivos seguem para Castro: *“Não me digam! Sô também daquela zona. Tenho parentes por lá.”* E não só isso, em Castro tinha tido em muitas dificuldades a ajuda de um cidadão notável, figura bastante conhecida na comunidade, com quem N tinha laços de parentesco: *“Eta home bão é aquele! Tanto faiz branco como preto, rico como pobre, prele é a mesma coisa.”* Feliz em poder retribuir, ainda que a um parente, a bondade de que tinha sido beneficiário, ainda mais generoso se mostra o “homem bom”. E a história se conclui com um elogio à comunidade castrense e, sobretudo, à figura do cidadão ilustre, conhecido por sua caridade:

“Assim é a nossa gente, e assim era o feitio de Nhô Vespa. A generosidade de seu coração e a grandeza de sua alma eram ilimitadas. Colhemos, pois, do fruto de sua bondade.”

Nenhum dos dois episódios faz parte dos muitos que compõem a narrativa oral. Se são verdadeiros ou não, não há como determinar. Mas essa não é a questão mais relevante a

⁵⁷ *Guatambu* é madeira usada para confeccionar cabos de ferramentas agrícolas, portanto, a expressão do sitiante equivale a “pegar no cabo da enxada”.

se colocar quando se considera os rumos tão diversos tomados pelas narrativas. A questão mais relevante é: por quê?

Como já foi apontado acima, o deslocamento do foco da narrativa da experiência pessoal de N para a cidade e os cidadãos de Castro se explica em parte pelo fato de serem castrenses os leitores que N tinha em mente. Toda *performance* é, por definição, sensível à audiência. Mas assim como não é esta a única nem a principal causa da interdição às expressões mais subjetivas, também não pode estar unicamente aí a motivação que levou N a transformar sua epopéia tragicômica numa mistura de parábola cristã e elogio das virtudes do povo de Castro. Tanto num caso como no outro há que se considerar a força das regras que definem as práticas de letramento. Estas regras não determinam apenas como se escreve — isto é, a variedade lingüística apropriada para determinado evento de letramento —, mas também sobre o que se escreve. Como ressaltai ao reportar os relatos de N sobre a aplicação de punições, inclusive físicas, nas escolas de seus tempo, (Parte II, 2), a inculcação de valores morais e religiosos faz parte tradicionalmente da escolarização — onde se dá a inserção formal no letramento. O ensino da escrita não escapa dessa vinculação. É a ela que se refere Osakabe (1982), ao observar que nos textos que sustentavam as práticas de letramento escolares à época ainda persistia

a incidência sintomática dos discursos edificantes, cujos componentes são invariavelmente, em última instância: a Pátria, a Família e a Religião, fundados em valores difusos como Bem, Mal, Certo, Errado. A apologia de virtudes tais como o Patriotismo, a Caridade, a Abnegação, imprimem o papel neutralizador de tais discursos sobre as contradições que emanam dos conflitos sociais e psicológicos, vividos pelo sujeito. (p.151)

Os discursos edificantes que, segundo Osakabe, “persistiam” nos manuais escolares na década de 80, eram sem dúvida absolutamente dominantes ou mesmo os únicos, ao tempo da formação escolar de N, no início do século XX. Os exemplos do gênero abundam na célebre *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, publicada pela primeira vez em 1895 e reeditada 43 vezes—a última em 1969—, que dominou por mais de 70 anos o ensino de Português no Brasil (SOARES, 2002: 166), como atestam, já no prefácio da primeira edição, as palavras de seus autores:

Esmeramo-nos em repelir tudo que não respirasse a honestidade que cumpre manter no ensino, observando, como pais de família e educadores, o máximo respeito que, como disse um Romano, todos devemos à puerícia. (BARRETO e LAET, [1895] 1969:5)

Era a partir de tais modelos que se aprendia não **como** escrever, mas também **que informações** eram adequadas para a escrita — duas das muitas questões a que a etnografia da escrita se dirige.

6. CONCLUSÃO

As diferenças entre as *performances* orais e escritas de N não se esgotam, por certo, nos pontos aqui focalizados. Entretanto, os aspectos observados nesta análise parcial dos dados já são suficientes para demonstrar a grande distância entre sua fala e sua escrita, e, mais ainda, que essa distância não pode ser considerada como decorrente única ou principalmente das possibilidades e exigências específicas dos meios em si. Entre as manifestações dos *traços paralingüísticos* na oralidade e sua contrapartida na escrita, por exemplo, não se colocam apenas as limitações da representação gráfica dos sons. O que se percebe nos textos escritos de N —na medida em que emprega uma pontuação pouco emotiva e se abstém de representar *soundwords*— é a adoção de uma atitude menos emotiva, mais contida, num contraste acentuado com a emotividade exuberante da fala. O mesmo vale para a transformação que faz com que os *diálogos diretamente reportados*, animadas representações dramáticas nas narrativas orais, apareçam na escrita reduzidos e deformados — tanto pelas convenções estilísticas que determinam uma demarcação rigorosa entre as linguagens dos personagens como reflexo de suas identidades sociais, quanto pela artificialidade estudada no uso de *verbos dicendi*. Mais ainda, pode-se perceber que a gramática e o léxico empregados na escrita atestam a rejeição das formas da oralidade, e a preocupação em demonstrar o domínio das regras que considerava obrigatórias para a escrita, assim como as atitudes discursivas, que transparecem na opção pelos textos edificantes e laudatórios podem ter sua origem creditada a modelos veiculados nas práticas de letramento. Nenhuma dessas diferenças, evidentemente, pode ser imputada à passagem da voz para a letra. Não decorrem, portanto, da escrita enquanto modalidade, mas das convenções sobre o letramento. Se N assim escrevia, é porque assim concebia que devia ser a escrita, a partir de sua trajetória de escolarização, dos eventos de letramento de que participava, dos textos que lia, das avaliações que fazia sobre eles.

Um quadro bastante distinto é apresentado na comparação que Urbano (2000a) faz entre a fala e a escrita da jornalista paulistana Helena da Silveira. Em relação aos dados da oralidade, obtidos em 1976, através de um inquérito do Projeto NURC — classificado como D2, isto é, diálogo entre dois depoentes (informantes), com a intermediação de uma documentadora—em que Helena da Silveira conversa com sua prima Isa Leal, também jornalista, ambas com 60 anos na época, Urbano ressalta que a conversação se desenvolve de modo

não casual e não totalmente espontâneo devido à situação construída e à presença do gravador. Todavia o diálogo acaba fluindo de maneira descontraída e bastante informal, graças à natural desinibição, experiência profissional e grau de intimidade entre as informantes e à intermediação habilidosa da documentadora, evitando constrangimentos. (p.158)

Os textos escritos compreendem crônicas sobre televisão, especialmente telenovelas, que Helena da Silveira produziu entre 1940 e 1980 para o jornal *Folha de São Paulo*. Da comparação, Urbano conclui que

a linguagem de Helena da Silveira no texto falado corresponde a sua linguagem usual, naturalmente informal, simples e culta, e nas crônicas, a uma linguagem coloquial, culta e sem sofisticação, com propósitos literários, revelando um estilo leve, entre moderado e simples, que ela parece ter criado especialmente para seus textos de jornal, temperada com uma cuidada dose de oralidade funcional e premeditada. (p.187, grifos meus)

Ou seja, na escrita jornalística de Helena da Silveira há um grau de informalidade, que a Urbano parece intencionalmente afetado —“*uma cuidada dose de oralidade funcional e premeditada*”— quando comparado ao tom ligeiramente mais formal da conversação. Como marcas dessa coloquialidade afetada, Urbano aponta eventuais explicitações do pronome *eu* (p.175), uso freqüente de construções com função emotiva, como perguntas retóricas e frases exclamativas e avaliativas (175-6), e ainda

a naturalidade de certas construções, com redundâncias, repetições, palavras, criações, sufixações, frases feitas e outras frases e expressões, de impressão e aparência descuidada, desleixada e familiar, que convidam e conquistam o leitor para parceiro da própria construção textual. (p.177)

Esse despojamento da escrita faz parte de outra concepção de letramento, à qual certamente podemos relacionar muitos jornalistas contemporâneos. E contemporâneos de N — como a própria Helena da Silveira.

Evidentemente não se pode afirmar que a relação entre os textos escritos e orais de N, aqui considerados, seja representativa de toda uma época ou mesmo de um lugar. Na mesma época, em Curitiba, outras pessoas certamente escreveriam textos autobiográficos seguindo outras regras. Tampouco se pode considerá-lo um caso único, raro ou desviante. Se — como ressaltai na **Introdução** — os textos escritos de N não despertavam nas pessoas de seu círculo familiar a mesma admiração que nós sentíamos por suas *performances* orais, pelo **ator**, com certeza o **autor** tinha também seus apreciadores. N escrevia a pedido de seus amigos e para aqueles leitores, que muito provavelmente partilhavam das mesmas concepções a respeito da escrita, os textos eram eficazes. Ou não seriam tantas suas colaborações para os jornais. O debate sobre valores estéticos pode enveredar por longos caminhos que passam pela filosofia, pela sociologia e até mesmo pela biologia, sem chegar a muitas conclusões — ou se contentar com a proibição categórica do senso comum: “*gosto não se discute*”. Como o propósito aqui não é o da crítica literária, essa formulação me basta.

O que é relevante, do ponto de vista da pesquisa lingüística, é a afirmação de que textos escritos mantêm com a fala de seus produtores relações complexas —mediadas por suas concepções de letramento—, cuja investigação é condição prévia para qualquer análise comparativa. Se o grau de proximidade entre a fala e a escrita, em práticas comunicativas comparáveis, não é determinado por exigências específicas das modalidades, então suas relações devem ser examinadas à luz de outros fatores, de ordem sócio-cultural.

Não existissem as gravações que registraram a fala de N, que saberíamos sobre a gramática da variedade falada por ele? Com base nos textos escritos, poderíamos supor que a língua falada por ele atendesse a outros parâmetros, diferentes dos que se revelam na oralidade: poderia ser descrita, por exemplo, como uma língua em que os pronomes-sujeito de 1^a. pessoa são omitidos, os clíticos de 3^a. pessoa aparecem como acusativo, e as relativas se fazem por regras de movimento — o que, como vimos, não é verdade. Mais ainda, um lexicógrafo poderia lhe atribuir um vocabulário totalmente diverso do que efetivamente

emprega na oralidade. Que podemos saber, então, sobre a fala dos autores de textos de séculos anteriores?

É bem verdade que os dados da escrita são os únicos registros que temos de épocas anteriores à das gravações sonoras, e que deles se valeram e se valem proveitosamente muitos estudiosos da linguagem, desvendando princípios subjacentes às mutações que as línguas apresentam no eixo temporal. Mas também é inegável que não podem ser tomados como representações diretas da fala ou mesmo como representações que mantêm relações de um só tipo com a fala. As peculiaridades dessas relações só podem ser depreendidas através de investigações específicas para casos específicos.

Um paralelo pode ser traçado aqui entre essas considerações e as advertências feitas por Burke (2004) quanto aos cuidados que se devem tomar no uso de imagens como evidência histórica. Se, por um lado, as imagens são fontes essenciais, sem as quais nosso conhecimento sobre o passado seria *“imensuravelmente mais pobre”* (p.13), por outro, para utilizá-las *“de forma segura e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades”* (p.18), avisa Burke. E observa que especialmente perigosa, nesse sentido, é a ilusão do “realismo fotográfico”, com a crença na objetividade documental da fotografia —por oposição, digamos, às convenções da pintura. Assim como a fotografia, a escrita alfabética—ainda mais quando somada às normatizações sobre pontuação, paragrafação, uso de diferentes fontes e recursos gráficos, etc.—contribui para que a escrita seja vista como uma representação completa do que é dito, e elogiada por *“sua capacidade de transcrever tudo o que pode ser dito, e de representar quaisquer intenções de quem fala ou escreve”* (OLSON, [1994]1997, p.107), podendo assim funcionar como uma espécie de “imagem documental” da fala. No entanto, como observa Burke, os “documentos” fotográficos só podem ser entendidos se contextualizados, isto é, situados em suas condições de produção. As primeiras fotografias, por exemplo, freqüentemente seguiam as convenções já existentes para pinturas, gravuras e entalhes. E fotografias mais recentes freqüentemente ganham sentido pelo fato de aludirem às mais antigas, usando texturas e cores que lhes conferem uma aura de passado (p. 27). Os fotógrafos selecionam temas, enquadramentos, poses, iluminação etc., definindo que aspectos do mundo real serão retratados e como. Por

essa razão, lembra Burke, devem ser consideradas não só como evidências da história, mas também como fatos históricos em si.

Burke alerta também os historiadores quanto ao ilusório realismo dos retratos pintados:

Como no caso das fotografias, muitos de nós possuímos um forte impulso para visualizar retratos como representações precisas, instantâneas ou imagens de espelho de um determinado modelo como ele ou ela realmente eram num momento específico. Em primeiro lugar, o retrato pintado é um gênero artístico, que como outros gêneros, é composto de acordo com um sistema de convenções que muda lentamente com o tempo. As posturas e gestos dos modelos e os acessórios e objetos representados à sua volta seguem um padrão e estão freqüentemente carregados de sentido simbólico. Nesse sentido, um retrato é uma forma simbólica. Em segundo lugar, as convenções do gênero possuem um propósito: apresentar os modelos de uma forma especial, usualmente favorável...(p.31)

Com algumas substituições lexicais o conselho se aplica ao uso de textos escritos em lingüística histórica. Assim como retratos pintados e fotografias, eles podem nos fornecer algumas evidências sobre o passado, mas para usá-los como fonte é preciso entender que são em si formas simbólicas que têm sua própria história.

ANEXO 1

FITA 1, LADO A

doc Não, mas essa história assim da... sei, que tem nos livro todo mundo sabe!
Agora aquelas música, aquelas histórias engraçadas que o senhor conta,

1 Aquelas... aquelas...

doc aquela coisa que eu queria, que eu queira que ficasse.

2 aquelas orações.

doc Exatamente. Porque não tem nada de político. Naquelas músicas, naquela... não tem...

3 Não! ((voz muito baixa))

doc ...problema nenhum. Né?

4 Capaz, que esperança! Capaz.

((longo período de silêncio))

doc Que tá certo que o senhor não queira contar que o exército lá levou uma surra,
((risos de **doc**))

5 Não, mas não é isso. A derrota do exército, o que fizeram o exército, esses
6 comandantes, mas não dá não. Me desculpe. Não vale a pena. Eu já te contei lá na
7 tua casa, você tava doente, eu fui lá contei. Lembra-se?

doc Mas é que eu tava doente. Não lembro.

8 ((risos)) Gravar não!

doc Tava muito fraco.

((longo texto sobre compra de imóvel))

doc Então quer dizer que o senhor se recusa a falar do Contestado?

9 É recuso. recuso.

doc ((risos))

((pausa longa))

10 Uma ocasião, ali onde é o... antes do Correio, fim da Rua XV, Rio Branco, onde tem

11 uma farmácia. Estava num automóvel eu, esse general Higino, um que já morreu
 12 Viana, e o Osmário de Faria Monteiro. No automóvel. Entrei.
 13 “Ah, Catta, você conte aquilo e coisa e tal e isto e aquilo...”
 14 Aí ainda mais ele me recomendou ,
 15 “Olhe, você não fale pra ninguém porque pode ter gravador... amanhã você não sabe.
 16 O cara pega e...”
 17 E fui chamado no Quartel General duas vezes. Uma vez dei uma informaçãozinha,
 18 uma coisa simples, pra um repórter, um jornalista. Dizia:
 19 “Onde é que iniciou o primeiro combate, qual era a equipe que comandava.?”
 20 “Do general Carlos Mesquita”, contei.
 21 E só coisinha.
 22 Fui chamado no Quartel General e ameaçado. Se abrir a boca, sou cassado a patente.
 23 Depois em Paranaguá estava lá. Não tinha falado pra ninguém, conversa fiada assim
 24 com um amigo, outro. Decerto alguém... Lá tinha o 20RI, naquele tempo tava de
 25 ocupação, fui chamado pelo comandante do...
 26 “O senhor tá espalhando boato aí do Contestado e coisa. Fica quietinho senão
 27 denuncio ao general, o senhor vai preso e cassam.”
 28 Não vou. Que esperança!
 29 E esses três generais reformados meus amigos disseram:
 30 “Não caia na asneira de falar amanhã pode... às vezes uma pessoa sem intenção de
 31 fazer mal vai, escreve num jornalzinho uma coisa outra tal, você vai perder tua
 32 patente depois de velho com tudo?”
 33 Não é? É, é coisa séria! Inda mais nessa situação! Entendeu?
 34 Ói , o pai desse, Euclides Figueiredo, no rio Canoinhas, tá?, era primeiro-
 35 tenente. Combati contra o pai desse! Chama-se Euclides Figueiredo, pra você ver. E
 36 em São Paulo, na Revolução de São Paulo, fui com ele, ao lado dele. Ele era
 37 revolucionário de São Paulo. Euclides Figueiredo. Aridelso de Rezende, Milton de
 38 Campos e coisa, tive em São Paulo junto com eles. Depois eles foram exilados, eu
 39 fugi e coisa também de São Paulo e tal, pra você ver como é a coisa nesse mundo,
 40 né? Mas não do Contestado, dizer aquelas coisas, e contar das coisas, e o suplício, e
 41 mulher queimada, Inhana, Maria das Dores, Nhá Vicência, as orações e tal, e
 42 Canoinhas que eu ajudei a atacar o último... não, não vou. Não dá não.

doc Inda mais que o senhor andou na briga também, é? ((risos de **doc**))

43 Pois é. Não, pois lá não, só tive só em combate mesmo só tive uma vez. Terceira
 44 vez que atacaram Canoinhas.

doc Ah, o senhor me contou... me contou ontem.

45 É. Sob o comando Bonifácio Papudo. Depois te con...

doc O pessoal tava entrincheirado, não é?

42 Hein?

doc Que o pessoal em Canoinhas tava entrincheirado, muito bem entrincheirado, né?

43 Muito bem o quê?

doc Entrincheirado, né?

44 Entrincheirado. Era o ...

doc Que o ataque não deu em nada no fim.

45 Terceira vez! Eles estavam entrincheirado na beira do rio, a igreja ficava num alto,
46 nós com metralhadora, tudo, agora caboclo com Comblain, Comblain, Winchester e
47 tudo. E [manolicho] e fuzil Mauzer algum. Não podia, né? Morreram seis jagunços
48 até. A última, desistiram.

49 Eu te contei da oração, não é? Te contei. “Pincha pincha bala, minha gente. Correr
50 em coluna. Pincha bala, siô!” ((risada)) Contei da mulher, Inhana, que queimaram,
51 da Das Dores te contei, da velha Vicência. Te contei que eu era escrivão da Ordem
52 de Deus...

doc Guardião das Virgens,

51 É...

doc E tem aquela história da “Metraiadera, metraiadora. Mecê atira ((risos)) mecê atira pra cá nessa direção..”

52 Ah, isso foi na Revolução! Foi na Revolução de 24, no Roncador. O Cassiano. Isso
53 é outra coisa. Isso era o Cassiano.

54 Ói, aqui tem um coronel Massa, reformado. Que a irmã dele é casada com um
55 sobrinho meu. Isso foi... combatemos os revolucionários do Prestes e do Miguel
56 coisa, paulistas, do Rangel, do Isidoro Lopes que fugiu de São Paulo. Isso é a
57 Revolução, todo mundo sabe, é outra coisa.

58 De forma que tinha um mulatão, chamava-se Cassiano. E pagava o governo pra ele
59 ser... porque ele era natural dali, mostrar aqueles caminhos, aquelas coisas e tal.

60 E o pai desse Massa—chamava-se Otávio Saldanha Massa—era capitão. É, capitão.

61 Casado com a filha do Manoel Cavalcanti, oficial de elite, pai desse que é

62 reformado. Tava no Roncador pra cá de Catanduva, pra trás a Artilharia, e dando

63 BUM e BUM e BUM [?], tiro de Artilharia lá. Daqui a pouco vem o Cassiano:

64 “Onde é que estão atirando?”

58 “Ah, nós estamos atirando ali no Roncador, no Catanduva.”

59 “Mecê tá errado, mecê vira a boca, deste jeito aqui.” ((risos))

60 Mas isso não era... isso não era fanatismo, isso sim. A Revolução eu te contei de
61 São Paulo. Quando saiu tive em combate antes de chegar em Bauru ((corrigindo))

62 Botucatu. Vitória, um cafezal, um combate ali muito tempo. Depois dali a

63 Sorocabana, pro lado do Rio Paraná, tive em combate num lugar Santo Anastácio.

64 Com a Brigada Gaúcha. Também. Na Revolução, na Revolução de 24. Eu fui até a

65 Bahia, atravessei o Rio São Francisco, um esquadrão nosso. A Coluna do Prestes

66 que ia. Tinha um lugar do Pilão Arcado, Barreiras, Poconé... Tive também, atrás do

67 Prestes. O primeiro que chegou em Santa Helena, Santa Helena perto de Foz do

68 Iguaçu, pra baixo de Guaíra, o primeiro que cheguei fui eu lá. Com um pelotão, [?]

69 pelotão, como se fosse uma patrulha.
70 Eu tava... o esquadrão meu, do Capitão B. Carlos C. B. Era capitão e primo-irmão
71 da minha mãe. E o 9º, 9º BC, de Pelotas, Rio Grande do Sul. O Esquadrão na frente.
72 Paramos num lugar chamado Barro Preto. Recebi um memorando.
73 “Pra mim seguir e tal e coisa e tal e tal até o Rio São Francisco Falso.” ((entonação
74 de leitura))
75 Tem dois São Francisco no Rio Paraná, afluente. São Francisco Falso, até lá o rio.
76 Fui eu, o sargento Rangel, eram oito com todos. Quando chegamos nesse rio,
77 Francisco Falso, eles pra trás, sabe? Ora, do Barro Preto pra lá tinha uns vinte
78 quilômetros. Quando chegamos lá eu vi uma ponte, tinha uma ponte de madeira e
79 um fordeco. Eles puseram fogo na ponte e o fordeco estava lá, queimando. Tinham
80 abandonado aquele dia o .. O rio era raso, sabe?, dava vau de cavalo. Ainda
81 passamos pro outro lado, olhamos, tinha umas três sepulturas, recentes lá.
82 Bom, aí fiquei. A ordem era ficar até ali, né? Então fiquei. Mandeí uma
83 comunicação que “não tava... e sem novidade e isto e aquilo” ((entonação de
84 leitura)), e mandei um soldado levar pra trás, pra ir pra trás. Ficava aguardando
85 novas ordens. Já estava faltando bóia. Só levava charque, uma bolachão dura, café e
86 açúcar, e uns salgados [?]
87 Bom, daqui a pouco vem um... depois que receberam aquilo, veio o esquadrão ali. E
88 o 9º de Infantaria atrás, parado. Aí recebi ordem pra ir até Santa Helena no Rio
89 Paraná. Ficava a vinte e três quilômetros. Eles saíram dali, não é?, até vir aqui digo
90 já estão longe, não é?
91 Bom, fui. Eu, o Sargento Rangel, um preto chamava-se Bambu, soldado muito
92 valente. Era uns oito. Quando foi chegando perto de Santa Helena, vi um sujeito
93 com um cavalo PARARÁ-PARARÁ-PARARÁ [?] chapéu com aba [?] e
94 coisa.
95 “Comandante de la tropa legalista, los rebeldes ontem ayer se fueron por una
96 picadita muy chicuchita [?] e tal e coisa. Pode vir, no tiene ninguém lá e coisa.”
97 Contou que os rebeldes foram. O que é que eu fiz? Prendi. [?] desarmeí e prendi.
98 Mandeí ele com dois soldados, o sargento, e eu fiquei com o cabo. Entregar ele pra
99 trás, podia ser uma cilada ou qualquer coisa, não é? Mas bom, e levar o Sargento
100 Rangel levar o revólver dele. Quer dizer ele protestou e coisa e tal e coisa. Cada vez
101 que ele protestava eu achava que ele estava era preparando uma cilada. Foram com
102 o esquadrão. Ficaram lá.
103 Quando fui chegando em Santa Helena, Dom Rodrigo. Era revolucionário
104 paraguaio. Lá no Paraguai. Estava exilado no Brasil. Então ele disse a mesma coisa.
105 Deixaram dois canhões. Santa Helena, o Rio Paraná lá embaixo, tem o que eles
106 chamam “zorra”. Tem um locomóvel, aqueles trens com locomóvel. Então aquilo
107 descia aquela plataformazinha, descia lá, pra carregar os naviozinhos. Não há
108 quem... é assim o rio. Então tinha zorra. E aquele armazém grande onde tinha a
109 zorra, armazém de carga. Dois canhões. Ele contou que tinha dois canhões, que os
110 rebeldes se “fueron” pra lá, e que os canhão não tinham culatra. Tinham tirado.
111 Disse:
112 “O capitão não puede dizer “yo no sabia!”. Pode que os rebeldes al voltar pra cá e
113 o capitão não pode dizer “Eu não sabia”. Usted põe uma sentinela longe e tal-tal”,
114 aquela conversa tal.
115 Bom, ele foi embora a cavalo PARARÁ-PARARÁ foi embora, e fomos indo.
116 Tinha uma avenida de paineira, sabe?, aquela árvore paineira. Casa de tábua de um

117 lado e doutro assim, até o rio. No meio duma paineira lá, vi uma egüinha, um sujeito
 118 querendo encilhar a egüinha, com bicheira, com câmara de pneumático de
 119 automóvel. Dizia:
 120 “Eu solto o graxaim na cola do Lagartinho, é luz de contar boiada!”
 121 E falando bobagem. Eu vi que o sujeito era louco. Aí me mostrou, me disse um
 122 de lá, me mostrou, fazia assim, sabe? que ele... Aí eu vi, eu não fiz conta. Depois
 123 nós éramos cinco já, cinco. O sargento tinha ido pra trás. E esse Bambu, negro
 124 muito valente. Eu olhei assim numa casa de tábua, tinha um avarandado do lado,
 125 um negro com um fuzil assim, deitado. Então eu não tive coragem de olhar, pois
 126 me representava que ele ia me dá na testa, sabe? Olhei com o rabo dos olhos. Ele
 127 deitado com o fuzil assim. Eu chamei o Bambu.
 128 “Nós tamos... aqui está cheio de revolucionário. É uma cilada. Ó o negro ali
 129 com a ...”
 130 Chegamos lá adiante, veio falar comigo. Dom Barnabé.
 131 “Majordomo de la empresa. No tiene ninguno, yo lo garanto e coisa. [...]”
 132 Eles se fueron ontem. Dom Barnabé, é.. mordomo não-sei-o quê de la empresa.
 133 Majordomo. Majordomo de la empresa, Dom Barnabé e coisa. La empresa.”
 134 Que não tinha ninguém, que podia chegar lá e coisa. Mas eu vi aquele negro
 135 deitado ali, não podia me fiar nele. Fomos bem lá perto da zorra, vimos os dois
 136 canhões, eu:
 137 “Nós tamos é mal. É melhor nós sair por lá e avisar atrás”, né?
 138 Fingi e coisa, e fomos saindo por trás. O negro—esse negro era valente. Chamava-
 139 se Bambu—diz:
 140 “Ói, o senhor vai indo ali, sabe?”—Não tinha mais ninguém pra lá, né?, só aquele
 141 pra trás—“Pelo menos esse aqui eu já mato, esse eu mato.”
 142 Apiou, pra atirar no negro que estava lá. Aí veio um homem chamado Dom
 143 Contrera:
 144 “Pera, pera, pera! [?] Este es um cretino, um cretino, um maluco, e coisa. Na arma
 145 dele no tiene ferrolho!” e tal, sabe?
 146 Bom, aí quando disse aquilo cheguei lá perto dele. Pra levantar. Ele coitado andava
 147 com os calcanhar assim, de bicho de pé! Fazia:
 148 “Hi, hi, hi.”
 149 Então eles contaram que aqueles... que os revolucionários não quiseram levar aquele
 150 sujeito, que levar por quê? De revolução, né? Abandonaram ali.
 151 Agora vou te contar. Em frente à casa do don Contrera tinha xadrez. Eles tinham
 152 um xadrez. Naquele tempo não tinha polícia, não tinha nada! No Rio Paraná quem
 153 mandava eram os argentinos e os paraguaios, sabe? O Paraná abandonou! Não
 154 tinha... O que era o regimento de segurança do Paraná? Quatrocentos e poucos
 155 homens, pra policiar o estado? Não tinha. Abandonaram na mão dos argentinos. E
 156 devastando o mato, tirando erva-mate, e barbaridade!, sabe? Tinham cadeia!

doc Em 24?

157 Em 24. Era...como se diz? Era um estado dentro do estado. Mas não sei porque
 158 cargas eles resolveram lá aqueles homens prender esse que estava com a égua,
 159 encilhando com pneu de automóvel, aquele sujeito prenderam lá. Era cadeia de
 160 chão. Uma porção de... chão duro, aquelas coisas de barro, não era liso, não. Tudo
 161 assim. E eu via que as filha do Contrera—ficamos numa casa lá—volta e meia

162 tavam vendo o xadrez. [Eu não dava pra...?] eles prenderam, então o sujeito tava
 163 nu lá, sabe? E dizia assim... E tinha decerto mordida, alguma coisa, sabe?, assim.
 164 Então ele arrodia lá, sabe?, arrodia, pegava um pedaço de terrão, jogava pra
 165 cima e aparava com a cabeça, coitado. E corria nu, nu em pelo.
 166 “Solta a cola do Graxaim, na cola do Lagartim, é luz de contar boiada! Hip, hip!”
 167 Fazia assim, batia nele como se tivesse correndo a cavalo.

doc Como é que é a história? Ele dizia “solta”?

168 Ele dizia “o Graxaim”, o cavalo decerto Graxaim, “atrás da cola do Lagartinho”,
 169 decerto um cavalo chamado Lagartinho, né? Dizia:
 170 “É porque eu solto o Graxaim da cola do Lagartinho. É luz de contar boiada!”
 171 Arrodia, arrodia... E aquilo fazia ((som de batida imitando o louco)) Escute.
 172 Você vê, e as filhas do don Contrera de lá, ((risadas do narrador))

Doc Tavam de olho.

173 Olhando, sabe como é? ((risadas)) Olhando, sabe?, elas olhando aquilo. Daí eu fui
 174 lá olhava e coisa, e eu disse pra eles que dessem bóia pro homem, né? Depois,
 175 então, que eu estava lá e coisa, que via aquele o “majordomo de la empresa”, que eu
 176 mandei prender, deram o revólver pra ele e coisa, mas ele meio [?] aí o
 177 esquadrão veio PERERÉ-PERERÉ, dois esquadrão PARARÁ-PARARÁ veio [?]

doc O esquadrão brasileiro?

178 Brasileiro. O 2º esqua... Não, o 3º Esquadrão do 5º Regimento. Aí quando eles
 179 viram que eu estava lá [?] veio tudo, tudo PARARÁ-PARARÁ pra decerto dar
 180 carga no meio da cidade, de espada. Não tinha ninguém! Aí bancaram os valentes.
 181 E o 9º BC...

doc Aí bancaram os valentes, quando viram que não tinha revolucionário.

182 Capitão B. PARARÁ-PARARÁ. Aí depois que eu contei que tive lá, assim
 183 “Eu mandei por uma sentinela agora lá”.
 184 E o 9º. BC.

doc O senhor, qual era sua patente?

185 Era tenente.

ANEXO 2

Q U I M P I T Ã O

Quem não conheceu em Castro — Nho Quim Pitão?

Era acostado à fazenda do Maracanã. Ali chegara ainda rapazinho, e continuou até ficar espigado e taludo. Pode-se dizer que era cria da estância.

Forte, espadaúdo e de feição grosseira; tronco taurino e de estatura mediana. Percebia-se logo ser vagamente cretino, ou um anormal psíquico.

Vejamos o que se dizia, ao tempo, a respeito.

A margem da estrada ligando Castro à Fazenda Maracanã, existia — não sei se ainda existe — vasta e belíssima ilha de frondosa vegetação — o Capão do Cipó. Os moradores de S. Sebastião e redondezas, gente rude, de alma simples e superpiciosos, diziam, com cega convicção da existência, nesse aprazível capão, de assombração, que apareciam às pessoas que demandassem por ali altas horas da noite. Entre outras coisas, que se ouvia, vindo do centro da mata, grito afiitivo, gemente e soturno: — "Me acuuu... da, me acuuu... da por amor de Deus", o qual amedrontava os viandantes que ousassem transitar por aquêle descampado à meia-noite. Para completar tais crendices, diziam ainda aparecer um vulto de mulher à beira da estrada, que montava à garupa dos cavaleiros que passassem a essa hora pelo capão, em desafio às aparições. Assim, criou-se essa crendice, cheia de abutões, e um clima de medo e de terror, propício a contagiar e suggestionar aquela gente supersticiosa.

Conta-se que, certa vez, Nho Quim viera à cidade de carrocinha. Já era noite fechada quando resolveu regressar à fazenda. Na ocasião, nem pensava nas aparições e visagens do capão mal-assombrado. Logo que passou a ponte do rio Maracanã, a sugestão, naturalmente, apoderou-se dos seus sentidos, conturbando-lhe o psíquico doentio, e as crendices até então adormecidas

voltaram a avivar-lhe a mente já perturbada, e o medo completou o resto.

Ao defrontar o Capão do Cipó, seu olhar se voltou para ele, temendo o aparecimento de visagem. Mal acabara de transpô-lo, quando olha à sua esquerda e dá de cara, sentada no assento da carroça, com uma mulher vestida de branco, com véu tapando-lhe o rosto. Ai o pavor apossou-se do seu espírito; chicoteou os muare, e caiu para traz perdendo os sentidos. Os burrinhos da viatura, como de costume, seguiram direitinho rumo à fazenda. Ao ladrado dos cães e o silêncio que se seguiu, despertaram a atenção dos peões; levantaram-se e foram verificar o que estava acontecendo. Ficaram surpresos e estupefactos, vendo Nho Quim desacordado. Julgaram-no morto. Quando tentava removê-lo, voltou a si, apavorado, tremendo de medo. Enecrajado, porém, pelo que os rodeavam — dia claro — narrou-lhes o acontecido, jurando por S. Sebastião ser isso verdade.

Dai por diante ficou "balanceado", no dizer do povo. Essa obsessão tomou conta do seu espírito, cativando a fase que o conheci, a do-lhe os sentidos. Foi nessa fase que o conheci.

Certa ocasião, encontrando-me com ele, perguntei-lhe se poderia fazer uma faxina no meu quintal. Respondou-me: "Posso começar amanhã, a 2\$000 por dia; na mais nada menos". — Combinado. Terminado o serviço — quatro dias — disse-lhe: — Nho Quim, o sr. trabalhou com capricho e a meu contento, por isso vou pagar-lhe 10\$000. — Ah! isso não; trato é trato, comigo é ali na batata, é no pau da goiaba. — Bem! então vou pagar-lhe conforme combinamos. Dei-lhe 8\$000.

Prossegui:

Nho Quim Pitão... Porém não cheguei a concluir a frase. Seus olhos congestionaram-se, faiscavam com um brilho denunciador de

perigo, agressivo, sua expressão era horrível, de como uma fêra acutilada.

— Quem foi o f... que lhe disse que eu era pitão? Ato contínuo, tirou da cinta uma faquinha. E continuou: "Quero descer a barrigada dêsse infeliz; fazê esse miserável se inliá nas tripas, e é já! Diante do inesperado, sem medir as consequências, respondi-lhe: Foi o Chiquinho Brasiense. Vejam só, logo quem! — o homem mais pacato e inofensivo, incapaz de matar uma mosca, ainda mais meu amigo. Ai é que ele se enfureceu mesmo. Pus-me à sua frente. Um momento Nho Quim! Antes de o sr. fazer o serviço no Chiquinho, quero dizer-lhe uma coisa: como o sr. sabe, ele é franzininho, um tiquinho de homem; quase não tem barriga nem intestino, nessas condições, não poderá descer a barrigada dele; se fosse um homem como Tio Abrão vá lá; portanto me-lhor é pregar-lhe um balas-so. — "Mas, quedê a garucha?" — Tenho uma de dois canos, calibre 450, não nega fogo. — Então me empreste ela; ele vai vê com quantos paus se fais uma cangalha. Quando for abrir

a boca sapêco dois tiros; nem chega a falá".

— Nho Quim! Antes disso vamos tomar um café bem garrido.

Que acha? — Agora vai bem. — Prepare uns cavaquinhos, faça fogo e ponha a chaleira com água para a Livinia fazer o café. Submisso cumpriu fielmente a ordem.

Foi posta a mesa: — café, pão, manteiga, etc., reforçando-a uma rodela de leberwurst. Olhando-a tive uma idéia magnífica, a propósito. — Nho Quim, o sr. já comeu carne de tatu? — Quantas vezes é igual a de galinha? — Mas garanto que nunca comeu salame de tatu. — Ah, isso não. — Servi-lhe, em seguida, um naco de leberwurst para experimentar. — Gostou? — É louco de bão, chega a dar laçasso.

Tomado o café, proponho-lhe: — Quer vir trabalhar mais dois dias aqui? — Ve-nho, mais no trato? 2\$000 por dia, nada mais, nada menos. FEITO.

E com isso, esqueceu o pio jeto sinistro — de eliminar Chiquinho, e eu senti um alívio em minha consciência. F. A.

A C O N T E C E U KTA

Em Castro, na década de 20.

Quando entrei na barbearia, num sábado de manhã, lá se encontravam : fazendo a barba, o Juca Macedo, aguardando a vez, o Dr. Souza Brasil e o meu velho companheiro Cipião Mello.

Estávamos a comentar os acontecimentos locais e assuntos domésticos quando ali se adentrou, repentinamente, um tipo ruivo, de alpercatas, andrajoso e repeiente, coberto de poeira, cabelos compridos, untuosos e empastados de sujeira; de barbas hirsutas, espeços e crescidos bigodes, tudo avermelhado. A camisa aberta deixava ver o peito cabeludo e tatuado; os tornozelos e dorso das mãos estavam cobertos de perebas purulentas; o paletó, seboso e encardido, tinha as mangas cobertas de ranho e pó, misturados, formando uma crosta nojenta, porque dela se utilizava à guisa de lenço. Esse vagabundo andeijo trazia às costas um saco imundo, que exalava mau cheiro, e na mão um cajado. Logo que entrou no salão aboletou-se numa cadeira, colocando a mochila no chão. Sua presença nauzeante emudeceu ambiente. Assim que o Juca Macedo desocupou a cadeira, nela sentou-se o Dr. Souza Brasil, resolvendo só fazer a barba. E logo saiu.

O Figaro, meu estimado amigo e a quem muito prezo, é de uma delicadeza ímpar, psicólogo pela própria natureza da profissão, e de muito senso no trato com o público. Enquanto atendia o Cipião, parafusava a maneira de como livrar-se do repulsivo indivíduo. Não se tratava de um andarilho comum, porque ele não objetivava coisa alguma; mas de um homem vazio, óco, inútil, descrente de tudo e de todos; esperava o mundo acabar para desaparecer na fumaça. A morte, para ele, seria uma solução; era um desses vagabundos a que os franceses chamam *clochard*.

Logo que ele se assentou, passamos a observá-lo em seus gestos e atitude. De quando em vez, levava a mão ao pescoço e apanhava muquiranaas, que esmagava entre as unhas dos polegares, com estalido; virava as dobras do paletó e fazia o mesmo; levantava o chapéu roto e com a mão direita coçava fortemente a cabeça e moimha piolhos; em seguida, coçava os pelos do peito e sovacos, esmigalhando sei lá o quê; baixava as mãos e arranhava as vesículas escamosas de eczema das pernas. Cessara, porém, por um momento, o ataque aos seus impertunos hospedes. Depois de assoar o nariz na manga do paletó, tirou do bolso um arenque e um naco de pão seco, e começou a comer ávidamente. Terminada a refeição, sacou de outro bolso um grande frasco, servendo regular trago de escuro líquido.

Para quebrar o silêncio, resolvi puxar uma conversinha com ele:

— Pelo que vejo, o senhor vem de longe, fazendo dura caminhada. Não é?

— *Monsier*, respondeu-me, com voz gutural, num sotaque confuso de francês e alemão, eu já tava no Legion Extrangerra, no Afrike; depois ficou marrinherra de navio grêk, mais de banderra Panamá, «KIRON». Depois foi na Marselha, trabalha lá muito tempa, *à outrance*. Depois polícia manda eu e companherras prro Caiena, no America. Delá veio prro Parrá. Vem vindo téaqui; vai descança poco evaisimborra prro Parraguaí. - Faz uma pausa, ingere outro trago, e continua: - «Este não só cachaça, non; está remédio bom. Eu aprende cum curranderra no Marranhon, mais non ensina prro ninguém, tem poco alho, raspa chifre queimada, ruiarba, enxofre e salemargo. Terra tude bichinho da barriga e mata muquirana, purguinha e carrapatinho».

A coleção de parasitos do homem era completa; ia da muquirana ao micium e, para arrematar, sarna da braba.

O Cipião estava prestes a deixar a cadeira. E o Figaro continuava parafusando a cabeça. Então, resolveu tomar uma medida inabalável. Dirigiu-se ao dito cujo e falou desta maneira: - Olhe cidadão, a barbearia vai fechar às onze horas; o senhor deve estar com pressa, convém, portanto, procurar outro salão, nesta mesma rua, o qual a esta hora deve estar vazio. E, mesmo porque o preço do corte de cabelo e barba, aqui, é o dobro das demais barbearias.

O indesejável indivíduo, depois de bem encará-lo, perguntou-lhe: - «Senhor dono aqui?» - Não, respondeu o Figaro, sou simples empregado, o patrão logo deve chegar. - Eu não tem pressa, prosseguiu o tal, - «depois corta meu cabelo e fais barba e paga, vai dá com este pau no cabeça patrão - *tála mongo refiné*. Eu mesma qué fica no prision prrá descança poco».

Por sorte o inesperado aconteceu. O muquiramento pergunta-me: - «*Sab magongo*, onde negócio prra comprra xaxixe e pão? - Respondi-lhe que me acompanhasse lhe indicaria o local. Então apanhou a sórdida mochila e veio até a porta. Dali, mostrei-lhe a venda mais próxima.

Chegando a minha vez, o Figaro pediu-me gentilmente voltasse depois das 14 horas, porque ia aproveitar a ocasião para fechar a porta e «filar» e destruir os parasitos, talvez caídos no chão ou na cadeira.

À tarde voltei: - tudo fechado. Na frente da barbearia, aguardando a abertura, se encontravam: - O Nestor Bueno, Darval Marins e Nhô Jove Pimentel. Estranhavam que ainda estivesse fechada até aquela hora, inda mais, no sábado. Já haviam batido à porta e não foram atendidos. Nada lhes disse, mas, relanceando os olhos em todos os sentidos, vi, sentado, com as pernas estendidas, recostado no muro do Templo Presbiteriano, o repeiente andeijo, que vigiava atentamente a porta da barbearia. O Durval, um tanto aborrecido, soltou: «Será o Benedito?» E dispersaram-se.

Não era o Benedito, não, a causa daquele feriado forçado, e sim, um bandido da sociedade; um desiladido do mundo, sem crença e sem fé.

A C O N T E C E U . . .

Lendo uma crônica publicada na "VOZ DO IAPÓ", de março último, em que o autor faz referência ao velho Teatro Odeon, veio-me à lembrança um fato interessante nele ocorrido há muitíssimos anos, a que assisti como simples espectador. Vou, pois, narrar o sucedido no saudoso teatro.

Naquêles tempos, nas principais cidades do Paraná, sempre havia um grupo de artistas amadores; o teatro e o circo de cavalinhos eram quase os únicos divertimentos populares. O cinema ainda não tinha suplantado completamente tais diversões. Certo que excursionavam, vez por outra, pelo interior do Estado, companhias de atores profissionais, como a Santos, Brandão Sobrinho, Arruda, Julia Soares e outras.

Alegro-me de haver alcançado, em Castro, os derradeiros abencerragens do teatro dessa cidade. Horácio Cercal, Alberto Fontes e Pedro de Quadros, conhecido por Pedro Tubarana, por ser grande aficionado da pesca dessa variedade de peixe.

Parece-me que o último espetáculo levado à cena por esses amadores foi em 1919, no Teatro Odeon. Não me recorro qual o bonita dama que atuou no anacrônico dramalhão intitulado "A Estrada do Crime". Não tenho certeza, porém, fosse realmente esse o título da peça, pois, a memória é manhosa e começa trair-me, daí talvez o impreciso de tais reminiscências, mas por isso, não se perca, no seu marulho, a narrativa. O enredo do drama era mais ou menos o seguinte: — um jovem recém-formado viera visitar abastado fazendeiro no Estado do Rio, em nome de seu genitor, dizia — para não deixar "esfriar" a sólida amizade que unia, desde longos anos, os afortunados senhores de grandes gados e lavouas. Durante a perma-

nência do jovem bacharel no vetusto solar, surgiu o namôro, como fôra por ele planejado, com a filha do hospedeiro.

O moço, bem falante e mesureiro que era, quando com ele palestrava, dizia estar deveras encantado com as belíssimas paisagens que se descortinavam e era avis-tadas da varanda do casarão da fazenda; com os campos verdejantes que a circundavam; com o gado e cavalos de pura raça, e as saborosas frutas do lindo pomar. Mas, enquanto falava com o velho, fitava firmemente a filha dele; o entreolhar era do mesmo modo correspondido pelo sisudo cidadão, que ouvia, calado e pensativo, as belas palavras do palrador hospede.

Uma explicação: — o papel de galã era interpretado por "seu" Alberto Fontes, do velho fazendeiro, por Nho Pedro Tubarana.

Retomo o fio do assunto: — Quando o moço tomava fôlego e fazia uma pausa naquele rosário de palavras, Nho Pedro manifestava-se, escandindo bem as palavras, e de maneira acentuada: "Hum! Hum! já le entendo já le entendo". — O bacharel continuava... E Nho Pedro: "Hum! Hum! já le entendo, já le entendo! Percebendo, entretanto, que o namôro ia bem adeantado, ficou de olho vivo!

Segundo ato. Sob o pano. Sala de visitas. Aparecem, sentados, num sofá de vi-me, a donzela tôda dengues, e o galã, à maneira como estivessem abraçados, beijando-se. Isso muito acanhadamente, de modo dessemxavido. Nesse momento, surge, inesperadamente, o velho fazendeiro empunhando uma garrucha de dois canos; apanhara-os em flagrante, em colôquio amoroso. O galã, surpreendido, levanta-se, indeciso e apavorado, a moça finge um chiflique.

Então Nho Pedro, bufando e espumando de raiva, gaguejando, treveja: — Mirável! Abusaste de minha hospitalidade; maculaste este sagrado lar; manchaste minha honra! E a desonra de homem se cura com bala e se lava com sangue! Se Alberto ficara que paralisado, sem ação. Ato contínuo Nho Pedro aponta a garrucha na direção do insolente hospede, e bate fogo: — té... té; estabalaram as espoletas, mas tiros?! Quem disseram: falharam completamente.

Pausa...

Diante da passividade de ambos os personagens, o Levi Fonseca, para acabar com o impasse, toma a certa

iniciativa: — com as mãos em porta-voz, lá da plateia, berro: "Pum! Pum!"

Al, seu Alberto, ouvindo esses tiros bequejados, vagarosamente, apoiando-se no braço direito, cai no chão maciamente.

Desce o pano.

Foi então aquela assua-lagostosa gargalhada. A plateia gozou a valer, de-l-se por satisfeita pelo imprelito e cômico desfecho. O espetáculo continuou, não es-perel o final. Passava de meia noite.

Suponho foi esse o último espetáculo de amadores em Castro. O Levi, com aqueles certeiros tiros, liquidou definitivamente, tais apatados artistas.

KTA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAURRE, Maria Bernadete M. 1988. O que revelam os textos espontâneos sobre as representações que faz a criança do objeto escrito? In KATO, M.(org.) *A concepção da escrita pela criança*. Campinas: Pontes, pp.135-142.
- AUSTIN, J.L. 1962. *How to do things with words*. Cambridge, Mass.: Harvard university Press.
- BAGNO, Marcos. 2002. *Linguística da Norma*. São Paulo: Ed. Loyola.
- BARTON, David. 1994. *Literacy: An Introduction to the Ecology of Written Language*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BASSO, Keith. 1974. The ethnography of writing. In BAUMAN, Richard and SCHERZER, Joel (orgs.) *Toward an ethnology of speaking*. New York: Cambridge University Press, pp.425-32.
- BAUMAN, Richard. 1977. *Verbal art as performance*. Rowley, Mass: Newbury House Publishers
- _____. 1986. *Story, performance and event. Contextual studies of oral narratives*. Cambridge, Mass: Cambridge University Press.
- _____. e SCHERZER, Joel (orgs.) 1974. *Toward an ethnology of speaking*. New York: Cambridge University Press.
- BEN-AMOS, Dan e GOLDSTEIN, Kenneth (orgs.) 1975. *Folklore: Performance and Communication*. Haia: Mouton.
- BESNIER, Niko. 1993. Literacy and feelings: the encoding of affect in Nukulaelae letter. In STREET, b. (org.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 62-86.
- BIBER, Douglas. 1986. Spoken and written textual dimensions in English: resolving the contradictory findings. *Language*, vol 62, no. 2 , p. 384-414.
- BOBBIO, Norberto. 1997. *O Tempo da Memória*. São Paulo: Campus.
- BOSI, Ecléa. 1987. [1973] *Memória e sociedade*. São Paulo: Edusp.
- BOTASSINI, Jacqueline O. M. 1998. *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada no Paraná: uma análise variacionista*. Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado.
- BRAGA, Maria L. e OMENA, Nelize P. 1996. *A gente está se gramaticalizando?* In MACEDO, RONCARTI e MOLLICA (orgs), *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 75-83.
- BRONCKART, Jean-Paul. 2003. [1997] *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ.
- BURKE, Peter. 2004. [2001] *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC.
- CAMACHO, Roberto. 2001. Sociolinguística, Parte II. In MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. (orgs.) *Introdução à linguística*, vol. 1. São Paulo: Cortez, pp. 49-75
- CHAFE, Wallace. 1981. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In OLSON, D., TORRANCE, N. e HILDYARD, A . (orgs.) *Literacy, language and learning: The nature and consequences of reading and writing* Cambridge: Cambridge University Press, pp.105-23.
- _____. 1982. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In TANNEN, D. (org.) *Spoken and written language: Exploring orality and literacy*. Norwood, NJ: Ablex, pp. 35-53.

- CHOMSKY, Noham. 1957. *Syntactic structures*. Haia; Mouton.
- _____. 1969. Review of B.F. Skinner's *Verbal Behavior*. *Language*, n.35.
- CORREA, Manoel Luiz G. 2001. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de Português. In SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, pp. 135-66.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Felipe L. 1985. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- COSTA, Iara B. 2000. Cadeias referenciais no português falado. *Organon/UFRGS*, Instituto de Letras, vol.14, nos. 28 e 29, pp.33-54.
- COUPLAND, Nikolas, COUPLAND, Justine. e GILES, Howard. 1991. *Language, society and the elderly*. Londre: Basil Inkwell, Inc.
- CYRINO, Sonia Maria L. 1993. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In ROBERTS e KATO (orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*, Campinas: Ed. da Unicamp, pp. 163-84.
- _____. 2003. Para a história do Português Brasileiro: a presença de objetos nulos e a ausência de clíticos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, no.1, p.32-47..
- DOLBHOFFER, Ernst. 1962. *A maravilhosa história das línguas*. São Paulo: Ibrasa.
- DUARTE, Maria Eugênia L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português. In ROBERTS e KATO (orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp.107-24.
- ELLEGARD, A . 1953. *The Auxiliary 'do': The Establishment and Regulation os its Use in English*. Estocolmo: Almqvist & Wiksell.
- FEHRING, H. e GREEN, P. (orgs.). 2001. *Critical Literacy*. Australian Literacy Educator's Ass.
- FERGUSON, Charles A. 1959. Diglossia. *Word*, vol.15, pp.325-40.
- FINNEGAN, Ruth. 1992. *Oral Traditions and the Verbal Arts*. Londres: Routledge.
- GALVEZ, Charlotte. 1993. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In ROBERTS e KATO (orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*, pp. 387-408.
- GARCIA, Othon M. 1988. [1967] *Comunicação em Prosa Moderna*. (14ª ed.) Rio de Janeiro : FGV.
- GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel (s.d.).[1985] *O amor nos tempos do cólera*. Trad. De Antônio Callado. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- GIGLIOLI, Pier Paolo (org.) 1972. *Language, Social Change and Social Conflict*. Londres: Penguin.
- GNERRE, Maurizio. 1985. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOODY, Jack e WATT, Ian. 1972 [1968] The Consequences of Literacy. In GIGLIOLI, Pier Paolo (org.). *Language, Social Change and Social Conflict*. Londres: Penguin, 1972, pp.311-57.
- GRAFF, Harvey, 1995 [1987]. *Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- HEATH, Shirley B. 1983. *Ways with words*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUAISS, Antônio. 1985. *O Português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.

- HOUSEHOLDER, Frederick. 1971. *Linguistic Speculations*. Londres: Cambridge University Press.
- HYMES, Dell. 1972. On Communicative Competence. In PRIDE, J.B. e HOLMES, J. *Sociolinguistics*. Middlesex, Inglaterra: Penguin Books, pp.369-93.
- _____. 1975. Breakthrough in performance. In BEN-AMOS, D e GOLDSTEIN, K. *Folklore: Performance and Communication*. Haia: Mouton.
- KATO, M. 1988. *A concepção da escrita pela criança*. Campinas: Pontes.
- _____. 1993. Apresentação: "Como e por que escavar?" In ROBERTS, Ian, e KATO, Mary. (Orgs.) *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp.33-27
- KLEIMAN, Angela. B. 1995. *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. 1987. Grammar and Psychology. In MODGIL, S. e MODGIL, C. (orgs.) *Noham Chomsky: Consensus and Controversy*. Hants, Igl. : Falmer Press.
- LABOV, William. 1972. *Language in the inner city*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- LORD, Albert. 1960. *The singer of tales*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- MAYBIN, Janet, (org.). 1994. *Language and Literacy in Social Practice*. Bridgebend, Ingl.: WBC Ltd.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1997a.. Fala e escrita: Características e usos com base no *continuum* tipológico. Anais do II encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita/UFAL. Coordenação de Pós-Graduação em Letras. Maceió: Edufal, pp.131-76.
- _____. 1997b. Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1º. e 2º. Graus: uma visão crítica. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, Campinasm (30): 39-79, Jul/Dez.
- _____. 2001a. *Da fala para a escrita*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- _____. 2001b. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, pp. 23-50.
- MENON, Odete P. S. 1997. A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no português do Brasil? *II Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita*. Maceió, UFAL. *Anais do II ELFE*, pp.397-403.
- _____. 2000. Uso do pronome sujeito de primeira pessoa no português do Brasil. *Organon/UFRGS*, Instituto de Letras, vol.14, nos. 28 3 29, pp.158-77.
- MOLLICA, Maria Cecília. 2003. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In _____ e BRAGA, (orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, pp. 9-14.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. [1922] O dicionário brasileiro. Reproduzido in PINTO, E. P. 1981. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945. São Paulo: Editora da USP, pp.58-61.
- NASH, Walter. 1990. *The writng scholar: studies in academic discourse*. Newbury Park, California, USA: Sage Publications, Inc.
- OCHS, Elinor. 1979. Planned and unplanned discourse. In GIVÓN, T. (org) *Discourse and syntax*. New York: Academic Press, pp. 51-80.
- OLSON, David. 1997. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática.
- _____. e TORRANCE, Nancy. 1995. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática.
- _____. TORRANCE, Nancy e HILDYARD, Angela (eds.). 1985. *Literacy, language and learning: The nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge university Press.
- ONG, Walter. [1982] 1998. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus.

- OSAKABE, Haquira. 1982. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In ZILBERMAN, R. (org.) *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre; Mercado Aberto, pp.81-3.
- PARRY, Milman 1971. . [1928] *The making of Homeric verse: The collected papers of Milman Parry*. (Adam Parry, org.) Oxford: Oxford University Press.
- PINTO, Edith Pimentel. 1978. *O Português do Brasil: textos cr'iticos e teóricos, 1-1820/1920*. São paulo: Editora da USP.
- _____. 1981. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945*. São Paulo: Editora da USP.
- _____. 1986.. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática.
- PINKER, Steven. 1995. *The language instinct: How the mind creates language*. Nova York : Harper..
- POSSENTI, Sírio. 1988. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- PRESTON, Dennis. 1982. 'Ritin Fowklower Daun 'Rong: Folklorist failures in phonology. *Journal of America Folklore*, 95.377: 304-26.
- PRETI, Dino. 1987. *Sociolingüística: Os níveis de fala*. (6' ed., revista e modificada) São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- _____. 1991. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto.
- _____. (org.) 2000. *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- ROBERTS, Ian, e KATO, Mary (orgs.). 1993. *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp,
- ROSEN, Harold. 1988. The autobiographical impulse. In TANNEN,D. (org.) *Linguistics in context: connecting observation and understanding*. Norwood, NJ: Ablex, p.69-88.
- _____. 1998. *Speaking from memory: A guide to autobiographical acts and practices*. Londres: Trentham Books.
- SCARPA, Ester M. 2000. Aquisição da linguggem. In MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Cortez, Vol. 2, pp.203-33.
- SCHOLES, Robert J. e WILLIS, Brenda J. 1995. Lingüistas, escrita e intensionalidade no conceito de homem ocidental em McLuhan. In OLSON, D. e TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, p. 229-49.
- SCRIBNER, Sylvia e COLE, Michael. 1981. *The Psychology of Literacy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SIGNORINI, Inês. 2001a. Apresentação. In SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, pp. 7-19.
- _____. 2001b. Construindo com a escrita "outras cenas de fala". In SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, pp.97-134.
- _____. (org.) 2001c. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias d letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- SOARES, Magda. 2002. Português na escola: História de uma disciplina. In BAGNO, M. *Lingüística da norma*. São Paulo: Ed. Loyola, pp.155-77.
- STINGARI, Pe. José F. 1961. *Canhenhos de Português*. São Paulo: Editorial Dom Bosco.
- STREET, Brian. 1993a. Introduction: The new literacy studies. In STREET, Brian (org.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-39.
- _____. (org.) 1993b. *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- TANNEN, Deborah. 1982. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, vol.58, no. 1, 1982.
- _____. (org.) 1988. *Linguistics in context: connecting observation and understanding*. Norwood, NJ: Ablex.
- _____. 1989. *Talking voices*. Nova York: Cambridge University Press.
- TARALLO, Fernando. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Dissertação de doutorado apresentada na University of Pennsylvania, USA.
- _____. 1993a. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. In ROBERTS, Ian, e KATO, Mary. (Orgs.) *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Da Unicamp, pp.35-68..
- _____. 1993b. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In ROBERTS, Ian, e KATO, Mary. (Orgs.) *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp.69-105.
- TAYLOR, Talbot e CAMERON, Deborah. 1987. *Analyzing Conversation: Rules and Units in the Structure of Talk*. Oxford: Pergamon Press.
- TFOUNI, Leda. 2002. *Letramento e alfabetização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- URBANO, Hudinilson. 2000a.a. A linguagem falada e escrita de Helena Silveira. In PRETI (org.), *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, pp. 157-88..
- _____. 2000b. *Oralidade na Literatura*. São Paulo: Cortez.
- WEINHARDT, Marilene. 1995. *Mesmos crimes – Outros discursos?* Tese para Concurso de Professor Titular. SCHLA, UFPR.
- ZUMTHOR, Paul. 1993. [1987] *Letra e a voz*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- _____. 2000. [1990] *Performance, recepção, leitura*. São Paulo, Educ.